UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

CARLOS HENRIQUE DA SILVA

O Pará aos pedaços:

projetos de criação dos estados do Carajás e Tapajós no contexto da fronteira de acumulação

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

O Pará aos pedaços:

projetos de criação dos estados do Carajás e Tapajós no contexto da fronteira de acumulação

VERSÃO CORRIGIDA
de acordo

Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto

_____

Carlos Henrique da Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências.

São Paulo
2015

Nome: SILVA, Carlos Henrique da.

Título: **O Pará aos pedaços: projetos de criação dos estados do Carajás e Tapajós no contexto da fronteira de acumulação**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovado em: 31 de outubro de 2014.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto (Orientador/USP)

Julgamento: _____. Assinatura: _____

Prof. Dr. André Roberto Martin (USP)

Julgamento: _____. Assinatura: _____

Prof. Dr. Paulo Roberto Teixeira de Godoy (UNESP)

Julgamento: _____. Assinatura: _____

Prof. Dr. Ricardo Mendes Antas Junior (suplente/USP)

Julgamento: _____. Assinatura: _____

Prof. Dr. Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim (suplente/IFSP)

Julgamento: _____. Assinatura: _____

Prof. Dr. Eduardo Karol (suplente/UERJ)

Julgamento: _____. Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Cida e ao meu pai, Henrique, por serem as pessoas insistentemente maravilhosas que são. Aos meus irmãos, Douglas e Kaic, por serem as pessoas maravilhosas que são. Aos meus pequenos adorados sobrinhos, Raine Djui e Pedrito, pela beleza de ser criança, por gerarem em mim a permanente apreensão do que é crescer no mundo deste início de século.

Nesta etapa que se "encerra", me recordo dos meus pais me ensinando as primeiras letras e me acompanhando até o "prezinho", onde tive as primeiras aulas. Me lembro também de minha mãe em casa, lavando roupa no tanque e acenando para mim enquanto eu brincava no intervalo das aulas (a escola era logo ali, no alto, do outro lado da rua).

À Sarah, mulher companheira de quem tanto gosto, que me ajudou e me aguentou nesse período de mestrado, que muitas vezes não compreendeu minhas ausências em muitos domingos de sol, quando eu tentava rascunhar páginas desta dissertação. Espero ter aprendido a organizar melhor meu tempo.

Ao Prof. Manoel Fernandes, por ser camarada, amigo, e por sua seriedade na condução do trabalho; por levar a sério o ofício de lecionar, e porque, enquanto orientador, orienta.

Aos Profs. Márcio Cataia e Paulo Bomfim, pelas contribuições no exame de qualificação; ao Prof. André Martin, pela generosidade e prontidão; ao Professor Saint-Clair, pela orientação do meu estágio na UFPA/NAEA; à Profª. Maria Goretti Tavares (UFPA).

Aos amigos Kivam (Bunitinho) e Wellington (Zelito), pela marcada amizade; Willian e Luizão, pela amizade e nossa convivência no G-207; aos camaradas do GECA, pela amizade e pelas preciosas contribuições a este trabalho; especialmente ao amigo Jucier, minha admiração e gratidão; Carlos Rerisson; Luciano Japa, por tudo; Fernanda Thomaz e Fernanda Cardoso, pela nossa amizade e convivência em Belém; Bárbara Cardoso; Estevão Barbosa; Izan Araújo; Gesiane Trindade; Débora Nunes; Thamiris Slanzon (Lagos); Luciano (Marabá-PA); Frederico Gradella e Maria Julia (Santarém-PA); Celsão; Douglas Ganso; Clenes Louzeiro e Diego Lourenço.

Aos amigos e àqueles que nem um pouco conheço, mas que de alguma maneira procuram resistir às coisas deste mundo, essas que estão para moer gente como máquina de fazer garapa, nestes tempos em que "eu lhe falo em futuro e você tira um revólver, puxa um talão de cheque e me dá um bom dia".

À Fapesp, por financiar esta pesquisa.

RESUMO

SILVA, Carlos Henrique da Silva. **O Pará aos pedaços: projetos de criação dos estados do Carajás e Tapajós no contexto da fronteira de acumulação**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Nesta dissertação foram analisados os projetos de divisão territorial do Pará a partir da criação dos estados do Carajás e do Tapajós, os quais estão sobrepostos à fronteira de acumulação, isto é, a territórios onde a acumulação por espoliação é ampliada. Esses movimentos de divisão territorial traduzem, fundamentalmente, os interesses de frações da classe capitalista em se apropriar dos territórios em questão (Sudeste e Oeste paraenses), apropriação que, junto das ideologias geográficas, forma um par indissociável para a expansão geográfica do capital na Amazônia Oriental.

Palavras-chave: Pará, Carajás, Tapajós, fronteira de acumulação, ideologia geográfica.

ABSTRACT

SILVA, Carlos Henrique da Silva. **The divided Pará: projects of creation of the Carajás state and the Tapajós state in the context of the accumulation border**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

In this dissertation, the projects of the division of the Pará territory based on the creation of the Carajás state and the Tapajós state were studied. These states were created on an accumulation border that is to say territories where the accumulation by spoliation is amplified. These territorial division movements represent, fundamentally, the interests of fractions of the capitalist class in claiming ownership of the territories in question (south-west and west of the Pará), this appropriation has, in geographic ideologies, an inseparable link with the geographic expansion of the capital to the Eastern Amazon.

Key words: Pará, Carajás, Tapajós, accumulation border, geographic ideology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Imaginável delimitação dos Estados (Estado do Grão Pará e Maranhão e Estado do Brasil) 55
Figura 2 – Depósitos minerais da Amazônia (milhões de t) 85
Figura 3 – Sistema logístico global de transportes – Projeto Grande Carajás 88
Figura 4 – Divisão do Pará: confira principais características de cada um dos três estados, se for aprovada a divisão 116
Figura 5 – Informativo: Carajás e Tapajós – oportunidade para todos 139
Figura 6 – *Banner* da campanha pela divisão do Pará 145
Figura 7 – Campanha em favor do estado do Tapajós 146
Figura 8 – *Slogan* da campanha contra a divisão do Pará 147

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Duda Mendonça lança marketing pró-divisão do Pará com semelhanças à campanha de Lula 145
Foto 2 – Começa campanha oficial para plebiscito sobre a divisão do Pará 146
Foto 3 – Santarém decreta luto após vitória do “não” em plebiscito no Pará 147
Foto 4 – Moradores de comunidade ribeirinha fazem campanha contra a divisão do Pará ... 148
Foto 5 – Eleitores festejam em Belém o resultado do plebiscito no Pará, que rejeitou a divisão do estado 148

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da Produção Mineral do Pará 2007-2011 90
Gráfico 2 – Projeção da Produção Mineral do Pará 2012-2015 91
Gráfico 3 – Indústria Mineral do Pará em 2010 por municípios 91
Gráfico 4 – PIB do Pará por Região 93
Gráfico 5 – Evolução Populacional do Estado do Pará / 1970-2010 107

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – As primeiras capitanias hereditárias 25
Mapa 2 – Rumos das Principais Entradas e Bandeiras 59
Mapa 3 – A ocupação do território brasileiro 61
Mapa 4 – Brasil: conflitos por terra – 2010 / Sujeitos Sociais 70
Mapa 5 – Amazônia legal: terras devolutas – 2003 74
Mapa 6 – Espaço-tempo no Pará (até 1970) 78
Mapa 7 – Espaço-tempo no Pará (após 1970) 80
Mapa 8 – Áreas apropriadas pela União por meio do decreto n°1164/71 81
Mapa 9 – Estado do Pará / Federalização do território 82
Mapa 10 – Pará: principais municípios mineradores 89
Mapa 11 – Pará: Maiores PIBs (2008) 93
Mapa 12 – Pará: sistemas viários 96
Mapa 13 – Pará: transporte – obras do PAC2 99
Mapa 14 – Pará: energia – obras do PAC2 99
Mapa 15 – Trabalhadores escravizados resgatados 102
Mapa 16 – Pará, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso - Local de libertação e naturalidade dos trabalhadores escravizados 104
Mapa 17 – Propostas discutidas na ANC – 1987/1988 118
Mapa 18 – Comissão de Estudos Territoriais – 1989 121
Mapa 19 – Novos estados e territórios federais 122
Mapa 20 – Redivisão Territorial do Brasil: Projetos em Tramitação no Congresso Nacional 123
Mapa 21 – Brasil: Novos Estados e Territórios Federais/2010 124
Mapa 22 – Império do Brasil dividido em 40 Províncias 129
Mapa 23 – Estado do Tapajós: Proposta de Território 133
Mapa 24 – Estado do Carajás: Proposta de Território 137

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Indústria Mineral Brasileira e Paraense 84
Tabela 2 – Grandes Projetos Produtivos na Amazônia 85
Tabela 3 – CFEM Total Arrecadada e Participação % do Pará no Brasil 92
Tabela 4 – Participação do Pará no Total das Exportações do Brasil e Preço Médio Praticado 92
Tabela 5 – Número de Trabalhadores Libertados, de 1995 a 2006, por Estado 105

LISTA DE SIGLAS

ABAL	Associação Brasileira do Alumínio
ABEF	Associação Brasileira dos Exportadores de Frango
ABIEC	Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras
ABIOVE	Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais
AC	Acre
AEB	Associação de Comércio Exterior do Brasil
AL	Alagoas
ALUMAR	Companhia de Alumínio do Maranhão
ALUNORTE	Alumina do Norte do Brasil
AM	Amazonas
AMAT	Associação dos Municípios do Araguaia e Tocantins
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
AP	Amapá
APROSOJA	Associação dos Produtores de Soja
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ANPUH	Associação Nacional de História
BA	Bahia
BCIMD	Base Cartográfica Integrada do Brasil ao Milionésimo Digital
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional da Habitação
BR	Brasil
CE	Ceará
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CF	Constituição Federal
CFEM	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRH	Centro de Recursos Humanos
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DEM	Democratas
DF	Distrito Federal
DNER	Departamento Nacional de Estradas e Rodagem
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
EDUSP	Editora da Universidade de São Paulo
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ES	Espírito Santo
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentos
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPE	Fundo de Participação Estadual
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GEBAM	Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas
GO	Goiás
GT	Grupo de Trabalho

GTAT	Grupo Executivo de Terras do Araguaia
HGCB	História Geral da Civilização Brasileira
IABR	Instituto Aço Brasil
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto Brasileiro de Mineração
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDESP	Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPESPE	Instituto de Pesquisas Sociais, Politicas e Econômicas
JK	Juscelino Kubitschek
LABJOR	Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo
MA	Maranhão
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MG	Minas Gerais
MRN	Mineração Rio do Norte S.A.
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NAAC	*Nipon Amazon Aluminiun Company*
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NEER	Núcleo de Estudos em Espaço e Representações
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não Governamental
PA	Pará
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PB	Paraíba
PCN	Projeto Calha Norte
PDC	Projeto de Decreto Legislativo
PDS	Projeto de Decreto Legislativo (Senado Federal)
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PE	Pernambuco
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PGC	Programa Grande Carajás
PI	Piauí
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programa de Integração Nacional
PLIP	Projeto de Lei de Iniciativa Popular
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND	Programa Nacional de Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POLAMAZÔNIA	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLONOROESTE	Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Paraná
PRODECER	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agropecuária do

	Norte-Nordeste
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RBA	Rede Bela Aliança
RESEX	Reserva Extrativista
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
RO	Rondônia
RR	Roraima
RS	Rio Grande do Sul
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SBS	Sociedade Brasileira de Silvicultura
SC	Santa Catarina
SE	Sergipe
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SEPLAN	Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
SIT	Secretaria de Inspeção do Trabalho
SP	São Paulo
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TO	Tocantins
UC	Unidade de Conservação
UDR	União Democrática Ruralista
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
USDA	*United States Department of Agriculture*
USGS	*United States Geological Survey*
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 15

CAPÍTULO 1 – Estado territorial e expansão geográfica do capital no Brasil 24

1.1. Notas sobre a formação territorial do Brasil 24

1.2. Estado, planejamento e fronteira de acumulação 30

1.3. Fundos territoriais, fronteira de acumulação e território no século XXI 50

1.4. Aspectos da formação territorial do Pará 52

CAPÍTULO 2 – Pará: sincronia de tempos desiguais no processo de produção capitalista do território 66

2.1. Contexto: a permanência da acumulação por espoliação 66

2.2. Dos Recursos Minerais 83

2.3. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Pará 95

2.4. Do trabalho em regime escravo 102

CAPÍTULO 3 – Criar Carajás e Tapajós ou dividir o Pará? As ideologias geográficas como discurso legitimador da apropriação capitalista do território 110

3.1. Das ideologias geográficas 110

3.2. Contexto – Da Assembleia Nacional Constituinte de 1987/88 à conjuntura atual: a permanência dos projetos para a criação de novos estados no Brasil 114

3.3. Projetos para a criação do estado do Tapajós 127

3.4. Projetos para a criação do estado do Carajás 136

3.5. Entrevistas com militantes: da necessidade social ao determinismo geográfico 143

CONSIDERAÇÕES FINAIS 163

REFERÊNCIAS 167

ANEXOS 181

ANEXO A 181

ANEXO B 182

ANEXO C 183

INTRODUÇÃO

A primeira divisão territorial do que mais tarde seria o Brasil se deu com a criação de quinze *donatarias*[1] (1534), quando, por meio da lógica geopolítica de *dividir para dominar*, o império português buscava garantir seu domínio sobre o território sul-americano. Desde então, o mapa do Brasil tem sido redesenhado, sempre a contar com mais unidades político-territoriais[2] (federativas), cujos limites[3] também foram alterados, assim como a denominação, que de donatarias passaram a *capitanias*[4], a *províncias* e a *estados* e *territórios federais* (a partir de 1891).

Da segunda metade do século XIX à primeira do XX foram propostos diversos projetos de redivisão territorial do Brasil. O modelo predominante era e continua sendo o mesmo, ou seja, o reordenamento das fronteiras internas a partir do aumento do número de unidades político-territoriais. Os municípios, por exemplo, passaram de 642 em 1872[5] a um total de 5570 em 2013[6].

Com relação aos estados, a divisão territorial é a mesma desde 1988, quando o debate em torno do tema foi intensificado na Assembleia Nacional Constituinte. Dos nove projetos em pauta naquela ocasião, quatro foram aprovados: os territórios federais de Fernando de Noronha, Amapá e Roraima. O primeiro passou a distrito estadual de Pernambuco e os dois últimos foram transformados em estados. Já o estado do Tocantins surgiu do desmembramento do norte de Goiás. Durante esses quase 30 anos passados, parlamentares insistem na aprovação dos projetos reprovados na Constituinte, assim como mais de 20 novos

---

[1] Conjunto de *capitanias hereditárias* e *capitanias reais* que formavam a colônia sul-americana de Portugal.

[2] Termo utilizado por Martin (1993).

[3] "A ação de um grupo sobre o espaço pode delimitá-lo. Por isso, falar de território necessariamente remete à noção de *limite*. Toda propriedade ou apropriação é marcada por limites visíveis ou não. A demarcação pode estar materializada no território ou, por exemplo, numa representação cartográfica. O mapa é o instrumento ideal para todo esse processo de demarcação de fronteira" (RAFFESTIN, 1993, p. 153, et seq.).

[4] Não confundir com as capitanias anteriormente mencionadas. Referimo-nos às que formavam o território colonial, por exemplo, no período em que ele estava dividido em *Estado do Brasil* e *Estado do Maranhão e Grão-Pará* (1621-1774).

[5] Data do primeiro recenseamento realizado no Brasil. In: **Evolução da Divisão Territorial do Brasil: 1872 – 2010 (IBGE)**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000006841812102011183809119 60.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2014.

[6] In: **Evolução da Divisão Territorial do Brasil: 1872 – 2010 (IBGE)**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000006841812102011183809119 60.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2014.

estados e territórios federais (extintos naquela ocasião) passaram a ser reivindicados no Congresso Nacional, muitos dos quais estão arquivados.

Um evento inédito na história do país foi a realização de um plebiscito, em dezembro de 2011, visando consultar a população paraense acerca da divisão do estado do Pará e tendo como objetivo a criação dos estados do Carajás e do Tapajós[7]. Contudo, o debate sobre o tema permanece concentrado no setor político, por isso a notícia de que atualmente oito novos estados são reivindicados provavelmente causaria, no mínimo, surpresa a muitos brasileiros, afinal os limites das fronteiras internas aparentemente são fixos e definitivos.

No Brasil, as fronteiras internas são conduzidas historicamente em conformidade com a expansão geográfica do capital e, se tratando de um país cujo território "não está plenamente construído" (MORAES, 2005, p. 94-5), novas unidades político-territoriais tendem a surgir. O capitalismo, "atualmente em seu estágio imperialista, consegue escapar de sua própria contradição através da expansão geográfica e da intensificação do consumo", no entanto, para que isso se realize "novos espaços para a acumulação são necessários" (HARVEY, 2005, p. 62).

A origem desta dissertação remonta, de certa maneira, ao início do curso de graduação, quando no trabalho de conclusão de curso analisamos os projetos para a criação de novos estados no Brasil (em pormenores o do Maranhão do Sul) que tramitavam no Congresso Nacional naquele momento. Abordamos o tema a partir das *ideologias geográficas* presentes na argumentação da necessidade de se criar um novo estado e da *formação territorial* do Brasil.

Nesse percurso, constatamos que o tema da redivisão territorial do Brasil na Geografia em geral é abordado com o propósito de aprimorar o ordenamento territorial, de diminuir as disparidades regionais, de aproximar a presença da jurisdição estatal da população. Expressões como "solidariedade territorial", "cooperação territorial", são comuns nos estudos realizados. Todavia, sendo o Estado, antes de tudo, o principal incentivador e viabilizador da reprodução do capital (HARVEY, 2005), e considerando que o desenvolvimento no capitalismo é fundamentalmente desigual e combinado, interpretamos o tema a partir da

[7] Na urna eleitoral a pergunta foi a seguinte: "Você é a favor da divisão do Estado do Pará para a criação do Estado do Carajás?". O mesmo se repetiu para o estado do Tapajós. 66,60% e 66,08% dos votos válidos responderam "não" às duas perguntas, respectivamente. In: **Tribunal Regional Eleitoral do Pará. Relatório da votação dos plebiscitos 2011**. Disponível em: <http://www.tre-pa.jus.br/eleicoes/plebiscito-2011/relatorios-da-votacao-dos-plebiscitos-2011>. Acesso em: 31 jan. 2014.

geografia como discurso legitimador da expansão geográfica do capital, processo realizado por meio da espoliação e de outras heranças coloniais que continuam a marcar a formação do país. Portanto, interpretamos a criação dos dois estados aqui analisados sem perder de vista, de um lado, a violência da existência da própria forma estatal, e, de outro, a sua função na reprodução da sociabilidade capitalista.

No final do período monárquico, "nem escravidão, nem monarquia, nem planos de viação faziam parte dos interesses das elites agrárias [cujos planos], ainda hoje, só permitem a modernização que lhes permite continuar a existir como tal" (SOUSA NETO, 2004, p. 183). Episódios da história territorial como esse ainda marcam a dinâmica do território brasileiro, assim como a argumentação pró-divisão do Pará, a qual se queixa, por exemplo, da ineficiência e até ausência do poder público na implantação de infraestrutura e na gestão do território.

Entendemos que no Brasil ainda existem *fundos territoriais*, ou seja, "espaços-reserva" (MORAES, 2009, p. 65) apropriados conforme a demanda de reprodução do capital. De acordo com Harvey (2005a, p. 103), novos espaços são valorizados assim que "capitalistas procuram novos mercados, novas fontes de matérias-primas, uma nova força de trabalho e locais novos e mais lucrativos para operações de produção", resultando no "movimento geográfico do capital e do trabalho" que "revoluciona periodicamente a divisão territorial e internacional do trabalho".

Frente ao contexto apresentado, um problema preliminar apresentava-se no início desta pesquisa: o que motiva o movimento pela criação de um novo estado no Brasil? Problema que se desdobra em algumas perguntas: onde estão localizados os novos estados, ou seja, quais territórios estão em questão? Há algo de comum a todos eles?

Sendo assim, cartografamos os Projetos de Decreto Legislativo (PDCs) em tramitação no Congresso Nacional para a criação de novos estados, sendo: Araguaia, Carajás, Gurguéia, Maranhão do Sul, Mato Grosso no Norte, Rio São Francisco, Tapajós e Triângulo; além de cinco territórios federais: Juruá, Oiapoque, Pantanal, Rio Negro e Solimões. A partir do mapa[8] nota-se que estes últimos estão localizados em territórios de fronteira internacional. Em relação aos novos estados, exceto o do Triângulo, todos se sobrepõem à *fronteira de acumulação*, em terras abrangidas na maior parte pelos "domínios amazônico e dos cerrados"

[8] **Brasil: novos estados e territórios federais** (ver Mapa 21).

(AB'SÁBER, 2003); fronteiras cuja valorização se dá por meio, sobretudo, da mineração, pecuária bovina, soja, produção de energia hidrelétrica, da urbanização de modo geral, produções marcadas pela espoliação, em que "terras tradicionalmente ocupadas" (ALMEIDA, 2004) são apropriadas por capitalistas; processo no qual o projeto hegemônico de desenvolvimento se impõe, mesmo com a resistência de povos indígenas, de sindicatos de trabalhadores rurais, de movimentos sociais. No que tange à força de trabalho, a fronteira de acumulação, é marcada pela superexploração, inclusive com a reprodução de relações de trabalho em regime escravo.

Na Amazônia brasileira, a partir da segunda metade do século XX, a "expansão territorial do capital e sua extensão às atividades agropecuárias apoiam-se em incentivos fiscais e subsídios governamentais" e no "uso não capitalista da mão-de-obra necessária à fundação propriamente dita do novo empreendimento", ou seja, "a reprodução ampliada do capital, nesses casos, inclui a produção não capitalista de capital" (MARTINS, 2012, p. 83).

A partir do problema de pesquisa, a dissertação que ora se apresenta resultou do objetivo de analisarmos a articulação entre os processos de criação de um novo estado e o de expansão geográfica do capital no contexto da Amazônia enquanto *fronteira de acumulação*. Para isso examinamos os projetos para a divisão territorial do Pará através da criação dos estados do Carajás e do Tapajós a partir de um duplo aspecto: das *ideologias geográficas* utilizadas na argumentação política e das *materialidades territoriais*[9] do Pará, buscando, desse modo, como dissemos anteriormente, compreender a geografia enquanto discurso que serve à legitimação da apropriação de riquezas via um novo estado, tratando-se, portanto, de ideologias vinculadas ao processo de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo.

Carajás e Tapajós são, nacionalmente, os projetos mais avançados no que tange às etapas de aprovação no Congresso Nacional. Após o resultado desfavorável do plebiscito de 2011, ambos permanecem articulados, basicamente em duas frentes de trabalho: uma na Câmara dos Deputados, onde o deputado Giovanni Queiroz[10] (PDT-PA) tenta alterar a legislação para que, em caso de plebiscito, somente a população dos municípios que comporiam um novo estado tenha o direito de voto; a outra é a Proposta de Lei de Iniciativa Popular, que coleta assinaturas para exigir o mesmo do Congresso.

---

[9] Entendemos que esses dois aspectos são indissociáveis entre si, sendo necessário compreendê-las levando-se em consideração as condições objetivas e históricas das quais são constituintes.
[10] Autor do PDC para a criação do estado do Carajás.

Com efeito, esses dois casos (Carajás e Tapajós) foram escolhidos como objeto de pesquisa por estarem mais articulados e por se tratar de um território representativo em todos os fatores de análise elencados para a compreensão do problema de pesquisa; além do que uma investigação que se pretende histórica não deve se preocupar somente com o que obteve sucesso, pelo contrário, precisa apreender, antes de tudo, o processo em curso – no caso, o movimento histórico pela criação desses dois novos estados – independentemente se foram aprovados ou não. Aqui se põe uma escolha que visa trabalhar com projetos que não obtiveram sucesso quanto ao seu pleito, mas explicitam de maneira meridianamente clara as intenções que as sustentam e, embora possam não ser vencedoras, implicam permanências.

Para tornar o objetivo executável, dividimos os dois aspectos analisados acerca do território paraense (ideologias geográficas e materialidades territoriais) em fatores de análise. As ideologias foram examinadas por meio: (1) dos Projetos de Decreto Legislativo para a criação dos estados do Carajás e do Tapajós; (2) de peças publicitárias difundidas na campanha plebiscitária pró e contra ambos; (3) das entrevistas realizadas com militantes dos movimentos pela criação de ambos, assim como contrários aos dois.

Já as materialidades territoriais serão abordadas a partir do (1) levantamento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – em projeto, em construção e concluídas (2007-14), no que se refere à localização, ramo de atividade e montante de capital total empregado; (2) dos recursos minerais e vegetais (em exploração e reserva); (3) do levantamento das principais empresas que atuam na exploração desses recursos, assim como seus respectivos países sede; (4) do total de terras devolutas.

No que se refere ao trabalho e aos trabalhadores, serão analisados: (1) a localização e o total de trabalho em regime escravo; (2) o total de trabalho formal; (3) os conflitos envolvendo, de um lado, trabalhadores e povos tradicionais e, de outro, grandes empreendimentos. O problema, nesse ponto, é que na medida em que o conflito é entre capital e trabalho os conflitos presentes no trabalho mobilizado para a região é mais uma evidência de como o capitalismo cria conflitos entre trabalhadores na realização de seus interesses de acumulação. Logo, os fatores de análise apresentados formam uma base analítica que, acreditamos, possibilitará a compreensão acerca da produção capitalista do território paraense.

Os discursos pela criação de Carajás e Tapajós estão demasiadamente apoiados em ideologias geográficas com o objetivo de legitimarem a ideia de que “são bons para todos”,

inclusive para a população do "Parazinho"[11]. Se traduzidos, direta ou indiretamente, os argumentos apoiam-se nos conceitos de *área* e *região*, a ponto de reproduzirem o determinismo geográfico e qualificarem a sociedade pelo novo território a ser criado.

A fundação do núcleo de Belém do Grão-Pará (1616), a criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará (1621) e a concessão de capitanias marcaram a ocupação portuguesa sobre a Amazônia (BRUNO, 1966, p. 33). Contudo, seu processo de formação territorial intensificou-se notadamente a partir da segunda metade do século XX, em específico a partir da "Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (1953), criada pela Presidência da República com o propósito de elaborar planejamentos quinquenais para valorização econômica da região" (BECKER, 1991, p. 16).

Desde então, a construção de infraestrutura (capital fixo), o fornecimento de crédito e incentivos fiscais a capitalistas evidenciam a função do Estado enquanto incentivador e viabilizador da reprodução do capital, ações que ainda hoje, no caso do Pará, transformam fundos territoriais em território usado[12]. Nesse sentido, o processo de criação de Carajás e Tapajós está diretamente relacionado à expansão geográfica do capital na Amazônia.

Novas frações da classe capitalista surgem e, em conflito com frações de classes tradicionais, passa a reivindicar autonomia política. Além disso, criar um novo estado demanda ações imediatas, como a construção de prédios para a sede do novo governo e aumento do funcionalismo público, recursos que virão da União.

Em suma, um novo estado gera acumulação de capital, como também é resultado dela, ou, em outros termos, é fator e produto da expansão geográfica do capital. A lógica de se dividir o território para dominar (dividir para acumular), marca da colonização portuguesa, permanece e está longe de ser assunto concluído no debate geopolítico brasileiro.

No período colonial, os projetos de redivisão territorial partiam do governo central, enquanto hoje são individualizados, no entanto estimulados indiretamente pelo Estado, no processo ainda contínuo de transformação de fundos territoriais em território usado, sendo

---

[11] Termo difundido pelas frentes parlamentares contrárias à criação dos estados do Carajás e do Tapajós referindo-se ao Pará remanescente, que ficaria com 17% do território atual, caso os dois novos estados sejam aprovados.

[12] Ao tratar desses dois conceitos referindo-se ao período colonial, Moraes (2011, p. 75-6) chama a atenção para a diferença entre *território* e *território usado*. "Sintetizando, temos: o território colonial como área de soberania formal (e de administração) de uma metrópole; o território usado como as áreas efetivamente apropriadas pela colonização (os encraves e regiões); e os fundos territoriais, que restam como reservas para a expansão futura da ação colonizadora".

mais um exemplo da função do “Estado enquanto mediador da reprodução da sociabilidade capitalista” (MASCARO, 2013).

Segundo Harvey (2005, p. 27), a ideia de que na globalização o Estado-nação estaria “desaparecendo como centro de autoridade é uma tolice”. Pelo contrário, ele estaria, como nunca, dedicado a criar um “adequado ambiente de negócios para os investimentos, o que significa, precisamente, controlar e reprimir os movimentos trabalhistas”, logo o “Estado está muitíssimo ativo no domínio das relações entre capital e trabalho”.

Criar Carajás e Tapajós ou dividir o Pará? A pergunta pode parecer estranha, mas traz à tona um aspecto sutil acerca do entendimento do problema. Fundamentalmente, de certo modo, ninguém é favorável ou contrário à criação desses dois estados. O objetivo capital é, de um lado, dividir o território e, do outro, não deixar o território ser dividido. Dessa maneira, Carajás e Tapajós servem, em primeiro lugar, como um meio de se ampliar a materialização do projeto de apropriação capitalista do território. Por isso, entendemos que discussões em torno de questões do tipo: “dividir ou não?”, “quanto custará a criação de um novo estado?”, “vai melhorar a condição de vida da população?”, “vai aprimorar o todo federativo?”, e tantas outras dessa natureza, representam, antes de qualquer coisa, uma falsa polêmica. Até porque o centro da questão, aquilo que lhe dá razão de ser, é radicalmente outro. Está em jogo a apropriação e a partilha de materialidades territoriais (com destaque aos recursos naturais) por frações da classe capitalista, assim como o direcionamento dos gastos públicos para novos projetos de territórios particulares localizados no Pará, restando-nos, “no frigir dos ovos”, a seguinte pergunta: “De quem é o pedaço?”[13].

Sem diferir essencialmente de outros estados brasileiros, o Pará, socialmente, é marcado por baixos indicadores sociais. Frente a essa condição capitalista, a geografia enquanto discurso tem um papel fundamental no convencimento da opinião pública: de um lado, o discurso do desenvolvimento via manutenção da unidade territorial paraense (“quem

[13] Título do livro de Armando Corrêa da Silva. **De quem é o pedaço?** Espaço e cultura, Editora Hucitec, São Paulo, 1986.

ama fica junto, quem ama não separa”[14]); de outro, o desenvolvimento a partir de um novo estado (“dividir para multiplicar”[15]).

Criar um novo estado a partir da divisão do Pará é uma, talvez a principal, maneira encontrada pela empreitada capitalista para que o processo de expansão geográfica do capital se realize ampliadamente no território em questão; empreitada à qual as ideologias geográficas do tipo regionalismo bem servem, pois, segundo o discurso difundido, os “amazônidas-tapajônicos, nativos ou não”, assim como os “carajaenses”, estariam unidos por uma causa que é de todos. Com isso, todas as diferenças, inclusive entre classes, desaparecem e a questão se resume a um “nós” explorados por “eles” (de Belém).

De acordo com o exposto, apresentamos a seguir cada um dos três capítulos que compõem esta dissertação.

No capítulo 1 – *Estado territorial e expansão geográfica do capital no Brasil*, abordamos alguns aspectos da formação territorial do Brasil com o intuito de apreender suas particularidades, contexto no qual inserimos a formação territorial do Pará. Por meio da geografia histórica, nosso objetivo é compreender o território paraense do presente e de que modo o Estado brasileiro vem transformando fundos territoriais em território usado, pois a partir disso julgamos possível compreender alguns aspectos dos movimentos de divisão territorial do Pará.

No capítulo 2 – *Pará: sincronia de tempos desiguais no processo de produção capitalista do território*, discorremos sobre a expansão geográfica do capital em fundos territoriais no Pará, processo de acumulação por espoliação que analisaremos a partir das terras devolutas, dos recursos minerais, das obras do PAC, do trabalho e, por fim, dos projetos de valorização territorial da Amazônia criados a partir da segunda metade do século XX. Entendemos que desse modo tem-se uma base, tanto de fontes como interpretativa, para elucidar a natureza dos movimentos de divisão territorial a partir da criação dos estados do Carajás e do Tapajós.

---

[14] *Jingle* da campanha contrária à divisão do Pará veiculada à época do plebiscito. In: **Ouça *jingles* a favor e contra a divisão do Pará**. 13 set. 2011. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/multimidia/podcasts/974462-ouca-jingles-a-favor-e-contra-a-divisao-do-para.shtml>. Acesso em: 08 jul. 2013.

[15] *Jingle* da campanha pró-divisão do Pará veiculada à época do plebiscito, coordenada pelo marqueteiro Duda Mendonça. In: **Ouça *jingles* a favor e contra a divisão do Pará**. 13 set. 2011. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/multimidia/podcasts/974462-ouca-jingles-a-favor-e-contra-a-divisao-do-para.shtml>. Acesso em: 08 jul. 2013.

No capítulo 3 – *Criar Carajás e Tapajós ou dividir o Pará? As ideologias geográficas como discurso legitimador da apropriação capitalista do território,* de modo breve apresentamos o debate em torno dos novos estados no Brasil, com o intuito de mostrar os argumentos recorrentes sobre o assunto, assim como o que é comum entre esses projetos. Voltamos à Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88 porque muitos dos projetos em tramitação atualmente são remanescentes daquele momento.

A partir desta contextualização, apresentamos Carajás e Tapajós no que diz respeito aos argumentos que buscam justificá-los, assim como o uso que se faz das ideologias geográficas no processo de legitimação da necessidade de um novo estado como solução de problemas sociais.

Acreditamos ser este trabalho uma contribuição à compreensão do tema da redivisão territorial do Brasil, cujo movimento de secessão paraense é, sem dúvida, bastante representativo.

CAPÍTULO 1 – Estado territorial e expansão geográfica do capital no Brasil

1.1. Notas sobre a formação territorial do Brasil

Conforme já anunciado, a partir da lógica geopolítica de "dividir para dominar" o império português partilhou o espaço colonial em 15 *donatarias*[16] (1534), as quais, por sua vez, formaram o primeiro conjunto de fronteiras internas do que mais tarde seria o território brasileiro[17].

Por serem conduzidas historicamente em conformidade com a expansão geográfica do capital, ainda hoje as fronteiras internas do Brasil são pressionadas a uma nova redefinição quanto aos seus limites e também com relação à quantidade de unidades federativas (ou político-territoriais). O que é verificado nas inúmeras ações políticas para a criação de novos estados e novos municípios e até nos limites ainda indefinidos em trechos de fronteira entre Ceará e Piauí ou Mato Grosso e Pará (sobre a formação territorial dos estados brasileiros, ver Anexo D).

Segundo Moraes (2005, p. 94-5), o imperativo da apropriação constante do espaço, juntamente na consolidação do espaço conquistado, são "fios condutores" da formação brasileira. De acordo com o autor, uma evidência é o fato do Brasil ser um dos poucos países do mundo atual a não ter seu território plenamente construído, o que o leva a possuir frentes pioneiras em grande dinamismo. "O projeto 'nacional' elaborado foi o do 'país a ser construído'. Isto é, a incorporação dos fundos territoriais ao território usado [...] foi a meta básica estabelecida para o Estado imperial"[18].

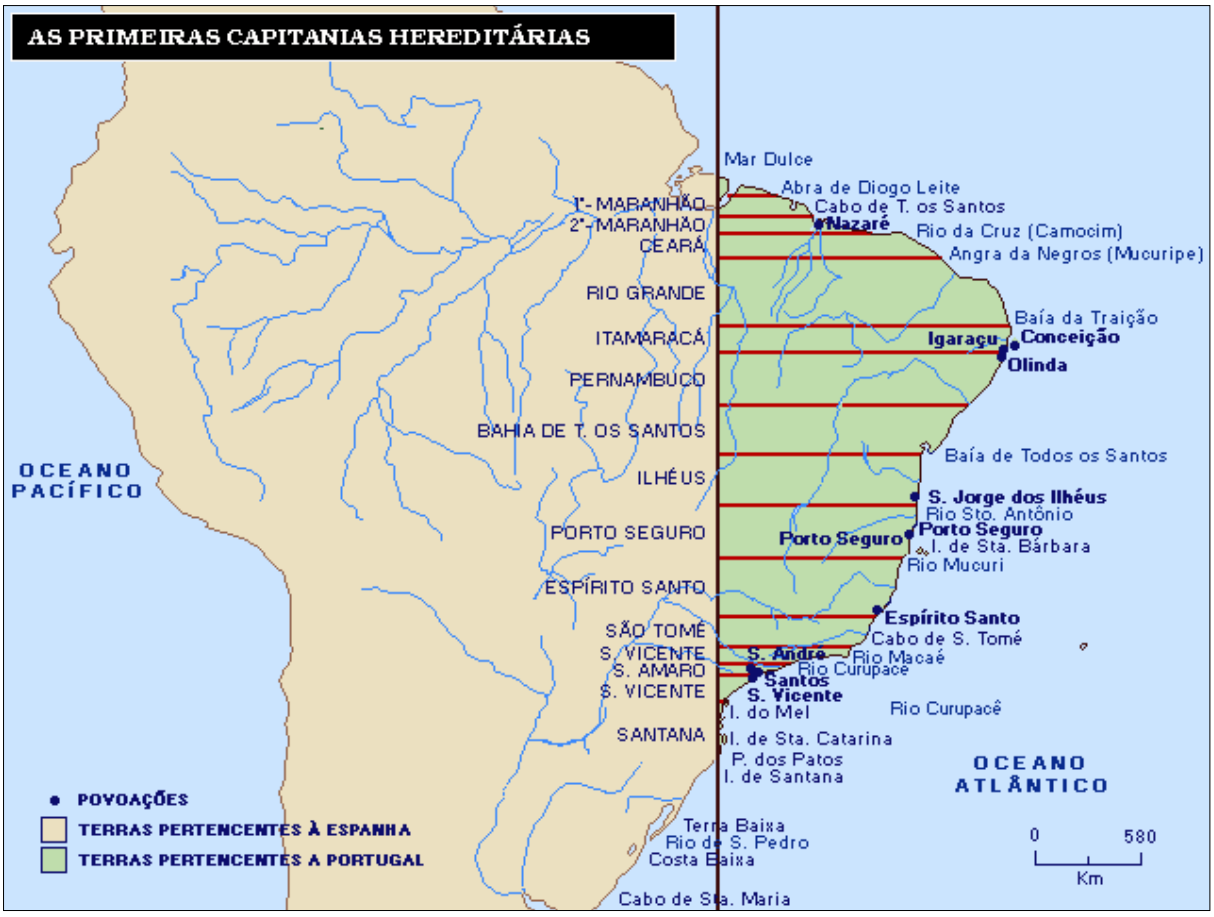
---

[16] Segundo Augusto Fausto de Souza (1988, p. 30), as *donatarias* posteriormente foram chamadas de *capitanias*, que, por sua vez, a partir de 1815 (quando a colônia recebeu o *status* de Reino Unido de Portugal) passaram a *províncias*, talvez porque a Metrópole também era dividida em unidades territoriais de mesmo nome.

[17] Pedro Pinchas Geiger (2003, p. 30) explica que o nome *Brasil* prevaleceu a partir de 1527, como referência ao pau-brasil, planta litorânea da qual se extraia uma tinta avermelhada bastante apreciada na Europa. Antes, em 1500, as denominações foram *Ilha de Vera Cruz*; *Terra de Vera Cruz*, em 1503; e *Terra de Santa Cruz*, ainda no mesmo ano. Indicativos da força ideológica e política da Igreja.

[18] Id., 2011, p. 85.

Mapa 1



Fonte: **As primeiras capitanias hereditárias**. Disponível em: <http://historiando.files.wordpress.com/2007/04/capitanias-hereditarias.gif>. Acesso em: 25 jun. 2014.

Nesse sentido, *formação das fronteiras internas* e *formação territorial* são processos diretamente relacionados entre si. O que explica, ao menos em parte, a grande quantidade de novos estados, territórios federais e municípios reivindicados ainda hoje.

> A formação territorial é, do ponto de vista espacial, um processo cumulativo que articula os resultados de formas de sociabilidade não necessariamente contínuas e sincrônicas; as intervenções e construções anteriores aparecendo ante um novo ciclo de povoamento como parte da herança espacial local, perfilando-se ao lado das características do meio natural como elementos de qualificação dos diferentes espaços (MORAES, 2005a, p. 54). Assim, enquanto a valorização do espaço aparece como horizonte teórico genérico de indagação, a formação territorial desenha-se como objeto empírico. [Logo], valorização do espaço e formação territorial [são] dois níveis de abordagem de um mesmo processo (MORAES, 2005, p. 45 et seq.).

Compreendemos espaço como categoria social, resultado construído e em construção, onde se demarcam práticas sociais (MORAES; COSTA, 1987, p. 73 et seq.). Nessa

concepção, não há espaço sem sociedade; pelo contrário, busca-se trabalhar a relação *sociedade-espaço* como sendo exclusivamente social[19]. Trata-se de desvendar as formas concretas que qualificam e determinam essa relação, cuja historicidade a define enquanto processo permanente de desnaturalização, humanização e socialização do espaço terrestre[20].

O espaço "não é apenas um produto (objeto e resultado do trabalho), mas também imperativamente uma condição geral da produção e da existência humana" (MORAES; COSTA, 1987, p. 132).

Entendemos *território* conforme a conotação clássica da Geografia Política, que o define como área de exercício de um poder estatal, ou o âmbito espacial de dominação de um Estado[21], assim como um espaço qualificado pela dominação política sobre o qual há o exercício do poder[22], de uma jurisdição legal, tributária, militar, religiosa (MORAES, 2009, p. 61). Deve ser entendido então como materialidade, como representação e/ou como um projeto de ocupação prática de porções da superfície terrestre e de sua legitimação simbólica, sendo a apropriação aquilo que qualifica uma porção da superfície terrestre como território, e, em decorrência disso, este se faz impossível enquanto realidade apenas natural[23]. Portanto é resultado histórico da relação entre sociedade e espaço, e para ser desvendado é necessária a compreensão de sua gênese e de seu desenvolvimento, concepção essa que resgata o diálogo da geografia com a história[24].

Nem toda a extensão espacial de uma colônia, definida na partilha entre as metrópoles, encontra-se apropriada economicamente, ou seja, incorporada de forma efetiva aos fluxos colonizadores, com povoamento e/ou exploração econômica (MORAES, 2009, p. 65). Mesmo assim são partes do patrimônio colonial sob domínio político de uma metrópole e nesse sentido são fundos territoriais[25]. Trata-se de "áreas ainda não devassadas pelo colonizador, dos sertões, das fronteiras, dos lugares ainda sob domínio da natureza ou dos 'naturais'"[26].

---

[19] Ibid., p. 73 et seq.
[20] "A ótica é eminentemente social, o que pressupõe, desde o início, uma relação permanente de *apropriação* da natureza pelo homem [...]. Para ele [Marx], ao modificar a 'natureza externa', o homem transforma a sua 'natureza interna', ou seja, se humaniza ao antropomorfizar a natureza ambiente. O homem é visto, assim, como o sujeito da natureza e esta o seu corpo inorgânico" (MORAES; COSTA, 1987, p. 74-5).
[21] "[...] o conceito geográfico de território filia-se à tradição das ciências naturais. É apenas com Ratzel que a Geografia converge para o objeto comum das ciências humanas" (MARTIN, 1993, p. 29).
[22] Deve-se "ligar sempre a idéia de território à idéia de poder" (ANDRADE, 1995, p. 19).
[23] Ibid., p. 29.
[24] Id., 2002, p. 63.
[25] Ibid., p. 65.
[26] Id., 2002, p. 88.

O conceito é empregado pelo autor supracitado referindo-se a um Brasil monárquico, no entanto entendemos que ainda hoje determinadas partes do território são – na visão do Estado brasileiro – tratadas enquanto espaços-reservas; em outras palavras, como uma espécie de poupança a ser usada no futuro, conforme a demanda da reprodução do capital. Desse modo, corroboramos com a interpretação de Carlos Rerisson Rocha da Costa (2013, p. 30), o qual, ao partir da compreensão conceitual de Moraes (2009), considera que os fundos territoriais ainda existem na forma de territórios onde não há um uso hegemônico: territórios de usos não propriamente capitalistas ou em forma de territórios passíveis de apropriação capitalista.

No entanto, ressalta que esse

> pressuposto não exclui a existência de grupos sociais cujas relações de reprodução se dê nesses espaços, sem, contudo, representarem um *uso hegemônico do território*, como é o caso de camponeses, quilombolas etc. Esta observação torna-se importante pois a apropriação do termo *fundo territorial* como vazio pleno nos parece configurar uma "*ideologia geográfica*", passível de apropriação pelo Estado e por agentes hegemônicos da economia capitalista, por exemplo. É preciso, pois, destacar que em nosso estudo tal termo representa uma espécie de *poupança*, um *estoque* de território para a expansão da acumulação de capital (COSTA, 2013, p. 30).

No território paraense, os fundos territoriais estão identificados na forma de terras devolutas, muitas vezes classificadas enquanto Terras Indígenas, unidades de conservação – até mesmo os latifúndios improdutivos são uma espécie de fundo territorial. Dessa maneira, frente à lógica estatal são territórios-poupança para apropriação futura, até porque em geral são ricos em minérios, madeira, água, biodiversidade e força de trabalho, afinal sujeitos sociais também são vistos como recursos territoriais.

Outro aspecto que fundamentalmente caracteriza um fundo territorial é a baixa densidade ou até mesmo a ausência de infraestrutura. Para citar apenas um exemplo, não há rodovia totalmente pavimentada entre a maior cidade da região (Santarém) e a capital estadual (Belém). No pretenso estado do Tapajós (Oeste do Pará), mais de 80% do território seriam terras devolutas (Mapa 5).

Segundo David Harvey (2011), alguns princípios geográficos podem possibilitar o entendimento acerca do caos aparente na reprodução do capitalismo. Um dos princípios, de acordo com o autor, é que todos os limites geográficos da acumulação do capital têm de ser ultrapassados. No Brasil, isso pode ser verificado a partir das terras ocupadas por populações

(comunidades e povos) tradicionais em duas situações: casos em que a terra não está demarcada e homologada, portanto passível à apropriação por parte dos empreendimentos hegemônicos, e casos nos quais as terras mesmo homologadas são pressionadas, seja por projetos econômicos, seja por políticos que atuam pela redução dos limites dessas terras. Além das populações tradicionais, camponeses e posseiros (que não possuem o título de propriedade da terra) estão submetidos permanentemente ao processo de expropriação, sendo empurrados à condição de "sem-terra". Desse modo, isto é – por espoliação – a terra é privatizada, pois passa a ter dono (não raro por grilagem) e a força de trabalho disponível é ampliada, resultando no aumento do exército de reserva e no trabalho em regime escravo, além do modo de vida capitalista que será imposto a esses sujeitos sociais.

Desde sua gênese, a formação territorial do Brasil é exemplar em face das características expostas:

> A expansão territorial – despovoadora na perspectiva dos índios, povoadora na do colonizador – marcou o desenvolvimento histórico do Brasil. O país foi construído consoante com a apropriação de terras, tendo na conquista forte elemento de identidade e coesão sociais. Um padrão de ocupação intensivo do ponto de vista dos recursos e extensivo no que tange ao espaço domina genericamente a história nacional, atribuindo-lhe um sentido expansionista "civilizador" (MORAES, 2005a, p. 138).

Nos países de formação colonial, a dimensão espacial adquire singular importância na explicação dos processos sociais e da vida política em particular (MORAES, 2005a, p. 137). Conforme o autor, nesses referidos países

> a geografia emerge como determinação básica, reveladora de motivações e como instância explicativa de estruturas e práticas históricas. Trata-se de países formados na conquista de espaços, e que têm na apropriação territorial um móvel recorrente dos interesses e das alianças políticas. Difícil entendê-los sem recorrer a tal vício de origem (MORAES, 2005a, p. 137).

Devido à dificuldade em delimitar a nação e em gerar uma justificativa nacional, o Estado que se forma no contexto periférico é melhor definido como "territorial", porém dificilmente como "nacional", pois se trataria de um território e um projeto de Estado cuja consolidação passa pelo fomento de alguma forma de identidade (MORAES, 2005a, p. 81-2).

No que se refere às particularidades da formação brasileira, Moraes (2002, p. 42) chama a atenção para o fato de a Independência política (em 1822) ter trazido consigo a necessidade da consolidação de um Estado nacional. No entanto, naquele momento,

> quase metade da população era constituída de escravos: na dificuldade de identificar-se como uma nação, o Estado brasileiro toma o território como centro de referência da unidade nacional, vendo seu povoamento como tarefa básica a ser realizada no processo de construção do país. Tal concepção espacialista enraíza-se na cultura política do Brasil, estimulando argumentações de forte conteúdo geográfico que adentram pelo século XX, fundamentando algumas das principais interpretações do país nas primeiras décadas republicanas (MORAES, 2002, p. 42, grifos nossos).

Era impossível que toda a população do país fosse qualificada como povo ("expressão política de nação"), "uma vez que os indivíduos submetidos à condição de escravos não se apresentavam na arena pública como sujeitos políticos e sim como mercadorias, isto é, como propriedades de alguém" (MORAES, 2002, p. 72). Com relação aos sujeitos escravizados, o "'convencimento' [...] tinha por mecanismo básico de obediência o castigo, sendo o pelourinho o instrumento pedagógico por excelência nas sociedades escravocratas. Estas se estruturam, por tal determinação genética, como sociedades de violência institucionalizada"[27].

Enfim, havia "um território a ocupar e um Estado em construção, mas a população disponível não se ajusta à identificação de uma *nação* conforme os modelos identitários vigentes nos centros hegemônicos" (MORAES, 2002, p. 115). Não obstante, abandonou-se "o caminho de construção da nacionalidade proposto por José Bonifácio (cujo eixo repousava na gradativa abolição das relações escravistas)", tomando corpo uma concepção que vai "identificar o país não com sua sociedade, mas com seu território. Isto é, o Brasil não será concebido como um povo e sim como uma porção do espaço terrestre, não uma comunidade de indivíduos, mas como um âmbito espacial"[28].

Segundo Moraes (2002, p. 116-7), a ideia de *país em construção* atua em primeiro lugar como "elemento de coesão entre as próprias elites, ao dotá-las de um projeto *nacional* comum"; em segundo lugar, ela "legitima plenamente a ação do Estado, pois lhe é atribuída a condução desse projeto, e pela magnitude da missão assumida justificam-se também seus traços autoritários, como o centralismo e uso da violência". Desse modo, o Estado brasileiro

[27] Ibid., p. 99.
[28] Ibid., p. 115.

assumiu-se enquanto "o guardião da soberania e o construtor da nacionalidade, entendida como o povoamento do país. [...]. E o povo sendo visto como instrumento [nesse processo]"[29].

Em 2011, a população do estado do Pará, por meio de um plebiscito, foi consultada sobre a criação dos estados do Carajás e do Tapajós. Conforme já apresentado na Introdução, o eleitor paraense respondeu à seguinte pergunta: "Você é a favor da divisão do estado do Pará para a criação do estado do Tapajós?". A mesma questão foi feita referindo-se ao estado do Carajás[30].

Até então, a sociedade brasileira nunca fora consultada sobre assunto dessa natureza. O debate acerca do tema permanece centralizado no setor político. Exceto no estado em questão, foi relativamente pequena a divulgação nos canais de imprensa no restante do Brasil, por isso a notícia de que oito novos estados estão em curso (Mapa 21) no mínimo causaria surpresa a muitos brasileiros, até porque os limites das fronteiras internas aparentemente são fixos e definitivos, dando a sensação de que o território está concluído no que tange às suas unidades político-territoriais (municípios e estados).

Sobre o papel da cartografia nessa ilusão, André Roberto Martin (1993, p. 114) afirma que desde o Tratado de Tordesilhas (1494) fomos induzidos a imaginar que o território brasileiro estava pronto antes mesmo do seu povoamento e valorização efetiva. De acordo com Manoel Fernandes de Sousa Neto (2000, p. 10), mapas "são armas no processo de dominação territorial e, ao mesmo tempo, representam construções ideológicas altamente eficientes, porque, para muitos, os mapas parecem sempre representar com fidelidade o real".

1.2. Estado, planejamento e fronteira de acumulação

No contexto do objeto de estudo que dá corpo a esta dissertação, falar de território exige necessariamente discorrer sobre outros dois conceitos: *fronteira* e *limite*.

André Roberto Martin (1992, p. 42; 1993, p. 88) afirma ser a divisa o limite visível na forma de marcos e balizas. Já a fronteira é um espaço que separa duas coisas distintas,

---

[29] Ibid., p. 116-7.

[30] 66,60% e 66,08% dos votos válidos foram contrários à divisão, respectivamente. In: **Tribunal Regional Eleitoral do Pará. Relatório da votação dos plebiscitos 2011**. Disponível em: <http://www.tre-pa.jus.br/eleicoes/plebiscito-2011/relatorios-da-votacao-dos-plebiscitos-2011>. Acesso em: 31 de jan. 2014.

enquanto o limite é a borda de cada uma dessas coisas. Estas podem ser o Estado enquanto entidade jurídica, o território, como categoria geográfica, ou grupos sociais, com suas identidades culturais, econômicas ou políticas[31].

Não raramente, as fronteiras são demarcadas a partir de fatores naturais, como um rio ou uma crista de serra. Nesses casos é comum adjetivá-las de "natural". Apesar disso, a decisão do que será utilizado como fronteira entre dois ou mais territórios não é arbitrária, sendo, pois, uma decisão político-ideológica. Assim, entendemos que "toda fronteira é uma construção ideológica, desse modo tomá-la como natural é fetichização" (MORAES, 2002, p. 96).

Segundo o sociólogo José de Souza Martins (2012, p. 132-3), "a história contemporânea da fronteira, no Brasil, é a história das lutas étnicas e sociais"[32], e sociologicamente "o que há de mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no País é a situação de conflito social"[33]. Conforme o autor, a *fronteira de expansão*, desde a colonização, move-se para o interior do território brasileiro e muitas vezes – especialmente no último meio século – é impulsionada por planos estatais.

O desencontro e o conflito gerados na fronteira não são decorrentes apenas das diferentes concepções de vida e visões de mundo de grupos humanos distintos (MARTINS, 2012, p. 133-4). O "desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da história"[34]. Por isso, "a fronteira tem sido cenário de encontros extremamente similares aos de Colombo com os índios da América: as narrativas das testemunhas de hoje, cinco séculos depois, nos falam das mesmas recíprocas visões e concepções do outro"[35].

Sendo o conflito inerente à fronteira, esta só deixa de existir quando

---

[31] "Na França, Braudel encontrou um texto do século XIV em que a palavra 'frontiére' refere-se à 'linha de frente' militar, em oposição à 'retaguarda'. Desde então, conclui: 'a palavra supõe obrigatoriamente dois adversários fronte contra fronte, de ambos os lados de uma linha que os separe' (MARTIN, 1993, p. 78). Obra citada: BRAUDEL, Fernand. "A identidade da França". In: **Espaço e História**. São Paulo: Editora Globo, 1989. A "palavra 'fronteira' é derivada do antigo latim 'fronteria' ou 'frontaria', que indicava a parte do território situada 'in front', isto é, nas margens" (MARTIN, 1992, p. 21).

[32] "Entre 1968 e 1987, diferentes tribos indígenas da Amazônia sofreram pelo menos 92 ataques organizados, principalmente por grandes proprietários de terra, com a participação de seus pistoleiros, usando armas de fogo" (MARTINS, 2012, p. 133).

[33] O autor faz referência a Brian John Godfrey, **Road to the Xingu**: frontier settlement in Southern Pará, Brazil, MA thesis, University of California, Berkeley, 1979, p. 8 e 40-59.

[34] Ibid., p. 133-4, grifo nosso.

[35] Ibid., p. 133-4, grifo nosso.

> o conflito acaba, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o *outro* se torna a parte antagônica de *nós*". Quando a história passa a ser a *nossa história*, a história da nossa diversidade e pluralidade, e nós já não somos nós mesmos porque somos antropofagicamente nós e o outro que devoramos e nos devorou (MARTINS, 2012, p. 134).

Ao criticar os geógrafos que trabalham com o conceito de *frente pioneira*, Martins (2012, p. 134-5) explica que desde os anos 1940 a designação *zona pioneira* foi importada e muitas vezes chamada de frente pioneira. E que esse conceito tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante, o pequeno agricultor moderno, as instituições políticas e jurídicas. Em contrapartida, o autor considera necessário analisar a fronteira levando-se em conta as populações indígenas, garimpeiros, vaqueiros, seringueiros, castanheiros, pequenos agricultores que praticam uma agricultura de roça antiquada e no limite do mercado.

Não raro o conceito de fronteira é empregado para se referir à delimitação territorial de Estados nacionais (fronteiras externas ou internacionais). Mas quando se trata das unidades territoriais que os compõem (estados e municípios, no caso brasileiro) utiliza-se *limite* ou *divisa*. Independentemente da escala geográfica, os territórios estatais são delimitados por fronteiras, e, no caso dos exemplos citados, por *fronteiras internas*[36].

Da mesma maneira que os Estados nacionais competem entre si, estados e municípios tendem a fazer o mesmo. No Brasil assiste-se a uma guerra dos lugares, na qual as unidades federativas oferecem variados atrativos econômicos às empresas. A fronteira entre municípios de uma mesma região metropolitana serve, na prática, para determinar quem é dessa ou daquela cidade, já que "os de fora", isto é, os habitantes de outros municípios, não têm direito ao atendimento no sistema público de saúde da cidade vizinha.

Para o sociólogo Paulo Henrique Martins[37], as fronteiras internas, se comparadas às fronteiras externas, são de difícil demarcação porque aquelas têm importância secundária frente à fronteira nacional (externa); apresentam maior mobilidade histórica de seus limites; além de recair sobre elas uma multiplicidade de limites fronteiriços regionais. No entanto, ambas têm a mesma importância estrutural para a sobrevivência do Estado burguês, afirma.

---

[36] Cf. Martin (1993); Cataia (2001).

[37] **Estado, Espaço e Região**: novos elementos metodológicos. (Texto inédito e datilografado), 1987, p. l apud Silveira (1990, p. 37-8).

As fronteiras internas traçam limites que permitem ao Estado classista sustentar a divisão conflituosa das classes sociais e ao mesmo tempo exercer um efeito polarizador sobre o conjunto dessas classes (MARTINS, 1987 apud SILVEIRA, 1990, p. 37-8), enquanto que as fronteiras externas, explica o autor, têm a função de criar um território nacional, organizar um povo-nação que possua um arco de solidariedade entre indivíduos que, na prática, são socialmente diferenciados. Sendo assim, as fronteiras internas são o suporte de territórios regionais, onde se organizam populações cujas existências também criam arcos de solidariedade que contribuem para mascarar a existência de indivíduos socialmente distintos[38].

Sendo o território um espaço apropriado, se tomarmos como exemplo o estado do Pará, somente fronteiras internas seriam capazes de definir até onde iria o território dos novos estados, caso criados. Desse modo, não se trata apenas de uma delimitação entre territórios estaduais, mas sim do exercício de tudo aquilo que é permitido a um estado: legislar, tributar e controlar.

No que tange ao movimento do capitalismo no espaço internacional, segundo o jurista Alysson Leandro Mascaro (2013, p. 95), para que esse necessário trânsito se realize foi preciso que a forma política moderna capitalista – baseada no Estado – surgisse historicamente em coletivo, isto é, como um sistema de Estados. Para o autor, a existência estatal só pode ser compreendida ao se levar em conta sua relação com o estrangeiro, que se estrutura sobre formas similares. Sendo o capital necessariamente internacional, só se pode pensar a sua dinâmica frente a um conjunto de países e territórios, por isso os Estados também se apresentam múltiplos, forjando um sistema no espaço internacional[39].

A relação fundamental entre a multiplicidade de Estados e o desenvolvimento do capitalismo se dá porque só assim se cimentam plenamente os mecanismos da reprodução do capital, visto que a concorrência entre Estados dá unidade estrutural e ideológica ao acoplamento entre a exploração da força de trabalho e o interesse do capital nacional (MASCARO, 2013, p. 96). Num mundo dividido em um sistema de Estados, cada ente constitui um amálgama de interesses e exploração, colocando-se em competição com outros entes. Para a funcionalidade capitalista, essa competição é a possibilidade da junção de classes

[38] Ibid., p. 37-8.
[39] Ibid., p. 95.

e interesses dentro do território de cada Estado, aumentando o grau de exploração interna diante das variáveis exteriores[40].

Sobre a emergência de potências mundiais e a relação entre espaço e poder global, Wanderley Messias da Costa (2010, p. 58) afirma que a tendência dos projetos nacionais é assumir cada vez mais um conteúdo internacional, e o resultado é o imperialismo como forma histórica de relacionamento internacional.

Milton Santos (2008, p. 223) reafirma ser o Estado o único intermediário possível entre o modo de produção em escala internacional e a sociedade nacional; consequentemente, a ele cabe decidir a respeito da entrada de inovações, de capitais e de pessoas, tornando-se também responsável pelas consequências de sua cumplicidade ou de sua resistência em relação aos interesses do sistema capitalista mundial. Conclui o autor que nesse "mundo de contradições aguçadas, a proliferação de Estados é uma necessidade e um desejo do imperialismo para sua expansão na fase atual, de vez que ele utiliza e institucionaliza todo tipo de penetração"[41].

De acordo com David Harvey (2005, p. 50 et seq.), o Estado enquanto incentivador e viabilizador da reprodução do capital promove a expansão e a concentração geográficas, visto que são produtos do mesmo esforço de se criar novas oportunidades para a acumulação de capital. O autor explica que, devido ao fato das crises no capitalismo serem endêmicas, esse modo de produção – atualmente em seu estágio imperialista[42] – consegue escapar de sua própria contradição por meio da incorporação de novos espaços (resultando na acumulação de capital via expansão geográfica) e pela intensificação do consumo.

Isso ocorre quando capitalistas procuram novos mercados, novas fontes de matéria-prima e força de trabalho, e locais mais lucrativos para operações de produção (HARVEY, 2005a, p. 103). Por conseguinte, essa busca por locais mais vantajosos gera "o movimento

[40] Ibid., p. 96.
[41] Ibid., p. 223, grifo nosso.
[42] "Imperialismo é uma palavra que sai facilmente da boca. Mas tem sentidos tão diferentes que seu uso é difícil sem que se dê dele uma explicação como termo antes analítico que polêmico. Defino aqui a variedade especial dele chamada 'imperialismo capitalista' como uma fusão contraditória entre 'a política do Estado e do império' (o imperialismo como projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território para fins políticos, econômicos e militares) e 'os processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo' (o imperialismo como um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia)" (HARVEY, 2012, p. 31).

geográfico do capital e do trabalho [que] revoluciona periodicamente a divisão territorial e internacional do trabalho, acrescentando à insegurança uma dimensão geográfica vital”[43].

É nesse contexto que se dá o processo de acumulação de capital via sua expansão geográfica – no caso do Pará, por meio de atividades econômicas como mineração, energia, pecuária e agricultura, ou seja, de *commodities* em geral, sendo as duas primeiras atividades controladas predominantemente por empresas transnacionais; dinâmica econômica que torna o território um polo de atração populacional, onde não raro a força de trabalho ocorre sob condições precárias, quando não em regime escravo. Com relação à terra, populações tradicionais, assim como camponeses e pequenos agricultores, são expropriados por esses grandes empreendimentos hegemônicos.

Nessa perspectiva, a acumulação primitiva não terminou com a ascensão do capitalismo industrial no final do século XVIII; pelo contrário, trata-se de um processo em curso no mundo contemporâneo (HARVEY, 2011, p. 55), até porque

> a periferia não é um estágio ou um momento no processo de desenvolvimento do capitalismo, e sim uma função na estrutura de seu funcionamento. Isto é, a condição periférica expressa uma posição subordinada na hierarquia dos lugares na economia-mundo capitalista, à qual se associam certas atribuições específicas como a realização dos superlucros ligados às diferentes formas de acumulação primitiva. Estas geralmente assentavam-se num crescimento extensivo da economia, ancorado na expansão territorial que incorporava novas terras à valorização capitalista do espaço (MORAES, 2005a, p. 83).

Mas como “parece estranho qualificar de ‘primitivo’ ou ‘original’ um processo em andamento [o da acumulação], substituirei [...] esses termos pelo conceito de ‘acumulação por espoliação’” (HARVEY, 2012, p. 121).

Na Amazônia, o “Estado enquanto incentivador e viabilizador da expansão geográfica do capital” (HARVEY, 2005) realiza o ordenamento territorial por meio de planos de ocupação territorial, empréstimos, subsídios e doações a capitalistas, assim como constrói infraestruturas físicas e sociais. Desse modo, trata-se de um projeto de formação territorial via expansão da fronteira de acumulação.

[43] Ibid., p. 103, grifo nosso.

No fim da década de 1980, o problema da integração territorial ainda se constituía num projeto nacional bastante pressionado pelas novas demandas impostas por meio da internacionalização recente que naquele momento se apresentava à economia brasileira, quando os novos capitais produtivos que ingressavam no país precisavam ser valorizados a qualquer custo (COSTA, 1998, p. 16). Nesse contexto, para que a expansão do capital se realizasse, explica o autor, a integração das porções territoriais e dos mercados foi condição necessária, enquanto que do ponto de vista político, diferentemente do período monárquico, não houve movimentos separatistas, mas sim disputas permanentes entre regiões, estados e municípios por recursos públicos, principalmente federais.

A baixa densidade da rede rodoviária do Pará endossa o discurso pró-estado do Carajás, mas principalmente o do Tapajós, por possuir uma rede menor. Tomar conhecimento acerca de geografias pretéritas contribui para que se compreenda o processo de formação do território presente, podendo elucidar questões como essa, ou seja, as razões da baixa rede viária de algumas partes do território brasileiro que o engendrou.

De acordo com Manoel Fernandes de Sousa Neto (2004, p. 180), há três questões fundamentais à compreensão das "razões pelas quais não houve desenvolvimento dos transportes no Brasil desde o *descobrimento* até meados do século XIX"[44]:

> A primeira delas se refere ao desinteresse ou dificuldade da Metrópole em ocupar territorialmente a Colônia. A segunda diz respeito ao modelo de exploração colonial, com uma economia mercantil voltada para fora e uma economia natural voltada para dentro. E, por fim, pela dimensão geográfica da Colônia, que envolvia o desenvolvimento de tempos e espaços diferentes, que depois viriam a constituir os arquipélagos de urbanização[45].

A economia interna do território colonial não foi capaz de gerar uma poupança que pudesse ser aplicada em infraestrutura ou quando gestou alguma poupança interna, esta foi imobilizada em gastos não produtivos[46]. Além da metrópole Portugal não ser industrializada, a economia agroexportadora exigia baixos investimentos em ciência e tecnologia, afirma.

---

[44] O autor faz referência a DINIZ, Clélio Campolina. **Capitalismo, Recursos Naturais e Espaço** (Análise do papel dos recursos naturais e dos transportes para a dinâmica geográfica da produção agropecuária e mineral no Brasil e seus efeitos no padrão regional brasileiro). Tese. 217f. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1987.

[45] Ibid., p. 180.

[46] FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo Como Projeto**. Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c. 1970 – c. 1840. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993 apud Sousa Neto (2004, p. 180).

Finalmente, a lógica do "exclusivo" comercial, baseado em monoculturas de exportação e no trabalho escravo, controlava a dinâmica demográfica e dificultava a imigração, que não encontrava motivação para habitar as terras do Império tropical (SOUSA NETO, 2004, p. 180).

Nas últimas décadas do Segundo Reinado, trocar o trabalho compulsório por trabalho assalariado exigia que o principal patrimônio daquelas classes burguesas fosse mantido: o *território não usado*[47] (SOUSA NETO, 2004, p. 183). Instalar vias de comunicação que "atravessassem todas as latitudes e longitudes não era a melhor maneira de proteger aquela poupança dos fundos territoriais[48]". Por isso, e não por "questões geográficas que dificultavam a constituição do sistema de comunicação e transportes, a opção foi para que os planos [de viação] não deixassem o repouso das gavetas"[49].

Segundo Martins (2012, p. 153), no período republicano, até o início da década de 1940, a frente pioneira era deslocada para o interior do Brasil impulsionada pelos interesses imobiliários do grande capital, das empresas ferroviárias e da agricultura de exportação, como o café no Sudeste. Todavia, na Amazônia ela depende da iniciativa do governo federal, ressalta o autor. Entre os planos estatais que deslocam a fronteira para a hinterlândia está a Expedição Roncador-Xingu e a Fundação Brasil Central, ambas oficiais, nos anos 1940; a construção da rodovia Belém-Brasília, nos anos 1950; e, em conclusão, a política de incentivos fiscais da ditadura militar (1964-85) a partir dos anos 1960[50].

Manuel Correia de Andrade (1995, p. 20) reafirma alguns dos episódios supracitados, além de acrescentar outros, como a transferência da capital federal da cidade do Rio de Janeiro para o Planalto Central (no governo Juscelino Kubitschek, 1956-61), que provocou mudanças espaciais importantes, tal qual a intensificação da migração para os arredores da nova capital, assim como a ligação de Brasília a diversos locais do território nacional através da construção de rodovias. Por extensão, o Estado expandia sua área de ação e domínio em meio ao plano geopolítico da "marcha para o Oeste".

Essa marcha ainda está em curso, impulsionada pela expansão geográfica do capital, que valoriza o território inclusive transformando fundos territoriais em territórios usados.

---

[47] SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.
[48] Trata-se de um conceito fundamental na dissertação que ora se apresenta, mas, devido à sequência dos assuntos, o conceito será apresentado e problematizado no próximo subcapítulo.
[49] Ibid., p. 183.
[50] Ibid., p. 153.

Entre outras ações, o Estado brasileiro atualmente viabiliza essa expansão por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cujo montante de capital destinado à construção de obras de infraestrutura (com ênfase aos setores energético e viário) é da ordem de R$ 1,5 trilhão para um período de sete anos (2007-14). Outros quase R$ 600 bilhões estão previstos para depois de 2014.

Em sua fase atual (PAC 2, 2010-14), todas as dez maiores obras desse Programa são dos setores energético e viário[51]. Muitos desses empreendimentos (concluídos, em construção e em projeto) estão situados na Amazônia, fazendo com que a fronteira de acumulação se expanda num processo violento de expropriação não raro em conflito com sujeitos sociais, principalmente aqueles que vivem no campo.

Os projetos hegemônicos de desenvolvimento são instalados como se estivessem se sobrepondo a um espaço vazio, a um "vazio demográfico", mas, como chama a atenção o antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida (2004), pelo contrário, trata-se de *terras tradicionalmente ocupadas*[52]. Além dessas, se consideramos o total de terras devolutas, caso fosse criado o estado do Carajás este teria um território em que de 60 a 80% seriam terras devolutas, enquanto no Tapajós, como já mencionado, esse número chegaria a mais de 80% (Mapa5 – *Amazônia Legal: Terras Devolutas - 2003*). Essa condição tende a ser superada, já que na visão estatal, mas principalmente do mercado, são consideradas terras não usadas, espaços vazios, que devem se tornar produtivos. Aspectos que corroboram a tese que o

> Brasil é um dos poucos países do mundo atual a não ter seu território plenamente construído. [...]. Na verdade, a história brasileira é um contínuo processo de expansão territorial, ainda em curso na atualidade. [...] O país tem assim, por antecedente, o signo da conquista territorial. O imperativo da apropriação constante do espaço e da consolidação do espaço conquistado pode ser considerado um dos fios condutores da formação brasileira (MORAES, 2005, p. 94-5, grifo nosso).

Segundo Claudio Antonio Gonçalves Egler (1995, p. 210), na segunda metade do século XX o Estado brasileiro passou a conduzir o ordenamento do território nacional à luz do planejamento, que surge no contexto de uma Europa arrasada pela guerra, buscando, portanto, se reconstruir via modelo de desenvolvimento com um mínimo de equidade social e

[51] In: **As 10 maiores obras do PAC**. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/i/f1e1c8ab>. Acesso em: 02 ago. 2012.

[52] Sobre as formas de reconhecimento jurídico das diferentes modalidades de apropriação dessas terras, ver Anexo A.

territorial. No pós-guerra, conclui, o planejamento adquire expressão definida enquanto "instância de ajuste entre políticas públicas e interesses territorializados".

De acordo com Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim (2009, p. 341), no Brasil o projeto geopolítico estatal ganhou forma já no governo do presidente Getúlio Vargas, notadamente durante o Estado Novo (1937-45), quando se preparou o aparelho do Estado para a execução do planejamento. No entanto, um planejamento que fosse global, que buscasse inter-relações de diversos setores da administração pública[53], só se deu com o Plano Trienal (1963-65)[54].

Nesse período criou-se um ministério exclusivo, o Ministério Extraordinário do Planejamento[55], e, por meio do I Programa Nacional de Desenvolvimento (PND, 1972-74), o governo da "revolução" tinha como objetivo atingir um planejamento estratégico de desenvolvimento, meta explicitamente mais ligada ao desenvolvimento econômico que ao social (BOMFIM, 2007, p. 23 et seq.).

Sendo o capitalismo contraditório, desigual e combinado, de acordo com o sociólogo Francisco de Oliveira (1977, p. 24) o planejamento não pode superar a contradição básica desse sistema de produção, que se instala no coração da própria mercadoria:

> a antítese dialética entre valor e mais-valia, entre trabalho morto e trabalho vivo, trabalho pago e não-pago; mas desde que o planejamento no sistema capitalista limite-se a recolocar no início do ciclo produtivo os elementos finais que estão no produto, isto é, limite-se a repor os pressupostos da produção capitalista, sua possibilidade torna-se perfeitamente plausível: em síntese. O planejamento num sistema capitalista não é mais que a forma de racionalização da reprodução ampliada do capital (OLIVEIRA, 1977, p. 24).

De acordo com Oliveira (1977, p. 25), a retórica dos planos, programas e políticas de desenvolvimento regional seguiu seu curso completamente divorciada da prática real da política implementada, assim poder-se-ia dizer como Paul Barap, em conferência pronunciada na SUDENE em 1963, e que lamentavelmente se perdeu: "não é o planejamento que planeja o capitalismo, mas é o capitalismo que planeja o planejamento".

---

[53] "Tal plano fundamenta-se numa orientação do pensamento cepalino, que tinha por base o estímulo à formação de um mercado interno dinâmico e efetivamente nacionalizado, o que requeria reformas de base na estruturação da economia brasileira". In: MORAES, Antonio Carlos Robert. **Meio ambiente e ciências humanas**. São Paulo: Hucitec, 1994 apud Bomfim (2007, p. 23).

[54] Id., 2007, p. 23 et seq.

[55] "[...] através da Lei Delegada nº 1, de 25 de janeiro de 1962, tendo como primeiro titular Celso Furtado" (BOMFIM, 2007, p. 23).

Segundo Moraes (2002, p. 125), na ditadura do Estado Novo (1937-45) a *região* enquanto conceito surgiu no vocabulário oficial do Estado, dando origem à primeira regionalização do Brasil, enquanto a brasilidade foi tratada como a soma das culturas regionais. O discurso estadonovista interpretava a região com positividade, o que veio a mudar nos anos 1950, quando a região tornou-se condição a ser superada. Nesse momento, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) entendia o desenvolvimento como homogeneização dos lugares e a hinterlândia voltou a ser vista negativamente, sendo de novo qualificada como o *locus* do atraso e da barbárie, espaço no qual o Estado deveria impor a vida moderna e concluir a construção do país[56].

Em nosso entendimento, esses aspectos do modelo de desenvolvimento cepalino ainda são hegemônicos no processo de país em construção.

Esses planos apoiavam-se marcadamente na ideia de tornar o Brasil um país moderno, termo este que resulta, de acordo com Sousa Neto (2008, p. 21):

> de um imenso processo de depuração ou purificação que busca dar a ideia de que o mundo deveria ser um único lugar. Ademais, a partir dessa proposição é que a noção de progresso tem um sentido regressivo e naturalizador, buscando a barbárie da unificação de tudo a qualquer preço, onde evoluir significa involuir, abolir o diverso e celebrar a unicidade a qualquer custo.

Vale lembrar que o *moderno* surge do projeto de tornar o mundo a sua semelhança (SOUSA NETO, 2008, p. 21). Esse projeto, "como bem propôs Bruno Latour[57], tentou realizar muitos processos de purificação, mas ele próprio é simbólico e materialmente resultante de múltiplas e multifacetadas hibridizações". Por isso resulta "de um longo tempo que mescla muitos lugares e não resultado de um ato inaugural. O que talvez seja efetivamente novo é o sentido que isso ganha, no interior de uma poderosa armadura que resulta de uma tradição inventada[58].

No governo de Juscelino Kubitschek, uma nova divisão inter-regional do trabalho se estabeleceu concomitantemente à materialização das bases físicas do mercado nacional, num quadro em que as regiões eram definidas como objeto de intervenção estatal e o planejamento

---

[56] Ibid., p. 125.
[57] LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos: ensaios de antropologia simétrica**. 2. ed. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2000 apud Sousa Neto (2008, p. 21).
[58] Ibid., p. 21. O autor faz referência a HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

regional despontava como instrumento primordial de modernização do país (MORAES, 2002, p. 125-6). O autor também afirma que em meio a tantas mudanças, destacando-se um veloz fluxo urbanizador e num contexto político menos autoritário, a ideia de *povo* começou a ganhar peso no debate sobre a identidade nacional. Todavia, com o golpe militar de 1964, a concepção autoritária teria voltado a identificar o Brasil com o seu território.

O governo JK, do qual o Plano de Metas é bem representativo, ajustou total e explicitamente as ideologias geográficas e as políticas territoriais do Estado, enquanto que o discurso e a materialização das metas caminharam em consonância com a tarefa de construir o país a partir de agressivas políticas territoriais, num esforço de produção espacial ímpar na história brasileira (MORAES, 2005a, p. 100).

A partir do golpe militar de 1964, o governo passou a reafirmar a lógica geopolítica, repondo integralmente a concepção autoritária que identifica o Brasil com o seu território, onde a ocupação e o ordenamento territorial atuaram como eixo estruturador do planejamento no período militar, portanto um planejamento autoritário e profundamente centralizado (MORAES, 2005a, p. 100). De acordo com o autor, a geografia está muito presente em documentos oficiais da época, como nos Planos Nacionais de Desenvolvimento, Plano de Integração Nacional, Plano de Desenvolvimento da Amazônia, já que todos têm na espacialização das ações previstas o elemento de articulação intersetorial.

Essa visão centrada no território ficou bastante evidente na estrutura institucional do aparelho de Estado quando todas as políticas territoriais foram agrupadas – pela primeira e única vez na história brasileira – num único órgão executor (o Ministério do Interior), que englobava agências tão distintas, mas que tinham como nexo em comum a operação de políticas de produção e organização do espaço: Incra, Funai, BNH, Sema, Superintendências de Desenvolvimento Regional, entre outras (MORAES, 2005a, p. 100).

Segundo Martins (2012, p. 74-5, grifos nossos), embora viesse ocorrendo um lento processo espontâneo de ocupação "do Oeste" a partir de 1966, sobre bases supostamente modernas, a ditadura militar pôs em prática um amplo programa de ocupação econômica da Amazônia. Contudo, afirma ainda o autor, decidiu definir, acelerar e controlar a ocupação, já que os "objetivos eram econômicos, mas, sobretudo, geopolíticos".

O lema do Regime era "integrar" (a Amazônia ao Brasil) "para não entregar" (às potências estrangeiras). Em nome desse projeto concedeu-se incentivos fiscais às grandes empresas nacionais e multinacionais, desconto, por exemplo, de 50% do imposto de renda

devido pelos empreendimentos situados nas áreas mais desenvolvidas do país (MARTINS, 2012, p. 74-5). Esse dinheiro, detalha Martins, deveria ser depositado no Banco da Amazônia (um banco federal) e, após aprovação de um projeto de investimentos pelas autoridades governamentais, deveria constituir o capital de uma nova empresa, agropecuária ou industrial, na região amazônica, por isso se tratava "de uma doação, e não de um empréstimo"[59].

Qualificar como "espontâneo" o processo de expansão citado por Martins (2012) parágrafos antes, numa leitura imediatista pode parecer questionável, já que o autor se refere à expansão geográfica do capital para a Amazônia, que ocorre – de alguma forma – impulsionada por uma intencionalidade, por um "planejamento". No entanto, esse processo de acumulação de capital ainda não era coordenado pelo planejamento estatal *stricto sensu*, tendo então algo de voluntário.

Ao discorrer sobre o planejamento regional para o Nordeste na década de 1960, Oliveira (1977, p. 23) procura compreender e desvendar a "emergência de um padrão 'planejado', por oposição ao espontâneo, de condução e orientação das atividades econômicas":

> O padrão "planejado" não é, desse ponto de vista, senão uma forma transformada do conflito social, e sua adoção pelo Estado em seu relacionamento com a sociedade é, antes de tudo, um indicador do grau de tensão daquele conflito, envolvendo as diversas forças e os diversos agentes econômicos, sociais e políticos. O planejamento não é encarado, portanto, apenas como uma técnica de alocação de recursos, em qualquer nível, nem como uma panaceia; escapa, pois, a este trabalho a discussão muitas vezes bizantina sobre a "neutralidade" do planejamento e seu oposto, sobre seu caráter "revolucionário" (OLIVEIRA, 1977, p. 23).

Referindo-se à região supracitada e a contextualizando no fim do século passado, Martin (1993, p. 214) chama a atenção para a ocorrência, pelo menos até àquele período, de uma polarização miséria-Plano, isto é, a convicção, de certa forma generalizada, de que a miséria brasileira resulta de alguma "irracionalidade" combatível pela racionalidade do plano. Essa ideologia, assim como a da modernidade, afirma o autor, marca fortemente a população brasileira, tanto o senso comum como a intelectualidade. E a "'tragédia' da intelectualidade brasileira parece desenrolar-se entre a 'fé cega' no 'Plano' que simboliza a 'razão' e a

[59] Ibid., p. 74-5, grifo nosso.

impotência total frente à realidade, que parece mover-se fora de quaisquer determinações e controle”[60].

Para Lia Osório Machado (1995, p. 192-3), diferentemente do passado, as fronteiras agrícolas no Brasil das últimas décadas estão localizadas em áreas de floresta tropical, em savanas e em campos, e apresentam as seguintes características:

> *a)* o padrão espacial está estreitamente vinculado à expansão das vias de circulação; *b)* são constituídas por movimentos espontâneos de imigração, e por iniciativa de projetos de colonização oficial e privada; *c)* podem estar especializadas em um único produto, como o arroz, a soja e o trigo, na policultura, ou mesmo na pecuária, com plantio de pastagens; *d)* diferem quanto ao grau de tecnificação, podendo ser excepcionalmente modernas, como as frentes pioneiras das savanas e campos, ou extensivas, como as frentes pioneiras em área de floresta tropical (MACHADO, 1995, p. 192-3).

As regiões reivindicadas como estados do Carajás e do Tapajós são exemplos desse padrão.

É conflituoso o debate acerca de qual relação a sociedade brasileira deve estabelecer com determinadas partes do território nacional no século XXI em regiões, por exemplo, de “domínios amazônico, dos Cerrados e da Caatinga” (AB’SÁBER, 2003). Este, por ser de clima semiárido, é ainda mais marginalizado no que tange à necessidade de conservação ambiental. A essência do conflito está entre o modelo que preza pelo modo de vida tradicional e, antagonicamente, o modelo hegemônico de desenvolvimento. A modernização continua sendo apresentada como panaceia aos “males” do sertão[61], condição espacial que, conforme a lógica do moderno, deve ser superada. Para o historiador István Mészaros[62], o “termo ‘moderno’ é usado para esquecer a dimensão social e histórica de uma nação a serviço dos interesses dominantes da ordem estabelecida”.

A partir do entendimento de Harvey[63] acerca da acumulação por espoliação – a qual subordina todas as formas de atividade humana ao capital –, Sousa Neto (2008, p. 23) reafirma que “o projeto de modernização do mundo entremeou diversos tempos e espaços

---

[60] Ibid., p. 214.
[61] Conforme a ideologia do projeto hegemônico de desenvolvimento, o sertão é o espaço da manifestação do atraso, condição que deve ser superada por meio da modernização.
[62] MESZÁROS, István, **O poder da ideologia**, São Paulo, Boitempo Editorial, 2004 apud Nonato (2005, p. 171).
[63] HARVEY, David. **Los límites del capitalismo y la teoría marxista**, Traducción de Mariluz Caso, México, Fundo de Cultura Econômica, 1990, p. 336.

geográficos distintos e de maneira tão diversa e perversa quanto complexa, com a intenção precípua de tornar tudo uma coisa só ou de tudo submeter à lógica da mercadoria". A geografia histórica tem importante papel de buscar compreender como se deram esses processos de barbárie em que um mundo hegemônico se sobrepõe a outros mundos, "dando ao colorido multitemporal e multiespacial do planeta uma única demão de tinta"[64].

Sendo o Brasil um país periférico, o processo de dominação espacial desempenhado por agentes do capitalismo traz subjacente a violência, que desestrutura os gêneros de vida tradicionais dos lugares onde se exercita, causando graves desequilíbrios demográficos e ecológicos (MORAES, 2011 p. 21-2). Por consequência, a dominação cultural é introduzida e acompanhada da coerção econômica sobre as comunidades autóctones, com a presença sempre constante de formas compulsórias de apropriação da mão-de-obra[65]. Por extensão, se tem o trabalho compulsório e altíssimos níveis de marginalização social como elementos constantes de caracterização histórica (e de particularização geográfica) das formações capitalistas periféricas[66].

Sobre o surgimento de novos municípios em espaços de expansão de fronteira de acumulação têm-se como exemplo o estudo da formação da cidade de Chapadão do Sul no estado do Mato Grosso do Sul. Segundo Sérgio Manuel M. Martins e Odette Carvalho de L. Seabra (1993), a modernização do capital gerou um espaço estratégico que se impôs sobre realidades precedentes, fazendo tábula rasa da história do lugar. Essa prática do Estado estaria, segundo o autor, longe de subverter a ordem político-econômica e a lógica de inserção da propriedade territorial nos marcos da reprodução capitalista[67]. A *cidade sem infância* surge como lógica da intervenção do Estado no processo de ocupação e valorização do território. É adulta porque é produto e consumação estratégica de adequação do espaço e do tempo da mundialidade. Mas, conforme indagação dos autores, "como não conceber a cidade sem infância também como manifestação empírica dessa mesma mundialidade?"[68].

Sobre o surto no aumento da quantidade de municípios no estado do Pará, Gilberto de Miranda Rocha (1998, p. 7) afirma que em 1970 o território paraense contava com 81 municípios, passando a 143 em 1998. Desse total, 21 surgiram entre 1982 e 1988; 26 em

---

[64] Ibid., p. 23.
[65] Ibid., p. 21-2.
[66] Ibid., p. 21-2. Dados sobre o trabalho em regime escravo no Brasil, assim como de conflitos de terra, serão apresentados e analisados no capítulo 2.
[67] Ibid.
[68] Ibid.

1991; três em 1993; três em 1994 e nove em 1996. Essas "emancipações ocorreram de forma difusa em todo o território estadual, sendo que indiscutivelmente a maioria dos novos municípios é de espaços que sofreram os processos de modernização"[69]. A partir da análise da região de Tucuruí-PA, o autor corrobora a tese da necessidade de se criar novos municípios nessa região como meio de permitir "às comunidades locais disporem de condições mínimas de existência e de atendimento dos serviços básicos, [o que] re-legitima o Estado, dando ensejo a condições políticas para o processo de modernização"[70]. Portanto, trata-se de um exemplo da ideologia geográfica do "dividir para governar" e da modernização como formas de resposta aos problemas sociais.

A expansão geográfica do capital prossegue constantemente desde o início da história do capitalismo, processo no qual colônias de povoamento e atividades pioneiras nas fronteiras desempenharam um papel fundamental na abertura de novos territórios para o desenvolvimento capitalista (HARVEY, 2011, p. 121). Ainda hoje existem milhões de camponeses, pequenos agricultores e produtores, artesãos e pequenos mestres de ofício, além de pessoas com estilo de vida alternativo ou, simplesmente, aquelas que não serão incorporadas ao sistema capitalista, cujo vínculo com a acumulação de capital é frouxo ou tangencial[71].

As relações espaciais no modo de produção capitalista se dão necessariamente numa relação centro-periferia (MORAES, 2011, p. 28-9). Segundo Immanuel Wallerstein[72], o capitalismo introduziu uma nova forma de expansionismo, expressa no conceito de economia-mundo, diferente das macroexpansões políticas anteriores, estruturadas no modelo imperial, no qual o autor explica que a abrangência espacial do domínio econômico era acompanhada da dominação geopolítica, vinculando os lugares dominados a um único centro de poder[73]. Já na economia-mundo, a difusão da lógica capitalista num amplo espaço de relações econômicas convive com vários centros de comando político, o que permitiu a existência de vários impérios no seu interior, cada um recortando distintas porções da superfície terrestre[74].

Segundo Moraes (2011, p. 29-30), está consolidado o espaço de circulação capitalista em escala planetária, no qual a relação entre fronteira e lucro foi modificada e a criação

[69] Ibid., p. 7, grifo nosso.
[70] Ibid., p. 270.
[71] Ibid., p. 121.
[72] (Obra não identificada) apud Moraes (2011, p. 28-9).
[73] Ibid., p. 28-9.
[74] Ibid., p. 28-9.

ininterrupta de novidades no mundo da produção (fronteira de inovação) vai substituindo a função estrutural da expansão da fronteira territorial no processo de acumulação global. Portanto, no século XX a incorporação de novos espaços perde centralidade como fonte de superlucros para a descoberta de novas técnicas e produtos, função que se tornou dominante a partir do pós-guerra[75]. Contudo, novas frentes geográficas de expansão se abrem com as possibilidades de distribuição espacial das inovações, tratando-se, desse modo, de um exemplo do processo de reprodução do capital, que é contraditório e concomitantemente complementar[76].

Sobre sociedade e fronteira na América Latina, Martins (2012, p. 132) reafirma Alistair Hennessy[77] ao considerar que as sociedades desse subcontinente ainda estão no estágio da fronteira, em que as relações sociais e políticas estão, de certo modo, marcadas pelo movimento de expansão demográfica sobre terras "não ocupadas" ou "insuficientemente" ocupadas:

> Na América Latina, a última grande fronteira é a Amazônia, em particular a Amazônia brasileira, como assinalou Foweraker, ou "última fronteira terrestre que desafia a tecnologia moderna", como observou Posey[78]. [...]. A partir do Golpe de Estado de 1964 e do estabelecimento da ditadura militar, a Amazônia brasileira transformou-se num imenso cenário de ocupação territorial massiva, violenta e rápida, processo que continuou, ainda que atenuado, com a reinstauração do regime político civil e democrático em 1985 (MARTINS, 2012, p. 132).

No que se refere às fronteiras internas (isto é, fronteiras entre municípios, entre estados), segundo Marcio Antônio Cataia (2001, p. 155), devido às autonomias locais, aquelas, quando em países federativos, se comparados a países de organização política unitária, podem servir mais à manipulação em função de interesses eleitorais (*guerrymanderismo*) ou empresariais. Para Martin (1993, p. 117), os períodos de grande transformação internacional atingem também as fronteiras internas, remanejando-as e alterando suas funções e significados[79].

---

[75] Ibid., p. 29-30.
[76] Ibid. p. 29-30.
[77] **The Frontier in Latin American History**, London, Edward Arnold, 1978, p. 3 apud Martins (2012, p. 132).
[78] "Foweraker Joe, *A luta pela terra*: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais, trad. Maria Júlia Goldwasser, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982, p. 11; Darrel A. Posey, Time, space, and the interface of divergente cultures: the kayapó indians of the Amazon face the future, *Revista de Antropologia*, v. 25, São Paulo, Departamento de Ciências Socias - FFLCH/USP, 1982, p. 89".
[79] "Sobretudo no caso das federações que apresentam certa individualidade das partes componentes, anterior à adesão ao pacto federativo e este parece ser o caso do Brasil, as fronteiras internas obedecem a razões históricas

Os projetos para a criação de novos estados no Brasil estão sobrepostos às fronteiras de acumulação, e, portanto, diretamente relacionados a elas. Segundo Rita de Cássia Nonato (2005, p. 146), eles representam muito mais que a criação de estratégias políticas e alianças, essenciais para a continuidade da expansão das atividades produtivas. Trata-se de garantir recursos para tornar o território mais funcional à lógica do mercado. As propostas de novos estados no "*front* agrícola" são feitas a partir de interesses corporativos que delimitam a região e mostram suas intencionalidades em agir naquele determinado subespaço[80].

De acordo com Nonato (2005, p. 164-5), o federalismo brasileiro é corporativo, pois distorce o princípio de cooperação dando lugar à competição entre os entes federativos, submetidos à lógica da racionalidade técnica presente no período técnico-científico e informacional que, por sua vez, apoia-se na produtividade e na competitividade, relacionadas diretamente à modernização tecnológica existente em parcelas do território. A competição em detrimento da cooperação é legitimada pelo Estado que, em favor das empresas, incorpora princípios de mercado às políticas sociais[81]. Desse modo, o território é visto como "recurso" das transnacionais, produzido para um número reduzido de grandes empresas, e, por consequência, o grosso das políticas territoriais são realizadas em função do interesse corporativo, pressionando o orçamento público na direção de interesses empresariais, não sociais[82].

Para Nonato (2005, p. 169), esse novo federalismo tem como sintoma a guerra dos lugares, os regionalismos e a criação de novos estados no *front* agrícola[83], cujo objetivo é ampliar a ação de elites empresariais por meio do poder de regulação. O espaço é modificado para torná-lo cada vez mais funcional à racionalidade técnica. Conforme as conclusões da autora, os pontos luminosos são apenas respostas territoriais à seletividade da globalização, que abrigam uma lógica extrovertida que agride a maioria da população e aumenta as desigualdades territoriais, uma vez que uma pequena parcela da sociedade está inserida nesse modelo de crescimento[84]. "A psicosfera superficial despreza a psicosfera profunda que

---

e não só administrativas. Curiosamente aqui as fronteiras internas evoluíram do geometrismo das Capitanias para o mosaico irregular dos limites apoiados em acidentes geográficos (cumeeiras e talvegues), como que numa adaptação da administração e da política à natureza e à história" (MARTIN, 1993, p. 117).

[80] Ibid., p. 146.

[81] Ibid., p. 164-5.

[82] Ibid., p. 164-5.

[83] "Além da presença de grandes empresas agindo no armazenamento, no transporte e na comercialização dos produtos agrícolas, outra característica do *front* é a presença de agricultores especializados vindos de outras regiões do Brasil" (ibid., p. 169).

[84] Ibid., p. 169.

representa os ideais da população. A ideologia do desenvolvimento procura convencer a população de que a modernização tecnológica é o único caminho para se alcançar melhores condições sociais”[85].

Levando em conta as afirmações anteriores relativas à cooperação e à competição, ressaltamos que esta é inerente ao capitalismo. Assim sendo, à nossa maneira de ver, é difícil falar em cooperação entre unidades territoriais, ainda mais em um Estado territorial periférico.

Numa interpretação antagônica à da autora supracitada, Mascaro (2013, p. 97-8) afirma que é na competição entre municípios e entre estados que se dá um dos elementos mais importantes da reprodução do capital, pois os Estados nacionais, competitivos entre si, clamam por reiterados sacrifícios das classes trabalhadoras internas a fim de dar condições de competitividade do capital nacional em relação ao capital mundial. Por isso, é improvável a existência de um Estado mundial, visto que, se assim fosse, o capital e a política perderiam as vantagens da competição entre Estados plurais, ou seja, entre um conjunto de Estados que formam o sistema-mundo[86].

Em suma, para que a reprodução do capital ocorra é fundamental que haja concorrência capitalista, e para isso são necessárias unidades políticas distintas (MASCARO, 2013, p. 97-8). Mesmo assentado nas garantias dos Estados nacionais, o capital estabelece meios de coerção e exploração na competição entre os vários Estados e suas respectivas classes sociais[87]. Sendo assim, entendemos que o mesmo ocorre internamente nos territórios nacionais – no caso brasileiro, nas escalas municipal e estadual.

De acordo com Moraes (2005a, p. 141-2), o planejamento territorial passou por mudanças a partir de meados de 1970 devido às transformações na conjuntura internacional, pondo fim à ascensão contínua do capitalismo, de modo que a crise e a recessão impuseram-se à economia brasileira, reduzindo em muito a capacidade de intervenção do Estado, alimentada, desde a década de 50, por endividamento externo[88]. Tratava-se de uma crise do capitalismo; logo, da modernidade, o que proporcionou “o advento do neoliberalismo e a emergência do termo globalização como coisa nova” (SOUSA NETO, 2008, p. 27).

---

[85] Ibid. p. 169.
[86] Ibid., p. 97-8.
[87] Ibid., p. 97-8.
[88] Ibid., p. 141-2.

Na década de 1980, o Estado brasileiro perdeu a visão integrada sobre o território que, junto da crise econômica, fez diminuir o ritmo da expansão territorial (MORAES, 2005a, p. 142). Com isso,

> as fronteiras *virtuais* de acumulação tornaram-se mais atrativas que os investimentos *materiais*, envolvendo a economia brasileira pesadamente nos circuitos da circulação financeira". A valorização "fictícia" do capital comanda este novo momento, que tem como diretrizes o "mercado" e a "globalização" (MORAES, 2005a, p. 142).

Ainda nessa mesma década, no tocante à gestão de políticas públicas, de acordo com Moraes (2005a, p. 101) "assiste-se a uma grande segmentação e setorização das ações e programas, num processo que já foi definido como de 'balconização'" do Estado. Alie-se a isso "o fato de a democratização brasileira ter ocorrido num cenário de crise econômica e de forte recessão mundial. E, também em termos internacionais, de emergência das teses neoliberais, entre elas a proposta do Estado 'mínimo' e da 'desregulamentação das economias nacionais'"[89].

> Contudo, o abandono da perspectiva de integração territorial fica evidente na substituição do planejamento intersetorial pelo plano econômico na condução estratégica do Estado, com o espaço abstrato da economia (de fluxos, alta virtualidade, circulação imateriais) ocupando o papel do território no discurso e na prática governamentais.
>
> Décadas "perdidas", desmonte do aparato estatal, privatizações, fragmentação das políticas públicas são elementos associados a um conceito que começa a se hegemonizar nas últimas décadas: a *globalização* (MORAES, 2005, p. 101-2).

Pela primeira vez, na recente conjuntura, a política brasileira foi pensada sem o território, o que gerou níveis de conflito institucional interno de grande significado, revelando graves fissuras no pacto federativo vigente (MORAES, 2005a, p. 102). A guerra fiscal é resultado dessa situação, assim como as várias disputas judiciais entre os níveis de governo pela competência de legislar em diversas matérias, entre elas o uso do solo e a utilização dos recursos naturais[90]. Dessa maneira, pode-se falar em crise do federalismo brasileiro, chegando alguns autores a sugerir que se vive um processo de "fragmentação" da economia nacional[91].

---

[89] Ibid. p. 101.
[90] Ibid., p. 102.
[91] Ibid., p. 102.

1.3. Fundos territoriais, fronteira de acumulação e território no século XXI

A partir de suas crises endêmicas, o capitalismo escapa de sua própria contradição por meio da expansão e concentração geográficas (HARVEY, 2005). E esses dois processos são produtos do mesmo esforço em se criar novos espaços para a acumulação de capital a partir da intensificação do consumo[92].

No Brasil, a incorporação de novos espaços para a acumulação de capital se dá inclusive por meio da transformação de fundos territoriais em territórios usados[93], processo cuja diretriz atravessa toda a formação histórica do Brasil.

Segundo Moraes (2005, p. 94-5), a ordem republicana, instalada com o objetivo de modernizar o território, continuou a qualificar o sertão[94] como manifestação do atraso, e essa condição espacial deveria ser superada por meio da instalação de objetos técnicos integradores do território, o que se verifica ainda hoje quando novos espaços são incorporados por meio da construção de sistemas viários, da exploração de recursos naturais etc[95]. Esse imperativo da apropriação constante do espaço e da consolidação do espaço conquistado é um dos fios condutores da formação brasileira, e uma evidência, como citado anteriormente, é o fato do Brasil ser um dos poucos países do mundo atual a não ter seu território plenamente construído, o que o leva a possuir frentes pioneiras em grande dinamismo[96]. "O projeto 'nacional' elaborado foi o do 'país a ser construído'. Isto é, a incorporação dos fundos territoriais ao território usado [...] foi a meta básica estabelecida para o Estado imperial"[97].

De acordo com Harvey (2011, p. 137 et seq.), a lógica de funcionamento do capitalismo é a de uma sociedade de classes destinada à produção perpétua de excedentes, prática que traz consigo seus complicadores (crises cíclicas, por exemplo). No entanto, a exportação dos excedentes de força de trabalho e capital parece um meio importante para se

---

[92] Ibid.

[93] A fim de diferenciá-lo do conceito de *fundos territoriais*, o autor explica que usa o termo *território usado* como força de expressão, mas que se trata de uma redundância, já que todo território é usado.

[94] Moraes (2011, p. 104) afirma que são múltiplas as faces do sertanejo quando desenhado pela intelectualidade brasileira. Alguns o veem como portador dos valores autênticos do caráter nacional, outros como fruto da degeneração advinda do isolamento e do abandono. Portanto, "o sertão pode ser concebido como um território não urbanizado, morada do 'bugre', do caboclo, do caipira, do quilombola, do caiçara, enfim – em termos contemporâneos – o habitat das hoje chamadas 'populações tradicionais'".

[95] Ibid., p. 94-5.

[96] Ibid., p. 94-5.

[97] Id., 2011, p. 85.

combater a desvalorização[98], mas quando a absorção dos excedentes de capital e o crescimento das populações tornam-se um problema, a urbanização é crucial para a absorção das duas coisas, afirma o autor. Então, a produção de excedente, o crescimento populacional e a urbanização são fatores estritamente conectados. Em suma, conclui Harvey, a produção do espaço em geral, da urbanização em particular, tornou-se um grande negócio no capitalismo[99].

O capitalismo é um modo de produção fundamentalmente expansionista e baseado num inexorável ciclo de *reprodução ampliada*, cujos pressupostos são: (a) a ampliação da força de trabalho assalariada, dela sendo extraída cada vez maiores parcelas de mais-valia; (b) o avanço do progresso técnico em níveis até então desconhecidos; (c) a concentração desmesurada dos meios de produção (prédios, máquinas e matérias-primas); (d) a produção agrícola em larga escala; (e) a expansão contínua dos mercados e a internacionalização da produção (MORAES; COSTA, 1987, p. 64-5).

Como nenhum outro modo de produção que o precedeu, o capitalismo tende a submeter às suas formas de organização social toda e qualquer relação social presente no interior de seus domínios, exprimindo claramente a associação que Marx faz entre modo de produção e modo de vida (MORAES; COSTA, 1987, p. 64-5).

Além de expansionista, por ser ao mesmo tempo concentracionista e ainda intrinsecamente desigual, o capitalismo tem a necessidade inexorável do lucro, resultando na ampliação constante do volume de mercadorias produzidas (MORAES; COSTA, 1987, p. 86 et seq.). Contudo, diferentemente do período mercantil, a acumulação agora ocorre fundamentalmente na produção, e não na circulação propriamente dita. Isso implica, de acordo com o autor, no crescimento e na diversificação dos produtos e dos mercados, cujos resultados são a urbanização e a expansão da produção e do consumo.

Nesse processo, fronteiras ecológicas, culturais e políticas são gradativamente subvertidas pelo caráter antiinercial dos novos capitais e das novas mercadorias e pelo poder de globalização das trocas mercantis (MORAES, COSTA, 1987, p. 86 et seq.).

---

[98] "A longa história de destruição criativa sobre a terra produziu o que é às vezes chamado de 'segunda natureza' – a natureza remodelada pela ação humana" (HARVEY, 2011, p. 151).

[99] "[...] o modo de produção capitalista assenta-se, fundamentalmente, na produção de valores de troca, sendo a mercadoria sua unidade elementar. O motor de sua expansão é a ampliação crescente da apropriação da mais-valia" (MORAES, 1987, p. 149). Sobre a espacialidade do modo de produção capitalista: "Um primeiro dado geográfico relevante para assinalar é o fato de que até o advento do capitalismo não era possível falar de um modo de produção dominante na escala global. [...] Pode-se dizer que o capitalismo gerou uma economia-mundo de fato, mundializando as relações humanas e criando uma circulação mundial regular antes inexistente" (MORAES, 2011, p. 15, grifo nosso).

Muito da acumulação de capital originária se realizou fora do solo europeu, sendo embalada por relações de produção "primitivas" (estranhas ao capitalismo "propriamente dito"), já que tantos processos essenciais vividos no centro geográfico desse modo de produção exigiam formas pré ou não capitalistas praticadas nos espaços periféricos (MORAES, 2011, p. 21). E esses fluxos de riqueza, que historicamente migram para a área *core* do sistema mundial, são, segundo o autor, ininterruptos até à atualidade.

Uma das condições favoráveis à expansão geográfica do capital no Brasil é o aumento expressivo do exército de reserva formado por camponeses que perdem a posse da terra, já que a reforma agrária nunca aconteceu (MARTINS, 2012, p. 76). O governo militar socializou os custos da ocupação capitalista da Amazônia, transferindo para toda a sociedade o preço da não-realização dessa reforma agrária, optando por um modelo concentracionista de propriedade, não por um modelo distributivista conforme as reivindicações sociais anteriores ao Golpe de Estado de 1964[100].

É quase certo que o capitalismo não sobreviveria na forma que tem hoje se não fosse por meio da expansão perpétua das populações disponíveis, tanto como produtores como consumidores, mesmo quando as populações não são organizadas de acordo com as relações sociais, as tecnologias, as formas de produção e os arranjos institucionais capitalistas (HARVEY, 2011, p. 120). A escravidão, o ouro inca, o fornecimento de matérias-primas extraídas das populações indígenas e dos mercados não capitalistas de produção foram, conclui o autor, fundamentais para sustentar o crescimento capitalista através dos séculos.

O Brasil, enquanto país periférico que é, ainda hoje traz consigo muito desses aspectos mencionados por Harvey.

1.4. Aspectos da formação territorial do Pará

Segundo o historiador Ernani Silva Bruno (1966, p. 21), por volta de meados do século XVI luso-brasileiros formaram povoações e instalaram engenhos de açúcar na costa norte do Brasil. Entretanto, somente em 1616 se estabeleceram na foz do Rio Amazonas, através do

[100] Ibid., p. 76.

> núcleo de Belém do Grão-Pará, primeiro passo para a dominação portuguesa sobre o grande vale, facilitada, a despeito das disposições de Tordesilhas, pelo fato de estar na época Portugal subordinado à Coroa de Espanha. A criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará e a concessão de algumas capitanias deram caráter oficial a essa posse – seguindo-se lutas mais ou menos prolongadas com ingleses e holandeses que teimavam em manter suas posições (BRUNO, 1966, p. 33).

A ocupação da Amazônia teve início na União Ibérica (1580-1640), isso porque, de acordo com Tadeu Valdir Freitas de Rezende (2006, p. 305), havia a preocupação com relação à

> presença francesa e por uma possível incursão holandesa e inglesa contra a região, o que poderia colocar em risco as minas de prata descobertas no Peru. A ligação fluvial, dos Andes ao Atlântico, pelo Rio Amazonas, representava verdadeira ameaça à segurança do império colonial espanhol na América. Era necessário controlar a entrada desse vasto estuário e bloquear o acesso aos estrangeiros.

Segundo o historiador Boris Fausto (2007, p. 90), "longe do centro principal da vida da Colônia, o Norte[101] do Brasil viveu uma existência muito diversa do Nordeste". A colonização ocorreu "lentamente, a integração econômica com o mercado europeu foi precária até fins do século XVIII e predominou o trabalho compulsório indígena".

Os portugueses demonstraram maior interesse pelo extremo norte do Brasil somente após 1612, quando os franceses estabeleceram-se no Maranhão e fundaram São Luís (FAUSTO, 2007, p. 90). O risco da perda territorial, explica o autor, os levaria à luta contra os franceses e à fundação do Forte do Presépio (1616), que marca o início da cidade de Belém (Pará), tornando-se a base de penetração pelo Rio Amazonas, percorrido na viagem de Pedro Teixeira até o Peru (1637).

O processo de colonização avançava não só na Amazônia, mas em toda a colônia, a partir de *zonas de difusão,* isto é, espécie de núcleos de assentamento original que serviam de base para os movimentos expansivos posteriores (MORAES, 2005a, p. 69). E Belém, desde o início do século XVII, teve essa função. Desse modo, os portugueses avançaram até à boca do

---

[101] A regionalização utilizada pelo autor é, de certa maneira, confusa, pois ele faz uso dos termos "Norte" e "Nordeste", logo, entendemos que se trata da divisão regional do IBGE, ainda que ele afirme: "para simplificar, estamos falando da região [Norte] como se fosse um todo, mas não devemos esquecer as profundas diferenças entre o Maranhão de um lado e a Amazônia, de outro." (FAUSTO, 2007, p. 90, grifo nosso). Conforme está na citação, o Maranhão faria parte da região Norte.

Rio Negro (perto do que hoje é Manaus), onde, em 1690, instalaram um pequeno posto avançado (FAUSTO, 2007, p. 90).

A Coroa, sob controle da Espanha (União Ibérica), criou o *Estado do Maranhão e Grão Pará* que, separado do *Estado do Brasil*, possuía governador e administração próprios para responderem diretamente a Lisboa até 1774, quando a divisão da colônia em dois Estados deixou de existir (FAUSTO, 2007, p. 90).

No início, a capital desse Estado setentrional foi São Luís, posteriormente passou a ser Belém, e em seguida tornou a ser São Luís novamente. Por esse motivo, conforme o período, tem-se o *Estado do Maranhão e Grão Pará* ou *Estado do Grão Pará e Maranhão*.

> Em 1621, um decreto Régio estabelece que o Maranhão (incluindo a capitania do Piauí) e o Grão-Pará passam a formar um Estado autônomo. Entre 1652 e 1654 os governos do Pará e Maranhão tornam-se independentes e, voltando a se unir em 1654, assim permanecem até 1772, quando são novamente separados. A separação só viria a se efetivar três anos mais tarde, quando o Pará anexa a seu território a capitania do Rio Negro. Em 1753, durante o governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, estabelecem-se dois governos dentro do Estado do Grão-Pará e Maranhão, um situado em Belém e o outro em São Luís (GNERRE, 2006, s/p.).

Figura 1[102] – Imaginável delimitação dos Estados (Estado do Grão Pará e Maranhão e Estado do Brasil)

Fonte: DIAS, Nunes Manuel. **A companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778)**. Volume 1. Coleção Amazônica. Série: José Veríssimo. Belém: UFPA, 1970. In: Oliveira (2011, p. 12).

O Estado do Maranhão e Grão-Pará era formado pelo que hoje são os estados do Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amapá e parte do Amazonas, abrangendo quase todo o vale amazônico, enquanto o Estado do Brasil constituía-se pelas capitanias da Coroa (do Rio Grande do Norte até São Vicente) e pelas capitanias privadas (REZENDE, 2006, p. 308).

[102] Chamamos a atenção para o erro (em certa medida, não raro) que há na figura ao se referir ao território brasileiro de meados do século XVIII, como se naquele período o mesmo já apresentasse os limites que possui atualmente.

Para Bruno (1966, p. 35), o rei espanhol Filipe VI dividiu a colônia em dois Estados devido a dificuldade de comunicação marítima do norte com o leste do Brasil, imposta pela orientação dos ventos. Ao mesmo tempo, acrescenta o autor, o monarca teria confiado aos luso-brasileiros a conquista e o povoamento da costa do extremo-norte. Rezende (2006, p. 308) reafirma a primeira causa ao considerar que "razões geográficas se impunham na reorganização política e administrativa do Brasil colonial", pois o regime "dos ventos e das correntes marítimas, [são] essenciais para a compreensão das possibilidades das navegações da época". Entendemos esses motivos como fatores que influenciaram na divisão territorial do Brasil, ainda que acreditemos serem fatores secundários.

Naquela conjuntura, assim como ainda hoje de certa maneira, a divisão territorial estava para "acelerar a incorporação do litoral setentrional à atividade colonizadora [...]. Recorria-se, mais uma vez, à fórmula 'dividir para povoar; dividir para dominar' na luta pela manutenção do território"[103]. Tratava-se de "facilitar a administração dos territórios amazônicos" (REZENDE, 2006, p. 308).

Até meados do século XVIII, a colonização luso-brasileira na Amazônia economicamente foi impulsionada por fatores como "o apresamento ou resgate de bugres[104], dessa forma incorporados à empreitada colonizadora e à coleta de drogas do sertão", e numa proporção menor "pelo estabelecimento de roças de lavouras e de currais de gado"; por fatores religiosos, "representados pelo empenho dos missionários em aldearem índios para catequese" (BRUNO, 1966, p. 45), além da razão geopolítica, conforme mencionado anteriormente.

Num empreendimento genocida contra povos indígenas, conhecido por *sertanismo*, segundo Bruno (1966, p. 46), homens adentravam a Amazônia com o intuito de aprisionar "bugres", configurando-se "como um dos agentes do povoamento da região do extremo-norte do Brasil – pois a viagem de Pedro Teixeira revelara que a floresta marginal do Rio Amazonas, terra adentro, era um viveiro apetitoso de nativos e um convite à caçada humana". Surge então a *entrada*, um tipo de expedição que adentrava o território via rios, motivada por atividades econômicas como o extrativismo e a escravização de indígenas. Alguns desses empreendimentos, de acordo com o autor, eram "particulares, outros organizados por conta do erário-régio", o que marcou a colonização portuguesa, projeto cujo capital era misto, muitas

---

[103] In: **O Estado do Maranhão**. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/estado_maranhao.html> Acesso em: 25 jun. de 2014

[104] Chamamos a atenção para o termo pejorativo escolhido pelo autor para se referir aos indígenas.

vezes. Outros dois exemplos de "parceria público-privada" foi o "escambo, praticado por capital privado" e a relação estabelecida entre o rei e os donatários, já que "a terra não saía do domínio do soberano". Portanto, essa "não deve ser confundida com feudo, pois é um empreendimento 'paraestatal' da Coroa" (MORAES, 2000, p. 299-300).

De acordo com o historiador Jaime Cortesão[105], "Belém do Pará e São Paulo de Piratininga" eram núcleos de "elaboração e alargamento de fronteiras", uma espécie de "cais de embarque para dois dos maiores sistemas fluviais do mundo, e haviam se formado na base de uma economia pobre ou mediana ou dispersante, além de compostos de brancos e de índios, com exclusão ou carência de escravos negros". Algumas áreas da Amazônia foram

> percorridas por exploradores procedentes de São Paulo, o primeiro dos quais parece ter sido Antônio Raposo Tavares, que depois da jornada impressionante de mais de três anos, em que chegou a transpor os Andes, aportou em 1651 à fortaleza de Gurupá, com cinqüenta e nove paulistas e alguns índios – o que restava de sua bandeira – e desceu o Rio Amazonas[106].

Como já afirmado, o processo de conquista territorial enquanto eixo estruturador da formação brasileira "conheceu várias formulações legitimadoras, uma das principais é expressa por meio de um personagem paradigmático, que tem na mobilidade espacial expansiva o seu elemento caracterizador: o 'bandeirante'" (MORAES, 2002, p. 109). Os bandeirantes não tinham como objetivo a expansão territorial da Colônia, todavia foi o que aconteceu, pois adentraram longitudes que, conforme os tratados da época, estavam demarcadas como terras da Espanha. Mas a ideia de que os bandeirantes são "construtores do território e da 'brasilidade'"[107] ainda hoje é forte, dando origem ao mito bandeirante.

Quanto ao efeito da União Ibérica sobre o bandeirismo e o entradismo, no contexto da expansão territorial luso-brasileira para além dos limites previstos no Tratado de Tordesilhas (1494), Rezende (2006, p. 305) afirma não haver consenso entre os historiadores. A despeito de qualquer polêmica, segundo o autor, não se pode garantir que a expansão territorial portuguesa teria se desenvolvido da mesma maneira caso a Espanha tivesse tomado medidas de defesa mais efetivas para conter o avanço lusitano. Conforme essa tese, Portugal teria sido tratado como aliado, caso contrário provavelmente o bandeirismo não teria alcançado os

---

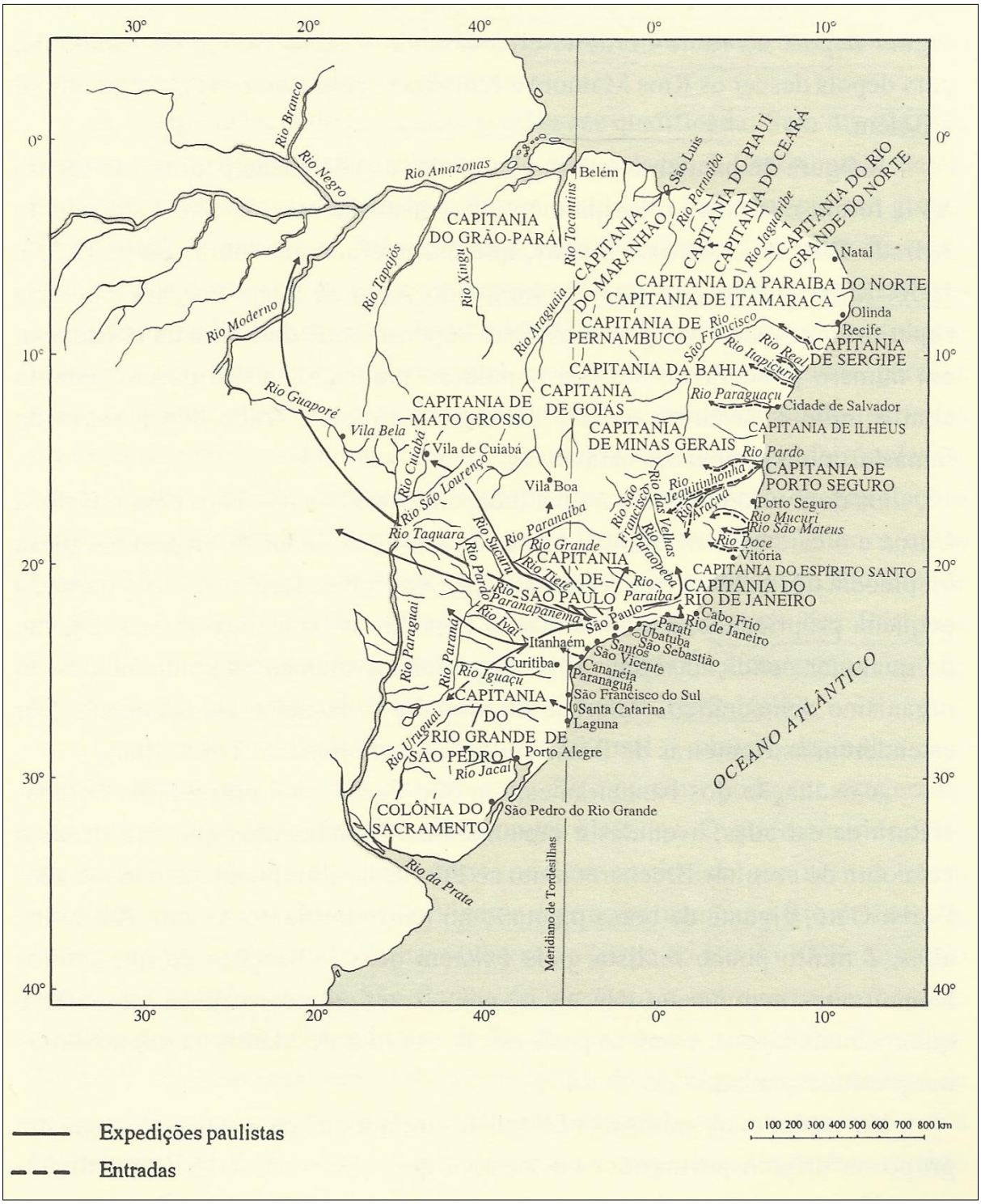
[105] Apud Bruno (1966, p. 50). O autor não referencia a obra.
[106] Ibid., apud Bruno (1966, p. 50).
[107] Ibid., p. 111.

resultados territoriais que alcançou. Demétrio Magnoli (1997, p. 61) é mais enfático ao afirmar que o discurso sobre o bandeirismo tende a mascarar o papel desempenhado pela União Ibérica na expansão luso-brasileira para além do Meridiano de Tordesilhas.

A partir de meados do século XVII, sob coordenação de padres, as missões originaram os primeiros povoados na Amazônia Ocidental, entre os quais o que mais tarde seria Manaus (BRUNO, 1966, p. 62). Após um século, o povoamento se ampliara, sendo poucas as "'povoações de brancos', pois a maioria era 'aldeias de bugres' e só mais tarde seriam povoações comuns"[108]. No "território paraense, quase todas [localizavam-se] em torno do estuário ou nas proximidades do Rio Amazonas – as que seriam depois as povoações de Oeiras, Portel, Porto de Mós, Veiros, Almeirim, Prainha, Monte Alegre, Alenquer, Santarém, Pinhel, Óbidos e Faro"[109], muitos dos quais hoje são municípios.

[108] Ibid., p. 63.
[109] Ibid., p. 62.

Mapa 2 – Rumos das Principais Entradas e Bandeiras



Fonte: HGCB, tomo I, vol.1. In: Fausto (2007, p. 95).

Em meados do século XVIII, o estadista Marquês de Pombal transformou a política colonial, entre outras coisas, com a alteração das estruturas sociais da Amazônia ao retirar as aldeias indígenas da tutela das ordens religiosas (BRUNO, 1966, p. 71 et. seq.). O índio

passou da submissão ao padre para a sujeição aos novos diretores das aldeias, de modo que o primeiro ministro do reino buscava um maior rendimento sobre a força de trabalho indígena.

A *Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão* (1755-77) fez crescer a exportação dos produtos nativos para o Reino; nesse sentido, a reforma realizada por Pombal colocou a serviço do Estado uma estrutura econômica da qual, até então, só se beneficiavam diretamente as ordens religiosas. As duas instituições "destinadas a organizar a colonização do Brasil foram o Estado e a Igreja Católica" (FAUSTO, 2007, p. 60).

No que se refere às atividades econômicas, continuava a predominar o extrativismo das drogas do sertão; o desenvolvimento da pecuária bovina no arquipélago do Marajó e algumas pequenas indústrias de fabricação de manteiga de tartaruga, por exemplo. A coleta desses produtos nativos passou a ser realizada por empresas particulares, mediante autorização do governo.

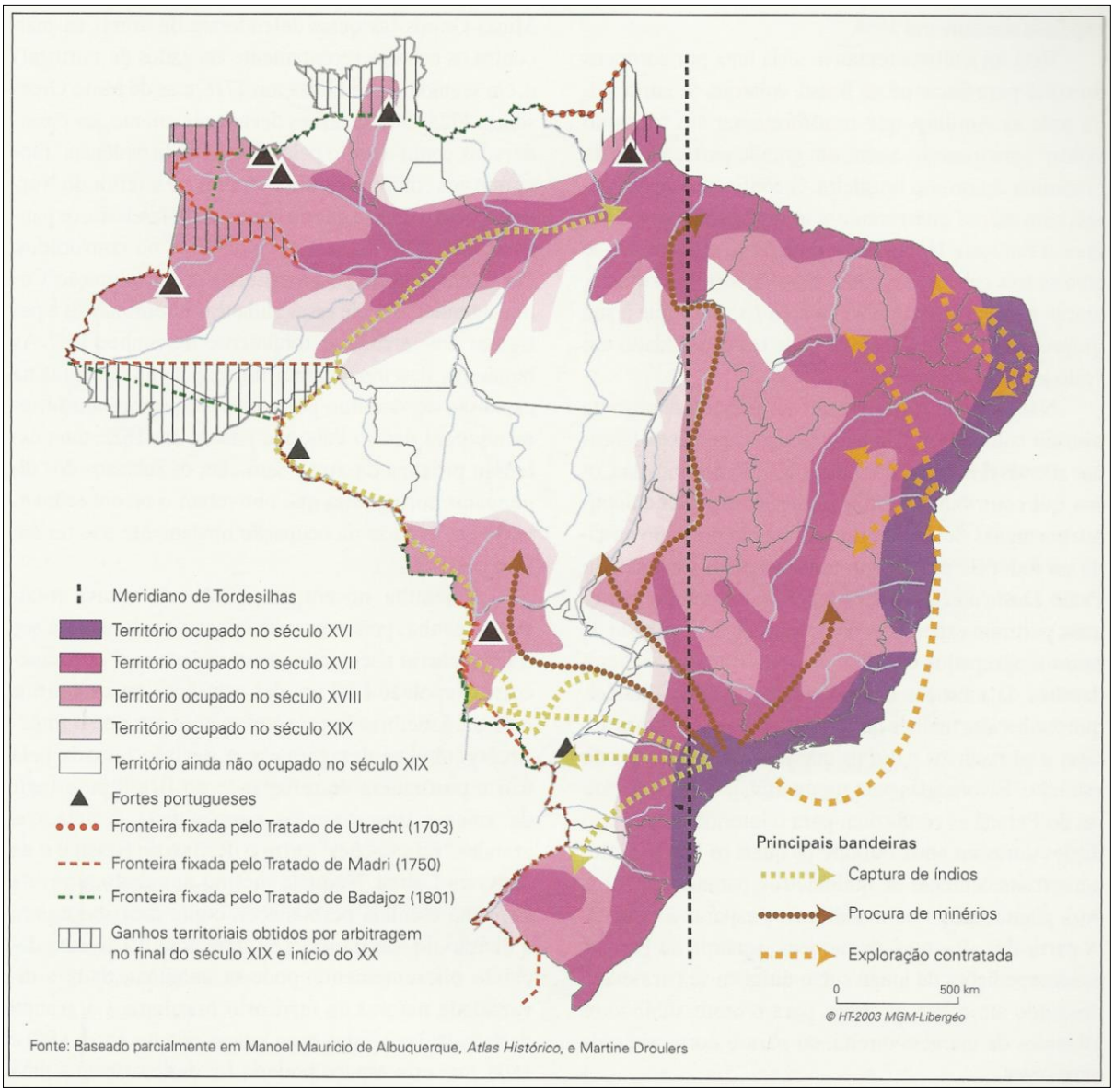
De acordo com a historiadora Maria Lucia Abaurre Gnerre (2006, s/p.), "a história dos viajantes [colonizadores] portugueses pelo norte do Brasil no século XVIII está também intimamente ligada à história dos tratados entre Portugal e Espanha". Em 1750, o *Tratado de Madri*, assinado pelos monarcas desses dois países, tratou dos limites fronteiriços entre as terras sul-americanas colonizadas por ambos, o que causou

> nos anos seguintes uma onda sem precedentes de expedições para a demarcação das fronteiras no norte do Brasil. Dessas expedições participaria até o governador do [Estado do] Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, chegando aos extremos de seus domínios, no alto Rio Negro, local certamente nunca antes visitado por uma autoridade de tamanha importância. Tanto o Tratado de Madrid quanto o governo de Mendonça Furtado representam um marco na produção dos roteiros (GNERRE, 2006, s/p.).

Uma vez assinado o Tratado, "era preciso consolidar a conquista dos rios, conhecer e, acima de tudo, mostrar ao reino rival esse conhecimento" (GNERRE, 2006, s/p.). À época, "o *Roteiro do Maranhão* é um texto que visa demarcar os sertões mais incultos como pertencentes à colônia lusitana, descrevendo em língua portuguesa tais sertões, e ainda mostrando planos de povoamento e utilização dessas terras"[110].

[110] Ibid., s/p.

Mapa 3 – A ocupação do território brasileiro



Fonte: Théry; Mello (2005, p. 33).

O Tratado de Madri marcou o abandono diplomático do Meridiano de Tordesilhas, por isso foi celebrado enquanto vitória diplomática portuguesa, sendo em grande medida condicionado pela superioridade dos conhecimentos geográficos portugueses na América do Sul (MAGNOLI, 1997, p. 73).

Hoje cotada à capital do pretendido estado do Tapajós, a cidade de Santarém já no século XVIII possuía uma centralidade no Baixo Amazonas. Era “uma espécie de entreposto das áreas ocidentais da região do Belém do Pará, recebendo drogas que se destinavam à exportação, notadamente o cacau, o cravo do Maranhão, a castanha, o óleo de copaíba, as favas de pixurim e a salsaparrilha” (BRUNO, 1966, p. 76). Já na Amazônia Ocidental,

segundo o autor, “Ega ou Tefé era um empório comercial da parte alta do Solimões e seus afluentes – negociantes ingleses e brasileiros de Belém estabeleciam ali sucursais para a venda de mercadorias europeias e compra de artigos locais”[111].

Por volta de 1750, o povoamento pelo vale do Amazonas e de seus principais afluentes,

> embora ralo e disperso, se estendera por um território considerável. Afigurava-se difícil administrar e distribuir justiça pelos moradores disseminados por mais de quarenta povoações, algumas estabelecidas nos confins do [Rio] Solimões, a uma distância enorme de Belém do Pará. E era preciso manter a soberania portuguesa em áreas quase desertas, sujeitas à ambição de espanhóis e de outros povos, sobretudo nas zonas do alto Rio Negro e do Rio Branco (BRUNO, 1966, p. 81, grifo nosso).

Ao contrário da ideia contida na citação anterior, não entendemos que “distribuir justiça pelos moradores” estivesse entre os objetivos dos colonizadores. O território tem sim, antes de tudo, que proporcionar a reprodução do capital, inclusive através de sujeitos vistos enquanto recursos territoriais. Foi com essa perspectiva que em 1755 criou-se a capitania de São José do Rio Negro a partir do desmembramento da capitania do Pará (BRUNO, 1966, p. 82-3).

No momento da independência política do Brasil, a Amazônia estava dividida em 46 municípios, dos quais 37 em sua região oriental (capitania do Pará) e apenas nove na capitania do Rio Negro. A população somava um total de 85 a 90 mil habitantes, dos quais mais de 70 mil viviam no território paraense, principalmente no delta do Amazonas (BRUNO, 1966, p. 84).

Segundo Bruno (1966, p. 91-2), uma estrutura social de contraste apresentava-se, de um lado, em Belém, na zona do estuário ou no Baixo Amazonas em geral; e, de outro, os confins ocidentais da Amazônia. Na primeira, explica o autor, havia uma organização econômica e social que se equiparava às demais regiões marítimas do Brasil: com lavoura, grande propriedade, trabalhadores africanos escravizados, acumulação de capital. Do outro lado, o predomínio da coleta de produtos nativos e estrutura social que conservava o modo de vida indígena.

---

[111] Ibid., p. 76.

No período colonial, as relações da Amazônia eram maiores com Lisboa que com a Bahia ou o Rio de Janeiro. Tanto que na ocasião do 7 de setembro de 1822, "uma parcela numerosa de suas classes dominantes não escondeu o desejo de que o extremo-norte permanecesse fiel ao Reino, não participando do Império que o Príncipe D. Pedro procurava edificar com o apoio mais direto das províncias do sul" (BRUNO, 1966, p. 97-8). A ponto que somente em 9 de novembro do ano seguinte que "a capitania do Rio Negro [aderiu] à emancipação política do Brasil"[112].

O processo de formação territorial da Amazônia brasileira iniciou uma nova fase, de acordo com Bruno (1966, p. 117), com a "utilização da navegação a vapor a partir de 1853". A economia regional "passou a girar quase que por completo em torno da exploração do leite da seringueira – e essa atividade foi suporte da ocupação de novas áreas, sobretudo ao longo dos afluentes da margem direita do Amazonas"[113]. Entretanto, pondera o autor, o "exclusivismo da borracha determinou o declínio da lavoura, do pastoreio e até das pequenas indústrias típicas".

Com relação às fronteiras externas, no final do século XIX e início do XX o Brasil ampliava o seu território por meio da incorporação do "Amapá e do Acre, o primeiro disputado pela França e o último pela Bolívia e o Peru" (BRUNO, 1966, p. 117).

Naquele mesmo ano, além da instalação das primeiras estradas de ferro, estabeleceu-se a primeira linha de embarcações a vapor, projeto da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, cujo maior acionista era o Visconde de Mauá (BRUNO, 1966, p. 140). Com isso, a comunicação entre Belém e Manaus foi aprimorada em muito e uma viagem que até então durava 40 dias na estação seca e três meses no tempo das chuvas passou a ser feita em oito dias[114], o que não mudou muito em relação aos dias atuais, já que a mesma viagem consome seis dias.

No que tange à economia paraense, nesse período destacaram-se três produtos resultantes da indústria coletora: a borracha, o cacau e a castanha (BRUNO, 1966, p. 118).

Muito da força de trabalho era desempenhada por trabalhadores nordestinos. "Os primeiros deles chegando à Amazônia, foram localizados em colônias agrícolas – que abandonaram logo, em busca da possibilidade de melhores ganhos, à medida que a borracha

---

[112] Ibid., p. 97-8.
[113] Ibid., p. 117.
[114] Ibid., p. 143.

foi se valorizando" (BRUNO, 1966, p. 120). Belém do Grão-Pará, enquanto principal cidade da região, beneficiou-se do ciclo da borracha, o que repercutiu "inclusive no crescimento de sua população, que passou de quarenta mil moradores em torno de 1877 para cerca de oitenta mil em 1892"[115].

O ano de 1911 marcou o apogeu e também o início da crise da indústria da borracha, desencadeada, entre outros motivos, pela "paralisação do comércio em decorrência da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) [...]" além do que a "concorrência de outras regiões produtoras era cada vez mais forte no mercado internacional e no Brasil não havia possibilidade de consumo para a borracha bruta" (BRUNO, 1966, p. 147-8). Com o objetivo de contornar a situação, contudo sem resultado, em "1918 o Governo Federal entrara no mercado, por intermédio do Banco do Brasil, comprando a produção dos seringais, fazendo estoques e armazenando borracha. Mas a operação foi em seguida abandonada"[116].

Somente a partir de 1950 a borracha ganharia destaque novamente na economia regional, isso porque a "Segunda Guerra Mundial fechara aos aliados as fontes orientais de reprodução – como em conseqüência do advento da indústria nacional de artefatos elásticos" (BRUNO, 1966, p. 149-50).

Mesmo naquela conjuntura de crise, "de 1928 a 1934, o industrial Henry Ford aplicou capitais avultados no cultivo de seringueiras na região, preferindo para esse ensaio terrenos em Tapajós, localizados nos municípios de Aveiros e Itaituba [ambos no Pará]" (BRUNO, 1966, p. 149-150). No entanto, os resultados na Fordlândia (como o empreendimento era chamado) ficaram bem abaixo do esperado, o que fez o empresário investir na plantação de seringueiras no município de Belterra (Pará), também no Tapajós, mas novamente os resultados estiveram aquém do esperado[117]. "Além de não se adaptarem os caboclos da Amazônia ao tipo de habitação e ao teor de alimentação impostos pelos americanos – um milhão de pés de seringueira acabou definhando por causa do excesso de sol e de falta de umidade"[118].

Frente ao empreendimento que não deu certo, em 1946 o Estado brasileiro comprou Belterra da companhia Ford (BRUNO, 1966, p. 167), ocasião que exemplifica claramente a

---

[115] Ibid., p. 129.
[116] Ibid., p. 147-8.
[117] Ibid., p. 149-50.
[118] Ibid., p. 149-50.

atuação do Estado em conformidade com as suas funções fundamentais – no caso, a de fornecer garantias ao capital privado.

Segundo Maria Goretti da Costa Tavares (2011, p. 119), a ocupação da Amazônia pelos portugueses (do século XVII a XIX) por meio de fortalezas, missões religiosas e da política pombalina – assim como a economia da borracha em seguida – caracterizam um período denominado por "padrão rio várzea floresta"[119].

A partir da década de 1950 do século XX, o conteúdo e a forma da ocupação territorial mudaram radicalmente com a intervenção direta do Estado brasileiro, que passou a direcionar as ações para a implantação de redes de infraestrutura viária, energética e de telecomunicações (TAVARES, 2011, p. 119). Ainda de acordo com a autora, esse período também foi marcado por migração inter-regional intensa e pela implantação de projetos agropecuários e minerais, "o que caracteriza o padrão de organização do espaço direcionados agora para a rodovia terra firme e subsolo"[120].

Por fim, procuramos apresentar alguns aspectos da formação territorial do Brasil e do Pará em específico, no qual fundos territoriais continuam sendo apropriados e, por conseguinte, transformados em território usado, o que coloca este capítulo diretamente relacionado ao seguinte, no qual tratamos das materialidades existentes no Pará e da permanência da acumulação por espoliação. A coesão de ambos ao capítulo 3 se dá essencialmente no fato das determinações coloniais na formação territorial brasileira influírem "nos modos de pensar e de agir, na sociabilidade reinante, incrustando-se no universo da cultura e da política, [já que] as ideologias geográficas povoam o imaginário social das ex-colônias" (MORAES, 2005a, p. 137).

---

[119] GONÇALVES, Carlos Walter Porto, **Amazônia, Amazônias**, São Paulo, Hucitec, 2001.
[120] Ibid., p. 119.

CAPÍTULO 2 – Pará: sincronia de tempos desiguais no processo de produção capitalista do território

2.1. Contexto: a permanência da acumulação por espoliação

A partir da lógica da reprodução do capital via sua expansão geográfica sobre fundos territoriais – processo de acumulação por espoliação – é que buscamos interpretar a produção capitalista do território paraense. Ou seja, procuramos compreender a divisão territorial do Pará por meio da criação dos estados de Carajás e do Tapajós a partir do seu processo de formação territorial.

O capitalismo "sempre precisa de um fundo de ativos fora de si mesmo para enfrentar e contornar pressões de sobreacumulação. Se esses ativos, como a terra nua ou novas fontes de matérias-primas não estiverem à mão, o capitalismo tem de produzi-los de alguma maneira" (HARVEY, 2012, p. 119). Logo, "acumulação primitiva não terminou com a ascensão do capitalismo industrial na Grã-Bretanha no final do século XVIII"[121]. No entanto, como "parece estranho qualificar de 'primitivo' ou 'original' um processo em andamento [o da acumulação], substituirei [...] esses termos pelo conceito de 'acumulação por espoliação'"[122].

Ainda de acordo com Harvey (2012, p. 36), "o novo imperialismo" (ou imperialismo capitalista) distingue-se de outras concepções de império porque nele predomina tipicamente a lógica capitalista, embora, em determinados momentos, a lógica territorial esteja em primeiro plano. O aumento do controle sobre territórios como fim em si tem claramente consequências econômicas no que tange à extração de tributos, aos fluxos de capital, à força de trabalho, às mercadorias etc. Mas, para o autor, "o quadro se altera substancialmente numa situação em que o controle territorial (que pode ou não envolver a apropriação e a administração concretas de território) é considerado um meio necessário da acumulação do capital"[123].

---

[121] Id., 2011, p. 55, grifo nosso.
[122] Id., 2012, p. 121.
[123] Ibid., p. 36.

Do ponto de vista da lógica capitalista, as práticas imperialistas referem-se à exploração das condições geográficas desiguais sobre as quais ocorre acumulação do capital (HARVEY, 2012, p. 35), condições que

> não advêm apenas dos padrões desiguais da dotação de recursos naturais e vantagens de localização; elas são também, o que é mais relevante, produzidas pelas maneiras desiguais em que a própria riqueza e o próprio poder se tornam altamente concentrados em certos lugares como decorrência de relações assimétricas de troca (HARVEY, 2012, p. 35).

Dessa maneira, o capitalismo produz o desenvolvimento geográfico desigual, mesmo na ausência de diferenciação geográfica em termos de dotação de recursos e de possibilidades, fatores que acrescentam peso às diferenciações e especializações espaciais e regionais (HARVEY, 2012, p. 82-3). Portanto, mesmo sem ser determinante, "à base natural da diferenciação das áreas vem adicionar-se as massas de valor historicamente e diferentemente depositadas na superfície terrestre" (MORAES, 1990, p. 150).

No capitalismo a sobreacumulação é natural e, por consequência, o capital tende à desvalorização (HARVEY, 2012, p. 78). Se esta deve ser evitada, é imperativo descobrir maneiras lucrativas de absorver os excedentes de capital, o que pode ser feito por meio da expansão geográfica e da reorganização espacial[124].

É comum que a expansão geográfica do capital envolva investimento em infraestruturas físicas e sociais de longa duração (redes de transporte e comunicações, educação, pesquisa etc.), e a produção, assim como a reconfiguração das relações espaciais, ofereçam um forte meio de atenuar, se não resolver, a tendência à formação de crises do capitalismo (HARVEY, 2012, p. 78).

O capital excedente de um lugar pode encontrar emprego em outro, onde as oportunidades de lucro ainda não foram exauridas. Vantagens relativas à localização desempenham um papel semelhante aos derivados das vantagens tecnológicas (HARVEY, 2012, p. 83). Com isso, o autor conclui que os processos de acumulação do capital são permanentemente expansionistas e, por isso, estão em perpétua ação de rompimento de toda tendência ao equilíbrio.

---

[124] Ibid., p. 78.

Acumulação por espoliação é um conceito de primeira importância ao entendimento acerca do território paraense porque, conforme conclusão de Harvey (2012, p. 142), por mais que a acumulação por espoliação não se realize exclusivamente na periferia, é indubitável que algumas de suas manifestações mais viciosas e desumanas ocorram nas regiões mais vulneráveis e degradadas do âmbito do desenvolvimento geográfico desigual.

O antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida (2010, p. 110-1) explica que as *agroestratégias* estão na ordem do dia das agências multilaterais, como o Banco Mundial (Bird), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC) e também de conglomerados financeiros. E que a crise do setor de alimentos é anunciada com alarde, como forma de incorporar novas técnicas e terras como medidas salvacionistas para se resolver os problemas de abastecimento de alimentos.

As agroestratégias "compreendem um conjunto heterogêneo de discursos, de mecanismos jurídico-formais e de ações ditas empreendedoras" e têm como objetivo "remover os obstáculos jurídico-formais à expansão do cultivo de grãos e para incorporar novas extensões de terras aos interesses industriais, numa quadra de elevação geral do preço das *commodities* agrícolas e metálicas"[125] (ALMEIDA, 2010, p. 101-2).

As atas das agroestratégias abrangem

> tanto estudos de projeção, que tratam das oscilações de mercado e suas tendências – relatórios da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentos (FAO), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês) – bem como de ajustes na carga tributária de produtos e insumos utilizados em produtos alimentares considerados básicos (ALMEIDA, 2010, p. 101-2).

No Brasil, a agroestratégia é organizada por entidades como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e outras entidades patronais[126], que agrupam os

[125] "Os preços das principais *commodities* agrícolas e minerais são formados nos mercados internacionais e envolvem diferentes interesses de bolsas de valores ('mercados futuros'), fundos de investimentos, empresas transnacionais e agências multilaterais. Eles se distinguem dos preços dos gêneros alimentícios (mandioca, cebola, batata, produtos hortigranjeiros), produzidos por pequenos produtores rurais, apoiados em unidades de trabalho familiar, que são formados majoritariamente no mercado interno e abastecem circuitos regionais diferenciados" (ALMEIDA, 2010, p. 104).

[126] "A CNA mobiliza 27 federações de agricultura e pecuária, organizadas por unidades da Federação, e 2.500 sindicatos rurais em todo o país. Além da [...] Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec), Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), Associação Brasileira dos Exportadores de Frango (Abef), Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS) e Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja-MT), entre outros" (ALMEIDA, 2010, p. 102).

empreendimentos produtores de grãos, óleos vegetais, carne *in natura* e matérias-primas de uso industrial (eucalipto, pinus), assim como empresas de consultoria e instituições de pesquisas que lhes fornecem suporte sobre quem produz o que, quando e onde (ALMEIDA, 2010, p. 102-3). Segundo o autor, trata-se de uma complexa coalizão para o fortalecimento do mercado de *commodities*, agrupando profissionais da mídia, como jornalistas, editorialistas e comentaristas nas colunas de "opinião", assim como conta com professores universitários, economistas, especialistas em políticas públicas, ONGs e grandes empreendedores com soluções pragmáticas e operacionais, pressionando as decisões políticas[127].

Os cálculos racionais e conscientes de viabilidade e implementação dos empreendimentos para as *commodities*, mesmo fazendo uso de uma retórica de gestão ambiental e de um gerenciamento para a sustentabilidade, parecem não levar em conta seu elevado poder de destruição dos recursos naturais (ALMEIDA, 2010, p. 104).

Diríamos que são nocivos em primeiro lugar às pessoas, desde aquelas que são expropriadas de suas terras até aquelas que são submetidas a condições precárias e cativas de trabalho, sendo vistas enquanto recursos territoriais, pois se trata de projetos hegemônicos de barbárie.

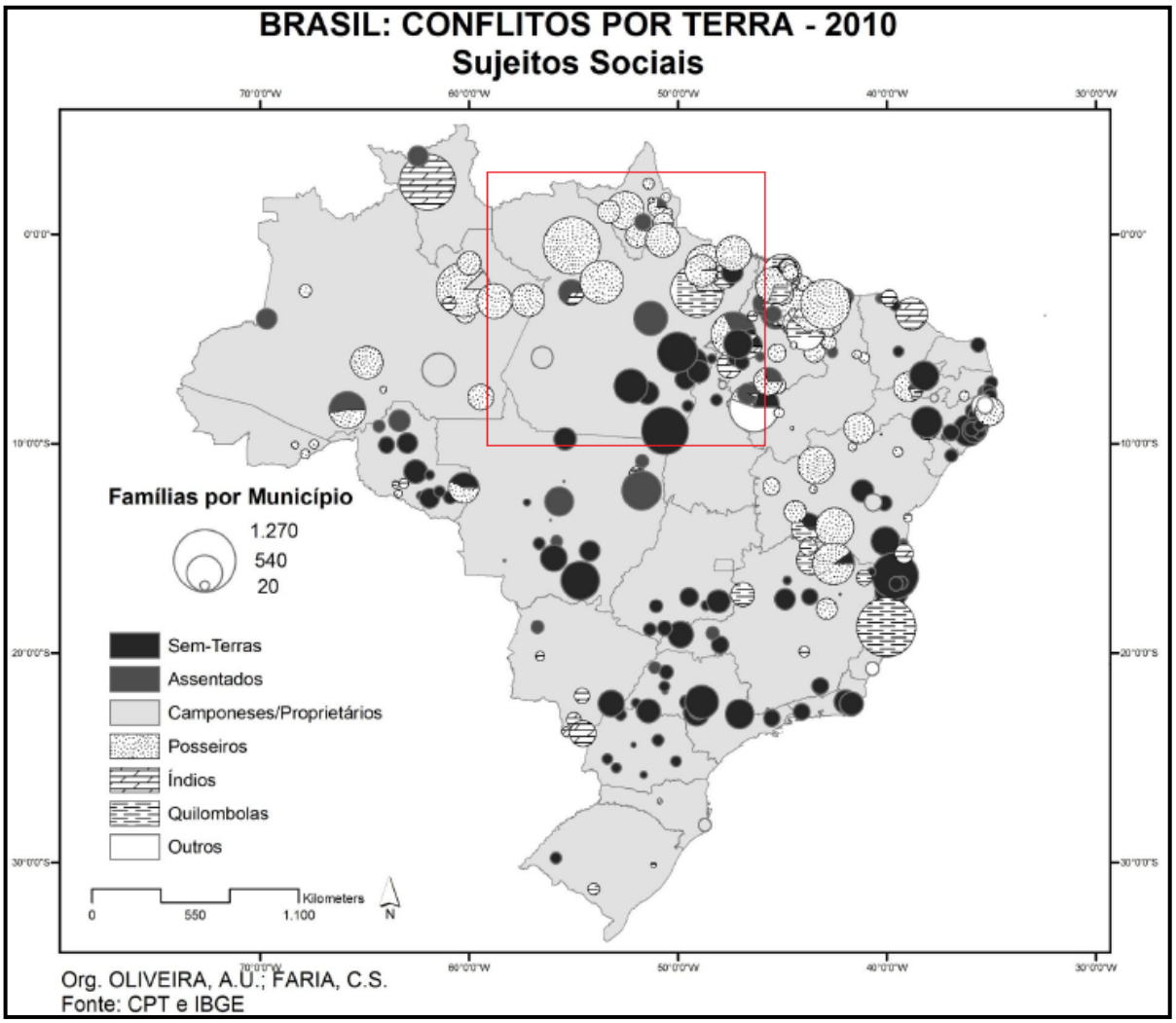
No processo de formação territorial do Brasil, o Estado e a classe capitalista enxergam o território enquanto um fundo de recursos. No que tange à Amazônia e às pessoas que vivem neste território, ao contrário, ela é tratada enquanto "espaço vazio" ou "vazio demográfico". No entanto, conforme ressalta Almeida (2004, p. 28), trata-se – em muitos casos – de terras tradicionalmente ocupadas, representadas por paisagens de babaçuais, castanhais e seringais, mas não significam "apenas incidência de uma espécie vegetal ou uma 'mancha', como se diz cartograficamente, mas têm uma expressão identitária traduzida por extensões territoriais de pertencimento".

Logo, se opera um projeto de expropriação por espoliação induzido e viabilizado pelo Estado, o qual – muitas vezes – sobrepõe territórios ao estimular a instalação, por exemplo, de uma fazenda num território onde vivem e trabalham seringueiros. Portanto, nesse sentido, o conflito é causado pelo Estado, que concomitantemente tem o direito e o dever legais de dar desfecho ao conflito que criou.

---

[127] Ibid., p. 103.

Mapa 4



No Pará (conforme destacamos por meio do retângulo) a maioria dos conflitos por terra ocorre em sua metade leste, sobre a qual a produção capitalista do território é mais intensa, processo que se expande rumo ao oeste (pretenso estado do Tapajós). Neste, a maioria dos conflitos por terra se dá entre posseiros e empresas mineradoras. Já no sudeste (pretenso estado do Carajás), o conflito é predominantemente entre trabalhadores sem-terra e pecuaristas, e possivelmente com empreendimentos ligados à mineração.

Obs.: Como se observa, parte da leitura da legenda está comprometida. Na ausência de outro mapa, o mantivemos, até porque está preservado o tema representado, o que interessa a esta dissertação.

Fonte: Oliveira (2012).

A narrativa mítica de terras ilimitadas, como se fossem “espaços vazios”, contribui com os conflitos sociais no campo, já que toda e qualquer extensão de terra é apresentada como disponível à expansão dos agronegócios (ALMEIDA, p. 110-1).

No que tange às populações (comunidades e povos) tradicionais[128], tratar a Amazônia como se fosse um espaço vazio pode ser atribuído, mesmo que parcialmente, à formação do Brasil, cuja "história pouco fornece para a elaboração de uma identidade nacional, [no qual] os argumentos de índole geográfica vão possibilitar a elaboração de discursos legitimadores onde o país é visto como um espaço, e mais, um espaço a ser conquistado e ocupado" (MORAES, 2002, p. 118). No que se refere ao índio, era parte do projeto civilizatório imperial integrá-lo ou apropriar sua terra[129], projeto que, sem dúvida, permanece em curso. A violência fica estampada em matérias cujo título resume o problema: "Cimi aponta crescimento de 237% na violência contra os índios"[130]. Para o presidente desse conselho, o cerne está na omissão do Estado na demarcação de Terras Indígenas.

> Rosa Luxemburgo[131] analisou os métodos coercitivos e bárbaros pelos quais a potência expansiva do capital "não pode existir sem contar com a presença dos meios de produção e da força de trabalho de toda parte [...] daí resulta a tendência incontida do capital de apossar-se de todas as terras e sociedades" (apud BRANDÃO, 2010, p. 45).

No contexto da acumulação, algumas particularidades marcam a formação brasileira, podendo ser sintetizadas "em movimentos em que todas as heterogeneidades estruturais e as diversidades produtiva, urbana, social e ambiental estiveram subordinadas à lógica econômica da valorização fácil e rápida, isto é, de natureza imediatista, rentista e patrimonialista" (BRANDÃO, 2010, p. 48-9).

Segundo Harvey (2012, p. 121), todas as características da acumulação primitiva mencionadas por Karl Marx permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo. O autor exemplifica a partir de países em desenvolvimento como México e Índia (cabendo perfeitamente o Brasil), onde a expulsão de camponeses e a formação de um proletariado sem terra têm se acelerado nas últimas três décadas; recursos como a água, assim como empresas nacionais, têm sido privatizados; formas alternativas de produção e consumo

---

[128] "A própria categoria 'populações tradicionais' tem conhecido deslocamentos no seu significado desde 1988, sendo afastada mais e mais do quadro natural e do domínio dos 'sujeitos biologizados' e acionada para designar agentes sociais, que assim se autodefinem, isto é, que manifestam consciência de sua própria condição" (ALMEIDA, 2004, p. 12).

[129] Ibid., p. 119.

[130] In: **Cimi aponta crescimento de 237% na violência contra índios**. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/cimi-aponta-crescimento-de-237-na-violencia-contra-os-indios-2458.html>. Acesso em: 23 jun. 2014.

[131] "LUXEMBURGO, R. [1913]. *A acumulação de capital*: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Abril Cultural, 1984".

têm sido suprimidas; o agronegócio vem substituindo a agropecuária familiar, e a escravidão não desapareceu: "Em suma, a acumulação primitiva envolve a apropriação e a cooptação de realizações culturais e sociais preexistentes, bem como o confronto e a supressão"[132].

O economista Carlos Brandão (2010, p. 45), por vezes em diálogo com Harvey, corrobora a tese de que a acumulação primitiva permanece no desenvolvimento do capitalismo, praticando a dominação e o predomínio da força bruta, assim como a realização de atrocidades legitimadas pelo monopólio da violência presente no próprio aparelho estatal. Afirma também que o processo de acumulação em curso utiliza-se de métodos como "usura, predação, utilização de artimanhas ilícitas, apropriação e expropriação, manobras especulativas etc", sendo "instrumentos ordinários e não excepcionais". Por consequência, conclui o autor, "assenhorear-se e apoderar-se de propriedades e patrimônios públicos e privados em nome do progresso geral da sociedade são práticas regulares em toda a história do capitalismo".

A territorialidade das populações tradicionais não deve ser lida como

> "isoladas" ou "incidentais", [visto que] dos 850 milhões de hectares no Brasil cerca de 1/4 não se coadunam com as categorias *estabelecimento* e *imóvel rural* e assim se distribuem: cerca de 12% da superfície brasileira, ou aproximadamente 110 milhões de hectares, correspondem a cerca de 600 terras indígenas (ALMEIDA, 2004, p. 28).

As explicações para a intensificação dos conflitos sociais no campo apoiam-se em duas ordens de argumentos, que explicitam aspectos contraditórios de estratégias governamentais e empresariais (ALMEIDA, 2010, p. 131-2). E uma delas, detalha o autor, considera que a elevação geral dos preços das *commodities* agrícolas e minerais provoca o ritmo acelerado de crescimento do agronegócio que, por sua vez, gera o aumento da demanda por terra, logo o aumento do seu preço, o que é verificável notadamente em regiões do sul e do sudeste do Pará, na pré-Amazônia Maranhense e no sul do Amazonas[133]. Em suma, conclui o autor, o preço de terras no país tornou-se muito atrelado às oscilações do mercado de *commodities*, em particular da soja, que ocupa 47% da área plantada com grãos.

De acordo com Saint-Clair Cordeiro Trindade Júnior (2012, p. 8), o município de Santarém é um dos mais novos polos produtores de soja da Amazônia, principalmente ao

---

[132] Ibid., p. 121.
[133] Ibid., p. 132.

longo da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém), e a sede municipal cumpre um importante papel no corredor de escoamento da produção de grãos da região central do Brasil, que, do porto de Santarém, parte em direção aos Estados Unidos e Europa, devido à localização estratégica dessa cidade em relação aos grandes centros consumidores de grãos exportados pelo país.

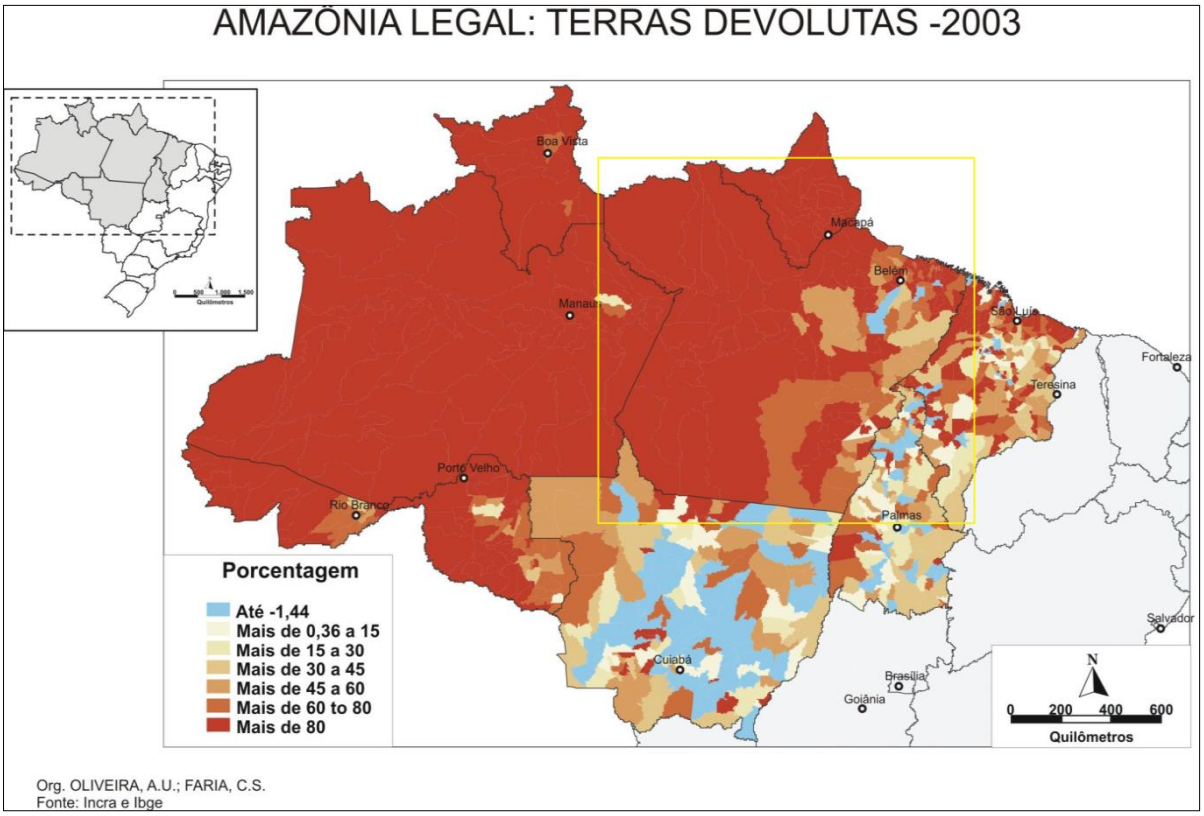
Segundo Almeida (2010, p. 136), a expansão do agronegócio toma força com discursos triunfalistas de que o setor pretende ocupar 250 milhões de hectares, isto é, quase 30% da superfície do Brasil, consoante depoimento do representante da Confederação Nacional de Agricultura em audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (2007). Os povos indígenas e quilombolas, bem como as demais comunidades tradicionais, são considerados obstáculo à expansão do agronegócio. Essas populações, afirma o autor, seriam vistas como sujeitos biologizados, ou seja, como mera extensão dos recursos naturais, sem consciência nem direitos. Por fim, explica-se em parte o agravamento dos conflitos sociais no campo, numa conjuntura em que essas comunidades e povos tradicionais já conquistaram seus direitos territoriais e emergiram como sujeitos sociais[134].

O processo de formação territorial, portanto de produção capitalista, do território da Amazônia realiza-se em meio a contradições acirradas entre o modelo de desenvolvimento hegemônico – que no Pará, no último meio século, é representado consideravelmente pela mineração e pelo agronegócio – e, de outro lado, populações tradicionais e movimentos sociais que tentam resistir ao processo violento de expropriação que se apresenta.

A produção capitalista do território brasileiro se dá, entre outras formas, pela expansão geográfica do capital sobre fundos territoriais que formalmente estão cadastrados como *terras devolutas*, por exemplo, e que em determinado momento podem ter seus limites alterados; caso se trate de latifúndios improdutivos, podem passar a usados.

[134] Ibid. p. 136.

Mapa 5



(Destaque nosso, em retângulo).

Fonte: Oliveira (2012).

Conforme o mapa, muitos dos municípios que formariam o estado do Carajás teriam de 60 a 80% dos seus respectivos territórios formados por terras devolutas, enquanto que no estado do Tapajós (oeste) a concentração seria ainda maior, sendo o território como um todo formado por mais de 80% de terras devolutas. Nesse aspecto, criar esses dois estados significa acelerar o processo de apropriação desses fundos territoriais formalmente demarcados como terras devolutas.

Elaborado a partir de uma demanda do setor financeiro e do objetivo de ser ferramenta aplicável pelos "gestores de políticas públicas, atores econômicos e financeiros", segundo consta no *Atlas do Trabalho Escravo no Brasil,*

> O território amazônico possui 21% de suas terras oficialmente reconhecidas como devolutas, 21% sob disputa – onde ocorre, hoje, a maior parte dos conflitos pela posse da terra e o emprego de trabalho escravo - e 4% sob domínio privado (os restantes 43% estão sob regime de áreas protegidas - terras indígenas e unidades conservação, principalmente). Os 42% devolutos ou em disputa constituem terras públicas, predominantemente pertencentes à União [...] (THÉRY; MELLO et al., p. 47).

De acordo com Almeida (2010, p. 122), em 2008 o Senado Federal e a Câmara dos Deputados aprovaram uma medida provisória que aumenta de 500 para 1.500 hectares o tamanho de áreas públicas invadidas na Amazônia que podem ser privatizadas sem licitação. Em outras palavras,

> a medida legaliza a situação de quem ocupou terra ilegalmente no passado e no presente. Embora a justificativa seja agilizar a regulamentação fundiária da região amazônica, principalmente Roraima e Amapá, a medida corre o risco de legalizar atos de grilagem e apossamentos ilegítimos, incentivando novas invasões e desmatamentos. É um tipo de ação fundiária que visa à titulação imediata, propiciando o ingresso de considerável volume de terras griladas no mercado (ALMEIDA. p. 122, grifo nosso).

Em seu processo de reprodução, o capital utiliza métodos dos mais diversos durante o processo de acumulação primitiva originária, não deixando nada a desejar em sua violência àquelas descritas por Marx (BRANDÃO, 2010, p. 48). Métodos que, segundo o autor, sustentados muitas vezes por Estados (entendemos que sempre são sustentados pelo Estado) e organismos internacionais, operam, entre outras maneiras, na expropriação e supressão de camponeses, de atividades domésticas e de produções e distribuições solidárias; na geração de uma massa redundante de proletários destituídos de propriedade; com subterfúgios e mecanismos de exploração territorial, de classe, de recursos naturais (usados até a exaustão); assim como a apropriação do espaço urbano (de sua intra e interubanidade) como lugar privilegiado da acumulação espoliativa[135].

A fronteira de acumulação no Pará, isto é, neste território da Amazônia Oriental[136], realiza-se, dentre outras maneiras, via construção de obras de infraestrutura do PAC, por empresas nacionais e transnacionais destinadas à produção de *commodities* (com destaque à mineração, pecuária, agricultura e energia elétrica). Por outro lado, o Pará possui ainda largas faixas de território "não usado", como as Unidades de Conservação, e também as

> terras tradicionalmente ocupadas [...] por sujeitos sociais com existência coletiva, incorporando pelo critério político organizativo uma diversidade de situações

[135] Ibid., p. 48. Em referência ao conceito desenvolvido por David Harvey em *O novo imperialismo*, de 2004.
[136] Formada por Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Tocantins. In: **Legislação sobre a criação da Amazônia Legal**. Disponível em: <http://www.sudam.gov.br/amazonia-legal>. Acesso em: 19 ago. 2013.

> correspondentes aos denominados seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, ribeirinhos, castanheiros e pescadores que têm se estruturado igualmente em movimentos sociais (ALMEIDA, 2004, p. 12).

Também faz parte das terras mencionadas, "terras indígenas, faxinais, fundos de pasto", ocupadas por "populações tradicionais" que, por sua vez, "apresentam formas intrínsecas de apropriação e de uso comum dos recursos naturais" (ALMEIDA, 2004, p. 10).

Esses territórios são pressionados em seus limites, já que muitas vezes não estão reconhecidos e homologados pelo Estado (ALMEIDA, 2004, p. 11). Mesmo assim, com o tempo, "alguns juristas passaram a falar em um 'Estado pluriétnico' ou que confere proteção a diferentes expressões étnicas", porém, mesmo com a mobilização de movimentos sociais o Estado não adotou uma "política étnica e nem tampouco [...] ações governamentais sistemáticas capazes de reconhecer prontamente os fatores situacionais que influenciam uma consciência étnica"[137].

Para citar apenas um exemplo, segundo Almeida (2004, p. 24), oficialmente estima-se que no Brasil "as terras de quilombo correspondam a mais de 30 milhões de hectares. Em contraste, as terras de quilombos tituladas correspondem a cerca de 900 mil hectares" apenas. Aproximadamente 97% dessas terras não foram tituladas pelo Estado, portanto estão passíveis a usos que não o da comunidade. Em outras palavras, de certa maneira, o processo de expropriação é realizado pelo Estado quando não homologa a terra, que será apropriada privadamente.

Logo, as terras tradicionalmente ocupadas são fundos territoriais que – conforme a demanda de reprodução do capital – serão incorporados à produção capitalista do território. De acordo com Brandão (2010, p. 44), o capitalismo "sempre combinou violência extra-econômica, direta, com a violência econômica, indireta, pela [...] sua inexorável tendência de transformar tudo em mercadorias, levando a mercantilização às últimas consequências".

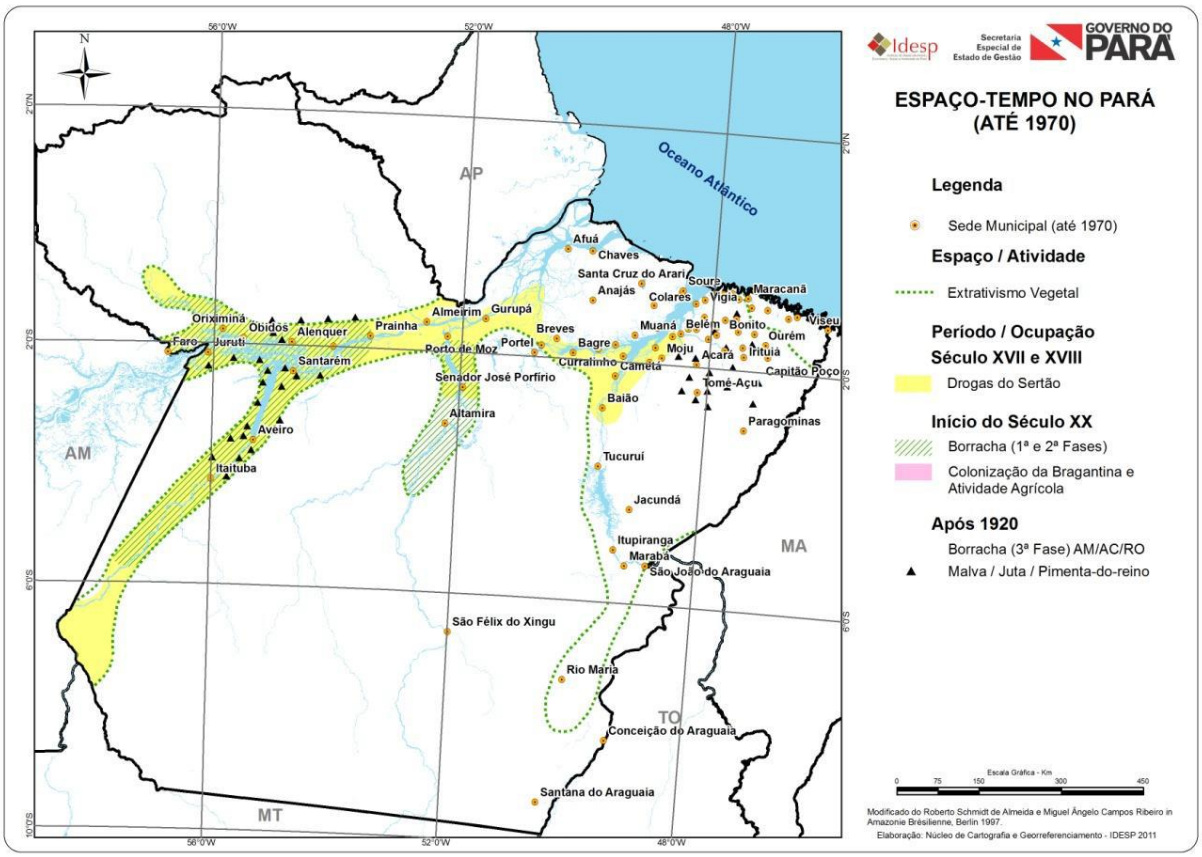
Na década de 1970, o Estado brasileiro intensificou seu projeto para atrair capitais e trabalhadores para a Amazônia. Na ocasião, empresas já instaladas no país receberam incentivos dos mais variados, inclusive doações (MARTINS, 2012, p. 75) para subverter e subjugar aqueles e aquilo que um território no estágio de fronteira "tem a oferecer" à

[137] Ibid., p. 11.

reprodução ampliada do capital: força de trabalho a baixíssimo custo, desde trabalhadores escravizados, passando por alto índice de trabalho informal, até baixos salários.

No que se refere ao Pará, até 1970, ou seja, após mais de três séculos e meio de ocupação, as atividades econômicas e, por consequência, as cidades, continuavam restritas ao extremo nordeste do atual estado, às proximidades do Rio Amazonas e dos seus afluentes Tapajós, Xingu e Tocantins.

Mapa 6



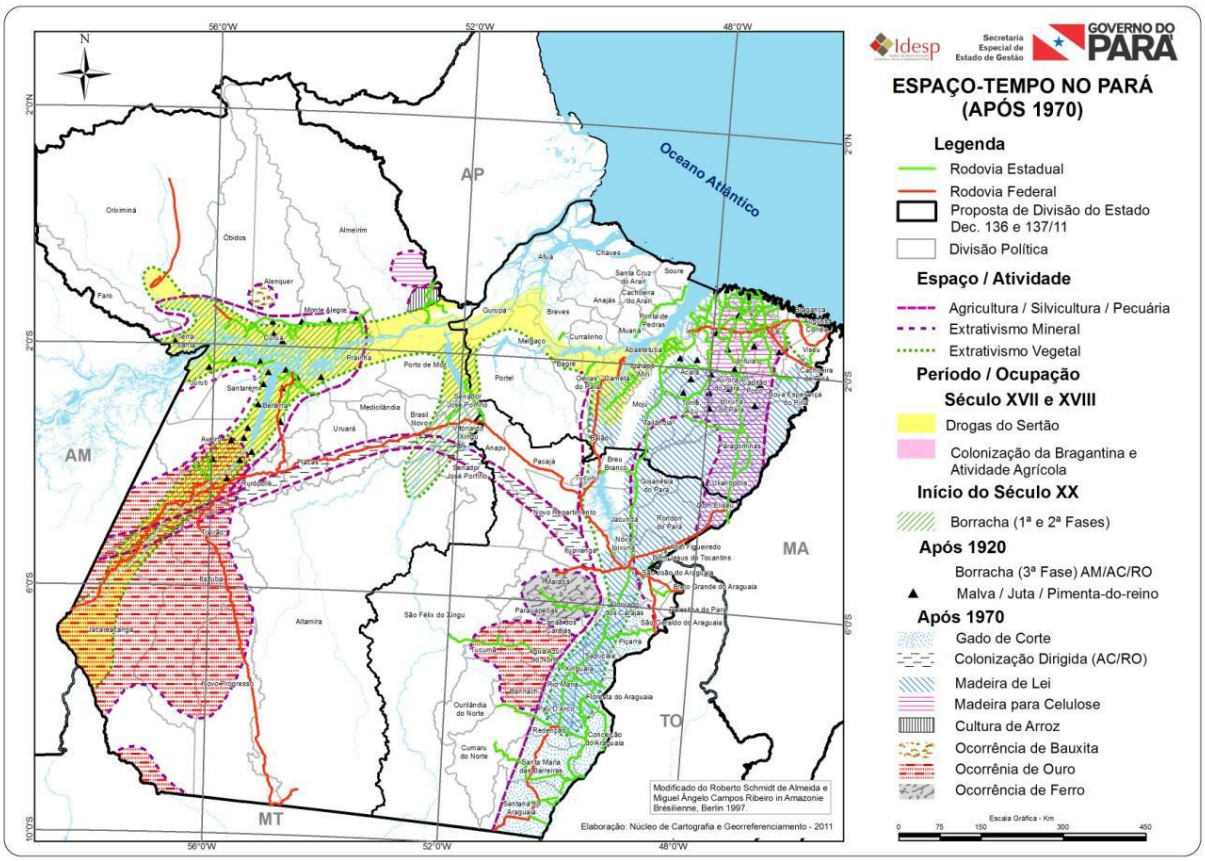
Fonte: **IDESP. Estado do Pará: (di)visões territoriais, perspectivas sociais, econômicas, financeiras e ambientais – ocupação e uso do território, federalização territorial e recursos naturais.**

O território paraense só seria interligado efetivamente ao Centro-Sul do país em "1958, com a construção da rodovia Belém-Brasília" (BECKER, 1991, p. 16). Essa foi uma das inúmeras materialidades resultantes de programas, projetos e órgãos executores criados a partir da segunda metade do século XX com a função de ocupar (logo, valorizar) o território amazônico. Entre os quais está a SPVEA (1953), a Sudam (1966), a Suframa (1967), PIN, Proterra (1970), Incra (1970), PGC (1980), etc[138].

Desde meados dos anos 1970, o Estado reforçava seu papel estruturante no território nacional, sobretudo na periferia nacional, quando, por meio do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND, 1974-6), investiu capital vultoso em infraestrutura e realizou investimentos diretos nas empresas estatais, especialmente nas indústrias de insumos básicos e de bens de capital (BRANDÃO, 2010, p. 57).

[138] Sobre essas e outras ações de ocupação da Amazônia, assim como seus respectivos objetivos e localização dos projetos, ver Anexos B e C.

Mapa 7



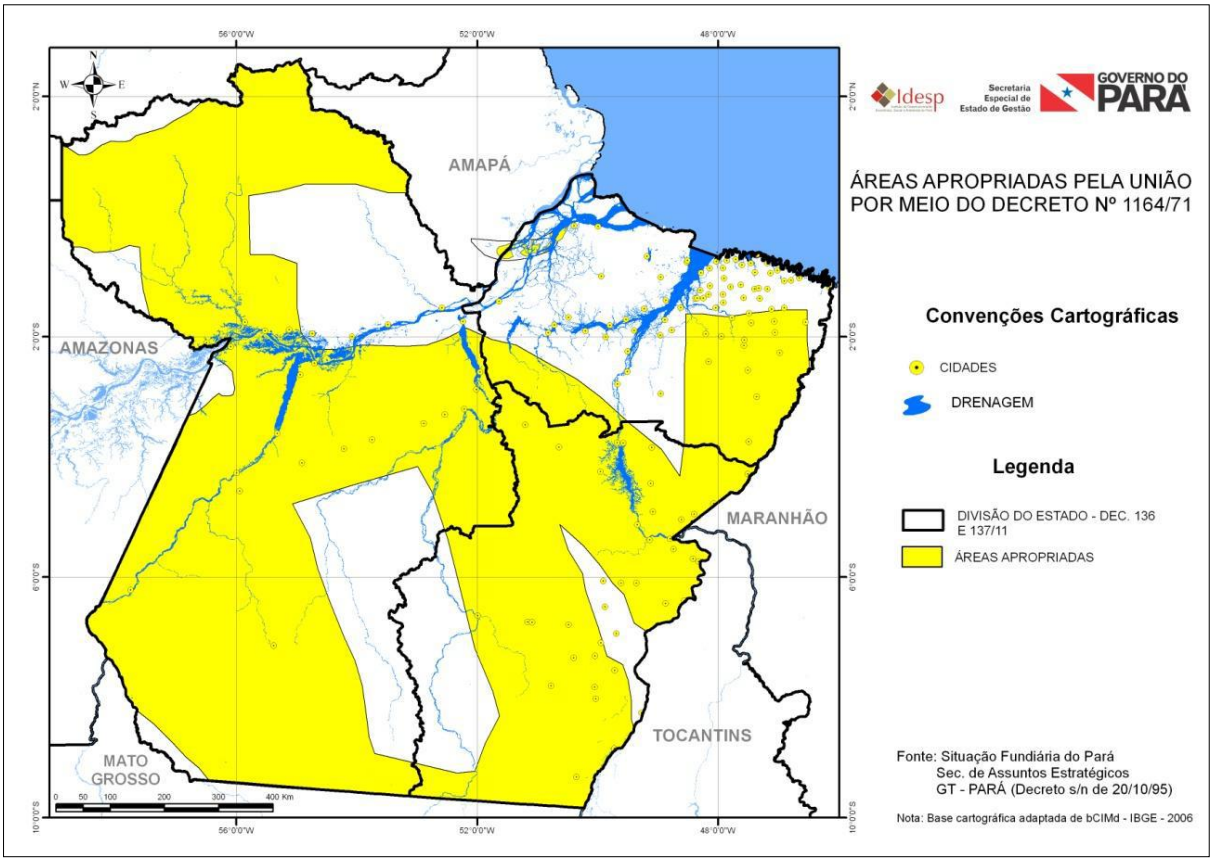
O sistema rodoviário tornou-se o novo vetor da formação territorial, por meio do qual novas cidades surgiram e as atividades econômicas diversificaram-se, com destaque à mineração e à pecuária.

Fonte: **IDESP. Estado do Pará: (di)visões territoriais, perspectivas sociais, econômicas, financeiras e ambientais – ocupação e uso do território, federalização territorial e recursos naturais.**

Segundo Orlando Valverde (1989, p. 3), a partir de 1960 inúmeras jazidas minerais foram descobertas no Pará. O autor menciona as principais, que apresentaremos conforme a delimitação dos novos estados: **Estado do Carajás**: ferro, manganês, níquel, alumínio, cobre, cromo (todos na região de Carajás); **Estado do Tapajós**: ouro (Rios Tapajós e Andorinhas); estanho (Rio Xingu); sal-gema (Itaituba); caulim (Almeirim, Paragominas); gesso (Aveiro). Exceto o município de Paragominas, todas as localidades (leia-se: todas as reservas de recursos territoriais) estão delimitadas como território dos dois novos estados em curso.

A seguir apresentamos uma sequência de mapas e gráficos referentes às terras públicas federais no Pará, assim como os principais recursos naturais presentes nesse estado amazônico.

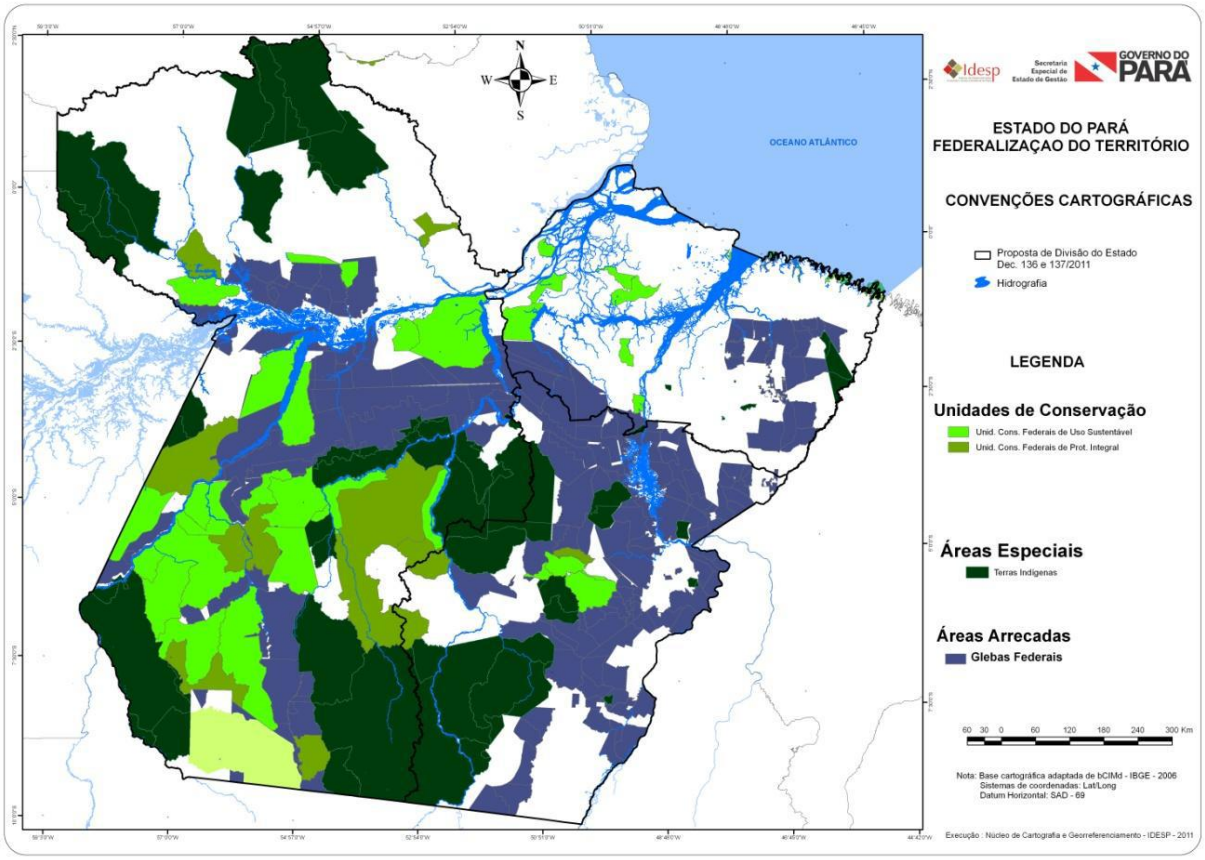
Mapa 8



Desde 1971 aproximadamente 70% do território paraense está sob domínio da União, se tratando, pois, de um "estado federal".

Fonte: IDESP. **Estado do Pará: (di)visões territoriais, perspectivas sociais, econômicas, financeiras e ambientais – ocupação e uso do território, federalização territorial e recursos naturais.**

Mapa 9



Se aprovados, Carajás e Tapajós teriam cada qual mais de 70% de seus respectivos territórios sob domínio da União.

Obs.: Devido à impossibilidade de melhorar a legibilidade da legenda, a transcrevemos: As áreas em verde mais claro indicam as "Unid. Cons. Federais de Uso Sustentável"; em verde intermediário, as "Unid. Cons. Federais de Prot. Integral" e aquelas em verde escuro, as "Terras Indígenas".

Fonte: IBGE, 2006 – Base Cartográfica / ICMBIO, 2009 / FUNAI, 2009 / INCRA, 2009. Elaboração: Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP). In: IDESP. **Estado do Pará: (di)visões territoriais, perspectivas sociais, econômicas, financeiras e ambientais – ocupação e uso do território, federalização territorial e recursos naturais.**

A partir do mapa, chamamos a atenção para o caso do Oeste do Pará, onde mais de 28% do território do estado do pretenso estado do Tapajós seria formado por Terras Indígenas. Outra extensão de proporções semelhantes (25%) seria formada por Unidades de Conservação, sem contar as que estão sob domínio do governo estadual. Assim, Tapajós seria o estado com maior concentração de áreas protegidas dentre os três[139].

Conforme apresentado, segundo Edivaldo Bernardo, Presidente do Instituto Cidadão Pró-Estado do Tapajós, uma das primeiras medidas a ser tomada quando o novo estado for

[139] In: IDESP. **Estado do Pará: (di)visões territoriais, perspectivas sociais, econômicas, financeiras e ambientais – ocupação e uso do território, federalização territorial e recursos naturais** (p. 31).

materializado é a diminuição da área de algumas Unidades de Conservação, portanto haverá o aumento legalizado das terras disponíveis à apropriação e expansão do capital.

A Amazônia Legal como um todo está sujeita à redução territorial a partir da alteração dos seus limites. Conforme os critérios de preservação ambiental, os imóveis rurais localizados na região devem manter 80% de suas respectivas áreas como reserva, no entanto há tentativas de redefinir esse percentual, assim como a própria área correspondente à Amazônia Legal, da qual deixaria de ser parte os estados do Mato Grosso, Tocantins e fração do Maranhão[140] (ALMEIDA, 2010, p. 118-9). Para tanto, os grandes proprietários rurais dessas regiões mobilizam-se para a liberação dos territórios em questão e consequentemente expansão da pecuária, soja, cana-de-açúcar e eucalipto[141].

Em síntese, no que tange às terras devolutas e às terras tradicionalmente ocupadas no Pará, a acumulação por espoliação expropria o território de populações tradicionais, pequenos agricultores e posseiros. Por isso, os projetos de criação dos novos estados analisados, ou melhor, projetos para a divisão territorial do Pará, tendem a acelerar o processo de acumulação de capital via espoliação.

2.2. Dos Recursos Minerais

Segundo o geólogo Alberto Rogério Benedito da Silva (2012, p. 119), a "Carta Régia de 1603, que instituiu o imposto do quinto do ouro, já mencionava o Pará como produtor desse metal, tendo como os primeiros registros da atividade minerária a garimpagem de ouro na região do rio Gurupi".

Ainda de acordo com Silva (2012, p. 120), até 1950 a indústria mineral na Amazônia caracterizava-se pelo extrativismo artesanal, principalmente do ouro. E dois eventos teriam marcado a história da mineração nessa mesma década: o início da exploração de manganês na Serra do Navio – Amapá (primeiro projeto mineral na Amazônia) e o começo da garimpagem

[140] Com esse objetivo tramitam dois projetos no Congresso Nacional, sendo um "de autoria do deputado federal Oswaldo Reis (PMDB-TO), que alega que o Tocantins não teria área suficiente para produzir porque está enquadrado na Amazônia Legal. O outro é do falecido senador Jonas Pinheiro (DEM-MT), e já foi aprovado em uma das comissões do Senado em 2007. Segundo dados do IBGE, Mato Grosso tem quase metade do território em área de bioma da Amazônia, o que é contestado pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato)" (ALMEIDA, 2010, p. 118-9).

[141] Ibid., p. 118-9.

do ouro na "Província Aurífera do Tapajós-Pará". Conforme o autor, duas décadas depois o governo federal teria deslocado garimpeiros para essa região "com o objetivo de dar garantias às empresas de mineração que lá se instalavam, a maioria oriunda da construção civil"[142].

A década de 1960 representou um marco para a mineração brasileira e mundial, com a descoberta da maior jazida de ferro do mundo, localizada na Serra de Carajás, no sudeste do Pará, cuja produção ficou sob domínio da empresa estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), privatizada em 1997 (SILVA, 2012, p. 120).

Tabela 1 – Indústria Mineral Brasileira e Paraense

Produto	Mundo	Brasil	% Brasil-Mundo
Minério de Ferro	2.800.000	467.000	16,68%
Aço	1.490.060	35.162	2,36%
Bauxita	220.000	31.000	14,09%
Alumínio	44.100	1.440	3,27%
Cobre	16.100	400	2,48%
Zinco	12.400	285	2,30%
Níquel	1.800	70	3,89%
Ouro*	2.700 t	66 t	2,44%

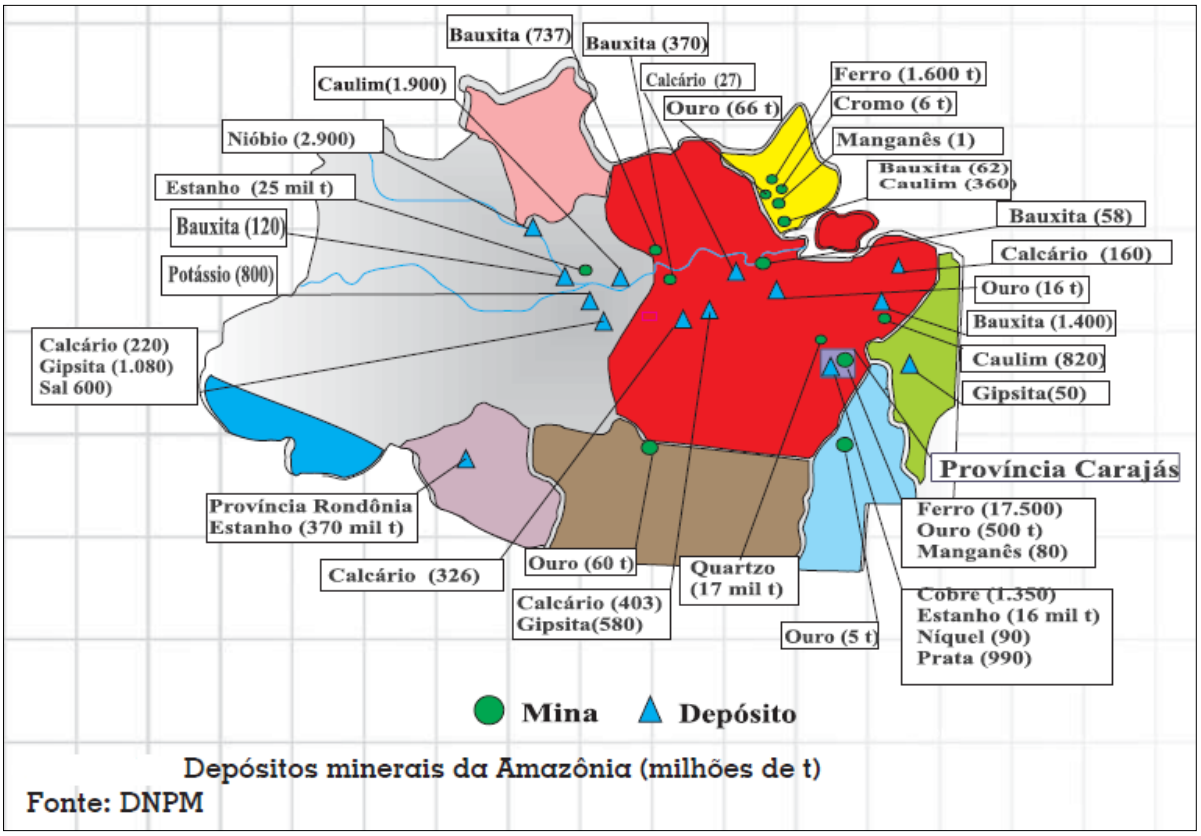
*Ouro unidade em toneladas

Fontes: ABAL, IABR, IBRAM, USGS e World Steel Association

Fonte: **Indústria Mineral Brasileira e Paraense**. 20 de mar. 2013. Instituto Brasileiro de Mineração. Disponível em: <file:///C:/Users/Carlos/Downloads/Industria%20Mineral%20Brasileira%20e%20Paraense_IBRAM.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

[142] Um exemplo é a empresa Camargo Correa Metais.

Figura 2



Das 59 minas em atividade na Amazônia, 28 estão no Pará. Nas próximas páginas apresentam-se os principais municípios mineradores conforme os novos estados.

Fonte: Silva (2012, p. 122).

Tabela 2

Grandes projetos produtivos na Amazônia

Projetos	*Data de inauguração*	*Acionistas (%)*		*Produto*	*Principais mercados*	*Número de empregos criados*	*Investimento (milhões de dólares)*
Ferro Carajás	1985	CVRD	100	Ferro e manganês	Japão RFA Doméstico	7 000	3 616
Trombetas	1979	CVRD Votorantim Alcan Billington	46 10 24 10	Bauxita	Canadá EUA Venezuela	1 600	500 000
Albrás	1985	CVRD NAAC (Nippon Amazônia Aluminium)	51 49	Alumínio	Valesul*	3 032	2 500 000
Alunorte	1988	CVRD NAAC	60.8 39.2	Alumina	Albrás Valesul	854	571
Alunar	1984	Alcoa Billington	60 40	Alumina e Alumínio	Valesul Alcan EUA Doméstico	2 000	1 500 000

* CVRD e Billington
Fonte: empresas

Dos cinco projetos listados, os quatro primeiros encontram-se no Pará, enquanto o último, no Maranhão. Obs.: Onde se lê “Alunar”, leia-se “Alumar”. Fonte: Becker (1991).

Segundo Maria Célia Nunes Coelho et al. (2010, p. 314), no Brasil, as maiores reservas de bauxita estão na região Norte, principalmente no Pará. Em 2006, as principais concessionárias eram:

> a Mineração Rio do Norte S.A. (MRN), uma *joint venture*; a CVRD (Vale), com a Companhia Alumina do Brasil (Alunorte) e o Projeto Paragominas; a *joint venture* Albras e a multinacional Alcoa – uma empresa norte-americana, proprietária da Companhia de Alumínio do Maranhão (Alumar) e do Projeto Juruti (COELHO; et al., 2010, p. 314).

Não só os oligopólios da mineração, mas todos aqueles ligados à produção de *commodities* são constituídos por empresas inseridas em estruturas competitivas de mercado, em que as vantagens de custos, a qualidade das infraestruturas de energia, transporte, armazenamento e redes de distribuição cumprem papel decisivo no acirrado processo concorrencial, inclusive aquele que se dá no plano internacional, pois suas grandes empresas tomam preço nas bolsas mundiais de *commodities* (BRANDÃO, 2010, p. 61).

É clara a correlação territorial entre o capital transnacional empregado nas empresas mineradoras e os mercados consumidores do minério extraído da Amazônia, isto é, os países que investem nessas *commodities* são aqueles que demandam esses produtos. De acordo com Moraes (2005a, 84), vale assinalar as razões que estimulam os países centrais a exercitarem continuamente esse controle político da periferia. Em primeiro lugar é o acesso aos fundos territoriais, para utilizar agora ou no futuro os recursos raros e/ou escassos, e isso demanda o acesso aos patrimônios naturais localizados – em sua maior parte – nos territórios periféricos, inclusive porque acumulam estoques minerais, vegetais e animais, passíveis de serem apropriados como mercadorias conforme a demanda capitalista. Daí o imperativo de controlar estrategicamente os espaços de expansão, amenizando ou anulando as fronteiras e as soberanias estatais vigentes. E conclui que os lugares de realização da acumulação primitiva futura devem estar acessíveis ao movimento do capital[143].

A segunda razão que motiva o controle dos Estados periféricos pelos países centrais deriva de uma função fundamental que deve ser operada pelos organismos estatais: adaptar o território nacional às exigências postas pelos padrões de acumulação internacionais a cada período técnico (MORAES, 2005a, p. 85). Isto é, o ritmo e a dinâmica das economias centrais

[143] Ibid., p. 84.

demandam periódicos ajustes nas estruturas produtivas alocadas na periferia, e esses ajustes são realizados pelos próprios Estados periféricos, que suprem seus territórios das infraestruturas requeridas a cada nova onda de penetração do capitalismo[144].

O território brasileiro como um todo se enquadra nas duas razões descritas. Quando analisado especificamente o território paraense nota-se que o capital transnacional está alocado principalmente na produção de *commodities*, enquanto o Estado investe em infraestrutura para viabilizar essa produção, por exemplo, por meio do PAC. Capital fixo que, em grandes proporções, tem origem e orientação dos próprios países centrais via organizações multilaterais como FMI e BIRD.

Sobre a privatização de empresas estatais, Arundhati Roy (2001, p. 43)[145] conclui tratar-se de um processo essencialmente da

> transferência de ativos públicos produtivos do Estado para empresas privadas. Figuram entre os ativos produtivos os recursos naturais. A terra, as florestas, a água, o ar. São esses os ativos confiados ao Estado pelas pessoas a quem ele representa... Apossar-se desses ativos e vendê-los como se fossem estoques a empresas privadas é um processo de despossessão bárbara numa escala sem paralelo na história (apud HARVEY, 2012, p. 133).

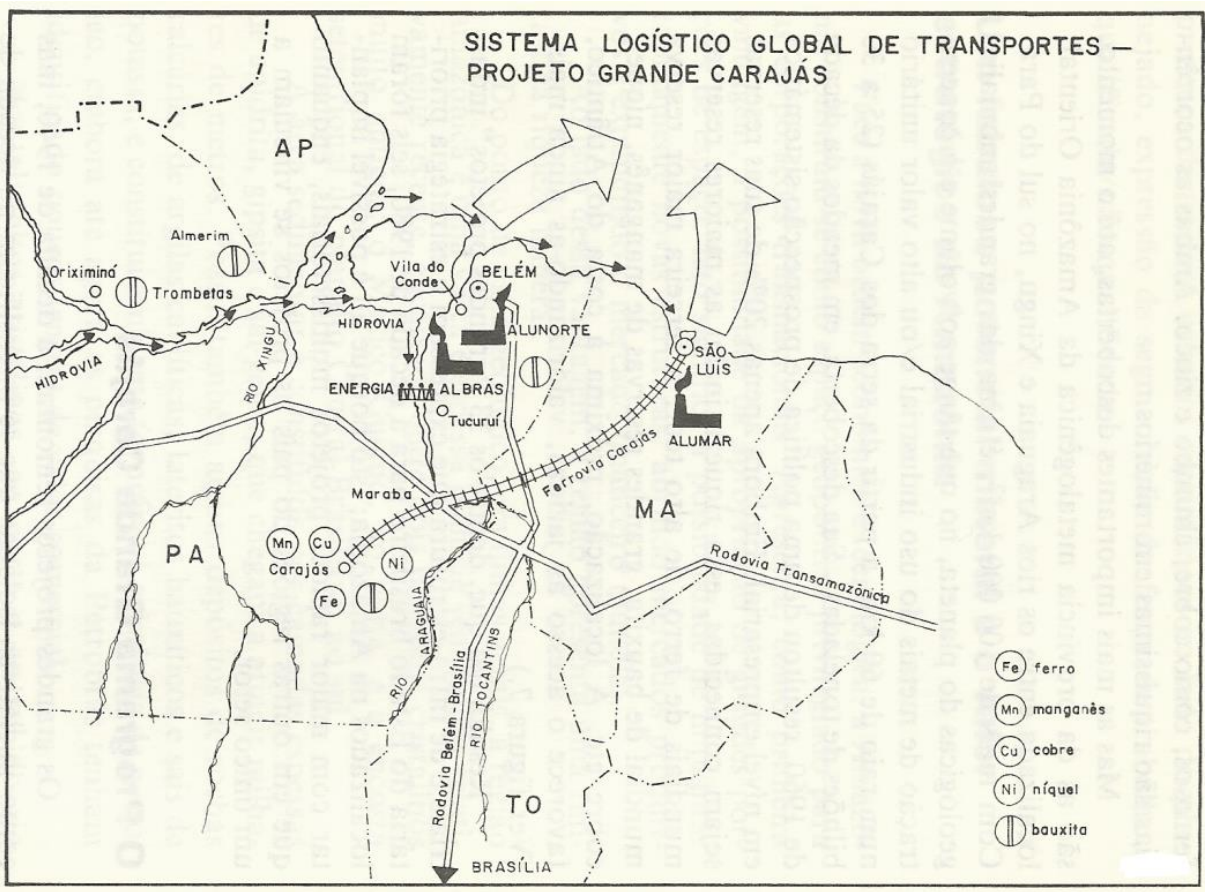
De acordo com Harvey (2012, p. 142), a privatização e a liberalização do mercado "foram o mantra do movimento neoliberal, o resultado foi transformar em objetivo das políticas do Estado a 'expropriação das terras comum'". Nas palavras do autor, "ativos de propriedade do Estado ou destinadas ao uso partilhado da população em geral foram entregues ao mercado para que o capital sobreacumulado pudesse investir neles, valorizá-los e especular com eles"[146].

A privatização da mineradora Vale gerou uma onda de protestos, inclusive surgiram movimentos civis que exigiam a reestatização da empresa, que não ocorreu.

---

[144] Ibid., p. 85.
[145] Arundhati Roy, **Power Politics**, *Cambridge, Massachussetts, South End Press, 2001*.
[146] Ibid., p. 142.

Figura 3



Fonte: Becker (1991).

As indústrias mineradoras localizadas no Pará produzem/beneficiam água mineral, alumínio, brita, caulim, cimento, cobre, ferro, ferro-gusa, fios de cabos de alumínio, manganês, ouro, silício, areia, argila e seixo (SILVA, 2012, p. 123), além de granito, níquel e potássio[147].

De acordo com o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), em 2010 o valor total da produção da indústria mineral paraense foi de US$ 16,1 bilhões, em contraponto a US$ 2,3 bilhões produzidos no Maranhão e US$ 800 milhões quando somado todo o restante produzido na Amazônia Legal. Aproximadamente 80% da produção mineral na região é realizada no Pará (SILVA, 2012, p. 124).

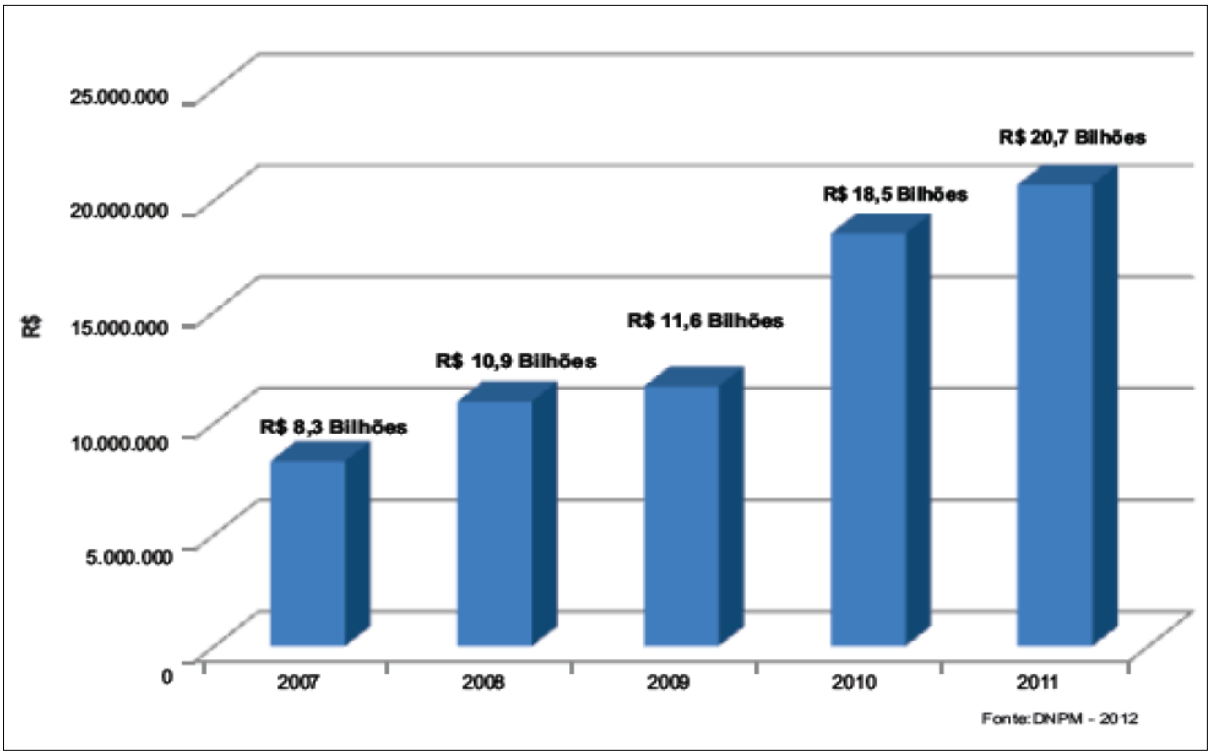
[147] Fonte: **Indústria Mineral Brasileira e Paraense**. 20 de março de 2013. Instituto Brasileiro de Mineração. Disponível em: <file:///C:/Users/Carlos/Downloads/Industria%20Mineral%20Brasileira%20e%20Paraense_IBRAM.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

Mapa 10

A maioria desses municípios mineradores, logo, a maior parte das reservas minerais, ficaria nos novos estados.

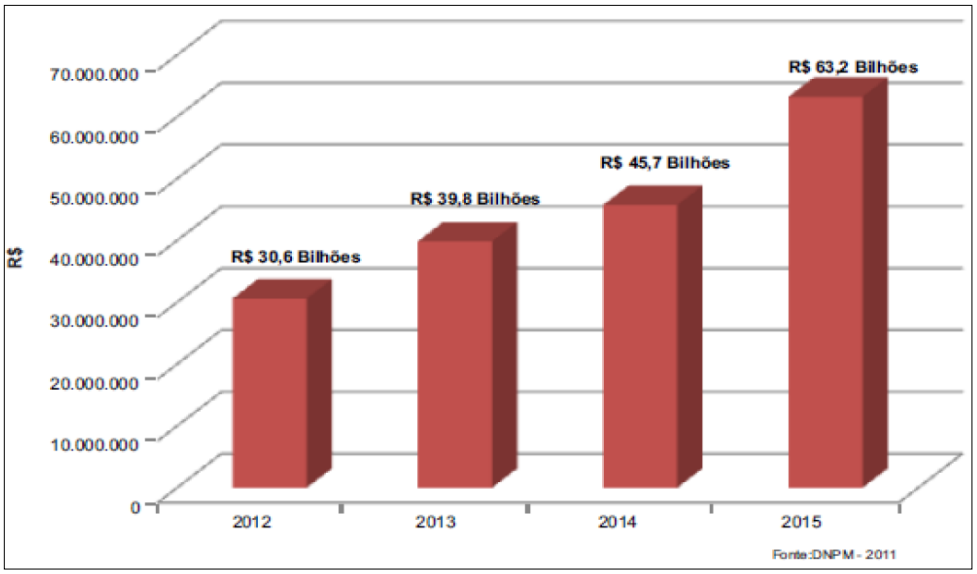
Projeta-se a implantação de mais 13 empreendimentos de mineração na Amazônia até 2015, todos no Pará, sendo apenas um no nordeste e os demais no sudeste e sudoeste do estado (SILVA, 2012, p. 125), isto é, em território reivindicado pelos novos estados.

Gráfico 1: Evolução da Produção Mineral do Pará 2007-2011



Fonte: **Indústria Mineral Brasileira e Paraense**. 20 de março de 2013. Instituto Brasileiro de Mineração. Disponível em: <file:///C:/Users/Carlos/Downloads/Industria%20Mineral%20Brasileira%20e%20Paraense_IBRAM.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

Gráfico 2 – Projeção da Produção Mineral do Pará 2012-2015

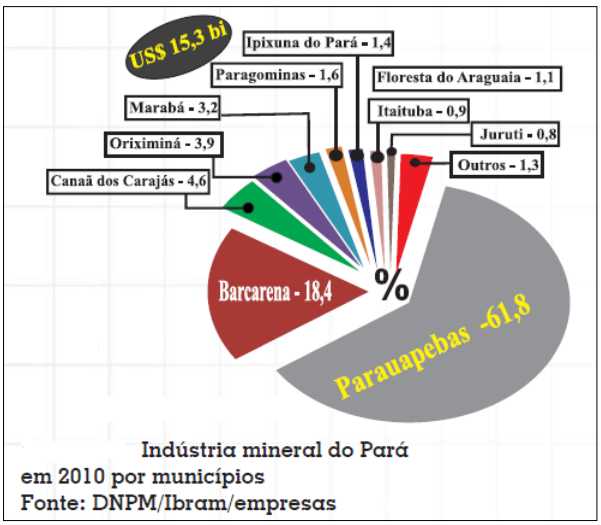


Fonte: **Indústria Mineral Brasileira e Paraense**. 20 mar. 2013. Instituto Brasileiro de Mineração.

Disponível em: <file:///C:/Users/Carlos/Downloads/Industria%20Mineral%20Brasileira%20e%20Paraense_IBRAM.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

A partir dos dois gráficos nota-se o crescimento exponencial da produção mineral do Pará, a qual em quatro anos (2007-11) mais que dobrou.

Gráfico 3 – Indústria Mineral do Pará em 2010 por municípios



CFEM Pará/10 US$ mil

Município	*Valor*	*%*
Parauapebas	135.214,0	73,1
Canaã dos Carajás	15.730,0	8,5
Oriximiná	11.100,0	6,0
Juruti	7.030,0	3,8
Paragominas	6.480,0	3,5
Ipixuna do Pará	4.630,0	2,5
Marabá	3.515,0	1,9
Floresta do Araguaia	740,0	0,4
Outros	561,0	0,3
Total	185.000,0	100,0

Fonte: DNPM

Do total da CFEM, 65% ficam para o município, 23% com o estado e 12% com a União[148]. Fonte: Silva (2012, p. 139-40).

[148] In: **Indústria Mineral Brasileira e Paraense**. 20 mar. 2013. Instituto Brasileiro de Mineração. Disponível em: <file:///C:/Users/Carlos/Downloads/Industria%20Mineral%20Brasileira%20e%20Paraense_IBRAM.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

Localizado no Sudeste do Pará, no município de Parauapebas é onde ocorre a extração dos minérios de ferro e manganês (Serra de Carajás) pela transnacional Vale, sendo "o maior arrecadador de CFEM do país, [...] responsável, no ano de 2012, pelo recebimento de 82% da cota-parte destinada aos municípios do Estado do Pará, representando mais de R$ 283 milhões"[149]. Se considerado individualmente, em 2011 esse município arrecadou 24,02% da CFEM total nacional; todos os outros municípios paraenses, 6%; por dedução, os demais estados brasileiros, 70%[150].

Tabela 3

CFEM Total Arrecada e Participação % do Pará no Brasil

ANO	BRASIL	PARÁ	% PA/BRA
2008	1.060.107.727	294.328.708	27,76%
2009	901.664.269	294.636.581	32,68%
2010	1.245.849.913	362.240.410	29,08%
2011	1.654.184.487	490.355.734	29,64%
2012	1.823.366.004	524.261.955	28,75%
% Δ 2011/2012	**10,23**	**6,91**	(3,01)

Fonte: DIPAR/DNPM – Em R$.

Obs.: No lugar de "Arrecada" leia-se "Arrecadada".

Fonte: **Economia Mineral do Estado do Pará 2012**. Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Disponível em: <http://www.dnpm.gov.br/mostra_arquivo.asp?IDBancoArquivoArquivo=7621>. Acesso em: 20 jun. 2014.

Tabela 4

Participação do Pará no Total das Exportações do Brasil e Preço Médio Praticado.

PRODUTO	% PA/BRA		PREÇO MÉDIO PARÁ*		%Δ PREÇO 2011/2012
	2011	2012	2011	2012	
BAUXITA	62,67%	65,81%	30,23	32,28	6,79
CAULIM	99,18%	98,91%	118,12	111,92	(5,25)
CON. COBRE	54,29%	99,77%	2.354,58	2.142,75	(9,00)
MIN. FERRO	28,15%	36,95%	121,95	88,66	(27,29)
MIN. MANGANÊS	91,74%	90,66%	146,28	127,21	(13,03)
NÍQUEL	9,72%	25,29%	5.606,53	6.044,24	7,81

Fonte: MDIC - * Em US$/t.

Fonte: **Economia Mineral do Estado do Pará 2012**. Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Disponível em: <http://www.dnpm.gov.br/mostra_arquivo.asp?IDBancoArquivoArquivo=7621>. Acesso em: 20 jun. 2014. Obs.: "CON. COBRE" = CONCENTRADO DE COBRE.

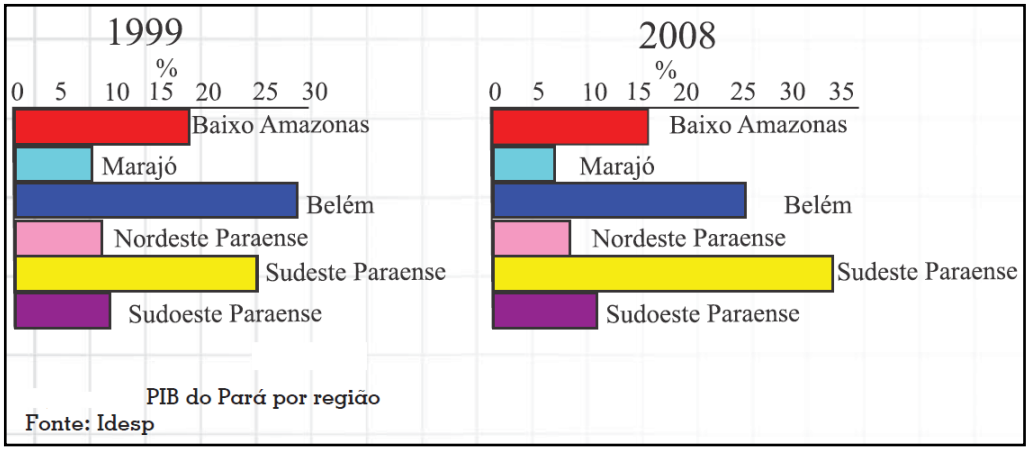
---

[149] In: **Economia Mineral do Estado do Pará 2012**. Departamento Nacional de Produção Mineral. Disponível em: <http://www.dnpm.gov.br/mostra_arquivo.asp?IDBancoArquivoArquivo=7621>. Acesso em: 20 jun. 2014.

[150] In: **Economia Mineral do Estado do Pará 2011**. Departamento Nacional de Produção Mineral. Disponível em: <http://www.dnpm.gov.br/mostra_arquivo.asp?IDBancoArquivoArquivo=6860>. Acesso em: 01 jan. 2014.

Conforme a tabela, aproximadamente 30% do total nacional da CFEM advém do estado do Pará, o que mostra a representatividade desse território amazônico quanto aos recursos minerais, inclusive no que se refere à exportação.

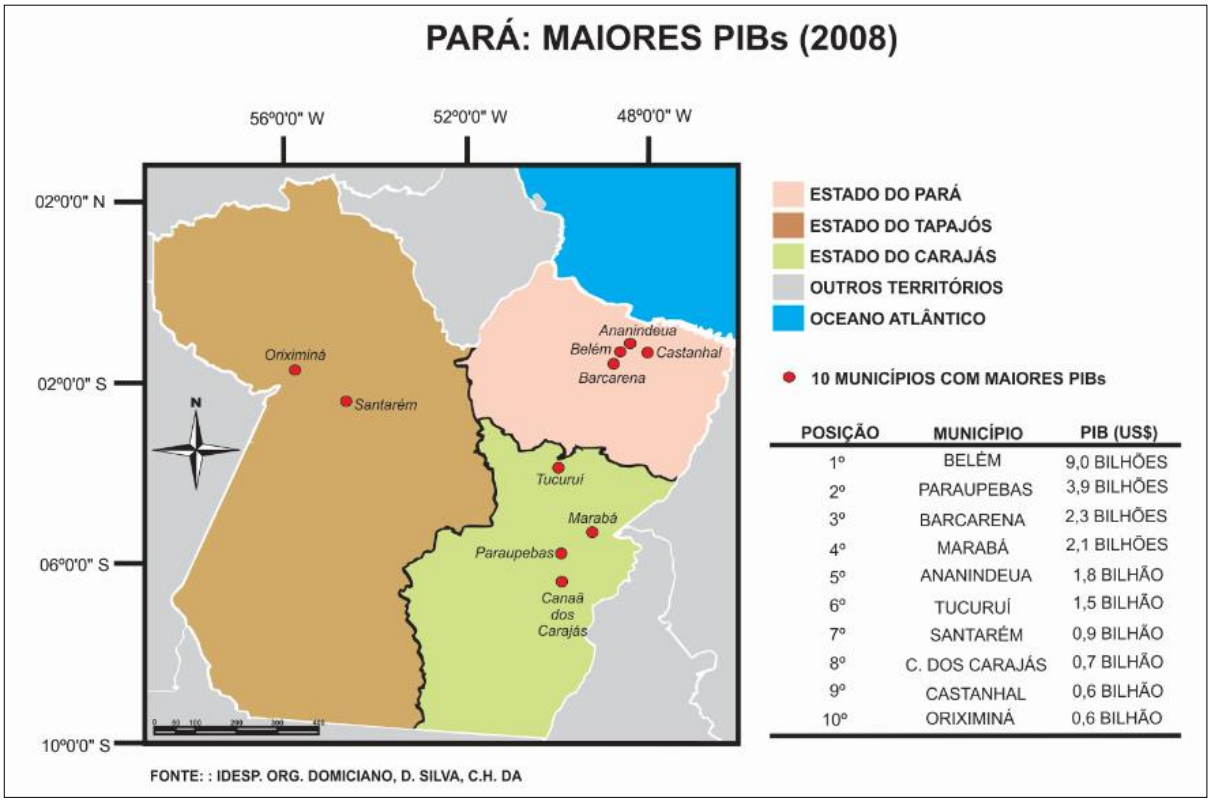
Gráfico 4



Se o estado for dividido, todas as regiões do Pará remanescente (Belém, Marajó e Nordeste Paraense) terão seus PIBs proporcionalmente reduzidos em detrimento do aumento dos PIBs do Baixo Amazonas e Sudoeste Paraense (ambos no estado do Tapajós) e Sudeste Paraense (estado do Carajás).

Fonte: Silva (2012, p. 142).

Mapa 11



Conforme a ilustração, dos dez maiores PIBs paraenses, quatro (Parauapebas, Marabá, Tucuruí e Canaã dos Carajás) estão no pretenso estado do Carajás e dois (Santarém e Oriximiná) no Tapajós. No que tange ao montante do valor da comercialização de minérios extraídos do subsolo paraense, passou de R$ 9,7 bilhões em 2007 para 24,9 bilhões em 2011[151].

Com relação à arrecadação de impostos, ainda que inferior ao aglomerado metropolitano, do qual Belém e Ananindeua fazem parte, Santarém e Marabá estão entre as dez maiores arrecadações de todo o estado do Pará (dentre um total de 144 municípios) (TRINDADE JR., 2012, p. 8).

O território paraense também se destaca quanto aos recursos hídricos, seja pela densidade de sua rede hidrográfica que serve à circulação, seja como matéria-prima ou à produção de energia. Já em relação às águas subterrâneas, ainda não se tem pleno conhecimento sobre suas reservas, afirma Xafi da Silva Jorge João et al. (2013, p. 37), no entanto se tem conhecimento acerca de alguns aquíferos de grande carga d'água.

Os aquíferos sedimentares não ocorrem de forma homogênea, já que cerca de 60% do território paraense estão assentados em escudo cristalino (BOMFIM, 2006)[152]. Os principais aquíferos explotados, tanto público como privadamente, são: Barreiras e Pirabas (no nordeste do estado); Alter do Chão (centro-oeste); Itapecuru (sudeste), além dos relacionados às coberturas aluvionares (depósitos recentes e terraços fluviais) presentes em locais difusos, e dos aquíferos fissurais, em rochas cristalinas (sul/sudoeste) (JOÃO, 2013, p. 38).

De acordo com Antonio Augusto Rossotto Ioris (2010, p. 215), no capitalismo "os valores intrínsecos da natureza devem ser considerados não em si mesmos, mas em relação às necessidades de circulação de capital". Logo, o "uso dos recursos hídricos como matéria-prima ou como potencial hidrelétrico e meio de transporte esteve a serviço de um processo de acumulação econômica verticalizado e excludente"[153].

E dá um exemplo elucidativo:

---

[151] In: **Economia mineral do estado do Pará 2011**. Departamento Nacional de Produção Mineral. Disponível em: <http://www.dnpm.gov.br/mostra_arquivo.asp?IDBancoArquivoArquivo=6860>. Acesso em: 01 jan. 2014.

[152] BOMFIM, L. F. C. (Coord.), **Mapa de domínios/subdomínios hidrogeológicos do Brasil 1:250.000**, arquivos de impressão, Salvador, CPRM, 2006, 1 CD-ROM apud JOÃO et al. (2013, p. 37).

[153] Ibid., p. 248.

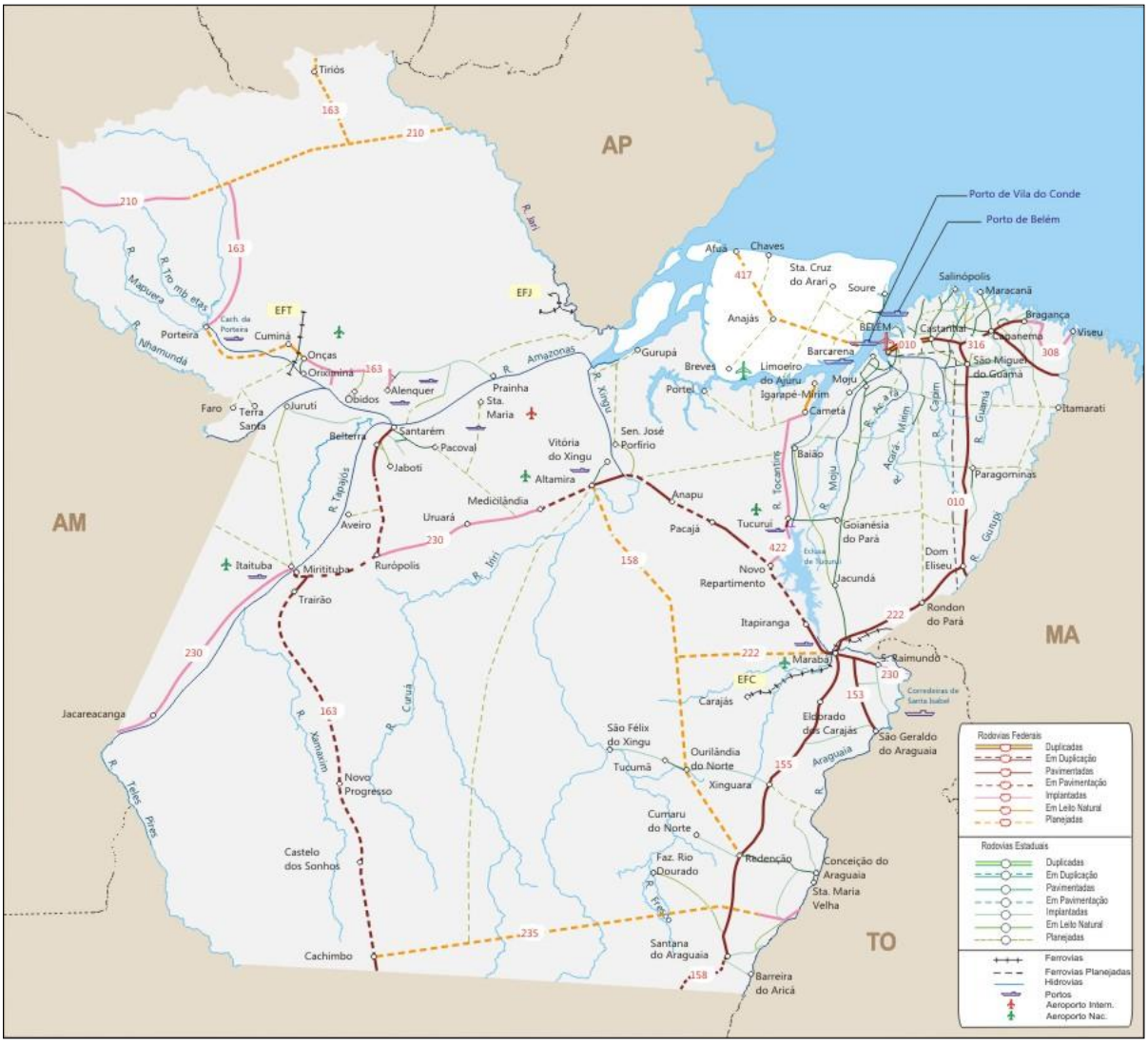
> [...] o valor hidrológico (valor intrínseco) da água passa a manifestar um valor produtivo (valor de uso) ao servir como matéria-prima para a agroindústria (meio de produção) e como veículo para diluição de efluentes (condição de produção). O produto dessa atividade produtiva, a mercadoria final, encerra uma duplicidade de valor de uso e valor de troca, o que permite a apropriação final de lucro por parte daquele que a controla, mesmo que sem a devida remuneração dos trabalhos que tomaram parte na produção de mercadoria (IORIS, p. 215-6).

A partir do panorama apresentado acerca dos principais recursos naturais existentes no território paraense, passaremos a um programa estatal de investimento em grandes obras de infraestrutura, ou seja, formas fundamentais à viabilização e reprodução do capital por meio de sua expansão geográfica.

2.3. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Pará

O mapa *Espaço-tempo no Pará (após 1970)* apresentado anteriormente mostra que a partir dessa década o grande vetor de expansão das atividades econômicas sobre o território paraense passou a ser as rodovias, com destaque à BR-163 (Cuiabá-Santarém/ a oeste), PA-150 (do sudeste à Belém) e BR-230 (Transamazônica/ a norte), desenvolvendo principalmente a mineração e a pecuária de corte.

Mapa 12 – Pará: sistemas viários



Nota-se que o Sudeste, mas principalmente o Oeste paraense têm relativamente poucas rodovias. Neste, a BR-163 (Cuiabá-Santarém) não está totalmente pavimentada, conjuntura que reforça o movimento de divisão territorial, pois se queixa do isolamento das regiões interiores frente até mesmo à capital do estado.

Fonte: **Ministério dos Transportes: transporte do Estado – Pará**.

Em 2007, com o objetivo de resgatar o planejamento e os investimentos em setores estruturantes, o governo federal criou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)[154], sob a coordenação do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão. As obras estão nos setores "de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável"[155].

O Programa está estruturado nos seguintes eixos: Transporte; Energia; Cidade Melhor (saneamento, prevenção em áreas de risco, mobilidade urbana, pavimentação); Comunidade Cidadã (unidades de saúde e escolares, praças de esportes e cultura); Minha Casa, Minha Vida (financiamento habitacional e urbanização de assentamentos precários); Água e Luz para Todos.

Portanto, o PAC significa a continuação do processo de valorização do território brasileiro. Nas ilustrações a seguir, que mostram o "mapa das obras" no Pará, está, entre tantas outras, a pavimentação de trechos da Cuiabá-Santarém e da Transamazônica, se tratando de uma continuidade (ou retomada) dos projetos de expansão geográfica do capital da segunda metade do século passado para a Amazônia.

Segundo Moraes (1990, p. 151), "a tendência geral é o processo produtivo envolver cada vez menos trabalho vivo e cada vez mais capital fixo (e fixo fixado)[156], num padrão intensivo de aplicação que busca exponencializar a mais valia relativa". Ainda de acordo com o autor, como resultado tem-se o

> [...] crescimento da magnitude do valor fixado nas formas produtivas que acompanha o movimento de centralização e concentração do capital. A dimensão da forma monopólica – em termos da fixação do valor – pode ser ilustrada pela magnitude das plantas industriais contemporâneas"[157].

Concentracionista, expansionista e intrinsecamente desigual, o capitalismo tem a necessidade inexorável do lucro, resultando na ampliação constante do volume de

---

[154] Criado no segundo mandato do presidente Lula (2007-10). Nesse mesmo período se deu a primeira fase do Programa; de 2011 a 2014, iniciou-se a segunda fase (PAC 2), cujo capital destinado é da ordem de R$ 657,4 bilhões e R$ 989,4 bilhões, respectivamente. Fonte: Governo Federal e o desenvolvimento do Pará. In: "**PAC 2 investe R$ 43 bilhões no estado do Pará**". 10 mai. 2013. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/noticia/ec75dbf4>. Acesso em: 20 set. 2013.

[155] In: **Obras do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento**. Disponível em: <http://dados.gov.br/dataset/obras-do-pac-programa-de-aceleracao-do-crescimento>. Acesso em: 01 ago. 2013.

[156] Referência à obra de Milton Santos.

[157] Ibid., p. 151.

mercadorias produzidas (MORAES; COSTA, 1987, p. 86 et seq.). No entanto, explica que diferentemente do período mercantil, a acumulação agora ocorre fundamentalmente na produção, e não na circulação propriamente dita. Isso implica no crescimento e na diversificação dos produtos e dos mercados, cujos resultados são a urbanização e a expansão da produção e do consumo. Os autores supracitados afirmam ainda que nesse processo de produção capitalista do espaço, fronteiras ecológicas, culturais e políticas são gradativamente subvertidas pelo caráter antiinercial dos novos capitais, das novas mercadorias e pelo poder de globalização das trocas mercantis.

Sobre o conjunto Estado, classes e forma política capitalista, esta última

> faz de cada espaço delimitado pelo Estado um singular amálgama de classes exploradoras e exploradas, intermediadas e em relação direta com a política patrocinada pelo ente estatal. A nação ou a sociedade são configuradas com base nesse cimento que o Estado proporciona às classes, jungidas a partir de específicas explorações. Tal constituição de espaços e sociedades se dá com base nas relações econômicas já assentadas, mas sobre elas interfere diretamente. Os Estados podem privilegiar um grupo burguês em face de outro, podem dar condições jurídicas maiores ou menores aos trabalhadores, podem direcionar os investimentos de infraestrutura em favor de tal ou qual interesse (MASCARO, 2013, p. 96).

Todas as dez maiores obras da segunda fase desse Programa (PAC 2 – 2011-14) são dos setores econômicos de energia e transporte: as usinas hidrelétricas de Belo Monte (PA), de Jirau e Santo Antonio (ambas em RO); o trecho sul da Ferrovia Norte-Sul (MA-SP); a usina termelétrica nuclear Angra 3 (RJ); as demais obras são ligadas ao refino do petróleo e produção de derivados[158].

Com relação ao estado do Pará, o mesmo se repete~~,~~: a maioria das obras está para os setores de energia e transporte. Somente via PAC 2, a previsão de investimento de capital é da ordem de R$ 43 bilhões[159]. A seguir, o detalhamento e localização dessas obras, conforme relatório do 1º trimestre de 2013:

---

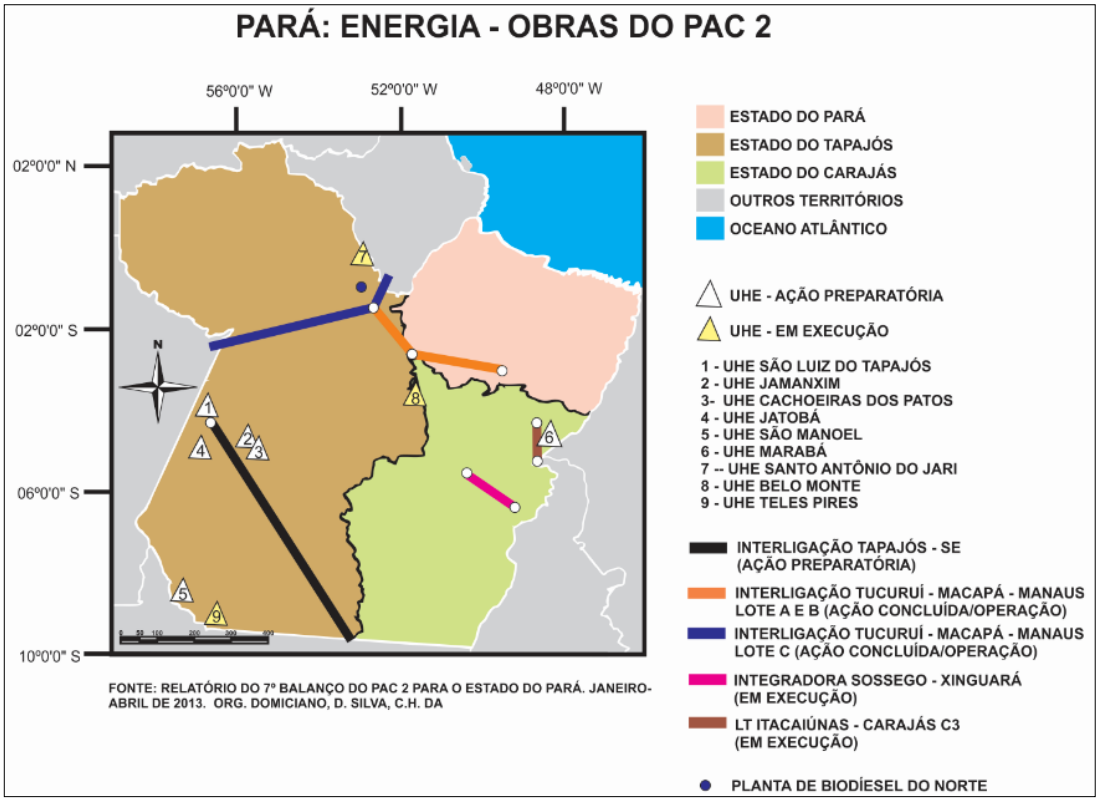
[158] In: **As 10 maiores obras do PAC**. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/i/f1e1c8ab>. Acesso em: 02 ago. 2012.

[159] Fonte: Governo Federal e o desenvolvimento do Pará. In: "**PAC 2 investe R$ 43 bilhões no estado do Pará**". 10/05/2013. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/noticia/ec75dbf4>. Acesso em: 20 set. 2013.

Mapa 13

Projetos viários estão concentrados na região do Tapajós (oeste do Pará).

Mapa 14



Projetos de energia estão concentrados na região do Tapajós (oeste do Pará).

Por meio do PAC, o Estado incentiva e viabiliza a expansão geográfica, logo, a acumulação do capital a partir do território paraense.

Com relação às ilustrações anteriores, chamamos a atenção para o fato de a maioria das obras estarem localizadas no oeste do Pará (Tapajós), configurando-o como uma fronteira de acumulação, na qual o modelo hegemônico de desenvolvimento entra em conflito com territorialidades já existentes no território, subvertendo o estabelecido e impondo a sincronia de tempos desiguais ou simplesmente suprimindo a condição pré-existente no território.

Segundo Moraes (2005a, p. 96-7), para o pensamento brasileiro do século XX (acrescentaríamos que o mesmo ideário permanece no século XXI), modernizar é, entre outras coisas, reorganizar e ocupar o território, dotá-lo de novos equipamentos, conectá-lo por meio de estradas e sistemas de comunicação. “Enfim, modernização implicava [e implica] no caso brasileiro necessariamente valorização do espaço”.

O Estado, referindo-se ao PAC, afirma tratar-se de um programa de desenvolvimento “acelerado e sustentável”. Pode até ser acelerado, mas quando se fala em “sustentável” (sem entrar no significado e uso que se faz do conceito) é claro que os impactos sociais e ambientais mostram a retórica desse tipo de discurso, que na realidade traz consigo a modernização num tom de projeto civilizatório. Como exemplo, basta ver os conflitos gerados com o caso da usina de Belo Monte, conflitos que, de maneira bastante objetiva, apareceram na fala de dois entrevistados (Matos [2012]; Sena [2012]), militantes pró-Tapajós, mas que consideram esses empreendimentos um caos que desestrutura o território. Não se quer as hidrelétricas e se vê com receio a pavimentação da rodovia BR-163, no entanto é tudo o que já está em projeto, em execução e em parte concluído pelo PAC, por exemplo.

Novos espaços são abertos conforme a procura capitalista por novos mercados, novas fontes de matéria-prima, nova força de trabalho e novos locais mais lucrativos para operações de produção (HARVEY, 2005a, p. 103). Essas realocações (movimento geográfico do capital e do trabalho), segundo o autor, revoluciona periodicamente a divisão territorial e internacional do trabalho, acrescentando à insegurança uma dimensão geográfica vital.

Na reprodução do capital (processo aparentemente caótico), todos os limites geográficos da acumulação do capital têm de ser ultrapassados. O capital tem de se empenhar na derrubada de toda barreira local da troca para conquistar toda a Terra como seu mercado;

deve também se esforçar perpetuamente para "destruir o espaço por meio do tempo"[160]. Há também um segundo conjunto de princípios geográficos relacionados à circulação, afirma Harvey (2011, p. 128-9). A produção implica na concentração geográfica de dinheiro, meios de produção e força de trabalho. A mercadoria produzida, explica o autor, será enviada a mercados para ser vendida e consumida, já que a proximidade dos meios de produção, da força de trabalho e dos mercados de consumo reduz custos e aumenta o lucro em locais privilegiados. Em um mundo movido pelo desejo de conquistar o espaço e a natureza[161], a distância é um obstáculo cada vez menor à mobilidade geográfica do capitalismo, o que não significa que as diferenças geográficas não importam mais. Pelo contrário, o capital altamente móvel presta muita atenção até mesmo nas pequenas diferenças de custos locais porque geram lucros mais elevados (HARVEY, 2011, p. 128 et seq.).

O PAC é um exemplo nítido do Estado enquanto um poderoso agente econômico legitimamente constituído (HARVEY, 2012, p. 33) e que proporciona o processo de acumulação de capital, inclusive por meio da mais-valia extraída de trabalhadores submetidos a trabalho em regime escravo.

A dinâmica econômica da fronteira de acumulação acelera a migração para esses territórios e, por consequência, faz surgir novas frações da classe capitalista que, em conflito com frações tradicionais da classe capitalista, origina movimentos como os do Carajás e Tapajós.

A marca colonial da conquista territorial repõe-se, conclui Moraes (2005a, p. 138), cotidianamente na prática estatal, desse modo "o território, e não o povo", continua a ser "o alvo prioritário das políticas públicas. E a geografia toma sentido como inventário de recursos, como descrição dos lugares, como orientação dos planos de governo".

Segundo Sousa Neto (2008, p. 24), o projeto de modernidade "a serviço da racionalidade capitalista se realizou plenamente, estabeleceu um sistema-mundo, fez da forma mercadoria a imagem e semelhança de todas as coisas. Nesse sentido, todos somos modernos". Por isso mesmo,

> a modernidade pensada em torno da realização do Estado-Nação, por exemplo, com todas as suas promessas de universalização de direitos e cidadania, é irrealizável

[160] Karl Marx, **Grundrisse**, cit., p. 445. (N.E.) apud Harvey (2011, p. 128-9).
[161] "Agora, se este desejo é manifestação de algum anseio humano universal ou um produto específico das paixões da classe capitalista jamais saberemos" (HARVEY, 2011, p. 130-1).

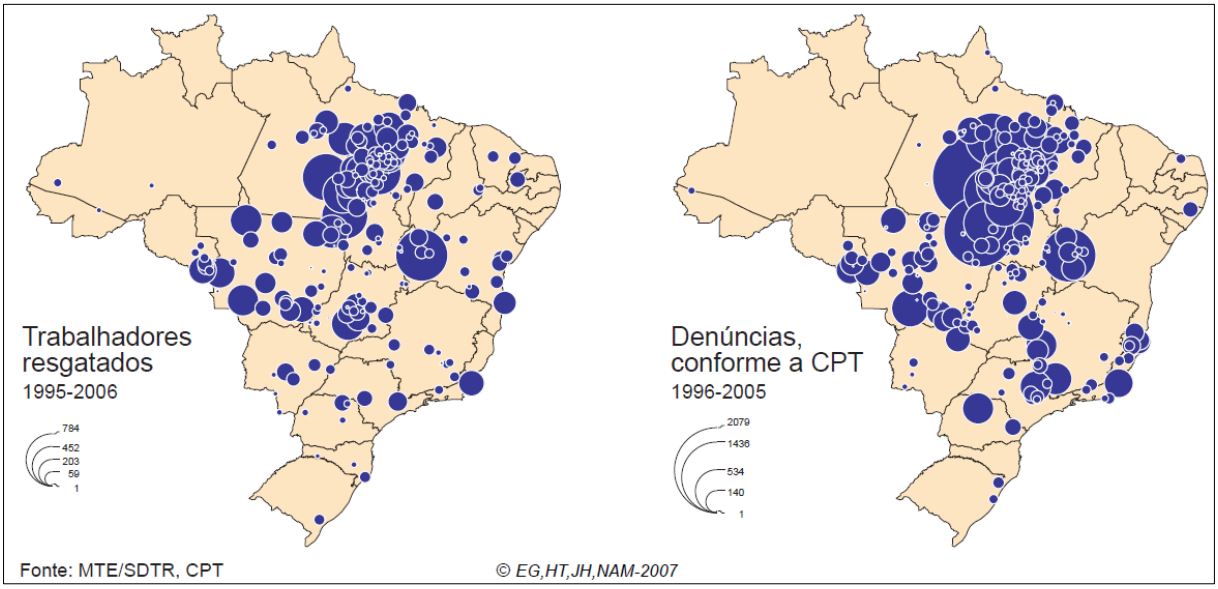
> para todos e, portanto, como ser pós-modernos se nem modernos nós pudemos ser? Como pensar em fim dos Estados nacionais se em muitos lugares eles sequer se realizaram? (SOUSA NETO, 2008, p. 24).

Em suma, a concentração e disponibilidade da força de trabalho (capitalista e não capitalista), produção de *commodities*, energia, sistemas viários, e da urbanização em especial, faz do sudeste e oeste paraenses territórios de fronteira de acumulação, nas quais fundos territoriais estão sendo apropriados, portanto transformados em território.

2.4. Do trabalho em regime escravo

Segundo o sociólogo José de Souza Martins (2012, p. 83), a expansão territorial do capital por meio das atividades agropecuárias, para citar apenas um exemplo, não se dá exclusiva nem predominantemente como resultado de reaplicação de capital em um setor econômico novo. Ao contrário, elas se apoiam em incentivos fiscais e subsídios governamentais, assim como no uso não capitalista da mão-de-obra necessária ao novo empreendimento; desse modo, a reprodução ampliada do capital, nesses casos, inclui a produção não capitalista de capital.

Mapa 15 – Trabalhadores escravizados resgatados



Fonte: THÉRY; MELLO et al. (2009).

O Pará concentra os casos de denúncias e resgate de trabalhadores escravizados, principalmente em sua parte leste, assim como no norte do Tocantins e oeste do Maranhão. Mas a grande mancha mesmo está no território do pretenso estado do Carajás, onde as atividades de mineração e o agronegócio da pecuária bovina estão em conflito principalmente com trabalhadores sem-terra e utilizam mão de obra em regime escravo.

O perfil típico do trabalhador escravizado no Brasil do século XXI é o

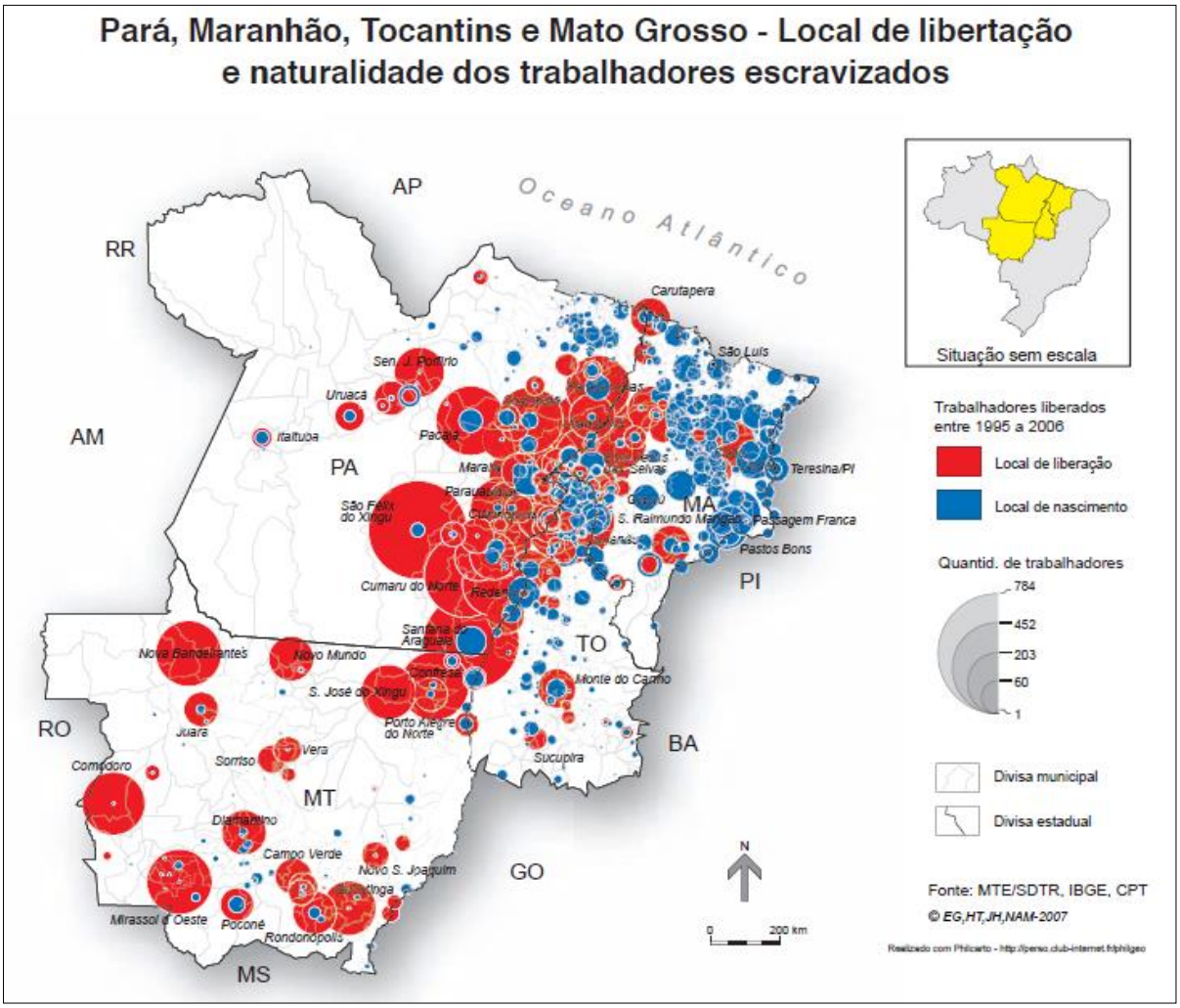
> migrante maranhense, do Norte de Tocantins ou oeste do Piauí, de sexo masculino, analfabeto funcional, que foi levado para as fronteiras móveis da Amazônia, em municípios de criação recente, onde é utilizado principalmente em atividades vinculadas ao desmatamento (THÉRY; MELLO et al., 2009, p. 12).

No Brasil, relações não capitalistas de produção, como o uso do trabalho escravo, não ocorrem apenas na fundação de um novo empreendimento, mas sim em atividades econômicas diversificadas, desde a produção de carvão (Santa Maria da Vitória-BA), na pecuária (São Felix do Xingu-PA), na mineração (Parauapebas-PA), na exploração de madeira (Paragominas e Tomé Açu, ambos no PA) (THÉRY; MELLO et al., 2009, p. 39). Portanto, o problema está presente até mesmo em "segmentos bastante capitalizados e tecnologicamente modernos"[162]. A afirmação tem como base o território representado no mapa a seguir, mas no Brasil como um todo,

> o trabalho escravo ocorre sobretudo nas seguintes atividades econômicas: companhias siderúrgicas, carvoarias, mineradoras, madeireiras, usinas de álcool e açúcar, destilarias, empresas de colonização, garimpos, fazendas, empresas de reflorestamento/celulose, agropecuárias, empresas relacionadas à produção de estanho, empresas da área de citricultura, olarias, cultura de café, produtoras de sementes de capim e seringais (THÉRY; MELLO et al., 2009, p. 37).

[162] Ibid., p. 39.

Mapa 16



Transcrição: "Realizado com Philcarto – http//perso.club-internet.fr/philgeo". Fonte: THÉRY; MELLLO et al. (2009).

Nesse caso, o fenômeno do trabalho em regime escravo marca a fronteira de acumulação, que se expande do sudeste do Pará e norte do Mato Grosso para o Tapajós, o que o coloca também como um território de fronteira, mas em ritmo e intensidade menores, em que muito dos fundos territoriais está poupado.

Tabela 5

Número de Trabalhadores Libertados, de 1995 a 2006, por Estado

ESTADOS	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	TOTAL	
													Absoluto	Relativo (%)
Acre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	**8**	0
Alagoas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazônas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28	**28**	0
Bahia	-	-	-	-	-	-	-	-	1.089	150	285	418	**1.942**	9
Ceará	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	88	**88**	0
Espírito Santo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	244	-	-	**244**	1
Goiás	-	-	-	-	-	79	-	-	-	245	404	151	**879**	4
Maranhão	-	-	-	8	27	-	457	184	316	311	387	161	**1.851**	9
Mato Grosso	34	266	170	19	479	183	168	438	668	317	1.436	444	**4.622**	22
Mato Grosso do Sul	50	-	-	-	-	-	-	152	29	-	26	19	**276**	1
Minas Gerais	-	46	-	-	-	-	-	24	-	19	30	70	**189**	1
Pará	-	30	224	132	200	265	483	1.308	1.851	928	1.205	1.001	**7.627**	37
Paraíba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	73	**73**	0
Paraná	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	82	40	**122**	1
Pernambuco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piauí	-	83	-	-	-	-	-	-	-	38	55	54	**230**	1
Rio de Janeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	98	-	-	117	**215**	1
Rio Grande do Norte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29	-	-	**29**	0
Rio Grande do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35	-	**35**	0
Rondônia	-	-	-	-	-	-	-	42	365	18	42	-	**457**	2
Roraima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Catarina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	44	**54**	0
São Paulo	-	-	-	-	-	-	-	76	-	-	-	111	**187**	1
Sergipe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tocantins	-	-	-	-	19	-	27	-	419	493	285	354	**1.597**	8
TOTAL	**84**	**425**	**394**	**159**	**725**	**527**	**1.135**	**2.224**	**4.825**	**2.792**	**4.282**	**3.181**	**20.753**	**100**

Fonte: Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT)

Somente o estado do Pará concentrou um terço do problema que, se somado ao Mato Grosso, representam praticamente 60% dos casos no período[163].

Fonte: THÉRY; MELLO et al. (2009, grifo nosso).

Os produtores da soja, por exemplo, negam a sua responsabilidade quanto ao desmatamento e mais ainda quanto ao uso de trabalho forçado, fato confirmado pelos dados que lhes dão defesa, pois as regiões onde se situa o grosso da produção de soja não coincidem, ou coincidem apenas parcialmente, com aquelas de concentração de trabalhadores escravizados (THÉRY; MELLO et al., p. 45-6), isso porque

> a frente de desmatamento, que utiliza muita mão de obra e trabalho escravo, já ultrapassou essas regiões e, sendo o sistema de produção de soja altamente capitalizado, o sojicultor prefere recorrer à mecanização, exigindo trabalhadores mais qualificados. Isso não quer dizer que não existam trabalhadores a resgatar nessas regiões, e, sim, que devem ser procurados nas margens do sistema, onde ele ainda está sendo implantado, e não no seu coração produtivo (THÉRY; MELLO et al., p. 45-6).

A geografia histórica do Brasil mostra que

[163] "Entre 1990 e 2006, a CPT registrou denúncias sobre 133.656 trabalhadores escravizados e, entre 1995 e 2006, o Ministério do Trabalho libertou 17.961 trabalhadores da escravidão" (THÉRY; MELLO, 2009, p. 19).

> as duras marcas do atraso estrutural, impressas de forma perene no território e nas relações sociais, estão fundadas em uma história de expansão ao longo da ampla plataforma, de extensão continental, em que jazem classes sociais com baixo potencial transformador, sendo fragilmente constituídas e alicerçadas. Por cima, classes fundadas e arraigadas em formas mercantis, patrimonialistas, financeirizadas, usuárias e rentistas, descompromissadas com o povo e a nação. Por baixo, classes destituídas de direitos e de propriedade (BRANDÃO, 2010, p. 48-9, grifo nosso).

Determinadas frações da classe capitalista no Brasil não só encontraram como continuam a encontrar vantagens na apropriação das "fronteiras de acumulação disponibilizadas, espaços potenciais abertos, facultados e desimpedidos para a extração de lucros com pouco ou nenhum risco" (BRANDÃO, 2010, p. 49), processo que, segundo o autor, se faz itinerante "pelo vasto território, descortinando, incorporando e protegendo [...] reservas de valorização, explorando energias renovadas", o que por vezes se dá via o "uso de formas e relações sociais pretéritas de produção, tirando proveito de recursos ociosos, ocultos ou entorpecidos, apropriando-se de ganhos fáceis e, acima de tudo, resguardando autoritariamente os interesses do atraso"[164].

Portanto, "a história brasileira pode ser sintetizada em movimentos em que todas as heterogeneidades estruturais e as diversidades produtiva, urbana, social e ambiental estiveram subordinadas à lógica econômica da valorização fácil e rápida, isto é, de natureza imediatista, rentista e patrimonialista" (BRANDÃO, 2010, p. 49).

Para a economista Maria da Conceição Tavares (1999)[165], as "frações da elite territorial" desenvolveram estratagemas de recondicionar e reinventar permanentemente novos espaços de acumulação – pois são especializadas na "fuga para a frente", territorial e rentista –, buscando fronteiras interiorizadas de valorização e impedindo a luta de classes, o que cristaliza uma marcha interrompida travada tanto do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas modernas quanto do ponto de vista dos direitos sociais.

De acordo com Harvey (2011, p. 55), a despossessão da massa da população do acesso aos meios de produção (da terra, em particular) coloca a força de trabalho como uma mercadoria disponível no mercado. E, de alguma forma, a população tem sido colocada na posição de ter que trabalhar para o capital sobreviver:

---

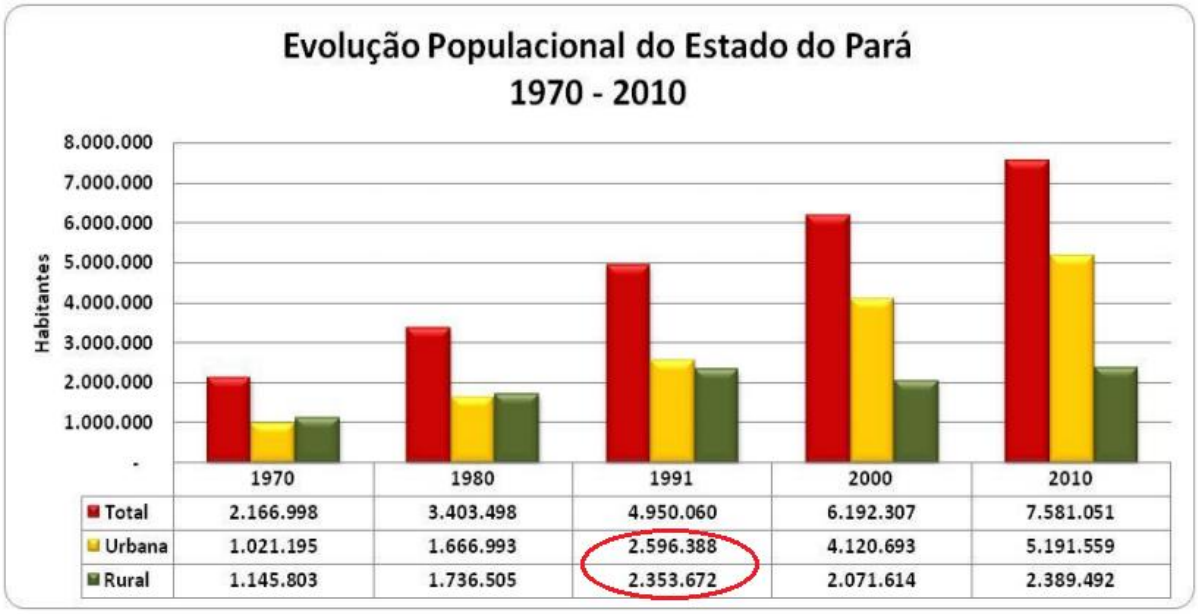
[164] Ibid., p. 49.

[165] "Império, território e dinheiro", In: FIORI, J. L. (org.), **Estado e moedas no desenvolvimento das nações**, Petrópolis, Vozes, 1999 apud Brandão (2010, p. 49).

> Nos últimos trinta anos, por exemplo, cerca de 2 bilhões de trabalhadores assalariados foram adicionados à força de trabalho global disponível, em função da abertura da China e do colapso do comunismo na Europa central e oriental. Em todo o mundo, aconteceu a integração das populações camponesas, até então independentes, nas forças de trabalho. O mais dramático de todos esses acontecimentos foi a mobilização das mulheres, que agora formam a espinha dorsal da força de trabalho global. Está agora disponível uma piscina enorme de força de trabalho para a expansão capitalista (HARVEY, 2011, p. 55, grifo nosso).

A produção do espaço (e a urbanização em específico) tornou-se um grande negócio no capitalismo, já que absorve o excesso de capital (HARVEY, 2011, p. 137). O autor explica que, na medida em que os excedentes de capital e o crescimento das populações tornam-se problemas, a urbanização é uma forma crucial para se absorver as duas coisas, surgindo daí uma conexão interna entre a produção de excedente, crescimento populacional e urbanização.

Gráfico 5



	1970	1980	1991	2000	2010
Total	2.166.998	3.403.498	4.950.060	6.192.307	7.581.051
Urbana	1.021.195	1.666.993	2.596.388	4.120.693	5.191.559
Rural	1.145.803	1.736.505	2.353.672	2.071.614	2.389.492

Fonte: Censos demográficos IBGE, 1970 – 2010.

Fonte: IDESP. **Estado do Pará: (di)visões territoriais, perspectivas sociais, econômicas, financeiras e ambientais**. /Lúcia Cristina Andrade (coord.) – Belém: IDESP, 2011. (Destaque nosso).

Com relação à urbanização, conforme o gráfico, até 1991 praticamente metade da população do Pará era rural, quadro que se tornará bastante distinto somente após dez anos, quando dois terços da população passaram a viver em cidades.

A partir do mapa *Pará, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso* nota-se que o trabalho em regime escravo ainda é relativamente pequeno no oeste do Pará, contudo tende a se expandir para este território, que está no "limite" com Carajás (a leste), e a sul com o Mato Grosso, onde o trabalho cativo é intenso (logo, a fronteira de acumulação também o é).

Como já mencionado, se criados, algo em torno de 25% dos territórios do Carajás e do Tapajós estariam delimitados como terras indígenas[166]. De acordo com Moraes e Costa (1987, p. 64-5), o capitalismo – como nenhum outro modo de produção que o precedeu – tende a submeter às suas formas de organização toda e qualquer relação social ainda não estritamente capitalista.

É quase certo que o capitalismo não sobreviveria na forma que tem hoje se não fosse pela expansão perpétua das populações disponíveis, tanto como produtoras como consumidoras (HARVEY, 2011, p. 120). A escravidão e o fornecimento de matérias-primas extraídas das populações indígenas foram e são fundamentais para sustentar o crescimento capitalista através dos séculos, o que contribui à compreensão acerca do conflito vivido por populações tradicionais frente às ameaças por parte dos empreendimentos capitalistas.

No limiar do século XXI, a superexploração capitalista marca substancialmente a formação brasileira, social e territorial, e ainda hoje classes burguesas "conservadoras e reacionárias, dotadas de massas de fortunas entesouradas na forma territorial ou usurária, que pouco foram coagidas durante o curso histórico, quer pela geopolítica das nações quer pelos superexplorados", o que impede o Brasil de avançar num "projeto democrático de desenvolvimento" (BRANDÃO, 2010, p. 67).

> A apropriação e expropriação dos abundantes recursos territoriais e a acumulação primitiva permanente foram elementos fundantes da nossa história até aqui. O território heterogêneo e de grande porte desempenhou papel estratégico nessas táticas subordinadas e covardes de nossas elites. Transformando em mera base operativa e plataforma de simples circulação de capitais usurários e *locus* da predação e degradação humana e ambiental, o território passou a ser visto e utilizado como objeto inerte (BRANDÃO, 2010, p. 67).

Frente a toda pilhagem realizada no processo de acumulação de capital, de acordo com Sousa Neto (2008, p. 26) "antes que se faça uma desconstrução da modernidade apenas em

---

[166] In: IDESP. **ESTADO do Pará: (di)visões territoriais, perspectivas sociais, econômicas, financeiras e ambientais**. /Lúcia Cristina Andrade (coord.) – Belém: IDESP, 2011.

seus aspectos epistemológicos" é necessário que se "faça também em seus aspectos políticos e econômicos". Sem essa tentativa, conclui o autor,

> "podemos incorrer no risco de manter perpetuada a colonização, facilmente identificável nos dias atuais nos processos decorrentes do novo imperialismo apelidado de globalização e nos preceitos pós-modernos de que o passado passou e é impossível de ser modificado porque nada voltará a ser como antes"[167].

Durante o percurso realizado no tratamento dos aspectos empíricos abordados no capítulo – materialidades e trabalho em regime escravo, ficamos ainda mais convictos de que a questão central da divisão territorial do Pará (leia-se: divisão dos recursos naturais e da riqueza geral) é, antes de tudo, uma possibilidade de materializar o projeto de apropriação (logo, também de expropriação daqueles que estão subjugados) territorial por parte de frações regionais da classe capitalista, que também estabelecem conflitos entre si. Sendo assim, os novos estados representam um projeto de partilha dos recursos territoriais localizados no Pará. Em outras palavras, está em curso um projeto de apropriação capitalista sobre fundos territoriais, que estão sendo valorizados, e desse modo transformados em território usado.

O processo de expansão geográfica do capital para o território paraense é incentivado e viabilizado pelo Estado brasileiro até mesmo por meio de sua "ausência". Esta expressão é bastante recorrente nas queixas legítimas daqueles que sofrem com a ausência de direitos fundamentais, inclusive garantidos na Constituição Federal como sendo dever do Estado. A falta de moradia, hospital, escola etc. representam essa ausência. No entanto, sob o mesmo território e ao mesmo tempo, o Estado está marcadamente presente, nem que seja via mapeamento e outros estudos e pesquisas realizados por agências de pesquisa e universidades que endossam os projetos de acumulação do capital por espoliação.

Assim, num paradoxo pelo menos aparente, o Estado se faz presente por meio de sua ausência. E os exemplos formam uma lista extensa. Ao não fiscalizar, permite maior exploração do trabalho ou o não cumprimento, por parte dos capitalistas, das legislações trabalhista, ambiental e outras.

Em sua "ausência", o Estado cumpre sua função de incentivador e viabilizador do processo de reprodução ampliada do capital ao proporcionar às empresas um território do qual se extrai lucros, cujos níveis não seriam alcançados se o Estado fosse "presente".

---

[167] Ibid., p. 26, grifo nosso.

CAPÍTULO 3 – Criar Carajás e Tapajós ou dividir o Pará? As ideologias geográficas como discurso legitimador da apropriação capitalista do território

3.1. Das ideologias geográficas

Durante o século XX, o conceito de *ideologia* foi gradativamente assimilado a uma visão "não-objetiva" do mundo, já que estaria comandada por um apriorismo político (MORAES, 2005, p. 38), concepção que se sedimenta com a difusão da tese positivista da "neutralidade valorativa" da ciência, sobre a qual a ideologia deveria ser banida dessa atividade que requer total assepsia política[168]. Mesmo assim, a ideologia aparece cada vez mais presente no debate político, ou seja, a ideologia é o discurso com nítida orientação política[169].

> [...] conceito de significado bastante diverso, apesar de proclamada morta na academia, a ideologia aparece cada vez mais presente no debate político e nas páginas da imprensa. Aqui cristalizou-se um significado bem preciso: a ideologia como discurso com explícita e nítida orientação política. [...]. Seria possível nomear um campo no universo das ideologias – aquele que expressa a consciência do espaço trabalhada num sentido político – como 'geográfico'. Tendo claro que o rótulo é profundamente secundário; poder-se-ia dizer ideologias espaciais ou territoriais etc. [...] [ela] manifesta no plano das ideias a relação sociedade-espaço e constitui a via privilegiada de relação do saber geográfico com a prática política. Toda a elaboração política sobre temas espaciais constitui matéria das ideologias geográficas (MORAES, 2005, p. 38 et seq.).

Em *Ideologias Geográficas*, conforme o próprio título da obra sugere, não se trata da forma espacial criada (material e objetiva), mas sim da sua imagem no universo da cultura e da política (MORAES, 2005, p. 25). Em outras palavras, o objetivo é apreender <u>os discursos sobre os lugares (discursos dentre os quais a geografia é uma das modalidades)</u>, o que revela a consciência sobre o espaço[170].

Com efeito, *ideologia geográfica* é um conceito-chave à compreensão do objeto de pesquisa que deu corpo a esta dissertação. De acordo com Moraes (2005, p. 45), toda elaboração política acerca de temas espaciais torna-se matéria das ideologias geográficas, de

[168] Ibid., p. 38.
[169] Ibid., p. 38.
[170] Ibid., p. 25.

modo que captar "seus contextos de formulação, suas difusões e condições de assimilação, os agentes desse movimento e os interesses veiculados, seria a meta dos estudos. Enfim, rastrear a eficácia política destas ideologias"[171].

Sendo a produção do espaço um processo teleológico, pois tem uma finalidade que orienta o trabalho humano, é necessário compreender as motivações da produção do espaço, pois são elas que impulsionam os sujeitos, movidos por necessidades, interesses e sonhos[172].

Nas palavras de Moraes (2005, p. 44-5), as "ideologias geográficas alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto a autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seu espaço e da sua relação com ele". Elas são a substância das representações coletivas acerca dos lugares, impulsionam sua transformação ou o acomodamento nele e exprimem "localizações e identidades, matérias-primas da ação política"[173]. Adentrar o movimento de produção e consumo dessas ideologias implica em melhor precisar o universo das complexas relações entre cultura e política.

Portanto, as ideologias geográficas não estão separadas das materialidades, pelo contrário, formam entre si um único processo chamado *formação territorial*. E por isso não devem ser apreendidos como se fossem coisas desvinculadas entre si.

As ideologias geográficas reforçam três modalidades de discurso: (I) aquele que veicula uma visão do espaço, do território, do lugar: por exemplo, temas como o da "aptidão" de certas porções do planeta ou ainda o do "destino" de determinados lugares; (II) o discurso normativo a respeito do espaço, como os planos e projetos que visam ordená-lo; (III) o discurso que coloca as questões sociais como qualidades do espaço; por exemplo, as teses do determinismo geográfico (MORAES, 2005, p. 44). Os discursos acerca da criação dos estados do Carajás e do Tapajós enquadram-se nessas três modalidades, sobretudo na última.

Conforme apresentado, muitos dos argumentos utilizados para legitimar a criação do Carajás e do Tapajós, se traduzidos podem ser resumidos ao conceito de *área*. Excessivamente afirma-se que o "Pará é muito grande, é quase do tamanho do Nordeste, maior que a região Sul" e que muito dos problemas de ordem socioeconômica seriam devidos às grandes *extensão territorial* e *distância* entre capital e municípios interiores, resultando

[171] Ibid., p. 45.
[172] Ibid., p. 16.
[173] Ibid., p. 44-5.

inclusive na "impossibilidade de implantação e gerenciamento de programas e projetos de interiorização do desenvolvimento" (grifo nosso)[174].

Não é o propósito desta pesquisa discutir o determinismo geográfico (já largamente criticado), mesmo assim vale grifar que não existe relação alguma entre *área* e *nível de desenvolvimento socioeconômico*. Quando a área (espaço físico) é atrelada a uma relação direta com fatores socioeconômicos, quando colocada enquanto condição *sine qua non* à solução dos problemas sociais, naturaliza-se o problema. Em suma, conforme a ideologia geográfica do gigantismo territorial, somente a divisão do território resolveria os males do território.

Os dados apresentados referentes aos recursos naturais e ao capital fixo empregado em hidrelétricas, por exemplo, quando estampados nos mapas mostram a partilha territorial que está em disputa. Desse modo, esse é um fator fundamental à compreensão do projeto de redivisão territorial em curso, inclusive explica, pelo menos parcialmente, o porquê de tanta resistência por parte daqueles que se organizam pela não divisão territorial do Pará.

Ao dissertar acerca do movimento pela criação do estado do Rio São Francisco (no oeste da Bahia), Paulo Roberto Baqueiro Brandão (2013, p. 12-3) afirma que a implantação das condições que ampliam as possibilidades de reprodução do capital por meio do agronegócio se materializam, entre outras coisas, na tentativa de criação de uma nova unidade federativa. Para tanto, explica o autor, forma-se um "pensamento hegemônico por parte das elites regionais", que disseminam mitos com o intuito de legitimar a necessidade da divisão territorial. "Entre as diversas histórias míticas, a ideia de uma identidade territorial oestina descolada da dita 'baianidade' é a que aparece de modo mais nebuloso, pois está assentada na perspectiva da formação de antagonismos entre a Bahia do litoral e a Bahia do interior"[175].

A relação entre *identidade* e *território* é um fator recorrente no debate em torno da redivisão territorial, em diferentes contextos pelo mundo, e no Brasil certamente não é diferente, sendo Carajás e Tapajós dois exemplos.

Diferenças regionais são utilizadas como fatores para a divisão. Segundo Moraes (2002, p. 122-4), entre as ideologias utilizadas pelo governo ditatorial do Estado Novo (1937-45) emergiu a temática regional como central na interpretação do Brasil. Com isso, Getúlio

---

[174] In: **PDC nº 731/2000**, de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Esse projeto está apensado ao PDS nº 99/1999 (Senado Federal) e aos PDCs nº 120/1991 (deputado Hilário Coimbra) e nº 585/2000 (deputado João Hermann Neto e outros).
[175] Ibid., p. 12-3.

Vargas não só realizou a primeira regionalização oficial do Brasil, como também assimilou o conceito de *região* ao vocabulário oficial do Estado. Assim, de acordo com o autor, a brasilidade foi definida como o somatório das culturas regionais do país, concepção que estimula um surto de identidades e tradições em diferentes partes do território nacional. Logo concluímos que esse surto de identidades e tradições dá força ao regionalismo, que, por sua vez, procura legitimar Carajás e Tapajós.

A partir do caso do Tapajós, Manuel Dutra (1999, p. 17) afirma que o regionalismo envolve agentes que atuam de modo individual e disperso, ou coletivamente, de modo organizado. O autor explica que grupos de poder, "analisando a região de acordo com sua própria visão, intentam um projeto particular ao qual se esforçam por dar características universais, isto é, como tendo valor para todo o grupo, neste caso, para a 'população do Oeste do Pará'".

> A ação das elites encontra na *região* o espaço de sua luta, projetando a legitimação de um movimento que, retoricamente, pertence a todo o "povo do Oeste do Pará", vivenciador de "problemas" que só encontrarão soluções a partir da concretização da região como entidade autônoma. Esse discurso se sustenta na exibição de "problemas reais", contra os quais não é difícil obter a univocidade, "problemas" de resto vivenciados por outras regiões do Pará, porém no Oeste do Estado eles são apresentados como integrantes de especificidades, dessa forma exigindo solução *regional* (DUTRA, 1999, p. 17).

Nesse embate regionalista, elites trabalham pela construção de uma identidade regional, produzindo um discurso que, frente à "identidade paraense" ou à identidade nacional, apresenta especificidades que lhes dão o direito inclusive de marcar juridicamente a região, tornando-a conhecida e reconhecida (DUTRA, 1999, p. 17). Nesse sentido, o regionalismo é uma modalidade de ideologia geográfica, pois serve de base às políticas territoriais dos Estados e à autoconsciência que diferentes grupos sociais constroem a respeito do território e de sua relação com ele.

Para o filósofo Leandro Konder (1965, p. 146), em uma sociedade dividida em classes surge um aparelho destinado a controlar a vida social, a garantir o estatuto vigente de propriedade contra as competições entre os proprietários e também contra os não-proprietários: o Estado. E o regionalismo procura apagar a diferença e o conflito entre classes, como se proprietários e trabalhadores tivessem interesses fundamentais em comum.

Por fim, é forte a eficácia política das ideologias geográficas, e os números do plebiscito retratam essa realidade: mais de 90% dos eleitores das regiões do Carajás e do Tapajós votaram pela divisão territorial. O que confirma o quanto a elaboração política acerca do tema da divisão territorial é eficiente.

3.2. Contexto – Da Assembleia Nacional Constituinte de 1987/88 à conjuntura atual: a permanência dos projetos para a criação de novos estados no Brasil

O debate a respeito da divisão do estado do Pará tomou força a partir de junho de 2011, quando no Senado Federal foi aprovada, via decreto legislativo, a realização de um plebiscito para consultar a população sobre a criação dos estados do Carajás[176] e do Tapajós[177]. Conforme determina a legislação eleitoral, quatro frentes parlamentares foram criadas com a finalidade de organizar as campanhas pelo *sim* e pelo *não* à divisão. Em dezembro do mesmo ano, os eleitores dos 144 municípios paraenses votaram ao responderem à seguinte pergunta: "Você é a favor da divisão do Estado do Pará para a criação do Estado do Carajás?". O mesmo foi feito referindo-se ao Tapajós. O resultado foi que 66,60% (Carajás) e 66,08% (Tapajós) dos votos válidos foram contrários à divisão[178].

Pela primeira vez no Brasil realizou-se um plebiscito para tratar de assunto dessa natureza. Na ANC de 1987/88, por exemplo, três estados foram criados através de decretos, sem consulta às populações dos respetivos territórios.

Sob liderança do bispo dom José Luiz Ascona, reivindica-se a criação do Território Federal do Marajó, formado pelos 16 municípios desse arquipélago. Em 2002, o deputado Benedito Dias (PPB-AP) apresentou um projeto[179] no Congresso Nacional com o intuito de

---

[176] In: BRASIL. **Decreto Legislativo nº 136, de 2011**. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2011/decretolegislativo-136-26-maio-2011-610679-publicacaooriginal-132614-cn.html>. Acesso em: 05 jun. 2013.

[177] In: BRASIL. **Decreto Legislativo nº 137, de 2011**. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2011/decretolegislativo-137-2-junho-2011-610722-publicacaooriginal-132714-pl.html>. Acesso em: 05 jun. 2013.

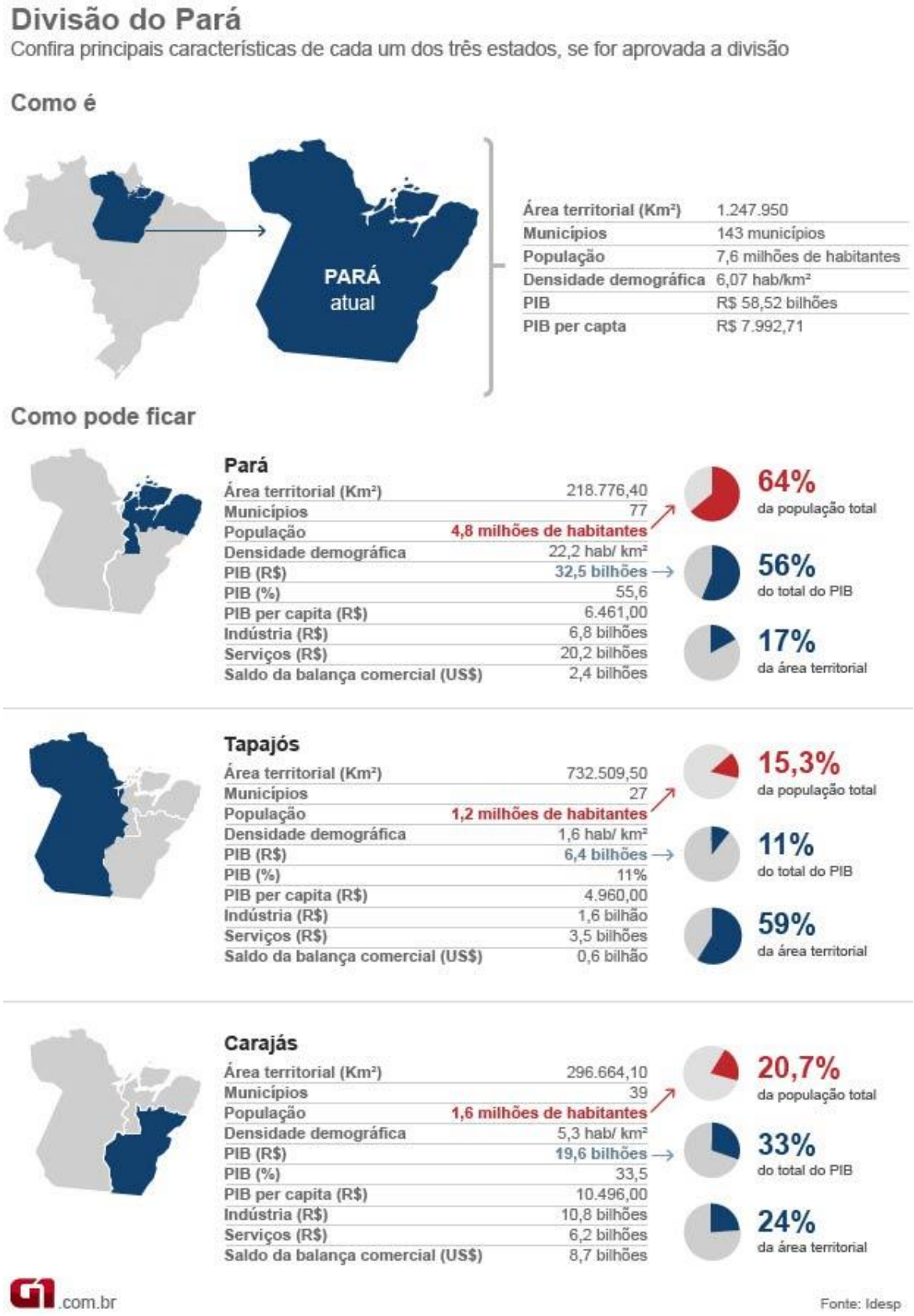
[178] In: **Tribunal Regional Eleitoral do Pará. Relatório da votação dos plebiscitos 2011**. Disponível em: <http://www.tre-pa.jus.br/eleicoes/plebiscito-2011/relatorios-da-votacao-dos-plebiscitos-2011>. Acesso em: 31 de jan. 2014.

[179] In: BRASIL. **Projeto de Decreto Legislativo nº 2419 de 2002**. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=76C839088052E32826D5BD3FDC287AF8.proposicoesWeb2?codteor=105282&filename=PDC+2419/2002>. Acesso em: 18 ago. 2013.

realizar um plebiscito para a criação dessa unidade federativa. O mesmo se encontra arquivado. Em agosto do ano seguinte, a consultoria legislativa da Câmara dos Deputados elaborou um relatório que trata dos efeitos da criação de um território federal[180].

[180] In: BRASIL. **Plebiscito para a criação do Território Federal do Marajó**. Câmara dos Deputados. Consultoria Legislativa: Verônica Maria Miranda Brasileiro. Meio Ambiente e Direito Ambiental. Organização Territorial, Desenvolvimento Urbano e Regional. Agosto de 2003. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema14/pdf/2003-568.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2013.

Figura 4

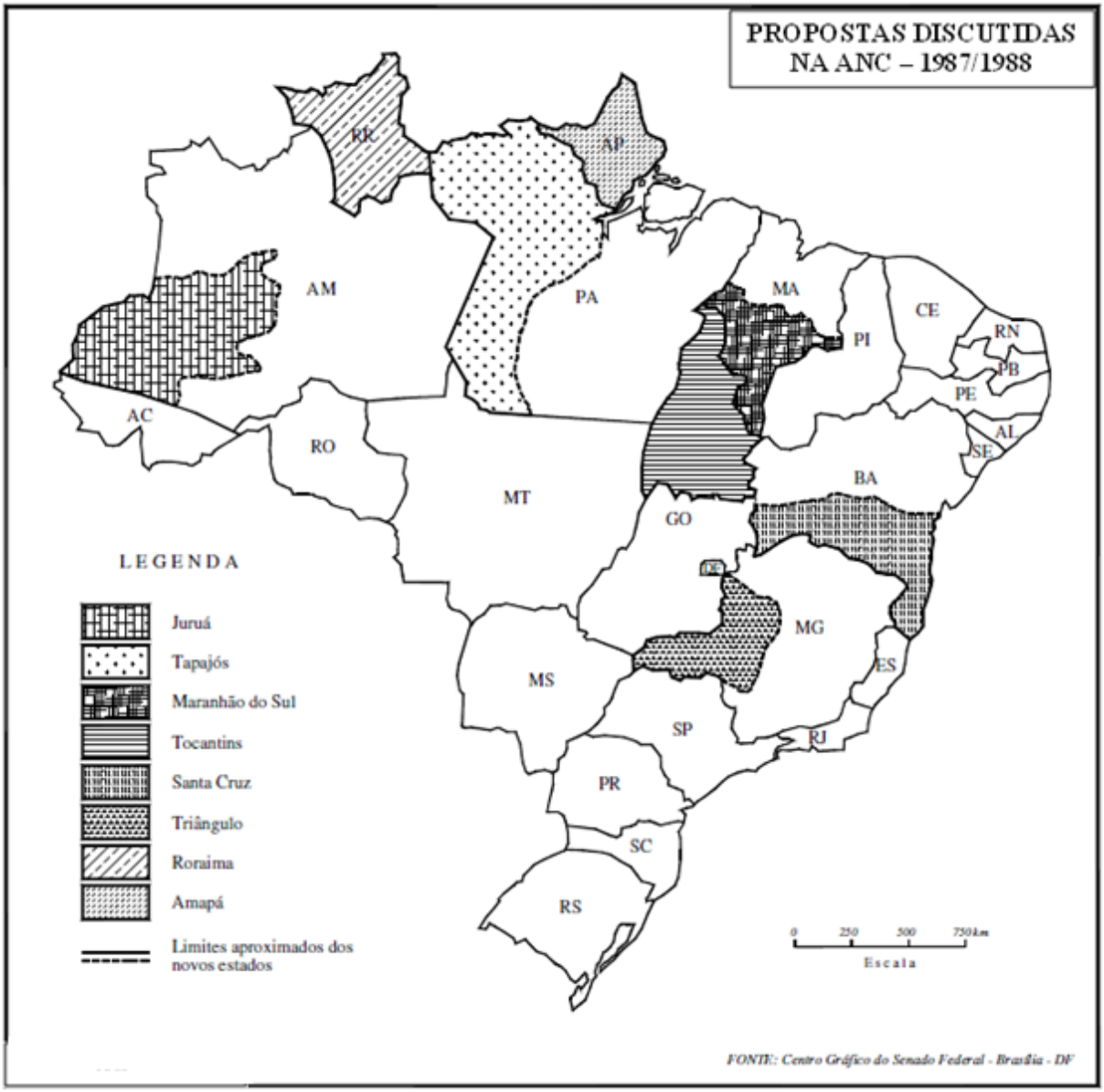


Fonte: **Maioria dos eleitores do Pará rejeita divisão do estado, diz Datafolha**. (09 dez. 2011). Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/12/maioria-dos-eleitores-do-para-rejeita-divisao-do-estado-diz-datafolha.html>. Acesso em: 25 ago. 2013.

Naquele ano, na ocasião da ANC, extinguiram-se os *territórios federais* – quando Amapá e Roraima tornaram-se estados e Fernando de Noronha passou a distrito estadual de Pernambuco[181] – e o Tocantins foi criado a partir do desmembramento do estado de Goiás. No entanto, além desses quatro casos, outros quatro estavam em pauta, mas sem aprovação. Desde então nenhum novo estado foi criado no Brasil. Antes do Tocantins criou-se o estado do Mato Grosso do Sul (1977) por desmembramento do Mato Grosso. A partir dessa ocasião, esses dois casos foram feitos de justificativa e referência na argumentação dos defensores dos novos estados.

[181] Até aquele momento tinha-se: "Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos [...]. Os Territórios Federais integram a União [...]". In: BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/art_18_.shtm>. Acesso em: 01 abr. 2014.

Mapa 17



Fonte: Martins (2001).

Segundo o sociólogo Herbert Toledo Martins (2001, p. 24-5, grifo nosso),

> os movimentos derrotados durante a Constituinte de 1987/88 e, também, no processo de revisão à Carta de 88, não desistirão do pleito, como <u>é o caso do Triângulo, que tentou, pela décima segunda vez (29/06/88, p. 11657 [sic]), a sua emancipação</u>. E mais: em função da imensidão territorial de alguns estados, suas diferenças regionais, o adensamento populacional progressivo, o abandono de muitas áreas pelos governos centrais (estadual e federal), outros movimentos emergirão.

Alguns dos estados atualmente em tramitação estavam em pauta na ANC. É o caso do Juruá, Tapajós, Maranhão do Sul e Triângulo. Os movimentos derrotados naquela ocasião não desistiram e se tornaram a mais nova tendência do federalismo brasileiro, mesmo sem a existência de uma unidade em torno desses projetos (MARTINS, 2001, p. 24).

Em todas as Constituições brasileiras, os interesses da classe dominante sobrepuseram-se aos dos trabalhadores, afirma Ycarim Melgaço Barbosa (1999, p. 66 et seq.). Na de 1988, detalha o autor, entre outros privilégios, perdoou-se a dívida de empresários inadimplentes, os *lobbies* mais fortes tiveram como arma os próprios deputados constituintes, como ocorreu com os grandes proprietários rurais, representados pela União Democrática Ruralista (UDR).

Todos os projetos apresentados na Constituinte de 1987/88 foram conduzidos por um líder político e na maioria das vezes incorporados por um deputado constituinte (BARBOSA, p. 68 et seq.). A aprovação do estado do Tocantins, por exemplo, resultou da articulação política entre José Sarney (presidente da república naquele momento) e a bancada de Goiás, processo no qual critérios políticos prevaleceram sobre os técnicos[182].

De acordo com Moraes (2005), em tese a redivisão territorial é justificável, mas o assunto teria sido conduzido a partir de critérios diversos e sem uma lógica nacional; logo, por interesses específicos e particulares. Os projetos dos estados de Santa Cruz e do Triângulo foram comandados, segundo o autor, por interesse eleitoral que manipulou a opinião pública local por meio do regionalismo e do corporativismo regional, enquanto o objetivo central dos líderes pró-Maranhão do Sul e do Tocantins era o controle maior do monopólio da terra com o fortalecimento do aparato repressivo local[183]. Milton Santos (2002) corrobora a mesma interpretação ao afirmar que falta a proposição de um pacto territorial estrutural, assim como propostas para um uso do território de forma coerente a um projeto de país.

Segundo Martin (1993), os dados estatísticos utilizados para justificar a viabilidade do Tocantins foram fornecidos pela Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), mas quando o novo estado foi materializado passou à jurisdição da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Com isso, segundo o autor, não só o estado de Goiás teria se enfraquecido, mas também a SUDECO, o que sugere estar o Centro-Oeste, enquanto região, em vias de desaparecer, ou já não possui nenhum significado,

---

[182] Ibid., p. 68 et seq.
[183] Ibid.

tornando-se uma região de passagem, um imenso corredor a ser atravessado pelas migrações que, sobretudo do Sul, mas também do Nordeste e do Sudeste, dirigem-se para o novo Eldorado, a Amazônia.

Sobre a articulação política no processo de criação de novos estados no Brasil, as superintendências de desenvolvimento regional formaram um sistema de regionalização do governo federal que divergia do princípio da indivisibilidade dos estados federados (MARTIN, 1993, p. 245). Nisso, áreas do Mato Grosso, Goiás e Maranhão ficaram sob jurisdição da SUDAM, sem que esses territórios compusessem as respectivas regiões Norte e Nordeste, conforme a regionalização político-administrativa de 1969, resultando na influência dessa Superintendência na divisão territorial de Goiás e do Mato Grosso[184]. Além disso, estados foram criados na ditadura militar (1964-1985) com o objetivo de aumentar a força da Arena[185] no Congresso Nacional: de território federal, Rondônia foi transformado em estado (1981) e o Mato Grosso, dividido (1977) (MARTIN, 1993a, p. 7).

Em 2003, no Congresso Nacional foi formada a *Frente Parlamentar de Trabalho para a Criação de Novos Estados e Territórios do Brasil*[186], cujo objetivo principal é "a ação em torno de uma redivisão territorial que reduza as desigualdades socioeconômicas do País"[187]. Segundo um dos seus coordenadores, Ronaldo Dimas (na época, deputado federal pelo PSDB-TO), a ANC não se limitou a criar o Tocantins, mas determinou a instituição da *Comissão de Estudos Territoriais* com o objetivo de debater as demais sugestões encaminhadas, assim como concluiu pela necessidade de redivisão territorial da Amazônia[188].

---

[184] Ibid.

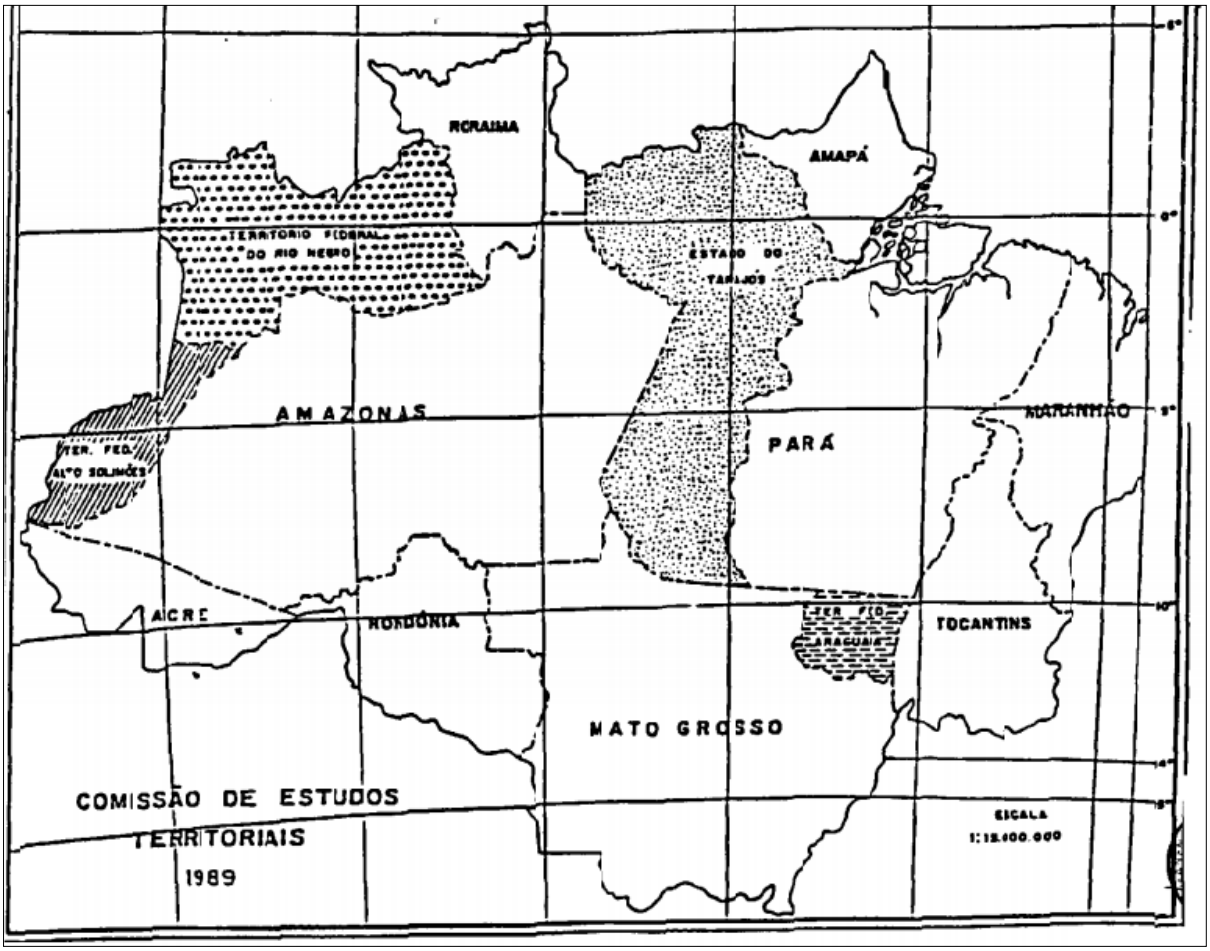
[185] Aliança Renovadora Nacional. Partido político criado pelo Regime Militar em 1965, quando se implantou o bipartidarismo até 1980, momento em que se retoma o pluripartidarismo.

[186] Entre suas funções está a formação de um projeto "de redivisão territorial que venha a reduzir as desigualdades socioeconômicas do país. [...] é integrada atualmente por cerca de 80 parlamentares. Para o [ex-] deputado federal Sebastião Madeira (PSDB-MA), também mentor da iniciativa, o Brasil terá pelo menos mais dez unidades federativas dentro de duas ou três décadas. 'A presença do Estado em áreas menos desenvolvidas é fundamental para a indução do crescimento, para a atração de investimentos e de pessoas', alega ele'" (grifo nosso). "Colcha de Retalhos". In: **Revista Problemas Brasileiros**, nº. 367, jan./fev. de 2005. Disponível em: <http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas_sesc/pb/artig>. Acesso em: 03 set. 2008. .

[187] In: **Comissão geral discute redivisão territorial** (grifo nosso). Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/internet/homeagencia/materias.html?pk=49578&pesq>. Acesso em: 03 set. 2010.

[188] Ibid.

Mapa 18

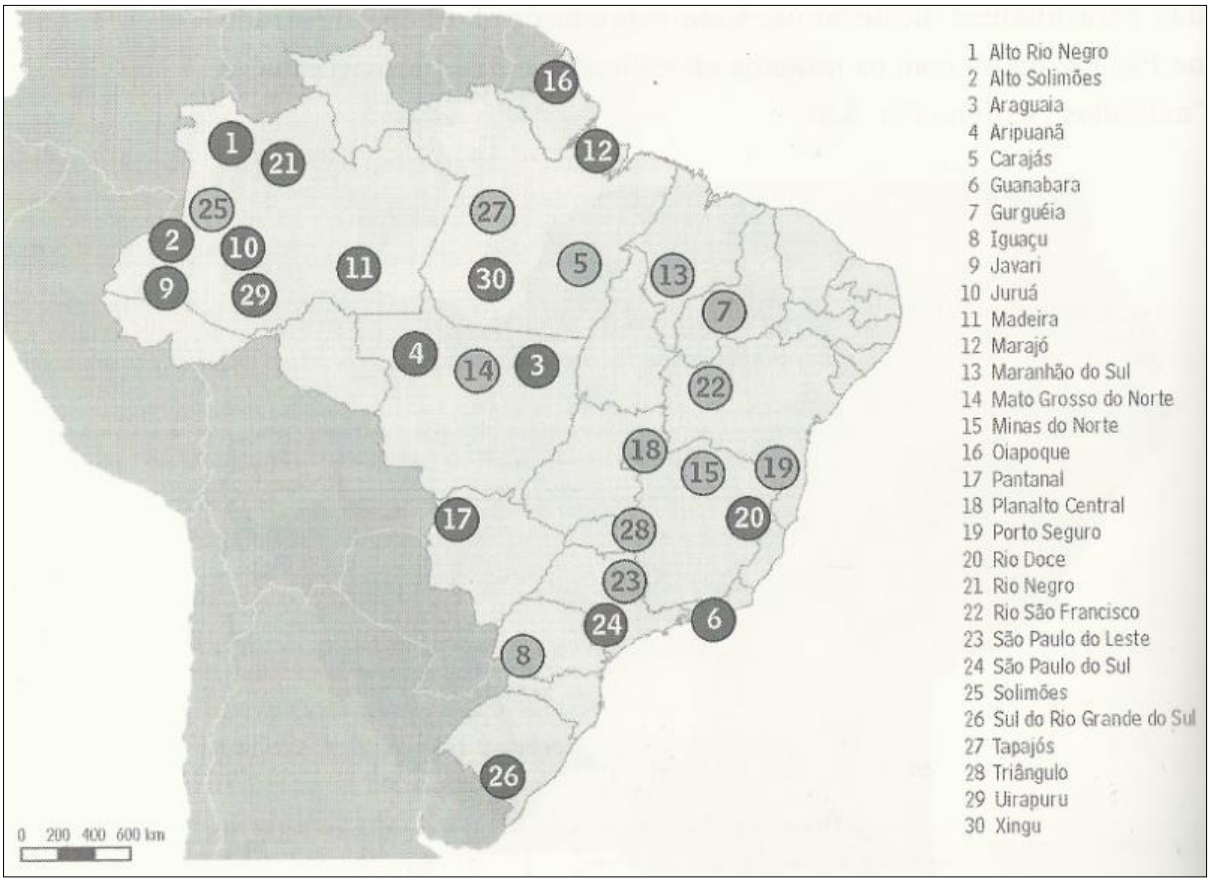


Essa comissão concluiu pela criação do estado do Tapajós e, em sentido horário, os territórios federais do Alto Solimões, do Rio Negro e do Araguaia.

Fonte: BRASIL. **Projeto de Decreto Legislativo nº 725-A, de 2000**. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=68694&tp=1>. Acesso em: 10 ago. 2014.

De 1988 para cá, inúmeros projetos tramitaram no Congresso Nacional reivindicando algo em torno de 30 novas unidades federativas, entre estados e territórios federais, todavia nenhum foi aprovado.

Mapa 19 – Novos estados e territórios federais



O mapa não tem título, mas representa, sem distinguir, os estados e os territórios federais em pauta ou arquivados no Congresso Nacional. Há projetos com nomes diferentes entre si, no entanto o território reivindicado é o mesmo. Isso ocorre, muitas vezes, porque – com o passar do tempo – a delimitação muda conforme o interesse de quem regionaliza.

Obs.: O autor elaborou um padrão territorial a partir do qual reafirma alguns projetos (círculos claros) e descarta outros (círculos escuros).

Fonte: Cazzolato (2011, p. 124).

Quais projetos legislativos estão em tramitação é algo relativamente instável, pois num instante um projeto pode ser arquivado e, conforme a ocasião, voltar à pauta. Em outubro de 2010, por exemplo, o cenário era o seguinte:

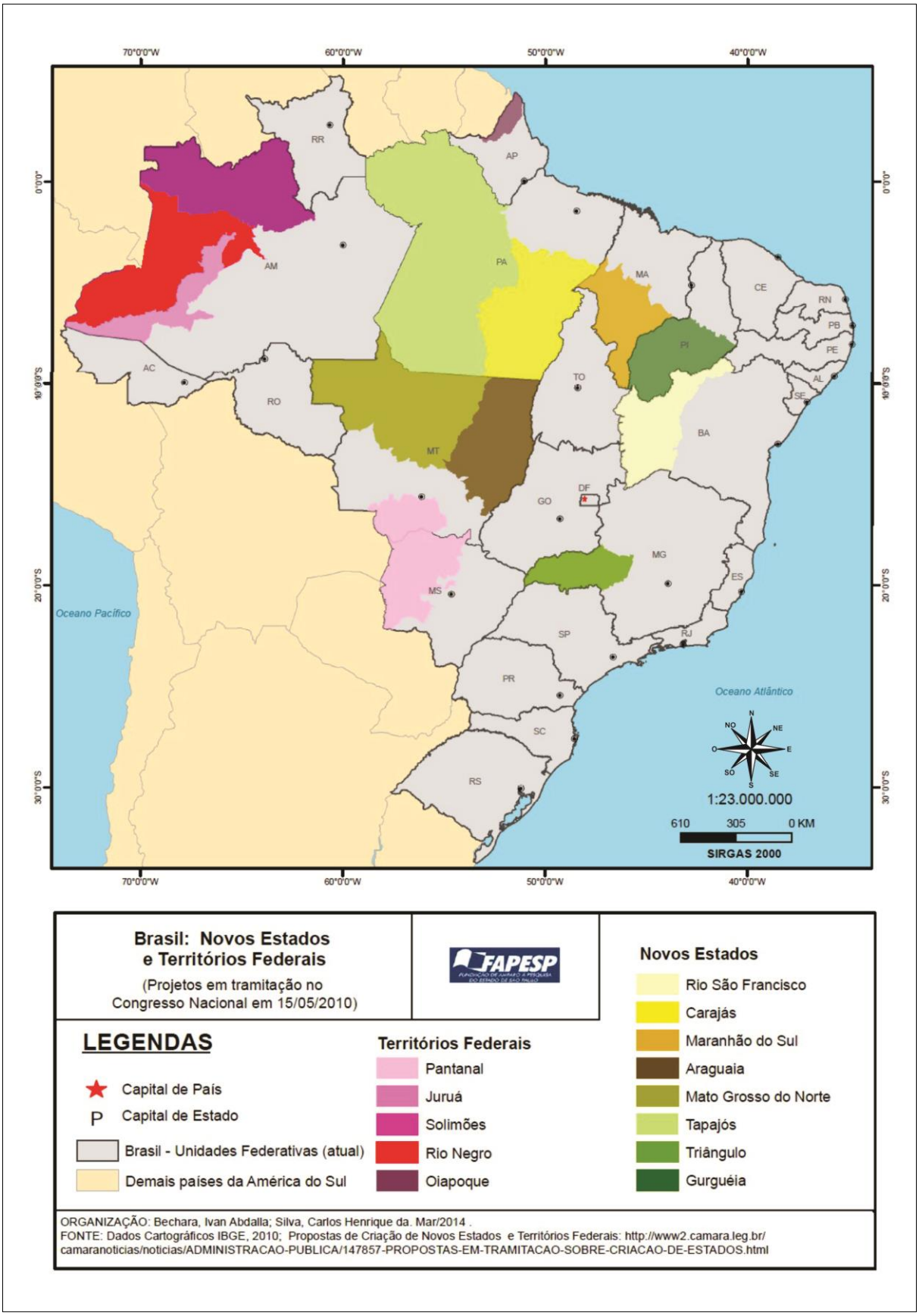
Mapa 20

¹ O projeto para a criação do estado do Planalto Central não apresenta os limites territoriais dessa unidade federativa, por isso não está no mapa.

Fonte: Silva (2010). Consulta atualizada em 10 out. 2010.

Em vista disso, se todas essas propostas fossem aprovadas, o território brasileiro totalizaria 40 unidades federativas, além de contar novamente com os territórios federais (extintos em 1988) como modalidade de organização político-administrativa.

Mapa 21


70°0'0"W
60°0'0"W
50°0'0"W
40°0'0"W
0°0'0"
10°0'0"S
20°0'0"S
30°0'0"S
RR
AP
AM
PA
MA
CE
RN
PB
PE
AL
SE
PI
AC
RO
TO
BA
MT
GO
DF
MG
ES
MS
SP
RJ
PR
SC
RS
Oceano Pacífico
Oceano Atlântico
N
NO
NE
O
E
SO
SE
S
1:23.000.000
610
305
0 KM
SIRGAS 2000
Brasil: Novos Estados
e Territórios Federais
(Projetos em tramitação no
Congresso Nacional em 15/05/2010)
FAPESP
LEGENDAS
Capital de País
Capital de Estado
Brasil - Unidades Federativas (atual)
Demais países da América do Sul
Territórios Federais
Pantanal
Juruá
Solimões
Rio Negro
Oiapoque
Novos Estados
Rio São Francisco
Carajás
Maranhão do Sul
Araguaia
Mato Grosso do Norte
Tapajós
Triângulo
Gurguéia
ORGANIZAÇÃO: Bechara, Ivan Abdalla; Silva, Carlos Henrique da. Mar/2014 .
FONTE: Dados Cartográficos IBGE, 2010; Propostas de Criação de Novos Estados e Territórios Federais: http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ADMINISTRACAO-PUBLICA/147857-PROPOSTAS-EM-TRAMITACAO-SOBRE-CRIACAO-DE-ESTADOS.html

A partir do mapa *Brasil: novos estados e territórios federais* (Mapa 21) chamamos a atenção para o arco contínuo que se estende do norte do Mato Grosso, passa pelo Pará, Maranhão, Piauí e oeste da Bahia. Portanto, os novos estados estão sobrepostos à *fronteira de acumulação* que se expande por terras da Amazônia e do Cerrado. Assim sendo, trata-se de "novos espaços" onde "novos mercados"[189] se desenvolvem atrelados majoritariamente à produção de *commodities*.

Segundo Brandão (2013, p. 3), no oeste baiano (reivindicado como estado do Rio São Francisco) a difusão do agronegócio nos cerrados se deu a partir de 1970. Em 1945, com a publicação do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados II (Prodecer II) pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) ratificou-se aquilo que produtores sulistas sabiam desde o final da década anterior: o alto potencial de produtividade das terras a oeste do Rio São Francisco para o plantio de grãos em larga escala[190].

Aos fatores naturais favoráveis à agricultura modernizada soma-se o baixo preço da terra rural e notadamente os incentivos à pesquisa e ao crédito (ambos pelo Governo Federal), a exemplo do que ocorreu em outras frentes de expansão agrícola pelos cerrados brasileiros (BRANDÃO, 2013, p. 3). A implantação da agricultura de alto rendimento veio acompanhada de uma nova estrutura técnico-produtiva, afinal o território deveria ser devidamente preparado à reprodução do capital, afirma o autor.

Numa interpretação semelhante à de Baqueiro, Nonato (2005, p. 166 et seq.) afirma que os projetos de criação de novos estados no *front* agrícola estão para viabilizar a modernização agrícola e adequar o território à reprodução do capital. O Estado brasileiro é desequilibrado, pois para viabilizar as demandas do mercado minimiza a precária situação das redes de transportes no *front* agrícola, mas não fazendo o mesmo para as demandas sociais[191]. Desse modo, a autora corrobora a tese de que o Estado brasileiro precisa elaborar um projeto nacional que favoreça toda a nação, assim como os projetos para a criação de novos estados devem levar em conta o território em escala nacional, não a partir do individualismo que os marca atualmente, pois novas fronteiras sempre fizeram parte da formação sócio-espacial e não seria agora o momento de reprimi-las, afirma a autora. Uma

[189] Cf. Harvey (2005).
[190] Ibid., p. 3.
[191] Ibid., p. 166 et seq.

> racionalidade humana tendo como primeira e única intenção dar justas condições de vida à população marcará uma renovação política, suprimindo a ideologia do desenvolvimento formulada exclusivamente para ludibriar a população. Uma nova compartimentação territorial que garanta a representatividade da sociedade deve partir da identificação da unidade e da continuidade do acontecer solidário. [...] As propostas de criação de novos entes federativos ganhariam o caráter integrador e não mais fragmentador como hoje se apresenta (NONATO, 2005, p. 171-2).

Numa perspectiva teórica oposta à anterior, Harvey (2011, p. 154; 2005, p. 146) afirma que capitalistas envolvem-se na produção ativa de sua geografia como um empreendimento especulativo, da mesma maneira como produzem todo o resto. De modo que muitas vezes, explica o autor, a reprodução do capital é realizada com a conivência e a cumplicidade, quando não com a ativa colaboração, do Estado, já que a mobilidade geográfica do capital requer infraestruturas espaciais seguras para funcionar efetivamente.

Warley Pereira Pires (2013, p. 459) também defende que os projetos de criação de novos estados "sejam analisadas em conjunto a fim de produzirem um efeito positivo que seria a rediscussão do complicado pacto federativo. [...] O correto é que todos os brasileiros participem da discussão e se pronunciem através de plebiscito a respeito". Pois "se há demanda pela redivisão estadual, então é necessário pensá-la, rediscuti-la, negá-la ou efetivá-la, caso seja necessário dentro dos limites da Lei e das possibilidades políticas, econômicas e culturais do país"[192].

Uma pesquisa do IPEA concluiu que a maioria dos atuais projetos para novos estados, exceto o do Triângulo, não têm fundamentação econômica e os gastos estimados para alguns superariam seu próprio PIB, exceto o estado do Triângulo[193].

Segundo Elismar Prado, deputado federal (PT-MG), autor do projeto do estado do Triângulo, as regiões do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba têm uma população de mais de dois milhões de habitantes, correspondendo a 11% da população mineira e representam 16,3% do PIB do estado[194]. "Apesar de grande colaboradora, a região sofre com um processo injusto de distribuição de recursos que são usados para custear o desenvolvimento de outras

---

[192] Ibid., p. 461.

[193] In: **Propostas carecem de fundamentação econômica, avalia Ipea**. 14 mai. 2010. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ADMINISTRACAO-PUBLICA/147854-PROPOSTAS-CARECEM-DE-FUNDAMENTACAO-ECONOMICA,-AVALIA-IPEA.html>. Acesso em: 04 jul. 2010.

[194] In: **Propostas carecem de fundamentação econômica, avalia Ipea**. 14 mai. 2010. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ADMINISTRACAO-PUBLICA/147854-PROPOSTAS-CARECEM-DE-FUNDAMENTACAO-ECONOMICA,-AVALIA-IPEA.html>. Acesso em: 04 jul. 2010.

partes do estado"[195]. Não é nosso objetivo discutir a lógica federalista, no entanto trata-se de um tipo de argumento que a contraria, pois acirra a ideia de que determinada região "sustenta" a outra. De certa maneira a argumentação do parlamentar contradiz o próprio movimento pelos novos estados quando frequentemente fala dos desequilíbrios da Federação, da falta de "solidariedade" de determinados estados mais fortes para com os demais.

No Brasil,

> [Do] ponto de vista estritamente fiscal, temos agora um plano de enxugar os gastos públicos. Mas isso de nada adiantará se os estados e municípios continuarem inadimplentes. Temos uma contradição entre o discurso e a prática. De um lado se imagina que o Estado tem que encolher. Mas do outro se multiplicam municípios e estados, o que faz crescer a máquina burocrática do País (MARTIN, 1993a, p. 6).

Cazzolato (2011, p. 14 et seq.) afirma que a maioria dos projetos atualmente em discussão no Congresso Nacional não têm embasamento técnico, são improvisados, de argumentação frágil e apoiados em vantagens locais, não levando em conta os impactos sobre o todo federativo. Mesmo assim o autor considera Mato Grosso do Sul e Tocantins exemplos exitosos e endossa mais de dez projetos, entre eles a divisão do estado de São Paulo a partir da criação do estado de São Paulo do Leste.

3.3. Projetos para a criação do estado do Tapajós

De acordo com Dutra (1999, p. 18), o estudo de reordenamento territorial do Brasil realizado em 1849 por Francisco Adolfo de Varnhagen já propunha o Pará dividido em três províncias. Conforme Ferreira Penna (1973)[196], uma delas tornou-se a província do Amazonas (1850). Contudo, surgiram problemas de limites entre as duas e, como forma de evitar possíveis conflitos, se propôs a criação de uma terceira província entre elas (que seria formada pelas comarcas de Óbidos, Parintins e Santarém), mas não foi aprovada[197]. Como afirma

---

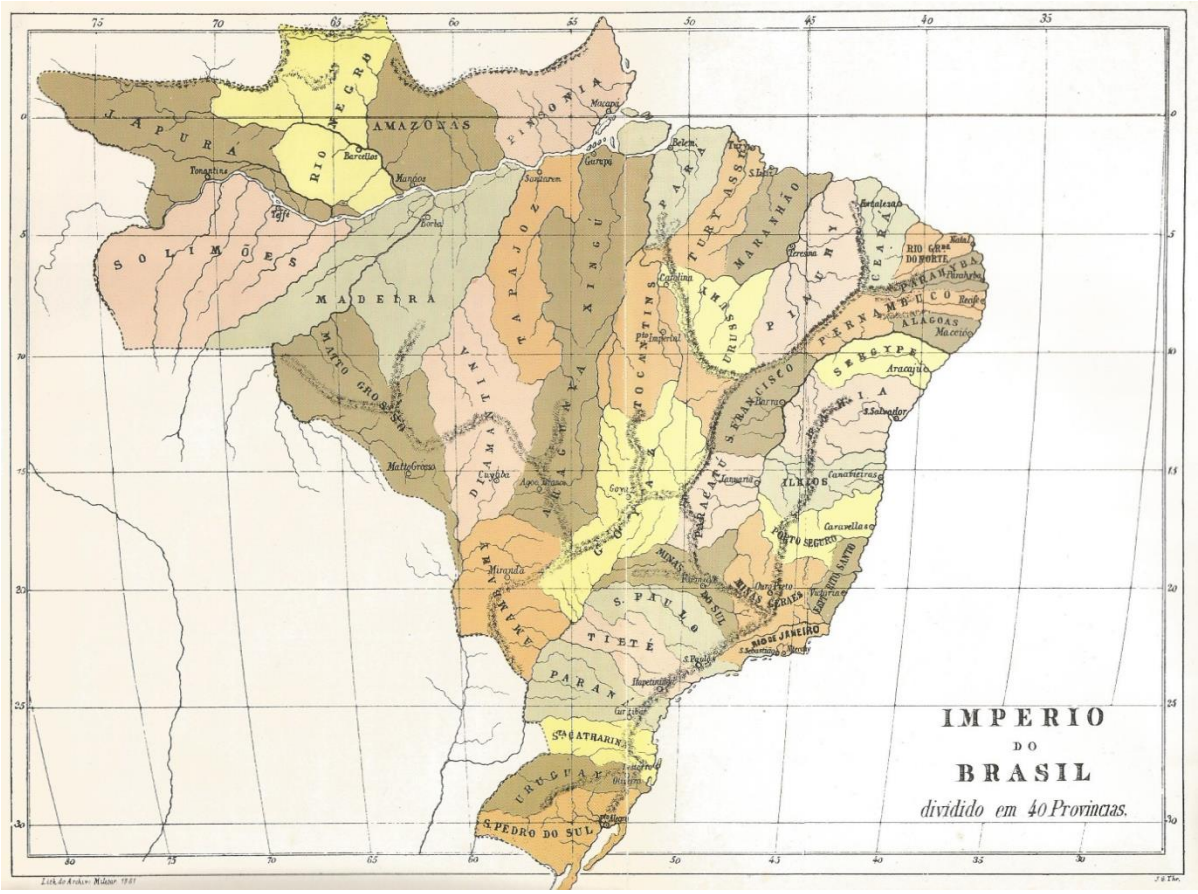
[195] **Propostas carecem de fundamentação econômica, avalia Ipea**. 14 mai. 2010. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ADMINISTRACAO-PUBLICA/147854-PROPOSTAS-CARECEM-DE-FUNDAMENTACAO-ECONOMICA,-AVALIA-IPEA.html>. Acesso em: 04 jul. 2010.
[196] Apud DUTRA, 1999, p. 18 (o autor não informa a obra citada).
[197] Ibid. p. 18.

Edivaldo da Silva Bernardo (2012), desde então permanece a ação para se criar uma unidade autônoma no que hoje é o oeste do Pará.

Principalmente a partir da segunda metade do século XX, foram elaborados diversos projetos de redivisão territorial da Amazônia, nos quais o Tapajós[198] muitas vezes aparece como região dotada de particularidades próprias, portanto candidata à unidade autônoma[199] (DUTRA, 1999, p. 19-20). Esses projetos, muitos dos quais elaborados por militares, eram movidos pela "preocupação em ordenar o espaço para o capital, onde a população deveria servir ao esforço produtivo do empresariado"[200]. Pelo fato dessas propostas virem de fora para dentro da região, tinham baixa adesão de grupos locais[201]. Porém essas ações, assim como as pendências de limites das fronteiras entre o Amazonas e o Pará, posteriormente impulsionaram manifestações com uma diferença crucial: agora a reivindicação por uma unidade autônoma partia de dentro da região, sobretudo de Santarém[202].

[198] Consideramos a *região do Tapajós* aquela que posteriormente foi denominada de *Oeste do Pará*, conforme Dutra (1999).
[199] Alguns exemplos são as propostas dos militares Segadas Viana (1933) e Juarez Távora (1940); Antônio Teixeira Guerra (1960); Samuel Benchimol (1977). (DUTRA, 1999, p. 19).
[200] Ibid., p. 19-20, grifo nosso.
[201] Ibid., p. 19-20.
[202] Ibid., p. 19-20.

Mapa 22



Proposta de redivisão territorial cujos limites das fronteiras internas estariam assentados em rios e no relevo.

Fonte: Souza (1988).

Para citar um exemplo, o projeto de redivisão territorial do Brasil elaborado em 1887 pelo general Augusto Fausto de Souza incluía em sua proposta a divisão do Pará, na qual a província do Tapajós aparece e a província do Xingu corresponde em parte ao que hoje é o território reivindicado como estado do Carajás[203].

O movimento pela criação do estado do Tapajós, assim como o conceito de *Oeste do Pará*, surgiram na década de 1950, quando alguns deputados argumentavam tratar-se de um estado territorialmente muito extenso e seu poder excessivamente distante do interior, o que justificaria a necessidade de um governo próximo como condição ao desenvolvimento da região (DUTRA, 1999, p. 20-1), justificativas centrais no debate até os dias de hoje.

Segundo a cientista política Celina Maria de Souza Motta, um novo estado é criado quando há convergência de três fatores-chave: liderança política, população favorável e regionalismo. "Primeiro uma liderança política forte faz com que o Congresso [Nacional] aprove e, depois, a população vote, por meio de plebiscito [...]. Mas, o mais importante é quando existem forças regionalistas atuantes, que podem ser de ordem cultural, religiosa, linguística e econômica"[204]. Durante este capítulo notar-se-á que tanto Carajás como Tapajós apresentam esses três fatores-chave, mas, por outro lado, o que seria o Pará remanescente também conta com os mesmos fatores, dificultando assim o processo de divisão.

No regime militar, cinco municípios do Oeste paraense foram declarados área de interesse da segurança nacional. Nesse período, o movimento separatista (cujos militantes autodeclaram-se *emancipacionistas*, não *separatistas*) permaneceu em silêncio, talvez por ser um território visado pelos governos militares (DUTRA, 1999, p. 22) e também porque

> Na década de 1970, as elites estavam embevecidas pelos projetos do Plano de Integração Nacional que, entre outras medidas, determinava a abertura das rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá e a construção do porto de Santarém – obras que coincidiam com a construção de um novo aeroporto na cidade e um hotel de luxo conseguido com incentivos fiscais – novo ânimo passou a alimentar-lhes o anseio de que, por um ato discricionário, ditatorial, se repetisse no Baixo Amazonas [Oeste do Pará] o mesmo que ocorrera no Amapá, separado do Pará por ato de Getúlio Vargas na década de 1940. No entanto, o interesse da segurança nacional não coincidia com o interesse local (DUTRA, 1999, p. 22).

---

[203] Cf. Souza (1988).

[204] In: **Mapa do Brasil pode mudar**. Disponível em: <http://www.labjor.unicamp.br/midiaciencia/article.php3?id_article=405>. Acesso em: 23 fev. 2007.

Para Dutra (1999, p. 22-3), a década de 1980 seguramente mudou o rumo da ação por um estado com capital em Santarém. Surgiu uma inusitada movimentação de grupos políticos e o prefeito de Santarém, Ronan Liberal[205], convocou uma reunião com prefeitos de municípios de toda a região do Baixo Amazonas (noroeste paraense). Momento no qual, afirma o autor, enfatiza-se a retórica de que a luta deveria partir de dentro da região, a ponto de, informalmente, em 1985, criar-se o *Comitê Pró-Criação do Estado do Tapajós*. Ações que levaram o projeto[206] à pauta na ANC, quando obteve expressiva quantidade de votos favoráveis, o que deixou seus ativistas animados. No entanto, o projeto foi derrotado na Comissão de Sistematização, não seguindo ao plenário[207].

Para Bernardo (2012), este estado não foi criado naquela ocasião por questões políticas do próprio estado do Pará, quando políticos paraenses teriam feito manobras e acordos, embora a região já demonstrasse sustentabilidade econômica maior que outros estados aprovados naquele momento.

Conforme já mencionado, a Comissão de Estudos Territoriais (1989) concluiu pela necessidade de se criar alguns estados, entre eles o do Tapajós. Todavia, seu relatório foi arquivado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado (DUTRA, 1999, p. 23).

Em 1991, o recém-eleito deputado federal Hilário Miranda Coimbra (PTB-PA), desconsiderando o projeto elaborado por aquela Comissão apresentou um projeto que previa a realização de plebiscito acerca da criação do estado do Tapajós (DUTRA, 1999, p. 24). Entretanto, a legalização do Comitê Pró-Tapajós e o início da ação desse parlamentar ocorreram quase simultaneamente, o que foi interpretado por políticos como "partidarização" do Comitê, resultando na cisão dessa entidade, cujos dissidentes fundaram a *Frente Popular Pró-Emancipação do Estado do Tapajós*[208].

Em 1992, esse Comitê reuniu num documento chamado *Carta-exposição de motivos*, o maior apoio conseguido até então de representantes de diferentes setores, e a encaminhou a deputados no Congresso Nacional como um pedido de apoio na aprovação do plebiscito previsto no projeto de deputado federal Hilário Coimbra (DUTRA, 1999, p. 24). Esse documento uniu sujeitos autodenominados "amazônidas-tapajônicos, nativos ou não", que

---

[205] "[...] gestor nomeado pelo regime militar, [que] parece ter interpretado o sentimento de frustração pelo fato de, na década anterior, o estado não ter sido criado por um decreto" (DUTRA, 1999, p. 22).
[206] Projeto apresentado durante a Constituinte pelos deputados Paulo Roberto Matos, natural de Santarém; Gabriel Guerreiro, natural de Oriximiná; e Benedicto Monteiro, de Alenquer (DUTRA, 1999, p. 23).
[207] Ibid., p. 22-3.
[208] Ibid., p. 24.

falavam de um “ciclo trintenário de luta pela criação dessa unidade federativa”, embate que teria como fundamento “argumentos inúmeros e verdadeiros”, com “a potencialidade econômica da região” representando “o principal componente do elenco das nossas justificativas”, um elenco que é “plural e formidável”[209]. A carta foi assinada por 30 representantes de entidades patronais e de empregados, diretórios de partidos políticos, conselhos de profissionais liberais e pela Cúria Diocesana[210]. Era como se a sociedade local estivesse mobilizada em torno da ideia de autonomia político-administrativa, em um movimento suprapartidário e de ampla adesão social; mesmo assim, o objetivo prático e imediato de aprovação do plebiscito não foi atingido[211].

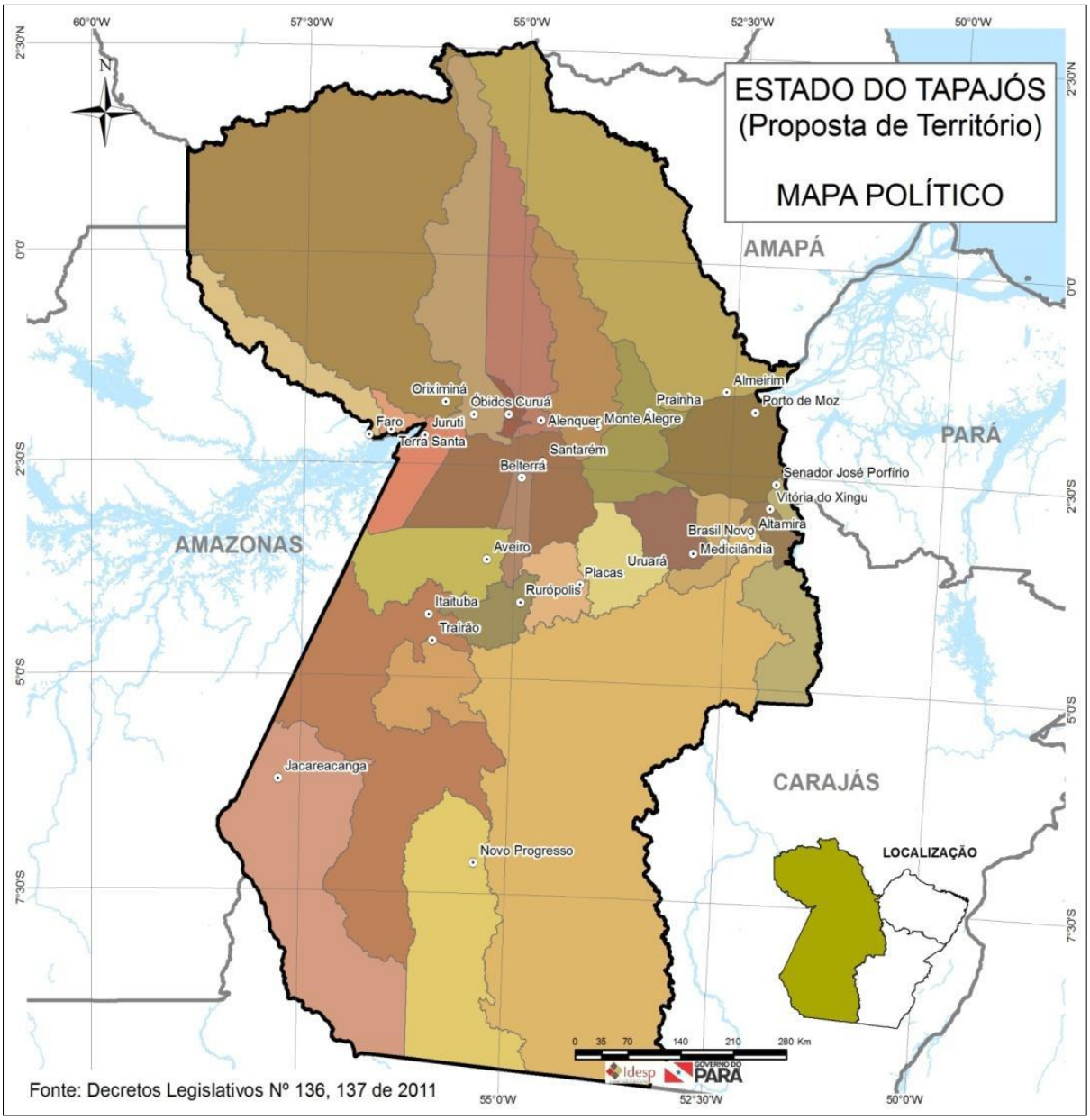
Três anos depois, Coimbra apresentou outros dois projetos na Câmara dos Deputados, entre eles um que reivindicava o Tapajós, mas dessa vez como território federal, novamente sem êxito (DUTRA, 1999, p. 25). De acordo com o parlamentar, diante das dificuldades encontradas nos projetos anteriores, seria um primeiro passo (para a região ser transformada em estado, assim como aconteceu com Rondônia, Amapá e Roraima) tornar-se território federal enquanto fase transitória na consolidação de um estado[212].

Já em 1999, Francisco Mozarildo de Melo Cavalcanti (PPB-RR)[213] apresentou um projeto no Senado Federal, o qual “convoca plebiscito sobre a criação do Estado do Tapajós”[214], o que se concretizou em 2011.

---

[209] Ibid., p. 24.
[210] Ibid., p. 24.
[211] Ibid., p. 24.
[212] Ibid., p. 25.
[213] Partido Progressista Brasileiro-Roraima.
[214] PDS nº 19/1999 (que originou o PDC nº 731/2000). In: BRASIL. **Projeto de Decreto Legislativo nº 19/1999**. Senado Federal. Projetos e Matérias Legislativas. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=608>. Acesso em: 26 mar. 2014.

Mapa 23



Fonte: IDESP. **Estado do Pará**: (di)visões territoriais, perspectivas sociais, econômicas, financeiras e ambientais /Lúcia Cristina Andrade (coord.) – Belém: IDESP, 2011.

Em 2011, se criado, o estado do Tapajós contaria com 27 municípios (conforme Decreto Legislativo nº 137 de 2011). Mas o território diminuiu depois do plebiscito já que Altamira, Porto de Moz, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu foram excluídos do projeto porque a população desses respectivos municípios votou contra a divisão do Pará. Neles, a Frente Parlamentar Contra o Tapajós fez campanha argumentando que eles deixariam de ser periferia do Pará para serem periferia do Tapajós (RODRIGUES, 2012). Segundo Matos (2012), faltou estratégia por parte da Frente pró-Tapajós, já que o novo estado ficaria muito grande, passando a sensação ainda maior de perda ao “Parazinho” – termo difundido na

campanha pelas Frentes Contra a divisão em alusão aos 17% do território que restaria ao Pará remanescente caso o estado fosse dividido.

Conforme o projeto de 1991[215], em suma, o estado do Tapajós deve ser criado porque:

1. É uma demanda histórica, inclusive foi uma recomendação da Comissão de Estudos Territoriais (1989);
2. A imensidão do espaço amazônico (cerca de 60% do território nacional) "sugere urgentemente uma nova concepção e divisão geopolítica-administrativa capaz de catalisar a dinâmica regional";
3. A região tem homogeneidade geo-socio-econômica e seus limites são os mesmos da microrregião definida pelo IBGE;
4. Melhoraria a gestão do território, já que a região historicamente recebe baixos investimentos do governo estadual;
5. Melhoraria a defesa nas fronteiras com a Guiana e Suriname (aproximadamente 1000 km de extensão no total);
6. Grandes distâncias dentro de uma unidade federativa resultariam na "impossibilidade de implantação e gerenciamento de programas e projetos de interiorização do desenvolvimento" (grifo nosso);
7. Espaço homogêneo de tamanho adequado é importante à manutenção do território;
8. Permitiria a "participação da população na administração e, sobretudo, na componente política com maior número de representantes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, que certamente imprimira maior peso aos interesses da região, garantindo assim, a cidadania de seus habitantes e a soberania nacional" (grifos nossos);
9. Teria autossuficiência econômica devido aos recursos minerais que concentra e por possuir potencial agropecuário, pesqueiro e turístico;
10. Melhoraria a preservação ambiental e a qualidade de vida das populações interioranas.

[215] PDC nº 731/2000, de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti, projeto apensado ao PDS nº 99/1999 (Senado Federal) e aos PDCs nº 120/1991 (deputado Hilário Coimbra) e nº 585/2000 (deputado João Hermann Neto e outros).

Depois de quase uma década, o Tapajós era reivindicado novamente no Congresso Nacional, mas dessa vez como território federal[216]. Conforme o respectivo projeto legislativo, em suma, essa unidade político-territorial seria necessária porque:

1. A Amazônia tem grandes vazios demográficos onde a presença do Estado é quase nula. Desse modo, um território federal proporcionaria:
   a) Efetiva atuação dos poderes estatais e redução do poder que ONGs têm adquirido na região amazônica;
   b) Maior integração do Tapajós ao restante do País;
   c) Melhor preservação ambiental;
   d) Alcance de projetos governamentais de desenvolvimento capazes de melhorar a qualidade de vida das populações interioranas;
2. Diminuir as grandes distâncias dentro de uma mesma unidade federativa, que dificultam a ação do Estado;
3. Proteção das fronteiras com a Guiana e o Suriname.

Nota-se que muitas das justificativas repetem-se entre os dois projetos, sendo que as do Tapajós enquanto estado são mais extensas. Chamamos a atenção para o fato de que, direta ou indiretamente, com raras exceções, todos os argumentos estão, se traduzidos, apoiados em dois conceitos: *área* (principalmente) e *região*.

Em síntese, conforme os argumentos, o Tapajós tem particularidades territoriais e históricas, o que o configura enquanto uma região que mesmo sendo detentora de potencial econômico e político não consegue se desenvolver porque depende do governo estadual, que marginaliza a região, principalmente pelo fato do território estadual ter um tamanho "ingovernável".

[216] Fonte: **PDC nº 585/2000** (deputado João Hermann Neto e outros) apensado ao PDC nº 120/1991. In: BRASIL. **Projeto de Decreto Legislativo nº 585/2000**. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=13962>. Acesso em: 05 jun. 2013.

3.4. Projetos para a criação do estado do Carajás

Enquanto o projeto para o estado do Tapajós estava em pauta na ANC, José Brandão – militante pró-Carajás – realizava o primeiro estudo a respeito da criação desse estado[217]. Em 1981 iniciaram-se "os estudos que nos levou à proposta de criação do estado de Carajás. Então, [ele] é a primeira pessoa, é o idealizador desse novo estado, a célula *mater*, o início de tudo" (SILVA, 2012).

Um ano após a ANC, o primeiro projeto legislativo para a criação do estado do Carajás foi apresentado no Congresso Nacional pelo deputado Asdrúbal Bentes (PMDB-PA)[218]. Já em 1992, era o deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA) quem apresentava um novo projeto[219], que tramitou, foi aprovado, mas não foi votado. Em 2007, o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) fez o mesmo, porém seu projeto não conseguiu aprovação[220].

Ainda que não componha o objeto de pesquisa desta dissertação, chamamos a atenção para o seguinte detalhe: o senador que fala pelo Carajás em 2007 é do Tocantins, enquanto que em 1999 o parlamentar que reivindicava o Tapajós, Mozarildo Cavalcanti, era de Roraima. O que reforça ainda mais a necessidade de se esclarecer os verdadeiros motivos que atuam no projeto de divisão territorial do Pará.

---

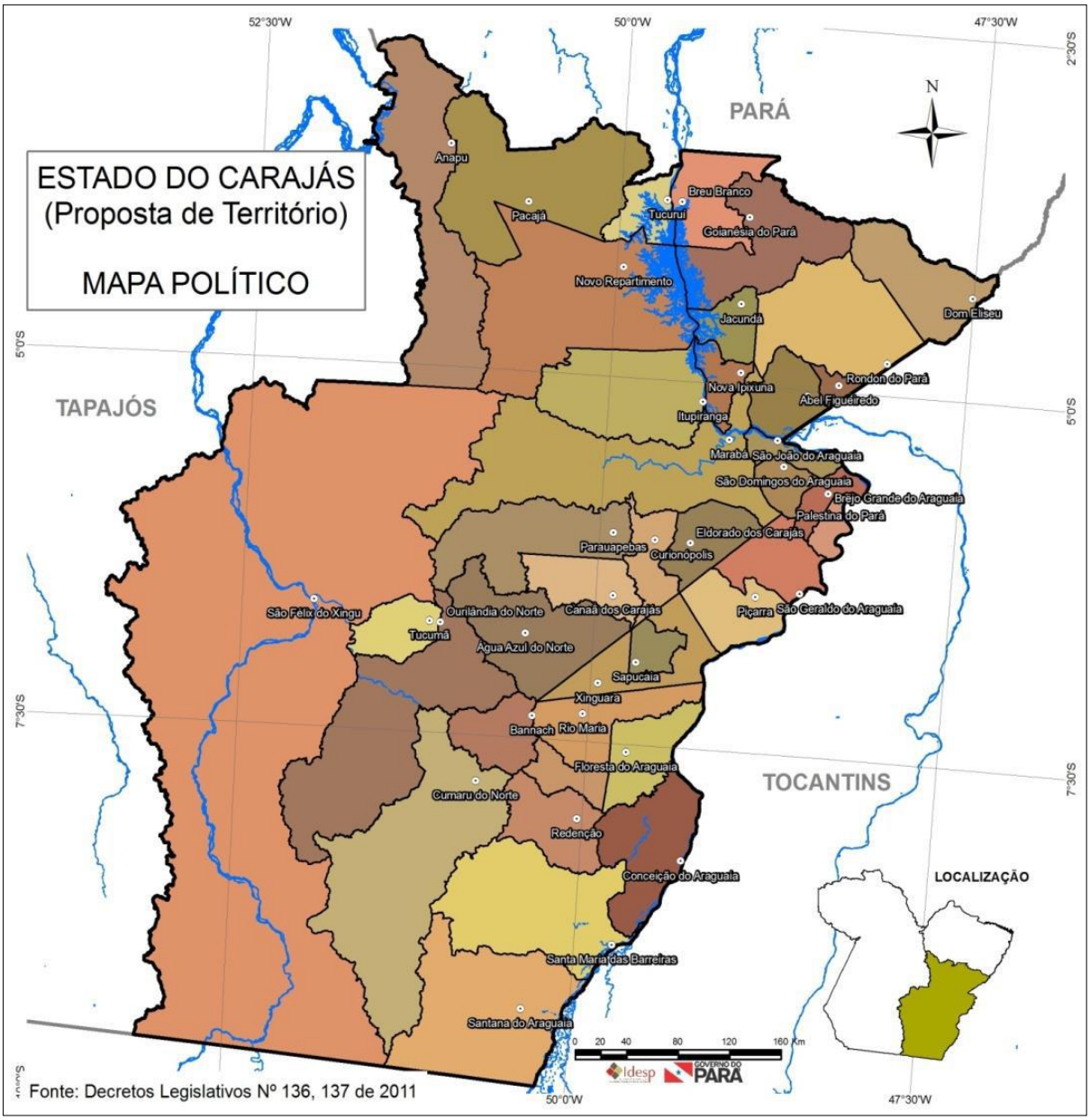
[217] Fonte: "Divisão do Pará: separatismo em debate". In: **Jornal Diário do Pará** (02 mai. 2010). Disponível em: <http://www.diariodopara.com.br/impressao.php?idnot=88369>. Acesso em: 01 jul. 2013.

[218] Fonte: "Projeto de Decreto Legislativo - PDC nº 36/1989". In: COSTA, Célio. **Assimetrias regionais no Brasil**. Fundamentos para Criação do Estado de Carajás. São Paulo: Oceano, 2011.

[219] Fonte: BRASIL. **Projeto de Decreto Legislativo nº 159/1992**. In: Diário do Congresso Nacional. 11/04/1992. **Câmara dos Deputados**. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD11ABR1992.pdf#page=18>. Acesso em: 05 jun. 2013.

[220] Trata-se do PDS nº 52/2007. Fonte: "Divisão do Pará: separatismo em debate". In: **Jornal Diário do Pará** (02 mai. 2010). Disponível em: <http://www.diariodopara.com.br/impressao.php?idnot=88369>. Acesso em: 01 jul. 2013.

Mapa 24



O estado do Carajás seria formado por 39 municípios (conforme Decreto Legislativo nº 136, de 2011).

Fonte: IDESP. **Estado do Pará: (di)visões territoriais, perspectivas sociais, econômicas, financeiras e ambientais**.

Conforme José Soares de Moura e Silva (2012), a *Comissão Brandão Pró-Emancipação do Estado do Carajás*, entidade criada em 1986, tem como objetivo "realizar estudos, divulgar, propagar, estar articulando, aquecendo a campanha de um modo geral". Ela é composta por pessoas de diferentes setores, está sediada em Marabá, mas "atua em todos os

39 municípios, atua em Belém, atua em Brasília e onde mais for necessário”[221]. A “exploração predatória da região, a imensidão territorial e a ausência do Estado são os três principais motivos que justificaram a luta pela ‘secessão’ paraense”[222]. Esse segundo motivo pode ser verificado no cartaz a seguir, divulgado durante a campanha para o plebiscito.

Dentre os municípios que comporiam o Carajás está Parauapebas, território de grandes reservas minerais, e o município de Tucuruí, onde está instalada a usina hidrelétrica de mesmo nome. Quando questionado se o interesse em torno dos *royalties* gerados na exploração mineral influenciou na delimitação territorial definida no projeto, João Salame – ex-deputado estadual, à época presidente da Frente Parlamentar Pró-Estado do Carajás[223] e atual prefeito do município de Marabá – afirmou que

> não, quando essa proposta foi feita (há 30 anos) não havia *royalties* nos municípios. Foi criada a AMAT[224] [1977], reconhecida pelo governo do estado, definiu-se os seus limites de atuação, ou seja, os seus municípios membros e este é o mapa. Um mapa criado há 30 anos quando não existia a mina de Carajás e a mina de Parauapebas”[225].

Basta conferir as datas para perceber que a explicação do Deputado não procede, confirmando o interesse óbvio e estratégico daqueles que definiram os limites do pretenso estado. A AMAT foi criada em 1977, os primeiros projetos legislativos que reivindicam esse estado são de 1989 e 1992. A usina hidrelétrica de Tucuruí foi construída entre 1974-85, a mina de Carajás foi descoberta em 1967, o Programa Grande Carajás (PGC)[226] é de 1980. Portanto é evidente que o território reivindicado visa esses grandes empreendimentos.

---

[221] Ibid.

[222] Fonte: “Divisão do Pará: separatismo em debate”. In: **Jornal Diário do Pará** (02 mai. 2010). Disponível em: <http://www.diariodopara.com.br/impressao.php?idnot=88369>. Acesso em: 01 jul. 2013.

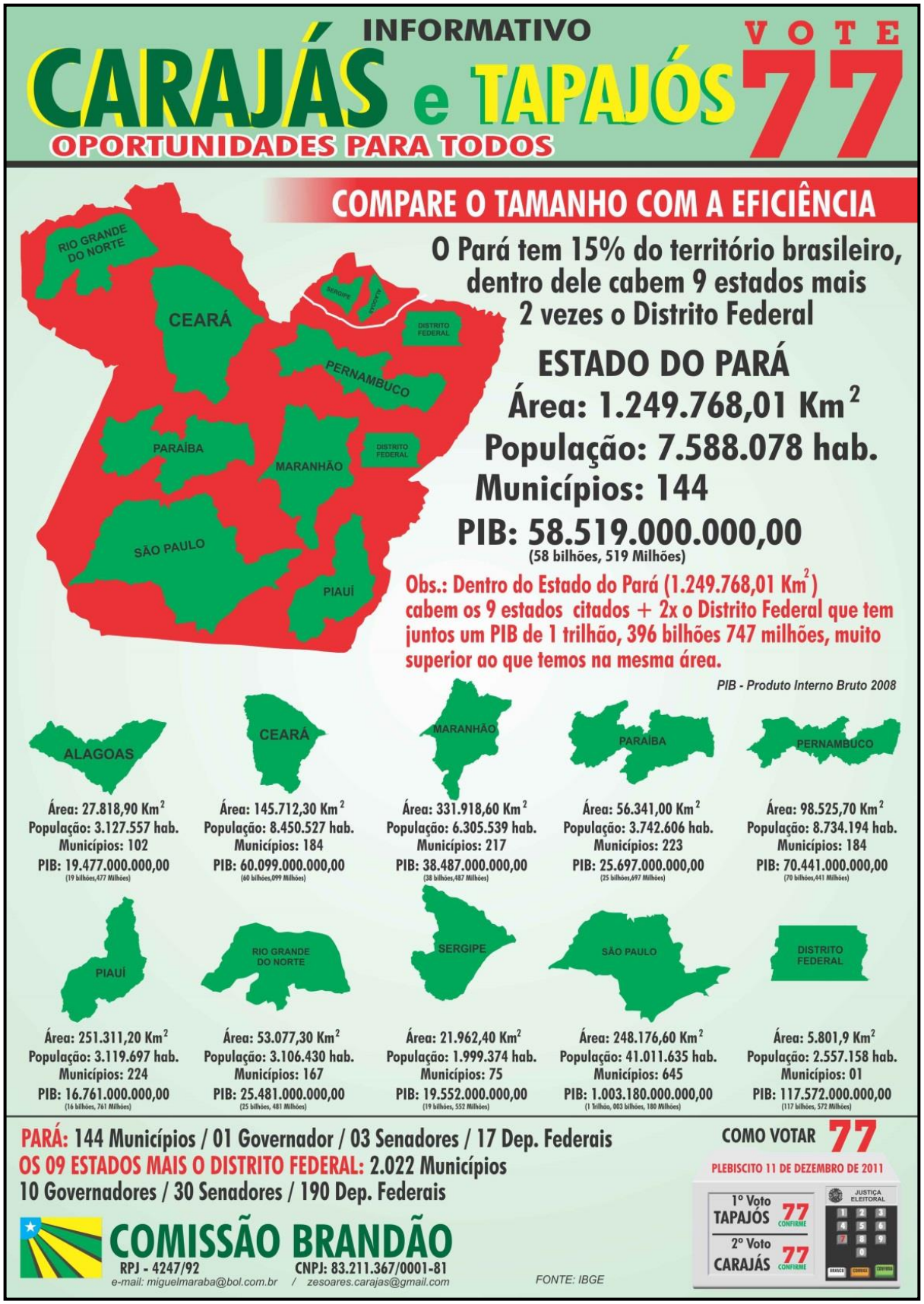
[223] Com o intuito de realizar entrevista, contatamos a assessoria do deputado, no entanto, por duas vezes não conseguimos acesso ao parlamentar.

[224] Associação dos Municípios do Araguaia e Tocantins. Hoje se chama AMATCarajás. Segundo consta em seu *site*, cumpre função estratégica e fundamental na formulação e implementação de políticas públicas coerentes com o desenvolvimento regional sustentável. In: **Associação dos Municípios do Araguaia, Tocantins e Carajás (AMATCarajás)**. Disponível em: <http://www.amatcarajas.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1&Itemid=6>. Acesso em: 01 dez. 2012.

[225] In: **Entrevista com o deputado estadual João Salame, presidente da Frente Parlamentar Pró-Estado do Carajás**. TV RBA – Programa Argumento. 2011. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=MnIm3NArTOo>. Acesso em: 23 abr. 2014.

[226] Cujo objetivo era “explorar de forma integrada, em grande escala, recursos minerais e agroflorestais da região” (BECKER, 1991, p. 16-7).

Figura 5



Fonte: Informativo "Carajás e Tapajós: oportunidade para todos". Disponível em: <http://www.simcarajas.com.br/>. Acesso em: 25 ago. 2014.

As justificativas para a criação do estado do Carajás contidas no PDC nº 159, de 1992, são breves e meramente descritivas, não há argumentos de fato.

Em resumo, aponta-se que a região tem:

1. Equivalência ao estado do Tocantins em área e população;
2. Produção agropecuária crescente;
3. Expressivas reservas minerais: ferro, manganês e ouro;
4. Indústria madeireira consistente;
5. Comércio "ativo e próspero";
6. Hidrelétrica de Tucuruí, que "garante o desenvolvimento célebre de toda a região do novo Estado";
7. Sistema de água em 30% da região;
8. Linha aérea diária.

Giovanni Queiroz, autor do projeto, conclui: "Por tudo isso, tenho certeza que esta Casa [Câmara dos Deputados] não cerceará os direitos, nem frustrará as expectativas e os anseios do povo daquela região"[227].

Nota-se que se trata de uma mera descrição dos aspectos econômicos, cujo objetivo, deduzimos – já que o texto não explicita – é mostrar que o Carajás tem condições naturais e técnicas para ser um estado.

Em entrevista, Queiroz afirma ser inviável a administração de um território com a dimensão do Pará (1,247 milhão de km², isto é, algo em torno de 1/7 do território nacional) e existe "uma demanda na região pela presença de um estado [sic] mais presente nas áreas de segurança, educação, saúde, infraestrutura"[228]. De outro lado, Zenaldo Coutinho (atual

[227] Fonte: BRASIL. **Projeto de Decreto Legislativo nº 159/1992**. In: Diário do Congresso Nacional. 11/04/1992. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD11ABR1992.pdf#page=18>. Acesso em: 05 jun. 2013.

[228] In: **Projetos em análise na Câmara podem dividir o País em 40 estados**. 14 mai. 2010. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ADMINISTRACAO-PUBLICA/147855-PROJETOS-EM-ANALISE-NA-CAMARA-PODEM-DIVIDIR-O-PAIS-EM-40-ESTADOS.html>. Acesso em: 03 set. 2011.

prefeito de Belém e ex-deputado federal/PSDB-PA) considera a iniciativa de dividir o estado uma agressão ao pacto federativo e que poderia aumentar o empobrecimento do Pará remanescente[229]. Além disso, muitos empresários e políticos da região metropolitana de Belém são contrários à divisão[230]. Segundo o governador do estado, Simão Jatene (PSDB), o Brasil não precisa de mais ou menos estados, e sim de estados fortes, que atendam às demandas[231].

Em 2004, um novo projeto foi apresentado na Câmara dos Deputados. Dessa vez o deputado José Roberto Arruda e outros reivindicaram a criação de dez novos estados na Amazônia, entre eles Carajás. A justificativa restringe-se unicamente ao fator *área*: as distâncias que "separam o poder e o povo" devem ser diminuídas para que haja a solução de problemas socioeconômicos por meio de um "modelo de organização territorial que permita a aproximação de governantes e governados"[232].

O orçamento do Pará é insuficiente para gerir o território estadual, portanto a divisão territorial é importante para triplicar o Fundo de Participação Estadual (FPE) e aumentar a representatividade da Amazônia no Congresso Nacional, argumenta João Salame[233]. "Nós estamos tratando de onde é que o 'braço' do poder público chega para resolver os problemas e se tem dinheiro para resolver. Esse é o debate da redivisão [territorial]"[234].

Opostamente à afirmação anterior, entendemos que o debate acerca da divisão territorial do Pará tem como questão central a disputa entre frações da classe capitalista, localizadas no Pará remanescente, no Carajás e no Tapajós, que se originaram em processos de formação territorial diferentes entre si.

As "elites locais não se resumem mais às oligarquias tradicionais, mas inclui outros agentes que chegaram com as frentes de expansão, inclusive grandes empresários, pecuaristas

---

[229] Id.
[230] Id.
[231] In: **Projetos em análise na Câmara podem dividir o País em 40 estados**. 14 mai. 2010. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ADMINISTRACAO-PUBLICA/147855-PROJETOS-EM-ANALISE-NA-CAMARA-PODEM-DIVIDIR-O-PAIS-EM-40-ESTADOS.html>. Acesso em: 03 set. 2011.
[232] Estados do Araguaia e do Aripuanã (ambos em MT); do Carajás, de Tapajós e do Xingu (PA); do Juruá, do Madeira, do Rio Negro, de Solimões e do Uirapuru (AM). In: **PDC nº 1217, de 2004**. Obs.: Nesse mesmo documento, o deputado Arruda afirma que se trata de uma reapresentação do projeto, pois este se encontrava arquivado e a autoria original é do ex-deputado Pimenta da Veiga.
[233] In: **Entrevista com o deputado estadual João Salame, presidente da Frente Parlamentar Pró-Estado do Carajás.** TV RBA – Programa Argumento. 2011. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=MnIm3NArTOo>. Acesso em: 23 abr. 2014.
[234] Ibid.,grifo nosso.

etc., como no caso do Sudeste Paraense[235] ou dos sojeiros, como no caso do Oeste Paraense" (TRINDADE JR., 2012, p. 11). A partir da "segunda metade do século XX", essas "novas lideranças políticas do Estado do Pará, localizadas fora da área de influência imediata de Belém e fortalecidas economicamente pelas frentes de modernização recentes no interior da Amazônia, têm comandado, notadamente, as propostas de criação dos novos estados"[236].

Logo, um novo estado é utilizado como forma de se apropriar dos recursos territoriais existentes em partes do território paraense. Com isso, não desconsideramos a reivindicação de trabalhadores que historicamente são submetidos aos mais variados tipos de exploração e veem na construção de um novo estado a possibilidade de melhora das condições de vida. Mas a partir dos dados e da discussão apresentadas nos capítulos 1 e 2 estamos certos de que é a partilha e, de novo, a apropriação dos recursos territoriais a questão central e implícita no debate acerca da divisão territorial do Pará.

Fleischer chama a atenção para o aumento na distorção da representação gerada com a criação de um novo estado:

> Atualmente há duas graves distorções, para cima e para baixo, pois São Paulo tem 70 deputados [o máximo permitido pela Constituição] e devia ter 120 e, para baixo, alguns estados com representação de oito deputados [o mínimo constitucional] deveriam ter só um. Isso dá uma prevalência dos estados menos desenvolvidos sobre São Paulo, que é brutalmente sub-representado[237].

Conforme explicação de José Donizete Cazzolato (2011, p. 13), os 513 deputados federais representam seus respectivos estados a partir de "cotas demográficas com dispositivo de compensação que majora a representatividade dos pequenos, em claro prejuízo das vagas cabíveis aos Estados de maior população. [...] [uma] federação com maior desigualdade ficaria ainda mais questionável".

Manuel Correia de Andrade (1982, p. 38) exemplifica o fator da representatividade a partir do Nordeste, cujos estados são

---

[235] EMMI, M. F. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**, Belém, UFPA/NAEA, 1987 apud Trindade Jr. (2012, p. 11).
[236] Ibid., p. 11.
[237] In: **Propostas carecem de fundamentação econômica, avalia Ipea**. 14 mai. 2010. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ADMINISTRACAO-PUBLICA/147854-PROPOSTAS-CARECEM-DE-FUNDAMENTACAO-ECONOMICA,-AVALIA-IPEA.html>. Acesso em: 04 jul. 2010.

> muito numerosos e relativamente populosos, oferecem ao sistema central de poder um número elevado de parlamentares que apoiam a política governamental, mesmo quando ela prejudica interesses da região. Em compensação, através de uma política paternalista, o Governo Federal consegue manter os privilégios do grupo dominante, até o momento em que estes interesses não se conflitam diretamente com os do grande capital e as pressões do mesmo provoquem o fechamento dos espaços de que as oligarquias rurais ainda dispõem.

Conforme Martin (1993, p. 248), é importante a uma região ser dividida no menor número de estados possível, pois, dessa maneira, a identidade regional seria fortalecida, conduzindo um princípio de equipotência estadual/regional que deve presidir a redivisão para que em cada região nenhum estado adquira poder quase absoluto em detrimento dos demais. "O conjunto não pode ter um estado só dominando toda a região e uma região dominando todo o Brasil"[238]. É importante que "o Nordeste e Norte tenham estados fortes, caso contrário, essas regiões continuarão frágeis. [...]. Não é à toa que a Europa está querendo se unir [...]. A fragmentação só enfraquece uma região"[239].

Entre os resultados de sua tese de doutorado, Martin (1993) apresenta uma proposta de redivisão territorial na qual a modalidade político-administrativa *território federal* deve ser recriada para regiões de fronteira internacional, assim como alguns estados passariam por fusão entre si, resultando numa federação com apenas 13 estados, quatro territórios federais e o atual distrito federal.

3.5. Entrevistas com militantes: da necessidade social ao determinismo geográfico

Um ano após o plebiscito, em dezembro de 2012, entrevistamos três militantes pró-estado do Tapajós. Entre eles está Edivaldo da Silva Bernardo, o Presidente do *Instituto Cidadão Pró-Estado do Tapajó*s, tesoureiro da Frente Parlamentar Pró-Estado do Tapajós à época do plebiscito, professor na UFOPA e integrante do GT criado nessa universidade para discutir a criação desse estado. Esse Instituto localizado em Santarém tem a função de promover o entendimento entre prefeitos, vereadores, deputados e senadores. Portanto busca-se manter a "região coesa para que não morra esse sentimento de emancipação, sentimento que foi aflorado [...] agora com o plebiscito" (BERNARDO 2012).

[238] Ibid., p. 248.
[239] Id., 1993a, p. 7.

Jackson Fernando Rego Matos é militante pró-Tapajós, professor na UFOPA, onde coordenou o GT mencionado anteriormente.

Edilberto Francisco Moura Sena é militante pró-Tapajós e padre ligado à *Teologia da Libertação*. Fez campanha no período do plebiscito, inclusive por meio de seu programa na Rádio Rural de Santarém.

José Soares de Moura e Silva é presidente da *Comissão Brandão Pró-Emancipação do Estado do Carajás*. Localizada em Marabá, a entidade é responsável pela organização do movimento pró-Carajás.

Edmilson Brito Rodrigues foi vice-coordenador da Frente Parlamentar Contra o Estado do Tapajós à época do plebiscito e é deputado estadual pelo PSOL-PA.

Conforme a legislação eleitoral, quatro frentes parlamentares foram formadas a fim de organizar a campanha que antecedeu o plebiscito. Desse modo, procuramos entrevistar integrantes dessas frentes, assim como os coordenadores das entidades que permanentemente organizam o projeto de criação dos dois estados analisados nesta dissertação. Ademais, no decorrer do trabalho de campo chegamos aos nomes de Jackson Matos por sua militância há décadas e coordenador do GT sobre a criação do estado do Tapajós. Já Edilberto Sena entrevistamos por sua militância e pelo fato de movimentos sociais serem simpáticos ao seu nome.

Finalmente, a diferença na quantidade de entrevistados pró e contra a divisão, bem como entre Carajás e Tapajós, deve-se à impossibilidade de acesso a certos sujeitos.

Antes de passarmos ao conteúdo das entrevistas, apresentamos algumas peças publicitárias divulgadas à época do plebiscito (2º semestre de 2012). As campanhas pró-Carajás e pró-Tapajós foram coordenadas pelo publicitário Duda Mendonça.

Foto 1 – Duda Mendonça lança marketing pró-divisão do Pará com semelhanças à campanha de Lula

Duda Mendonça (de verde) ao lado de Giovanni Queiroz e outros defensores da divisão do Pará, durante lançamento das Frentes pró-Carajás e pró-Tapajós. Em uma faixa que se estende por toda a fachada da mesa está escrito "Diga sim para os três estados, diga sim para essa união".

Fonte: **Duda Mendonça lança marketing pró-divisão do Pará com semelhanças à campanha de Lula** (21 jul. 2011). Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/07/21/duda-mendonca-lanca-marketing-pro-divisao-do-para-com-semelhancas-a-campanha-de-lula.htm>. Acesso em: 25 ago. 2013.

Figura 6 – *Banner* da campanha pela divisão do Pará

Fonte: **Duda Mendonça lança marketing pró-divisão do Pará com semelhanças à campanha de Lula** (21 jul. 2011). Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/07/21/duda-mendonca-lanca-marketing-pro-divisao-do-para-com-semelhancas-a-campanha-de-lula.htm>. Acesso em: 25 ago. 2013.

Foto 2 – Começa campanha oficial para plebiscito sobre a divisão do Pará

Em 13 de setembro de 2011 começou a campanha oficial para o plebiscito sobre a divisão do Pará. O termo "emancipação" é muito presente no movimento pela criação desses dois novos estados. Fonte: **Começa campanha oficial para plebiscito sobre a divisão do Pará**. (13 set. 2011). Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/brasil/comeca-campanha-oficial-para-plebiscito-sobre-divisao-do-para-2620476.html>. Acesso em: 25 ago. 2013.

Figura 7 – Campanha em favor do estado do Tapajós

Fonte: **Tom emotivo marca campanha pró e contra a divisão do Pará**. (10 dez. 2011). Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/tom-emotivo-marca-campanha-pro-e-contra-a-divisao-do-para>. Acesso em: 25 ago. 2013.

Foto 3 – Santarém decreta luto após vitória do "não" em plebiscito no Pará

O abandono por parte de Belém em relação aos municípios do interior foi um aspecto muito utilizado na campanha pró-divisão.

Fonte: **Santarém decreta luto após vitória do "não" em plebiscito no Pará**. Disponível em: <http://valcabral.blogspot.com.br/2011_11_15_archive.html>. Acesso em: 25 ago. 2013.

Figura 8

Slogan da campanha contra a divisão do Pará. "Ao fundo, uma música agitada, feita para dançar, dá o tom do debate. 'Só de pensar em separar o meu Pará, nem pensar, isso lá é bom? Quem ama fica junto, quem ama não separa'".

Fonte: **Tom emotivo marca campanha pró e contra a divisão do Pará**. (10 dez. 2011). Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/tom-emotivo-marca-campanha-pro-e-contra-a-divisao-do-para>. Acesso em: 25 ago. 2013.

Foto 4 – Moradores de comunidade ribeirinha fazem campanha contra a divisão do Pará

Fonte: **Em plebiscito, eleitores do Pará rejeitam divisão do estado**. (11 dez. 2012). Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/12/em-plebiscito-eleitores-do-para-rejeitam-divisao-do-estado.html>. Acesso em: 25 ago. 2013.

Foto 5 – Eleitores festejam em Belém o resultado do plebiscito no Pará, que rejeitou a divisão do estado

Eleitores festejam em Belém o resultado do plebiscito no Pará, que rejeitou a divisão do estado.

Fonte: **Em plebiscito, eleitores do Pará rejeitam divisão do estado**. (11 dez. 2012). Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/12/em-plebiscito-eleitores-do-para-rejeitam-divisao-do-estado.html>. Acesso em: 25 ago. 2013.

Em relação à campanha no rádio e na TV foi determinado um tempo obrigatório de 20 minutos por dia, cinco dias por semana. Na reta final, os *jingles* focaram nos seguintes aspectos:

"Os principais jingles e propagandas eleitorais das frentes pró-Carajás e pró-Tapajós esqueceram os argumentos favoráveis à divisão e passaram a apelar à sensibilidade do eleitor da capital paraense. 'Belém, Belém, Belém, não feche os olhos para esse povo não. Nossa esperança de mudar de vida, nossa terra prometida está em suas mãos', diz o refrão da principal música da campanha"[240];

"Se é maior a sua força, se é maior sua população, diga 'sim' para essa esperança. O futuro desse povo está em suas mãos"[241];

"'Eles desvalorizam [o Pará] porque não são daqui. A gente valoriza porque o que está aqui é nosso. Só a nossa união vai impedir que levem o que o nosso Pará tem de melhor'", diz o apresentador [da campanha]"[242];

"O uso de nomes famosos paraenses também é constante na campanha eleitoral. Em uma das peças publicitárias, a atriz Dira Paes diz que, com a divisão, o Pará 'só perde, perde e perde', citando as reservas minerais e o potencial hidrelétrico, que ficarão com os Estados de Carajás e Tapajós. Outra artista que também falou no guia eleitoral foi Fafá de Belém. Emocionada, a cantora chora ao mostrar o documento de identidade com o sobrenome 'Belém' e pede que a população vote 'não e não'"[243].

Interessante notar no próprio título da matéria as expressões utilizadas para se referir aos novos estados:

"No Pará, propaganda diz que Carajás e Tapajós são 'terra prometida' e apela para emoção do eleitor em Belém"[244] (grifo nosso).

Segundo Gesiane Oliveira Trindade (2012, p. 30), com "a introdução de novos agentes produtores do espaço regional, a exemplo dos madeireiros e sojeiros, decorrentes da expansão

---

[240] In: **No Pará, propaganda diz que Carajás e Tapajós são "terra prometida" e apela para emoção do eleitor em Belém.** (06 dez. 2011, grifo nosso). Disponível em: <http://m.noticias.uol.com.br/politica/2011/12/06/no-para-propaganda-diz-que-carajas-e-tapajos-sao-terra-prometida-e-apela-para-voto-emocional-de-eleitor-em-belem.htm>. Acesso em: 25 ago. 2013.
[241] Id.
[242] Id.
[243] Id.
[244] Id.

da fronteira econômica e do processo de urbanização na região [Oeste], há coexistências, muitas vezes conflitantes, de poder naquela região". Esses agentes econômicos são atraídos por uma grande disponibilidade de recursos naturais e pela localização favorável do município de Santarém na confluência[245]de dois grandes rios navegáveis (Amazonas e Tapajós), além de estar interligado por meio da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém) e de um aeroporto internacional.

Acerca das entrevistas que realizamos, no que se refere aos critérios utilizados na delimitação territorial do estado do Tapajós, ou seja, na escolha dos 27 municípios, Rodrigues (2012) afirma que a partir de uma reunião de lideranças,

> entre elas, o deputado federal Giovanni Queiroz (PDT-PA) – que pretendia coordenar a Frente [pró] Carajás, não ficou como coordenador, mas foi um ativista a favor da divisão do Pará – e o Lira Maia (ex-prefeito de Santarém) sentaram para decidir e disseram: "isso vem pra cá, isso vai pra mim". Então a inclusão de [do município] de Tucuruí [devido à hidrelétrica], que fica a aproximadamente 100 quilômetros de Belém [...] [e] a inclusão [do município] de Altamira se deu, em grande medida, por causa [da hidrelétrica] de Belo Monte. Por que não incluíram [os municípios de] Cametá e Mocajuba? Por que não têm hidrelétricas? Por que têm PIBs pequenos? (RODRIGUES, 2012, grifo nosso).

Dentre todos os projetos de criação de novos estados, Bernardo (2012) considera que a maior militância real é a do Tapajós, pois nenhum outro projeto estaria tão adiantado. Todavia, o Pará remanescente ainda não teria assimilado a ideia da necessidade de dividir para crescer. Pelo contrário, pensa-se em perdas, mas o Tapajós, segundo o entrevistado, seria bom para o Pará, para a Amazônia e para o Brasil.

De acordo com Bernardo (2012), o movimento pró-Tapajós é popular, e um indicativo disso seria o resultado exitoso do plebiscito em toda a região, mas também procura-se eleger deputados estaduais e federais que a representem, já que se "fosse com base só no povo a gente não chegaria ao Congresso [Nacional]"[246]. Em contraposição, Edilberto Sena (2012) relativiza esse aspecto do ser "popular", visto que dos "95% de eleitores [da região] que votaram pela divisão, muitos 'foram na onda', não protagonizaram esse movimento", grifo nosso. Mesmo a luta de emancipação (termo utilizado pelo entrevistado, enquanto o outro lado usa "separação" ou "divisão") do Tapajós sendo antiga, explica o entrevistado, a população em geral não a protagoniza por vários motivos: "80% vive lutando pela

[245] Ibid., p. 30.
[246] Ibid.

sobrevivência, então não tem muito tempo para pensar politicamente [e] nós temos uma herança antiga da subserviência aos coronéis de barranco (coronéis da política)”[247].

Hilário Coimbra (autor do projeto para a criação do Tapajós, 1991),

> não tem nada de amor a essa região e é de uma família burguesa daqui. Hoje ele é secretário dos portos de Santarém, na época [1990] era deputado federal, e o grupo que trabalhava a criação desse novo estado [...] precisava de um político, então Coimbra providenciou um estudo [...] e fez o projeto (SENA, 2012).

Segundo Rodrigues (2012), no caso do Carajás construiu-se uma forte ideologia da necessidade de dividir o estado territorialmente como a única forma de se levar melhorias à região.

> Essa ideologia [da divisão territorial], a rigor, tem como agentes principais aqueles que hegemonizam o uso do território na região do Carajás: são os madeireiros, os grandes latifundiários extrativistas, as grandes mineradoras, [que] dominam inclusive a política. Todos os deputados federais e estaduais eleitos naquela região são conservadores, muito vinculados aos interesses dos oligopólios, e, em geral, financiados justamente por esses oligopólios, especialmente durante o processo eleitoral (RODRIGUES, 2012, grifo nosso).

Com relação às “grandes mineradoras” vemos que não foram agentes da divisão, não se pronunciaram sobre o assunto na época do plebiscito. Por mais que os dois movimentos pró-divisão tenham o apoio da população em geral, os grupos que coordenaram tanto a Frente pró-Carajás como a Frente pró-Tapajós e que organizam o processo na “linha de frente”, mais diretamente, são vinculados às oligarquias e aos oligopólios (RODRIGUES, 2012).

Rodrigues (2012) considera legítimo o que chama de “sentimento emancipacionista”, mas ressalta que ele é fortalecido por interesses menos nobres, já que tem a influência de classes burguesas.

> realmente há muitas carências, mas as mazelas estão também no entorno da capital, a região metropolitana é muito pobre, o [arquipélago do] Marajó tem o mais baixo índice de desenvolvimento humano do Brasil. Então o que falta na verdade é um tipo novo de desenvolvimento para o País, uma regionalização séria e políticas que não impliquem na fragmentação [territorial] e no aumento das desigualdades inter-regionais (RODRIGUES, 2012, grifo nosso).

[247] Ibid.

O estado do Tapajós é necessário porque, desde a *Cabanagem*, o tratamento do poder central é o mesmo para com o interior (BERNARDO, 2012). Ao reprimirem essa revolta, os portugueses diziam: "A esses pobres, as cabanas; a nós, os palácios", enquanto o governo estadual do Pará ainda teria essa visão colonialista de "ao interior, as cabanas"[248]:

> Nós temos que trabalhar, produzir [...] para eles viverem no luxo. Não podem dar o luxo para nós, e isso a gente também não pode aceitar. E agora nem que a gente entre numa indisciplina, nós temos que fazer alguma coisa para demonstrar o nosso protesto, para demonstrar que nós somos brasileiros tanto quanto os outros, que nós merecemos usufruir das riquezas do País, falamos a mesma língua, somos sujeitos aos mesmos códigos, às mesmas leis, então não dá para sermos discriminados, diferenciados do ponto de vista do desenvolvimento (BERNARDO, 2012).

Matos (2012) faz uma avaliação semelhante. Para ele a relação de Belém para com o Oeste do Pará é "de abandono, de saque, de pilhagem. É a relação da metrópole Portugal com a colônia Brasil, ou seja, uma relação de ganância e exploração [...]. O Tapajós não confia mais na 'metrópole'". E por todos esses problemas históricos, segundo o entrevistado, o projeto representaria o anseio popular, diferentemente do "Tocantins, que até hoje continua 'na mão' de uma família [Siqueira Campos]"[249].

Para Silva (2012), militante pró-Carajás, "todos os governos do Pará têm tratado essa região aqui [Sudeste paraense] como um almoxarifado, só vem buscar, buscar e tem nos deixado no total abandono".

Outra justificativa para a divisão seria o fato do orçamento estadual ser insuficiente para as demandas de um território tão extenso. De acordo com Bernardo (2012), a região metropolitana de Belém absorve considerável parte do orçamento estadual, não sobrando muito para o interior.

A rodovia existente entre Belém e Santarém não está totalmente pavimentada, logo, segundo Bernardo (2012), não há asfalto, por exemplo, no trecho que liga 14 municípios da calha norte (de Almeirim a Juruti). Portanto, a ligação entre a capital e Santarém se dá principalmente por meio de avião e barco (a viagem por rio entre uma cidade e outra dura três dias). Os recursos estaduais não serão "colocados aqui [no Tapajós], e sim para lá [Belém], dá

---

[248] Ibid.
[249] Ibid.

mais dinheiro para quem está nos palácios, para tu correr os carrões bonitos, não para cá, porque [...] tem que tirar de lá, e isso eles não vão fazer”[250]. E prossegue:

> [...] como se nós não fôssemos irmãos, como se nós não merecêssemos o desenvolvimento, como se nós não merecêssemos viver e usufruir das riquezas do País. Isso é injusto, nós somos tão brasileiros quanto eles. [...]. Então Belém ainda é o mais cruel colonizador da região. A gente tem que trabalhar, tem que ganhar e mandar para lá e eles mandam só as migalhas daquilo que sobra (BERNARDO, 2012, grifo nosso).

Nota-se que todas as mazelas são imputadas a Belém e isso revela uma disputa intercapitalista, até mesmo pelo conteúdo das queixas.

Essa ausência de rodovia, a baixa densidade de infraestrutura de modo geral nos territórios em questão, os caracterizam enquanto fundos territoriais. No entanto, estes tendem a ser valorizados cada vez mais, conforme mostram os mapas das obras do PAC (Mapa 13 e 14).

Segundo Rodrigues (2012, grifos nossos), de fato existe um *déficit* histórico por parte do governo paraense para com o interior do estado, pois não se garante uma proporcionalidade de investimento e “falta um planejamento territorial que considere que há povo, que há terras indígenas”. Sendo assim, afirma o entrevistado, o abandono dá força ao sentimento separatista, o qual não percebe que a miséria também ocorre na região metropolitana de Belém e nos municípios do Marajó. “Os cidadãos-comuns são vítimas da manipulação das oligarquias que querem dividir o Pará para terem o controle de parte do estado”[251].

> Essas oligarquias vão governar em favor dos interesses das empresas, a Vale do Rio Doce já manda, em grande medida, no governo do estado atual [...]. Os principais interessados que estão comandando esse processo [de divisão] querem esquartejar o Pará para viabilizar suas carreiras políticas (RODRIGUES, 2012).

Sena (2012) – que não se considera separatista, mas sim um emancipacionista – ressalta que a distância entre Belém e Santarém não é apenas física, mas também econômica e cultural: “Não há identidade entre nós e Belém, [que] se julga autônoma, belenense, e não

[250] Ibid.
[251] Ibid.

paraense". De acordo com Bernardo (2012, grifo nosso), a população do Tapajós também não se sente paraense e existe um sentimento até de rebeldia contra o governo estadual, "sentimento que não vai morrer, que não vai parar, e por isso continuam as ações pela criação do estado daqui a no máximo cinco anos". Aqui nos fica uma curiosidade, pois de acordo com os dois entrevistados, nem Belém nem o Oeste do Pará sentem-se paraenses, então quem se sentiria? Quem é paraense?

Até porque, conforme o discurso, o Sudeste do Pará também não é paraense, pois quando questionamos sobre o critério utilizado na definição dos limites das fronteiras internas do pretenso estado do Carajás, Silva (2012, grifo nosso) apresenta a seguinte justificativa:

> A cultura desse povo aqui ela diferenciava muito da cultura do povo lá em Belém. [...]. Aquele mineiro, aquele maranhense acomodado, aquele baiano acomodado ficou lá. Vieram pra cá aqueles que queriam mais. Então compôs aqui uma população dinâmica, mais produtiva, que não se contentou em viver à custa de um governo que não lhe dava atenção. Foi um limite [territorial] que a vivência das pessoas, o desenvolvimento da região foi estabelecendo, tá certo? [...] então a coisa foi acontecendo assim, foi um critério cultural.

Nota-se mais uma vez o quanto se almeja a modernização capitalista para o território em questão, e, junto desse desejo, a reprodução de preconceito relacionado a diferentes modos de vida. Conforme o entrevistado, "do lado de fora" estão os "acomodados", sendo, portanto, o Carajás formado por migrantes "que queriam mais", por uma "população dinâmica" e "mais produtiva", de modo que a delimitação do território reivindicado teria sido pautada no critério cultural. Mas conforme já apresentado, entendemos que, antes de tudo, os interesses sobre os recursos territoriais é que serviram como critério à delimitação territorial dos dois estados aqui analisados.

> A principal crítica do movimento pró-Carajás ao governo estadual, primeiro, é que o governo estadual não tem identidade com a nossa região aqui, não dá atenção que nós precisamos, não atende a necessidade do nosso povo. Está muito ausente [...]. O problema do Pará não é um problema de gestão de forma nenhuma. Não é. O problema de gestão, ele é gerado pela imensidão territorial, pela ingovernabilidade do Pará" (SILVA, 2012, grifos nossos).

Chamamos a atenção para o quanto os fatores *identidade regional*, *ausência estatal*, *tamanho territorial* são presentes nas justificativas pró-divisão enquanto ideologias geográficas, que "inventam tradições" (HOSBBAMWN; RANGER, 1997) e reproduzem o

determinismo geográfico ao atribuir à "imensidão territorial" estadual a "ingovernabilidade do Pará".

O projeto para o estado do Tapajós tem o apoio de setores como associações de bairro, membros da igreja católica, pastores evangélicos e políticos (BERNARDO, 2012). Com relação às empresas transnacionais como a Cargill e a CVRD, "a maioria se acovardou, com medo do governo [estadual]"[252]. Quando questionado se criar esse novo estado mudaria algo de fato para elas, o entrevistado concorda que, do ponto de vista do poder que elas têm, não mudaria em nada. Apesar disso, "não devem ser descartadas as conveniências custeadas pelo estado [do Pará]. Se tem porto [em Santarém], se tem contrato é mais fácil manter isso que arriscar [em um novo estado]"[253]. Sena (2012) concorda que essas empresas não tomaram partido devido a acordos com o governo estadual, mas também porque suas conveniências seriam mantidas estando no Pará ou não.

O governador do estado, Simão Jatene (PSDB), assumiu a campanha contra a divisão, mas dos grupos da região Oeste, exceto o PSOL, nenhum se manifestou contrário, inclusive a igreja católica apoiou (SENA, 2012). Rodrigues (2012) afirma que a bancada estadual do PSDB ficou dividida, assim como as prefeituras sob governo do PT. "Não houve uma iniciativa partidarizada, e esses interesses de domínio, de quem controla a máquina pública, ajudou a combater a divisão"[254].

A campanha organizada pela Frente pró-Tapajós arrecadou algo em torno de R$ 2.000.000,00, valor bem aquém dos R$ 10.000.000,00 estipulados como limite pela legislação eleitoral, e, por não ser permitido o financiamento público, as doações foram de pessoas físicas e jurídicas (BERNARDO, 2012).

O estado do Tapajós

> nascerá sob a égide da sustentabilidade. Isto não é uma coisa nossa, é um pensamento universal hoje. As criancinhas, desde a pré-escola, vão começar a estudar e a perceber, a ver, a ter esse pensamento. O estado do Tapajós nasce sob a égide, por exemplo, da computação, que faz o trabalho de 30, 50 pessoas. Vai ser um estado enxuto, sem muita burocracia, sem muitos funcionários, sem muitos funcionários sem fazer nada [...]. Nasce sob a égide da responsabilidade fiscal [...]; da transparência, ninguém suporta mais a corrupção, ninguém suporta mais o roubo, a mentira. [...]. Vai nascer sob o ponto de vista máximo da contemporaneidade, da pós-modernidade, [contra] preconceitos, [pela] aceitação dos negros, das minorias,

[252] Ibid.
[253] Ibid.
[254] Ibid.

> um trabalho naturalmente de convivência humana entre todas as pessoas, ou seja, é um estado que nasce novo nesse pensamento concreto. Não é um estado que nasce velho, conservador (BERNARDO, 2012, grifos nossos).

Sobre a "contemporaneidade", a "pós-modernidade" e o "novo" contidos na fala anterior pode-se fazer uma comparação a dois outros períodos da história nacional. Segundo Moraes (2005a, p. 141-2), no Brasil imperial a noção de *civilização* cumpriu o papel catalisador para a valorização do espaço; já no período republicano, esse processo continuou, contudo, por meio de mentalidades ocupadas pela ideia de *modernização*. E "o mote contemporâneo da velha maldição colonial de construir o país é agora globalizá-lo"[255].

Um discurso bastante semelhante ao do Tapajós é feito pelo movimento pró-estado do Carajás. Segundo Silva (2012), criar esse novo estado é a forma de se "combater a exploração territorial da região, ocupar melhor o espaço e melhor dividir pra ficar com espaços menores e criar um governo que esteja presente". Ainda de acordo com o entrevistado, para se resolver o problema da "exploração predatória da região" seria necessário

> [...] chamar as empresas de exploração e repactuar todos os pactos já existentes, discutir dentro da administração do novo estado como é que isso seria feito respeitando os aspectos modernos, respeitando a preservação do meio ambiente, mas também [...] atender as necessidades do novo povo (SILVA, 2012).

Quase a totalidade do empresariado foi favorável à divisão por entenderem "que a criação do estado do Tapajós é o maior projeto socioeconômico do Brasil" (BERNARDO, 2012), pois se

> o estado sai [...], dentro de dois ou três anos teria aqui centenas de empresas implantadas em todos os níveis: serviços, indústria e comércio. Empresas grandiosas, bancos, supermercados, lojas de conveniência. Nenhum projeto do governo brasileiro vai trazer tantas empresas sem grandes custos [...]. Isso geraria milhares e milhares de empregos. Por exemplo, a criação do estado criaria 100.000 empregos em mais ou menos dois anos. Qual é o projeto do governo que daria 100.000 empregos em dois anos numa região como a nossa? (BERNARDO, 2012).

Para Bernardo (2012), quando o novo estado for aprovado, os limites das reservas naturais serão revistos, pois nem todos se justificam, já que alguns foram definidos em

[255] Ibid., p. 141-2.

escritórios de Brasília sem nem se saber o que de fato existe no território demarcado. O entrevistado ainda afirma que o Tapajós é um espaço sem lei regido pelas conveniências:

> são bilhões de metros cúbicos de madeira que necessariamente tem que ser tirada e vendida a preço de ouro para o mundo. Está toda ela aqui [na região], sendo estragada ou roubada porque não tem como você fazer controle disso. Então essa sustentabilidade começa pela própria retirada de madeira de uma forma administrada [...] pelo manejo, onde a pesquisa seja feita, onde [haja] dezenas de engenheiros florestais e agrícolas, técnicos para elaborar os projetos, verificar a madeira que necessariamente tem que ser tirada [...]. De Belém até o sul do Pará [a madeira] é roubada. Por quê? Porque tem estrada para tudo quanto é lado e aqui não tem. Então tem que ter controle, e aqui tem controle [...]. Então tu vai trabalhar as empresas cujo impacto ambiental seja zero [...] tudo vai ser feito baseado [...] nos estudos de impacto ambiental. [...]. Isso é uma visão moderna das coisas, isso é o novo e tu acha que isso não é possível? [...]. Ou seja, é uma questão de gestão[256].

Essa fala representa o modelo de desenvolvimento almejado para esse novo estado. Sabe-se que "impacto ambiental zero" é impossível e para se realizar a dinâmica econômica almejada pelo entrevistado as obras do PAC são fundamentais, pois o capital fixo é essencial para a reprodução capital. Fala-se da instalação de muitas empresas no Tapajós e isso, é claro, demanda energia, sistemas viários etc.

Essas últimas afirmações deixam claro que o projeto de divisão territorial do Pará é um projeto de modernização capitalista.

Existe divergência sobre o modelo de desenvolvimento projetado para o Tapajós. Matos (2012), por exemplo, vê com cautela a pavimentação da BR-163 (Cuiabá-Santarém) por considerar que a região não está preparada para o modelo de desenvolvimento hegemônico que se apresenta.

> Uma das questões para a gente, de vida ou morte, é a não construção de hidrelétrica na região do Tapajós. Altamira com [a hidrelétrica de] Belo Monte é o inferno, a violência é muito grande [...]. Nós tínhamos muita clareza que criando o estado haveria um processo de discussão em relação à Cargill. Onde nós queremos o porto dela? Longe de Santarém é o que o povo quer, e isto estava muito claro. O Tapajós luta contra esse modelo predador (MATOS, 2012, grifos nossos).

O Tapajós tem um diferencial importante que é a cultura original e primitiva verificável nas comunidades, no entanto o modelo de desenvolvimento hegemônico

[256] Ibid., grifos nossos.

representado pelo PAC nega esse modo de vida autóctone (MATOS, 2012). O governo federal tem uma política de "garimpo", de exploração sobre a Amazônia, e quem vive no Tapajós tenta se defender de alguma maneira[257]. O modelo de desenvolvimento que ocorre no pretendido estado do Carajás é perverso, predador e imperialista, pautado no modelo exógeno do Sudeste do Brasil, o que deixa a dúvida se criar um estado, nesse caso, resolveria o problema[258]. Sena (2012) também avalia que as obras do PAC estão destruindo a Floresta.

Com relação a quem seriam alguns dos possíveis governantes desse novo estado, Bernardo (2012) afirma que seriam deputados estaduais e federais, vereadores, empresários, lideranças comunitárias, e que na hora certa a população saberá quem administrará o novo estado. O entrevistado ainda ressalta que necessariamente eles deverão ter claro o modelo do desenvolvimento sustentável.

Enquanto Sena (2012, grifos nossos) é mais objetivo e afirma que possivelmente estarão entre os governantes Joaquim de Lira Maia (ex-prefeito de Santarém e deputado federal/DEM-PA) e Maria do Carmo Martins Lima (ex-deputada estadual no Pará e ex-prefeita de Santarém pelo PT), "<u>até porque os movimentos sociais ainda são fracos na região do Tapajós e na Amazônia como um todo</u>". O entrevistado considera que o governo do presidente Lula prejudicou em muito a Amazônia, inclusive por ter feito "<u>concessões às lideranças populares, [que assumiram] cargos no governo</u>".

De acordo com o sociólogo Lúcio Flávio Pinto (2008, p. 110, grifos nossos), "<u>os líderes dos movimentos emancipacionistas se parecem demais aos líderes preservacionistas</u> [contrários à divisão]. <u>Nada os distingue, exceto o que é acessório, secundário, perfunctório</u>". Afirmação que reforça a nossa conclusão acerca da falsa polêmica presente no debate, que muito se atem a aspectos do tipo: se o novo estado seria viável ou não, se tem identidade própria ou não, se tem viabilidade econômica etc. Enfim, trata-se sim de um conflito intercapitalista, isto é, partes do território paraense são disputadas por diferentes frações da classe capitalista.

Mesmo com a intensa exploração mineral no território paraense, a arrecadação é relativamente pequena porque "a Lei Kandir faz que qualquer taberneiro (pequeno comércio que vende charque, feijão, arroz etc) da periferia de Belém pague mais impostos que a

[257] Ibid.
[258] Ibid.

[Companhia] Vale do Rio Doce ou o [Daniel] Dantas, que detêm mais de 500.000 hectares de terra aqui no Pará" (RODRIGUES, 2012).

> Em todo o estado nós perdemos [...], mas a região ganhou porque ela foi às urnas demonstrando que quer se emancipar e com isso a gente quebrou muitos mitos, muitos discursos mentirosos. Quando a elite do estado dizia que era grupinho de políticos que queria se emancipar, a população foi lá e mostrou que não era um grupinho de políticos [...] e, por conta disso, [...] vamos coletar um milhão e meio de assinaturas, tentar fazer as mudanças necessárias e criar o estado no futuro, se Deus quiser, mesmo contra toda essa força da elite econômica e política do estado (BERNARDO, 2012, grifo nosso).

Conforme afirmações anteriores, no período do plebiscito o Tapajós teve apoio da população em geral, de políticos e de quase a totalidade do empresariado. Logo, essas classes política e econômica pró-Tapajós confrontam-se com a "elite econômica e política do estado". Mais um indício de que se trata de uma disputa intercapitalista. Além do que essa condição à vontade divina, esse apelo transcendental, faz lembrar Siqueira Campos em discurso pelo Tocantins:

> "Porque, se *Deus o permitir*, ainda este ano criaremos o estado do Tocantins, sonho acalentado desde o início do século XIX pelas gentes que tenho a honra de representar (...). Cheio de esperança, revigorado em minhas forças físicas e espirituais, rogo à Sagrada Família e a Deus Todo Poderoso que nos ilumine e nos abençoe [...]"[259].

A partir da criação do diferente, o deputado federal e relator na Constituinte, Siqueira Campos, assumiu a bandeira de "luta do povo", que, conforme o discurso pró-Tocantins, estaria esquecido e abandonado pelos "irmãos do sul de Goiás" (BARBOSA, 1993, p. 83), idêntico ao discurso pró Carajás e pró-Tapajós. Em defesa da divisão, o parlamentar discursa:

> A dura luta que mantenho, desde 1963, para a criação dessa nova unidade federativa, não pode ser inviabilizada por nada nesse mundo. Antes de tudo, de projetos e ambições pessoais, desejo ver *minha gente*, o meu nobre e *sofrido* povo, desfrutando de plena autonomia, de liberdade, conduzindo os seus próprios destinos na luta do povo nortense pela emancipação da *sofrida região* amazônica de Goiás"[260].

---

[259] In: Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 1987, p. 163 apud Barbosa (1999, p. 82).
[260] In: Diário da Assembleia Nacional Constituinte, p. 1280/6854 [sic] apud Barbosa (1999, p. 83).

Barbosa (1999, p. 83) explica que as diferenças norte/sul do antigo Goiás foram invenção das elites que lutaram em prol do novo estado, organizados num movimento articulado pela classe política representante do norte goiano; quando então se criou primeiro o território imaginário, fictício e simbólico, para depois passar ao território concreto e a população do norte goiano, massa considerada excluída, incorporou a ideologia da classe política, a quem mais interessava a criação e a autonomia desse novo território[261].

O povo nortense constituiu-se numa massa conduzida por um líder que incorporava uma forma de poder transcendental, ou seja, o messianismo como produção do território (BARBOSA, 1999, p. 83).

Segundo Sena (2012, grifo nosso), o movimento pró-Tapajós errou ao se unir à Carajás na ilusão de que juntos teriam mais força, mas no Sudeste paraense há muitos migrantes, muitos dos quais são fazendeiros, "são outras 'cabeças'", além do que o Tapajós tem um histórico maior no Congresso Nacional e, de repente, "Carajás entrou por interesse do fazendeiro Giovanni Queiroz, que é o grande líder de lá".

De acordo com Sena (2012), o segundo erro foi cunhar o rótulo de que Santarém, por ser a cidade mais estruturada da região, seria a capital do novo estado. Quem mora na periferia do Oeste paraense, em municípios como Monte Alegre, Óbidos, Trairão "sentiram que Santarém queria se promover e, no fundo, isso cria a repetição da ideologia centro/periferia"[262]. O entrevistado também considera um erro o fato do deputado Lira Maia ter sido nomeado presidente da Frente pró-Tapajós, pois se trataria de um político que não é bem quisto na região, não representa a sociedade, é oportunista, não tem credibilidade e, assim como o deputado federal Giovani Queiroz, é "um político que não representa a população, e sim a sua categoria, de fazendeiros"[263]. "Somos poucos os que lutam por um estado diferente, [...] se a gente não construir uma consciência crítica na base, [o Tapajós] será apenas mais um estado, e não um novo estado"[264].

Segundo Giovanni Queiroz, a divisão territorial de Goiás resultou num crescimento de 155% do PIB (1988 a 2006) para os dois estados, enquanto o crescimento registrado no país

[261] Ibid., p. 83.
[262] Ibid., grifo nosso.
[263] Ibid.
[264] Ibid.

foi de 58%. Crescimento, segundo o parlamentar, registrado também em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, após a divisão[265]. Se

> fizessem estudo de viabilidade econômica para criação de Tocantins, diriam que ele não seria viável [...] era o corredor da miséria e se transformou em potência [...]. Em Tocantins, 80% das cidades têm água encanada, tratada e potável. No Pará, em 80% das cidades, a água não chega às casas[266].

O deputado Queiroz é proprietário de terras no Sudeste do Pará e integra a bancada ruralista no Congresso Nacional[267], foi prefeito do município de Conceição do Araguaia (Pará) pela ARENA no final da década de 1970. Na ocasião da criação do Tocantins, dos 20 deputados goianos constituintes, a UDR obteve o apoio de 18 nas questões de seu interesse[268]. Em nome dos proprietários de seis milhões de cabeças de gado e dos produtores de grãos, Rastoldo foi categórico em sua afirmação: "Somos um Estado de vocação agropecuária e aqui só vai se eleger quem estiver conosco". Logo, para restringir a comparação apenas aos aspectos econômicos e políticos, vemos bastante semelhança entre os movimentos para a divisão de Goiás e do Pará, sendo o Carajás um exemplo ainda mais evidente.

Por fim, durante a realização dessas entrevistas (dezembro de 2012), em diferentes municípios, militantes coletavam assinaturas para o Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP), cujo objetivo é exigir do Congresso Nacional a alteração da lei, para que tenha direito ao voto somente os eleitores dos municípios que comporiam o novo estado, e não o estado inteiro, como é atualmente. O mesmo é reivindicado na Câmara dos Deputados por Giovanni Queiroz (autor de um dos projetos para a criação do Carajás) via PEC, o que mostra a permanência dos movimentos pró-divisão do Pará via Carajás e Tapajós. Conforme Pires (2013, p. 458), independentemente da etapa de tramitação, quando um projeto é vetado só

---

[265] In: "Carajás e Tapajós podem ser os novos Estados do Brasil". **O Estado de S. Paulo**. 10 abr. 2010. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,carajas-e-tapajos-podem-ser-os-novos-estados-do-brasil,539406>. Acesso em: 02 dez. 2012.

[266] In: "Carajás e Tapajós podem ser os novos Estados do Brasil". **O Estado de S. Paulo**. 10 abr. 2010. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,carajas-e-tapajos-podem-ser-os-novos-estados-do-brasil,539406>. Acesso em: 02 dez. 2012.

[267] In: "Bancada ruralista pressiona para governo liberar plantio de cana-de-açúcar na Amazônia". Disponível em: <http://www.deputadogiovanniqueiroz.com.br/portal/bancada-ruralista-pressiona-para-governo-liberal-plantio-de-cana-de-acucar-na-amazonia/>. Acesso em: 24 de abr. 2013.

[268] "Criação do Estado do Tocantins leva a UDR ao poder". **Folha de S. Paulo**, em 27 jun. 1988, p. A-5 apud Barbosa (1999, p. 96).

pode ser reapresentado na próxima legislatura. Sendo assim, esses dois casos envolvendo o Pará poderão tramitar no Congresso Nacional apenas a partir de 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Assembleia Nacional Constituinte de 1987/88, Amapá e Roraima passaram de territórios federais a estados, enquanto Fernando de Noronha, também território federal, tornou-se distrito estadual de Pernambuco, assim como Tocantins foi criado por desmembramento de Goiás. No entanto, outros cinco projetos não conseguiram aprovação: Juruá (AM), Maranhão do Sul (MA), Tapajós (PA), Triângulo (MG) e Santa Cruz (BA). Com exceção deste último, todos continuam sendo reivindicados ainda hoje no Congresso Nacional.

Nos últimos 25 anos algo em torno de 30 novos estados e territórios federais foram reivindicados, assim como inúmeros municípios. Trata-se da permanência do processo de formação das fronteiras internas do território nacional, o que corrobora a tese de que o território brasileiro não está "plenamente construído. [...] Na verdade, a história brasileira é um contínuo processo de expansão territorial ainda em curso na atualidade" (MORAES, 2005, p. 44-5). Percebe-se, assim, que o Brasil ainda possui fundos territoriais, isto é, uma espécie de espaços-reserva valorizados conforme a demanda de reprodução do capital.

No Congresso Nacional tramitam projetos para a criação de cinco territórios federais (Juruá, Oiapoque, Pantanal, Rio Negro e Solimões) e de oito novos estados (Araguaia, Carajás, Gurguéia, Maranhão do Sul, Mato Grosso do Norte, Rio São Francisco, Tapajós e Triângulo). Aqueles estão localizados em área de fronteira internacional, enquanto estes, exceto o estado do Triângulo, sobrepõem-se à fronteira de acumulação, em terras abrangidas em sua maior parte pelos "domínios amazônico e dos cerrados" (AB' SÁBER, 2003).

Essa correlação ficou evidente a partir da elaboração de um mapa político do Brasil com todos os projetos representados, mapa no qual se nota um arco que se estende do norte do Mato Grosso, passando pelo oeste e sudeste do Pará, sul do Maranhão e do Piauí, até o oeste da Bahia. Ou seja: em geral, territórios de desmatamento intensivo, de produção de energia hidrelétrica e de *commodities*, com destaque à mineração, à pecuária e à soja.

O território paraense concentra grandes reservas de recursos naturais, com destaque aos minérios, explorados principalmente por empresas transnacionais. É intensa a expansão da pecuária e da soja; por outras palavras, do agronegócio, assim como a produção de energia hidrelétrica (Tucuruí, Belo Monte, entre outras). Esses empreendimentos foram instalados no

Pará a partir da segunda metade do século XX, sobretudo da década de 1970, com os planos do governo federal de "integrar a Amazônia".

Nesse mesmo período foram construídas rodovias como a Belém-Brasília, a Cuiabá-Santarém e a Transamazônica. Desse modo, o capital fixo estatal investido em infraestrutura, bem como os incentivos fiscais e o fornecimento de crédito a capitalistas que investissem na Amazônia, são evidências, conforme afirma Harvey (2005), do Estado enquanto incentivador e viabilizador da reprodução do capital.

Os primeiros projetos legislativos para a criação dos estados do Carajás e do Tapajós datam da década de 1980. Os argumentos que procuram justificá-los, contidos nesses projetos assim como nas entrevistas realizadas com militantes, em suma queixam-se de que (a) o território paraense é muito grande (1/7 do todo nacional); (b) é "impossível" (grifo nosso) administrá-lo, devido não só a sua extensão, como também aos recursos estaduais insuficientes e ao regionalismo de Belém, que concentra desproporcionalmente os recursos na capital em detrimento da marginalização do Sudeste e do Oeste paraenses; (c) os territórios reivindicados, além de terem viabilidade econômica, possuem "particularidades" histórico-culturais, "homogeneidade" e "identidade" diferentes do restante do Pará; (d) um novo estado é necessário para aumentar a presença do Estado e, dessa forma, resolver os problemas regionais através do aperfeiçoamento do ordenamento territorial; (e) a Amazônia é sub-representada no Congresso Nacional.

Entre tantos outros aspectos relativos ao tema, o que nos chama a atenção é o quanto o discurso "emancipacionista" (como se autodeclaram os militantes pró-divisão) atrela problemas de diferentes ordens ao tamanho territorial, de modo que toda e qualquer solução passaria, necessariamente, pela divisão do território paraense. Assim sendo, os regionalismos pró-Carajás e pró-Tapajós, utilizando-se de inúmeras ideologias geográficas, naturalizam o problema a ponto de reproduzirem o determinismo geográfico, a tempo superado.

Se traduzidos, os argumentos para a criação desses dois estados resumem-se ao conceito de *área*, já que o tamanho territorial determinaria as condições do território, e ao conceito de *região*, pois se fala demasiadamente das diferenças entre uma parte e outra do território paraense, como se os limites de uma região não obedecessem aos interesses de quem a delimita. O regionalismo aparece por meio de inúmeras formas, inclusive na criação de autodeclarações como "amazônidas-tapajônicos, nativos ou não", e "carajaenses", isto é, conforme o discurso regionalista seriam "povos" diferentes dos paraenses.

Mesmo assim, as entrevistas também mostram que entre militantes pró-Tapajós, de certa maneira, há divergências quanto ao modelo de desenvolvimento que se espera para esse pretenso novo estado. Alguns se afirmaram radicalmente contrários às obras do PAC na região, justificando que elas prejudicariam a Amazônia. No entanto, é tudo o que está em curso na região, basta ver os mapas de obras desse Programa.

Outros militantes que entrevistamos reconheceram que os movimentos pela criação desses dois estados são conduzidos "na linha de frente", ou seja, protagonizados por frações da classe capitalista, por sujeitos ligados a pouco ou nenhum compromisso social com a população regional. Os mesmos entrevistados, ainda assim, reconhecem que um novo estado é a forma necessária para mudanças fundamentais.

Atualmente o processo de expansão geográfica do capital no Brasil tem no PAC um grande catalizador. Trata-se de um montante de capital na ordem de R$ 1,5 trilhão, majoritariamente público, cuja parcela destinada ao Pará está sendo empregada consideravelmente em obras dos setores energético e viário, muitas das quais localizadas nas regiões Sudeste e Oeste (Carajás e Tapajós, respectivamente).

Sem desconsiderar os problemas aos quais os trabalhadores (e, se tratando da Amazônia, muitas populações tradicionais) são submetidos e levando em conta suas reivindicações obviamente legítimas por melhorarias nas condições de vida, concluímos que diferentes frações da classe capitalista originaram-se em processos de formação territorial também distintos entre si no Pará. De modo que a motivação central dos movimentos em defesa da criação dos estados do Carajás e do Tapajós é a partilha territorial desse estado entre frações da classe capitalista localizadas, de um lado, no Pará remanescente ("Parazinho", conforme o movimento contra a divisão; "Novo Pará", segundo aqueles que objetivam a divisão) e, de outro, nas regiões separatistas.

Portanto, se a região tem identidade ou não, se tem viabilidade econômica ou não, se o Pará divido ficará melhor ou pior, são questões que formam uma falsa polêmica, pois o que move esses movimentos, assim como o movimento contrário à divisão, é, fundamentalmente, a apropriação capitalista de partes do território. Por isso, traduzimos o problema na seguinte pergunta: criar Carajás e Tapajós ou dividir o Pará?

À compreensão do problema da divisão territorial é determinante considerar que as ideologias geográficas não estão separadas das materialidades, não devem ser apreendidas

como desvinculadas entre si. Pelo contrário, formam um único processo chamado *formação territorial*.

Para mencionar apenas um exemplo, mais de 80% das terras do pretenso estado do Tapajós são devolutas; demarcadas, por sua vez, como Terras Indígenas, Unidades de Conservação, etc. Assim, muitas delas são terras ocupadas por populações tradicionais. Na visão estatal, esses são os fundos territoriais e, por conseguinte, tendem a ser apropriados economicamente pela lógica hegemônica de desenvolvimento, o que explica, pelo menos em parte, a criação de novos estados no contexto da expansão geográfica do capital para a Amazônia.

Se dividir o território através da criação de um novo estado favorece ou não o capital transnacional, pode ser um problema de pesquisa futuro, mas de imediato entendemos que, no caso do Pará, interessa ao que alguns chamam de "elite local", interessa – antes de tudo – às frações da classe capitalista.

Conforme sinalizado ao longo deste trabalho, interpretamos o movimento pela criação dos dois estados aqui analisados sem perder de vista, de um lado, a violência da existência da própria forma estatal e, de outro, a sua função na reprodução da sociabilidade capitalista. A geografia, enquanto discurso, legitima a expansão geográfica do capital, processo realizado por meio da espoliação e de outras heranças coloniais que continuam a marcar a formação do Brasil.

Por fim, dissertar sobre o tema da divisão territorial no contexto da Amazônia Oriental, especificamente da criação de novos estados em território de expansão de fronteira sobre fundos territoriais, nos levou a interpretar o problema de pesquisa não a partir de conceitos como "fronteira de expansão", "fronteira agrícola", "frente pioneira", mas sim a partir da *fronteira de acumulação*. Isso por considerarmos evidente o que Harvey (2011, p. 55) chama de "acumulação por espoliação", que nada mais é, segundo o autor, a continuidade da acumulação primitiva, que não se encerrou com a ascensão do capitalismo industrial no final do século XVIII; ao contrário, permanece em curso, processo de espoliação que marca profundamente, ainda hoje, a construção de um país periférico como o Brasil, cujo território, de acordo com Moraes (2005, p. 94-5), "não está totalmente construído", o que explica, ao menos em parte, a existência de tantos movimentos de revisão territorial a partir da criação de novos estados (mais de 30 somente nos últimos 25 anos).

REFERÊNCIAS[269]

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. "Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios". In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais**: Fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2010.

_____. "Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a 'proteção' e o 'protecionismo'". **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 63-71, Jan./Abr. 2012.

_____. "Terras tradicionalmente ocupadas. Processos de territorialização e movimentos sociais". **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, maio de 2004.

ANDRADE, Manuel Correia de Andrade. **A questão do território no Brasil**. São Paulo – Recife: Hucitec/IPESPE, 1995.

_____. "Formação econômico-social e processos políticos no Nordeste Brasileiro". 1982. In: MARANHÃO, Sílvio. (org.). **A Questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. (Coleção Estudos sobre o Nordeste; v. 16).

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR6023**: Informação e documentação – Referências – Elaboração, 2002.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. **As políticas territoriais e a criação do estado do Tocantins**. 1999. 158 f. Tese. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

BECKER, Berta Koiffmann. **Amazônia**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.

_____. "A (des) ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia". In: **Geografia e meio ambiente no Brasil**. CHRISTOFOLETTI, A; BECKER, B. K.; et al.

[269] Conforme ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR6023**: Informação e documentação – Referências – Elaboração, 2002.

(org.). Editora Hucitec; Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional: São Paulo – Rio de Janeiro, 1995.

BERNARDO, Edivaldo da Silva. Presidente do Instituto Cidadão Pró-Estado do Tapajós. **Entrevista realizada por Carlos Henrique da Silva em 03 dez. 2012.**

BOMFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. **A OSTENTAÇÃO ESTATÍSTICA (UM PROJETO GEOPOLÍTICO PARA O TERRITÓRIO NACIONAL: ESTADO E PLANEJAMENTO NO PERÍODO PÓS-64)**[270]. 2007. 271 f. Tese. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. "Notas sobre geografia, planejamento regional e desenvolvimentismo". In: **Anais do II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico.** São Paulo, 2009.

BRANDÃO, Carlos. "Acumulação capitalista permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo". In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais**: Fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2010.

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. "UM ESTADO PARA O OESTE BAIANO? REFLEXÕES PARA O DEBATE SOBRE DISCURSO IDENTITÁRIO E MITOS FUNDADORES DO PRETENSO ESTADO DO (RIO) SÃO FRANCISCO". In: **V Colóquio Nacional do Núcleo de Estudos em Espaço e Representações (NEER)**, Cuiabá, MT, 26 a 30 nov. 2013.

BRUNO, Ernani Silva. **História do Brasil** – Geral e Regional. São Paulo: Editora Cultrix, vol. I, 1966.

CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Brasil: questões atuais da reorganização do território.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política**: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CATAIA, Márcio Antônio. **Território nacional e fronteiras internas**: a fragmentação do território brasileiro. 2001. 235 f. Tese. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

[270] Nos casos em que o título por inteiro está escrito em letra maiúscula é porque dessa forma consta na ficha catalográfica do respectivo material.

CAZZOLATO, José Donizete. **Novos Estados e a divisão territorial do Brasil**: uma visão geográfica. São Paulo: Oficina de Texto, 2011.

COELHO, Maria Célia Nunes; MONTEIRO, Maurílio de Abreu; CUNHA, Luis Henrique; WANDERLEY, Luiz Jardim. "Mineração de bauxita, industrialização de alumínio e territórios na Amazônia". In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais**: Fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. "Espaço: um conceito-chave da Geografia". In: CASTRO, Iná Elias de; COSTA GOMES, Paulo Cesar da; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

COSTA, Carlos Rerisson Rocha da. **POLÍTICAS DE TURISMO E USO CAPITALISTA DO TERRITÓRIO NO LITORAL DO MARANHÃO**. 2013. 70f. Relatório de Qualificação. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**: Discursos sobre o Território e o Poder. 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

_____. O Estado e as políticas territoriais no Brasil. São Paulo: Contexto, 1998.

DUTRA, Manuel. **O Pará dividido**: discurso e construção do Estado do Tapajós. Belém: UFPA/NAEA/PLADES, 1999.

EGLER, Claudio Antonio Gonçalves. "Questão regional e gestão do território no Brasil". In: CASTRO, Iná Elias de; COSTA GOMES, Paulo Cesar da; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas.** 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12. ed., 2. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2007.

FURQUIM JUNIOR, Laércio. **Fronteiras terrestres e marítimas do Brasil**: um contorno dinâmico. 2007. 213f. Dissertação. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

GEIGER, Pedro Pinchas. **As formas do espaço brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003, p. 28-36.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Condição pós-moderna**. 14. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005a.

_____. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O novo imperialismo**. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IDESP. **Estado do Pará**: (di)visões territoriais, perspectivas sociais, econômicas, financeiras e ambientais /Lúcia Cristina Andrade (coord.) – Belém: IDESP, 2011.

IDESP. **Estado do Pará**: (di)visões territoriais, perspectivas sociais, econômicas, financeiras e ambientais – ocupação e uso do território, federalização territorial e recursos naturais/Lúcia Cristina Andrade (coord.). Belém: IDESP, 2011.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. "Da foz às nascentes: análise histórica e apropriação econômica dos recursos hídricos no Brasil". In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais**: Fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2010.

KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

MACHADO, Lia Osório. "A fronteira agrícola na Amazônia brasileira". In: **Geografia e meio ambiente no Brasil.** CHRISTOFOLETTI, A; BECKER, B. K.; et al. (org.). Editora Hucitec; Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional: São Paulo – Rio de Janeiro, 1995.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria**: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Edunesp /Moderna, 1997.

MARTIN, André Roberto. **As fronteiras internas e a "questão regional" no Brasil**. 1993. 271f. Tese. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. “Como se constitui no Brasil a rede de ‘fronteiras internas’?” In: **Revista do Departamento de Geografia**, nº 5, 1991. FFLCH/USP. (p. 73-83).

_____. **Fronteiras e nações**. São Paulo: Contexto, 1992.

_____. **Jornal da USP** de 02 a 08 ago. 1993.

MARTINS, Herbert Toledo. “A fragmentação do território brasileiro: a criação de novos estados no Brasil”. In: **X Congresso Brasileiro de Sociologia**. Fortaleza: 03-06 set. 2001.

MARTINS, José de Souza. **Fronteiras**: a degradação do Outro nos confins do humano. 2. ed., 1. reimpr. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, Sérgio Manuel Merêncio; SEABRA, Odette Carvalho de Lima. “A cidade sem infância no universo pioneiro da soja”. **Revista do Migrante**, nº 15, ano VI, jan./abr. de 1993.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil**: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **Geografia histórica do Brasil**: capitalismo, território e periferia. São Paulo: Annablume, 2011.

_____. **Geografia histórica do Brasil**: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica. São Paulo: Annablume, 2009.

_____. **Ideologias Geográficas**. 5. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. “Nuevos roles del Estado em el reordenamento del território: aportes teóricos”. **II Seminário Latino-americano de Geografia Crítica**. Buenos Aires, 1990.

_____. **Território e história no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. **Território e história no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005a.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia crítica**: a valorização do espaço. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

NONATO, Rita de Cássia. **Crise da federação e federalismo corporativo:** propostas de criação de novos estados no *front* agrícola brasileiro. 2005. 182 f. Dissertação. Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**. Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

PINTO, Lúcio Flávio. "Qual Pará queremos?" In: **A divisão geopolítica e as políticas de integração regional na dinâmica populacional do estado do Pará. Revista de Estudos Paraenses.** 2008. Belém: IDESP, mai./ago. 2008. V. 1, n. 2, pt. B. p. 85-166.

PIRES, Warley Pereira. **A Ind-Divisibilidade dos Territórios Estaduais no Brasil**. Os Projetos de Desmembramento, Subdivisão e Incorporação de UFs – Novos Estados e Territórios Federais Frente à Manutenção dos Atuais Estados. 2013. 539f: II. Tese. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

"Projeto de Decreto Legislativo - PDC nº 36/1989". In: COSTA, Célio. **Assimetrias regionais no Brasil**. Fundamentos para Criação do Estado de Carajás. São Paulo: Oceano, 2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REZENDE, Tadeu Valdir Freitas de. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial**: a definição de fronteiras. 336 f. Tese. Departamento de História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

ROCHA, Gilberto de Miranda. **A construção da usina hidrelétrica e a redivisão político-territorial na área de Tucuruí (PA)**. 1998. 270 f. Tese. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTOS, Milton. **O Espaço do cidadão**. 6. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2002.

_____. **Por uma Geografia Nova**: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, Alberto Rogério Benedito da. **A indústria mineral no Pará**. Belém: edição do autor, 2012.

SILVA, Carlos Henrique da. **Brasil em 40 pedaços**: novos estados e territórios federais. 2010. 116 f. Trabalho de Graduação Individual. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. "Região e História: questão de Método". In: SILVA, Marcos A. da. (Coord.) **República em Migalhas: História Regional e Local**. São Paulo: ANPUH, Editora Marco Zero, 1990.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. **A ciência geográfica e a construção do Brasil**. Terra Livre, n° 15, p. 09-20, 2000.

_____. "OS VENTOS DO NORTE NÃO MOVEM MOINHOS". Goiânia: **Boletim Goiano de Geografia**, v. 28, n. 2, p. 15-32, jul./dez. de 2008.

_____. **PLANOS PARA O IMPÉRIO:** OS PLANOS DE VIAÇÃO DO SEGUNDO REINADO (1869-1889). Tese. 2004. 192f. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

SOUZA, Augusto Fausto de. **Estudo sobre a divisão territorial do Brasil**. 2. ed. Brasília. Ministério do Interior. Fundação Projeto Rondon, 1988.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. "A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI". In: **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 29 – Especial, p. 107-121, 2011.

THÉRY, Hervé; MELLO, Neli Aparecida de. **Atlas do Brasil**: Disparidades e Dinâmicas do Território. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

THÉRY, Hervé; MELLO, Neli Aparecida de; HATO, Julio; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas do Trabalho Escravo no Brasil**. São Paulo: Amigos da Terra, 2009.

TRINDADE, Gesiane Oliveira. **Cidade média e centralidade política na Amazônia oriental**: o caso de Santarém no oeste paraense. Relatório técnico-científico. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica. UFPA/NAEA, 2012.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. "A AMAZÔNIA ORIENTAL BRASILEIRA: PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO E PERSPECTIVAS DE FRAGMENTAÇÃO POLÍTICA DO ESPAÇO". **XII Colóquio Internacional de Geocrítica**. Bogotá, 7 a 11 de maio de 2012.

VALVERDE, Orlando. **Grande Carajás**: planejamento da destruição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. Universidade de São Paulo e Fundação Universitária de Brasília, 1989.

Material eletrônico

As 10 maiores obras do PAC. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/i/f1e1c8ab>. Acesso em: 02 ago. 2012.

As primeiras capitanias hereditárias. Disponível em: <http://historiando.files.wordpress.com/2007/04/capitanias-hereditarias.gif>. Acesso em: 25 jun. 2014.

Associação dos Municípios do Araguaia, Tocantins e Carajás (AMATCarajás). Disponível em: <http://www.amatcarajas.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1&Itemid=6>. Acesso em: 01 dez. 2012.

Bancada ruralista pressiona para governo liberar plantio de cana-de-açúcar na Amazônia.
Disponível em: <http://www.deputadogiovanniqueiroz.com.br/portal/bancada-ruralista-pressiona-para-governo-liberal-plantio-de-cana-de-acucar-na-amazonia/>. Acesso em: 24 abr. 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/art_18_.shtm>. Acesso em: 01 abr. 2014.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 136/2011**. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2011/decretolegislativo-136-26-maio-2011-610679-publicacaooriginal-132614-cn.html>. Acesso em: 05 jun. 2013.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 137/2011**. Câmara dos Deputados**.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2011/decretolegislativo-137-2-junho-2011-610722-publicacaooriginal-132714-pl.html>. Acesso em: 05 jun. 2013.

BRASIL**. Plebiscito para a criação do Território Federal do Marajó**. Câmara dos Deputados. Consultoria Legislativa: Verônica Maria Miranda Brasileiro. Meio Ambiente e Direito Ambiental. Organização Territorial, Desenvolvimento Urbano e Regional. Agosto de 2003. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema14/pdf/2003-568.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2013.

BRASIL. **Projeto de Decreto Legislativo nº 19/1999**. Senado Federal. Projetos e Matérias Legislativas. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=608>. Acesso em: 26 mar. 2014.

BRASIL. **Projeto de Decreto Legislativo nº 52/2007**. Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=80278>. Acesso em: 05 jun. 2013.

BRASIL. **Projeto de Decreto Legislativo nº 120/1991**. Câmara dos Deputados**.** Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=13543>. Acesso em: 05 jun. 2013.

BRASIL. **Projeto de Decreto Legislativo nº 159/1992**. In: Diário do Congresso Nacional. 11/04/1992. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD11ABR1992.pdf#page=18>. Acesso em: 05 jun. 2013.

BRASIL. **Projeto de Decreto Legislativo nº 585/2000**. Câmara dos Deputados**.** Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=13962>. Acesso em: 05 jun. 2013.

BRASIL. **Projeto de Decreto Legislativo nº 725-A/2000**. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=68694&tp=1>. Acesso em: 10 ago. 2014.

BRASIL. **Projeto de Decreto Legislativo nº 731/2000**. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14132>. Acesso em: 05 jun. 2013.

BRASIL. **Projeto de Decreto Legislativo nº 1217/2004**. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=213391&filename=PDC+1217/2004>. Acesso em: 05 jun. 2013.

BRASIL. **Projeto de Decreto Legislativo nº 2419/2002.** Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=76C839088052E32826D5BD3FDC287AF8.proposicoesWeb2?codteor=105282&filename=PDC+2419/2002>. Acesso em: 18 ago. 2013.

BRASIL. **Relatório do 7º balanço do PAC 2 para o Estado do Pará. Janeiro-abril de 2013**. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/0b8918b343b32946ecb4a3d39c8b3702.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2013.

"Carajás e Tapajós podem ser os novos Estados do Brasil". **O Estado de S. Paulo**. 10 abr. 2010. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,carajas-e-tapajos-podem-ser-os-novos-estados-do-brasil,539406>. Acesso em: 02 dez. 2012.

Carajás, o sonho de um povo. TV SBT entrevista José Soares de Moura e Silva, secretário da Comissão Pró-Criação do Estado do Carajás. s/d. Disponível em: <http://www.simcarajas.com.br/index.php/video/entrevistas>. Acesso em: 22 abr. 2013.

Cimi aponta crescimento de 237% na violência contra índios. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/cimi-aponta-crescimento-de-237-na-violencia-contra-os-indios-2458.html>. Acesso em: 23 jun. 2014.

"Colcha de Retalhos". In: **Revista Problemas Brasileiros**, nº. 367, jan./fev. de 2005. Disponível em: <http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas_sesc/pb/artig>. Acesso em: 03 set. 2008.

Começa campanha oficial para plebiscito sobre a divisão do Pará. (13 set. 2011). Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/brasil/comeca-campanha-oficial-para-plebiscito-sobre-divisao-do-para-2620476.html>. Acesso em: 25 ago. 2013.

Comissão geral discute redivisão territorial. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/internet/homeagencia/materias.html?pk=49578&pesq>. Acesso em: 03 set. 2010.

"Divisão do Pará: separatismo em debate". In: **Jornal Diário do Pará** (02/05/2010). Disponível em: <http://www.diariodopara.com.br/impressao.php?idnot=88369>. Acesso em: 01 jul. 2013.

Duda Mendonça lança marketing pró-divisão do Pará com semelhanças à campanha de Lula (21 jul. 2011).
Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/07/21/duda-mendonca-lanca-marketing-pro-divisao-do-para-com-semelhancas-a-campanha-de-lula.htm>. Acesso em: 25 ago. 2013.

Economia Mineral do Estado do Pará 2011. Departamento Nacional de Produção Mineral. Disponível em: <http://www.dnpm.gov.br/mostra_arquivo.asp?IDBancoArquivoArquivo=6860>. Acesso em: 01 jan. 2014.

Economia Mineral do Estado do Pará 2012. Departamento Nacional de Produção Mineral. Disponível em: <http://www.dnpm.gov.br/mostra_arquivo.asp?IDBancoArquivoArquivo=7621>. Acesso em: 20 jun. 2014.

Em plebiscito, eleitores do Pará rejeitam divisão do estado. (11 dez. 2012).
Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/12/em-plebiscito-eleitores-do-para-rejeitam-divisao-do-estado.html>. Acesso em: 25 ago. 2013.

Entrevista com o deputado estadual João Salame, presidente da Frente Parlamentar Pró-Estado do Carajás. TV RBA – Programa Argumento. 2011.
Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=MnIm3NArTOo>. Acesso em: 23 abr. 2014.

Entrevista com João Salame, deputado estadual e presidente da Frente Parlamentar Pró-Estado do Carajás. Rede Liberal e TV Tapajós. s/d.
Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=pnuEI67mFDI >. Acesso em: 22 abr. 2013.

Evolução da Divisão Territorial do Brasil: 1872 – 2010. (IBGE). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000006841812102011 8380911960.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2014.

GNERRE, Maria Lucia Abaurre. "Um viajante a serviço da colonização do Grão Pará e Maranhão". **Com Ciência** – SBPC/Labjor. Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. 10/06/2006. Disponível em:

<http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=14&id=124>. Acesso em: 25 jun. 2014.

"PAC 2 investe R$ 43 bilhões no estado do Pará". In: Governo Federal e o desenvolvimento do Pará**.** 10 mai. 2013. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/noticia/ec75dbf4>. Acesso em: 20 set. 2013.

Indústria Mineral Brasileira e Paraense. 20 de março de 2013. Instituto Brasileiro de Mineração. Disponível em: <file:///C:/Users/Carlos/Downloads/Industria%20Mineral%20Brasileira%20e%20Paraense_IBRAM.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

Informativo. "Carajás e Tapajós: oportunidade para todos". Disponível em: <http://www.simcarajas.com.br/>. Acesso em: 25 ago. 2014.

JOÃO, Xafi da Silva Jorge; et al. (org.). **Geodiversidade do estado do Pará**. Belém: CPRM, 2013. 256 p. + 1 DVD-ROM. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/media/Geodiversidade_PA.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2014.

Justiça Eleitoral/PA. Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pa-resultado-da-votacao-por-estado-tapajos-plebiscito-2011>. Acesso em: 28 mar. 2014.

Legislação sobre a criação da Amazônia Legal. Disponível em: <http://www.sudam.gov.br/amazonia-legal>. Acesso em: 19 ago. 2013.

Maioria dos eleitores do Pará rejeita divisão do estado, diz Datafolha. (09 dez. 2011). Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/12/maioria-dos-eleitores-do-para-rejeita-divisao-do-estado-diz-datafolha.html>. Acesso em: 25 ago. 2013.

Mapa do Brasil pode mudar. Disponível em: <http://www.labjor.unicamp.br/midiaciencia/article.php3?id_article=405>. Acesso em: 23 fev. 2007.

Ministério dos Transportes: transporte do Estado – Pará. Disponível em: <http://www2.transportes.gov.br/bit/01-inicial/01-estadual/estados/infoestado/info-pa.htm>. Acesso em: 28 jul. 2012.

No Pará, propaganda diz que Carajás e Tapajós são "terra prometida" e apela para emoção do eleitor em Belém. (06 dez. 2011). Disponível em: <http://m.noticias.uol.com.br/politica/2011/12/06/no-para-propaganda-diz-que-carajas-e-tapajos-sao-terra-prometida-e-apela-para-voto-emocional-de-eleitor-em-belem.htm>. Acesso em: 25 ago. 2013.

O Estado do Maranhão. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/estado_maranhao.html> Acesso em: 25 jun. 2014.

Obras do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento. Disponível em: <http://dados.gov.br/dataset/obras-do-pac-programa-de-aceleracao-do-crescimento>. Acesso em: 01 ago. 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia**: desenvolvimento econômico, grilagem de terras e violência. IEA/USP, 23 jun. 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Carlos/Downloads/descobriraamazniadescobrir-sereprterfinal-120623100217-phpapp02.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2014.

OLIVEIRA, Luciana de Fátima. "Estado do Maranhão e Grão-Pará: primeiros anos de ocupação, expansão e consolidação do território". **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho de 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300473062_ARQUIVO_ArtigoAnpuhUSP2011[1].pdf>. Acesso em: 02 jun. 2014.

Ouça *jingles* a favor e contra a divisão do Pará. 13 set. 2011. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/multimidia/podcasts/974462-ouca-jingles-a-favor-e-contra-a-divisao-do-para.shtml>. Acesso em: 08 jul. 2013.

Projeto de Lei de Iniciativa Popular. Disponível em: <http://www.pliptapajos.com.br/plip>. Acesso em: 26 mar. 2014.

Projeto de Lei de Iniciativa Popular – PLIP. Disponível em: <http://www.carajasetapajos.com.br/site/>. Acesso em: 01 dez. 2012.

Projetos em análise na Câmara podem dividir o País em 40 estados. 14 mai. 2010. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ADMINISTRACAO-PUBLICA/147855-PROJETOS-EM-ANALISE-NA-CAMARA-PODEM-DIVIDIR-O-PAIS-EM-40-ESTADOS.html>. Acesso em: 03 set. 2011.

Propostas carecem de fundamentação econômica, avalia Ipea. 14 mai. 2010. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ADMINISTRACAO-PUBLICA/147854-PROPOSTAS-CARECEM-DE-FUNDAMENTACAO-ECONOMICA,-AVALIA-IPEA.html>. Acesso em: 04 jul. 2010.

Propostas em tramitação sobre criação de estados. 14 maio 2010. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ADMINISTRACAO-PUBLICA/147857-PROPOSTAS-EM-TRAMITACAO-SOBRE-CRIACAO-DE-ESTADOS.html>. Acesso em: 27 fev. 2013.

Santarém decreta luto após vitória do "não" em plebiscito no Pará. Disponível em: <http://valcabral.blogspot.com.br/2011_11_15_archive.html>. Acesso em: 25 ago. 2013.

Tom emotivo marca campanha pró e contra a divisão do Pará. (10 dez. 2011). Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/tom-emotivo-marca-campanha-pro-e-contra-a-divisao-do-para>. Acesso em: 25 ago. 2013.

Tribunal Regional Eleitoral do Pará. Relatório da votação dos plebiscitos 2011. Disponível em: <http://www.tre-pa.jus.br/eleicoes/plebiscito-2011/relatorios-da-votacao-dos-plebiscitos-2011>. Acesso em: 31 jan. 2014.

UFOPA instala grupo para discutir criação do estado do Tapajós. (07 jul. 2011). Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/noticias/2011/julho/ufopa-instala-grupo-para-discutir-criacao-do-estado-do-tapajos>. Acesso em: 17 abr. 2014.

ANEXOS

ANEXO A

Formas de reconhecimento jurídico das diferentes modalidades de apropriação das denominadas "terras tradicionalmente ocupadas" (1988-2004).

Povos indígenas	"Posse permanente", usufruto exclusivo dos recursos naturais. Terras como "bens da União".	CF-1988 Art.231
Comunidades remanescentes de quilombos	Propriedade. "Titulação definitiva".	CF-ADCT Art.68
Quebradeiras de coco babaçu	Uso comum dos babaçuais. "Sem posse e sem propriedade".	Leis Municipais (MA, TO) 1997-2004
	"Regime de economia familiar e comunitária".	CE-MA, 1991 Art.196
Seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu	Resex – "de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais". Posse permanente. Terras como "bens da União"	CF-1988 Art. 20 § 3º Decretos 1990, 1992, 1998 Lei 9.985 18.7.2000
Pescadores	Resex – "Terrenos de Marinha". Recursos hídricos como "bens da União".	CF-1988 Art.20 § 3º Decretos 1992 e 1997
Fundo de pasto	"Direito real de concessão de uso"	CE-BA, 1989 Art. 178
Faxinal	"Uso coletivo da terra para produção animal e conservação ambiental".	Decreto Estadual Paraná 14.8.1997

Nota: CF, Constituição Federal; CE, Constituição Estadual.

Fonte: Almeida (2004, p. 21).

ANEXO B

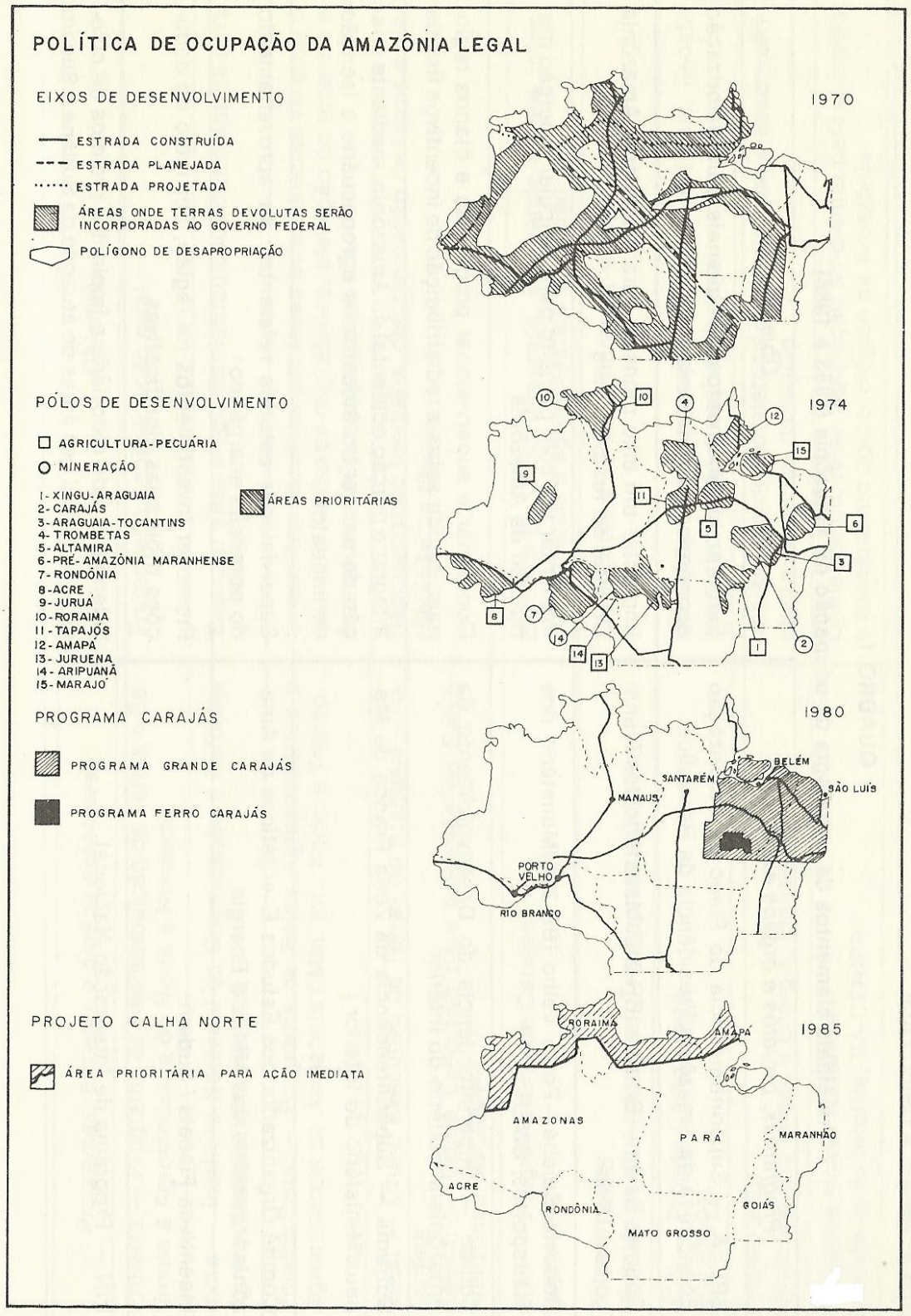
Principais elementos da estratégia de ocupação da Amazônia (1953 a 1988)

Ano	*Programas, projetos e órgãos executores*	*Objetivos*
1953	SPVEA — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia/Presidência da República	Elaborar planejamentos qüinqüenais para valorização econômica da Amazônia
1958	Rodovia Belém—Brasília (BR-010)/Ministério dos Transportes, DNER	Implantar um eixo pioneiro para articular a Amazônia Oriental ao resto do país
1960	Rodovia Cuiabá—Porto Velho (BR-364)/Ministério dos Transportes, DNER	Implantar um eixo pioneiro para articular a porção meridional da Amazônia
1966	Sudam — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia/Ministério do Interior	Coordenar e supervisionar programas e planos regionais; decidir sobre a redistribuição de incentivos fiscais
1967	Suframa — Superintendência da Zona Franca de Manaus/Ministério do Interior	Integrar a porção ocidental da Amazônia, mediante criação de um centro industrial e agropecuário e isenção de impostos
1968	Comitê Organizador dos Estudos Energéticos da Amazônia/Ministério das Minas e Energia	Supervisionar estudos referentes ao aproveitamento do potencial energético
1968	Incentivos Fiscais / Sudam	Promover investimentos na região, por meio de deduções tributárias significativas
1970	PIN — Programa de Integração Nacional	Estender a rede rodoviária e implantar projetos de colonização oficial nas áreas de atuação da Sudene e Sudam
1970	Proterra — Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste	Promover a capitalização rural
1970	Incra — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Ministério do Interior	Executar a estratégia de distribuição controlada da terra
1974	Polamazônia — Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia / Min. Int., Agric. e Transp.	Concentrar recursos em áreas selecionadas visando o estímulo de fluxos migratórios, elevação do rebanho e melhoria da infra-estrutura urbana
1980	Getat — Grupo Executivo de Terras do Araguaia—Tocantins Gebam — Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas SGCSN/PR	Regularização fundiária, discriminação de terras e distribuição de títulos
1980	PGC — Programa Grande Carajás Seplan/PR	Explorar de forma integrada, em grande escala, recursos minerais e agroflorestais da região
1981	Polonoroeste Ministérios da Agricultura, Transportes e Interior	Pavimentar a BR-364; promover a colonização
1985	PCN — Projeto Calha Norte SGCSN/PR	Oficialmente, assegurar a soberania nacional, fiscalizar a circulação e assistir índios
1987	Projeto 2010 Ministério das Minas e Energia, Eletronorte	Implantar rede hidrelétrica para estimular o desenvolvimento industrial da região
1988	Programa Nossa Natureza Ministério do Interior, SA-DEN/PR	Oficialmente, rever legislação ambiental para a região e zoneamento agroecológico na Amazônia

Fonte: Bertha K. Becker e Ivaldo Lima

Fonte: Becker (1991).

ANEXO C



Fonte: *A Amazônia Brasileira em Foco*, n. 6, 1971/1972; L. Machado, op. cit.; Projeto Calha Norte.

Fonte: Becker (1991).

ANEXO D – **A formação dos estados brasileiros**

Fonte: THÉRY; MELLO (2005).